



Estado do Rio Grande do Sul

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1990

Leve
o Rio Grande
no peito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Pedro Simon

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Sinval Guazzelli

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Manoel André da Rocha

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Paulo Olímpio Gomes de Souza

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
Bernardo Olavo Gomes de Souza

SECRETÁRIO DA FAZENDA
José Ernesto Azzoim Pasquotto

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS
Assis Roberto Sanchotene de Souza

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
Marcos Palombini

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
Ruy Carlos Ostermann

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Waldir Walter

SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
José Fernando Cirne Lima Eichenberg

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE
Antenor Ferrari

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Gilberto Mosmann

SECRETÁRIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA
Mercedes Maria de Moraes Rodrigues

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES
Adão Dornelles Faraco

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Alcides José Saldanha

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Telmo Borba Magadan

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
André Cecil Forster

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Cezar Augusto Schirmer

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Luiz Gehlen

SECRETÁRIO ESPECIAL DE GOVERNO
César Busatto

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
José Antonio Vieira da Cunha

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. PM. Estanislau Waldir Wasonkeski

SUMÁRIO

1 — APRESENTAÇÃO	IX
2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO	1
2.1 — EDUCAÇÃO E CULTURA	
2.1.1 — Secretaria da Educação (SE)	5
2.1.2 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)	20
2.1.3 — Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS)	26
2.1.4 — Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF)	30
2.1.5 — Fundação Piratini — Rádio e Televisão Educativa (FP-RTE)	31
2.1.6 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) ...	38
2.1.7 — Fundação Theatro São Pedro (FTSP)	39
2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA)	43
2.3 — SANEAMENTO	
2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	51
2.3.2 — Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL)	53
2.4 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO	
2.4.1 — Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC)	57
2.4.2 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS)	60
2.4.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL)	63
2.4.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)	65
2.4.5 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT)	68
2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA	
2.5.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP)	75
2.6 — JUSTIÇA	
2.6.1 — Secretaria da Justiça (SJ)	81
2.7 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	
2.7.1 — Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ)	87
2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO	
2.8.1 — Procuradoria-Geral do Estado (PGE)	91

2.9 —	ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	
2.9.1 —	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) ...	99
2.9.2. —	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)	100
2.9.3. —	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)	101
2.9.4. —	Conselho Estadual de Mineração (CEM) — Coordenadoria da Produção Mineral (CPM).....	103
2.9.5. —	Companhia Riograndense de Mineração (CRM)	104
2.9.6 —	Comissão Estadual de Energia (CENERGS)	105
2.10—	TRANSPORTES	
2.10.1 —	Secretaria dos Transportes (ST)	111
2.10.2 —	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	112
2.10.3 —	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CIN- TEA)	115
2.10.4 —	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	116
2.10.5 —	Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	118
2.11—	PLANEJAMENTO	
2.11.1 —	Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP)	123
2.11.2 —	Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heu- ser" (FEE)	130
2.12—	RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	
2.12.1 —	Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Adminis- trativa (SERHMA)	141
2.12.2 —	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) ..	142
2.12.3 —	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	143
2.13 —	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	
2.13.1 —	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)	149
2.14 —	PROCESSAMENTO DE DADOS	
2.14.1 —	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)	155
2.14.2 —	Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS)	157
2.15 —	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
2.15.1 —	Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO)	161
2.15.2 —	Conselho de Recursos Hídricos (CONRHIRGS)	164
2.15.3 —	Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) ..	167
2.16 —	GABINETE DO GOVERNADOR	
2.16.1 —	Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil	173
2.16.2 —	Casa Militar	174
2.16.3 —	Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC)	175
2.16.4 —	Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI) ..	177
2.16.5 —	Secretaria Especial de Governo (SEG)	182
2.16.6 —	Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília	183

2.17	— AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
2.17.1	— Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SAA)	189
2.17.2	— Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)	193
2.17.3	— Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)	197
2.17.4	— Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)	198
2.17.5	— Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)	201
2.17.6	— Instituto Sul-Riograndense de Carnes (ISRC)	204
2.17.7	— Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (COR- LAC)	205
2.18	— INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.18.1	— Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)	209
2.18.2	— Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA)	216
2.18.3	— Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)	216
2.18.4	— Central Vitivinícola do Sul S.A. (VINOSUL)	220
2.18.5	— Produtos Gaúchos S.A. (PROGASA)	221
2.18.6	— Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA)	221
2.19	— CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
2.19.1	— Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecno- logia (SEACT)	225
2.19.2	— Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)	228
2.19.3	— Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	237
2.20	— TURISMO	
2.20.1	— Companhia Riograndense de Turismo (CRTur)	245
2.21	— INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
2.21.1	— Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)	251
2.21.2	— Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul (CEERGS)	252
2.21.3	— Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS)	255
2.21.4	— Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)	256
2.22	— ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
2.22.1	— Secretaria da Fazenda (SF)	263
3	— TABELAS	269

1 – APRESENTAÇÃO

OF. GG/Nº 092/90

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1990.

Senhor Presidente:

Ao completar-se o terceiro ano de Governo, tenho a honra de, mais uma vez, dirigir-me à Assembléia Legislativa para prestar contas das atividades do Poder Executivo. Mais do que atender a uma exigência constitucional, a presente mensagem busca, com transparência e fidelidade aos compromissos assumidos, fazer um balanço deste período governamental, identificando as ações mais relevantes nas diversas áreas da administração pública estadual.

A difícil situação do País condicionou a ação dos responsáveis pela gestão pública. Entre outros aspectos, tivemos de nos adaptar às ingerências da política econômica nacional, identificando alternativas que minimizassem os custos sociais.

Procuramos a eficiência. A estratégia assumida previa: o saneamento do sistema financeiro estadual, a alteração do perfil da dívida e a recuperação da credibilidade do Estado. Os efeitos obtidos possibilitaram ao Governo recuperar a sua capacidade de investimentos e redirecionar, de maneira produtiva, seus recursos humanos e financeiros.

Racionalizado o sistema financeiro, foi elencado um conjunto de Projetos Prioritários, devidamente articulados e discutidos com todos os setores. A recuperação dessas ações começa a se fazer notar no campo social e na infra-estrutura voltada para um novo Rio Grande do Sul, extrapolando a atual gestão e preparando o Estado para as próximas décadas e para a integração latino-americana.

A RECUPERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Recuperou-se a capacidade de planejamento do Estado. Através de uma ação pragmática no presente, integrada com uma visão prospectiva, consolidou-se uma base de planejamento que permitiu ao Estado desempenhar com eficiência e eficácia seu papel, investindo em setores básicos para uma retomada a curto prazo do desenvolvimento econômico e social.

Um volume significativo de recursos era necessário. A incapacidade de viabilizar uma proposta de tamanha envergadura apenas com recursos próprios, fez com que nossa administração se orientasse por duas vias: controle rigoroso dos gastos públicos, evitando desperdícios em ações não prioritárias e, como ação complementar, a captação de fontes externas de financiamento, através de projetos de impacto regional.

A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA DO ESTADO

O saneamento financeiro e a recuperação da capacidade de investimento permitiram que assumíssemos uma postura mais ambiciosa. O Rio Grande do Sul é o centro geo-econômico

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado GLENO SCHERÈR
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 Nesta Capital

da integração latino-americana. Entre Buenos Aires e São Paulo situam-se 2/3 do PIB da América do Sul e nosso Estado não pode ser apenas um corredor de passagem destas relações econômicas.

Assumir a integração não significa apenas reconhecer uma tendência. Mais do que isso, constitui a base para a retomada do crescimento e para um novo posicionamento do Estado, não mais sofrendo os reflexos, mas induzindo esse processo. Significa viver a integração com modernidade, eficiência e competitividade e dela obter resultados voltados para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, para a retomada de um desempenho dinâmico da economia: energia, transporte, comunicações, modernização industrial e agrícola, infra-estrutura urbana e social.

DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

A economia gaúcha apresenta, historicamente, desempenhos superiores à média nacional. As características de sua força de trabalho e a vitalidade de seus setores produtivos permitem antever uma evolução significativa no âmbito de uma desejável recuperação da economia brasileira.

Os dados estatísticos preliminares e as análises elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser mostram que a economia gaúcha, no ano de 1989, apresentou um desempenho positivo indicando uma retomada do crescimento e do desenvolvimento, compromissos básicos que fazem parte da política de Governo na qual me empenhei com minha equipe de trabalho desde o dia em que honrosamente recebi essa missão do povo gaúcho.

O crescimento do PIB a uma taxa de 5,2%, quando nos anos anteriores (1987 e 1988) essas mesmas taxas foram negativas (-0,1% e -4,0%), é a manifestação clara de que vivemos novos tempos e adentramos os anos 90 com perspectivas que colocam o nosso Estado em um novo patamar de desenvolvimento econômico e social.

Esse resultado torna-se ainda mais significativo se, além da comparação do PIB de 1989 com os dos anos anteriores, considerarmos o desempenho da economia brasileira e, muito especialmente, o comportamento do PIB "per capita".

A nível nacional, os dados e estimativas até o momento indicam, conforme anunciou o IBGE, no último dia 12 de janeiro, uma taxa de crescimento do PIB brasileiro de 3,3%, enquanto que o IPEA divulgou, três dias depois, uma estimativa de 4,1%. Sem dúvida, um resultado surpreendente quando todas as previsões do início de 1989 apontavam para a continuidade de um desempenho similar ao ano anterior com uma taxa de crescimento negativa ou próxima de zero. Essa constatação ressalta ainda mais a excelência do desempenho da economia gaúcha em relação ao contexto nacional que é reforçado, como dissemos anteriormente, pelo comportamento do PIB "per capita". Isto porque se considerarmos o nosso crescimento populacional de 0,9% este se traduz numa elevação do PIB "per capita" de 4,3%. Considerando que o PIB está estimado em NCz\$ 76,2 bilhões, equivalentes a US\$26,1 bilhões, o PIB "per capita" gaúcho se situa em US\$ 3.157.

Esse número é representativo de um aumento da renda do nosso povo que esperamos possa ser, num futuro muito próximo, distribuída de forma cada vez mais equitativa permitindo que sejam alcançados os nossos objetivos de justiça social.

O bom desempenho apresentado pela economia gaúcha é o resultado do comportamento dos diferentes setores que compõem esse agregado. Assim, para qualificar esse desempenho é importante considerar, de forma particularizada, cada um dos setores.

A Agropecuária destaca-se como a responsável maior pelo crescimento da economia gaúcha. Com um peso de 12,7% no cálculo do PIB global, a agropecuária apresentou um crescimento de 16,3%. Esse crescimento excepcional coloca o desempenho do setor como o segundo melhor da década. Em termos de valor bruto da produção dos principais produtos, destacou-se a lavoura que, com um crescimento espetacular de 17,6% se colocou muito acima da média da década (1,4%) e compensou a queda de -4,3% da pecuária registrada no ano.

Contribuíram para o desempenho da lavoura as excelentes safras de soja (13,4%) e de milho (41,3%), destacando-se, ainda, a produção de arroz. Em que pese a possível queda da produção de trigo (os dados de novembro do IBGE indicavam -30,7%), essas culturas representam mais de 80% do valor bruto da produção agrícola.

Merece destaque o fato de esta safra excepcional ter sido alcançada com a segunda menor área colhida na década, o que significou um crescimento e o registro da maior produtividade do período. Na verdade, verifica-se na agricultura uma importante tendência à racionalização e à modernização. E, é importante e justo que se deixe claro que o mérito deste desempenho não coube a qualquer influência política e, sim, ao produtor rural gaúcho que foi capaz de adequar a sua atividade às adversidades da política agrícola nacional, tão pouco incentivadora desta atividade básica do Rio Grande.

Consciente da importância do setor primário, o Governo do Estado buscou apoiar e incentivar os produtores gaúchos, especialmente aqueles de pequeno e médio porte, através do **Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural-FEAPER**. Ao lado deste Fundo destinado à valorização dos pequenos produtores como importantes agentes de expansão da produção de grãos no Rio Grande do Sul, o Governo tem incentivado a modernização da pequena produção rural através de um programa voltado à pesquisa agropecuária com a **reativação das estações experimentais** que tanto contribuíram, no passado, ao desenvolvimento da agricultura gaúcha.

No que diz respeito à **Indústria**, com um peso de 32,7% no PIB global, a taxa registrada de 2,9% se coloca muito próxima da brasileira. Isto porque, como é do conhecimento de todos, a indústria gaúcha é hoje bastante integrada ao contexto nacional. Portanto, o seu desempenho está intimamente relacionado ao comportamento do parque industrial do País.

Destaca-se, no conjunto das atividades industriais o crescimento da indústria de transformação, em razão da sua participação hegemônica no total do setor, cuja taxa de crescimento foi de 2,7%. Papel importante também desempenhou a indústria da construção civil na composição da taxa global, contribuindo com um crescimento de 5,2%. O resultado positivo deste ramo deve ser atribuído, em parte, aos investimentos privados voltados aos segmentos sociais de alta renda, onde os compradores detêm recursos de alta liquidez concentrados no curto prazo. Por outro lado, a responsabilidade maior pelo bom desempenho deste setor pode também ser atribuída à política de investimentos do setor público do Estado, que vem bancando com recursos próprios grande parte das obras públicas, tornando-o, assim, um dos principais responsáveis por esses resultados. Este crescimento coincide com a forte retração de recursos federais e municipais, o que vem determinando uma participação cada vez mais significativa dos recursos estaduais nos investimentos públicos. Essa participação tem-se tornado possível graças ao saneamento financeiro que o Governo do Estado vem realizando na atual administração.

Destaca-se, ainda, no comportamento deste setor, o bom desempenho das indústrias ligadas ao **Pólo Petroquímico**. Este tem sido objeto de um **combativo e constante apoio do Governo do Estado**, tanto na consolidação do que lá está implantado, como também na proposta do Governo, associado ao setor privado, de ampliação do referido complexo.

Esta expectativa com certeza indicará impactos não só quantitativos, mas também de ordem qualitativa, uma vez que seu crescimento e ampliação resultarão em benefícios objetivos não só à indústria gaúcha, mas à economia como um todo.

O setor **Serviços**, a exemplo da economia global, também apresentou taxas de crescimento significativas. Com um peso de 54,6% no PIB gaúcho as estimativas de seu crescimento alcançaram a taxa de 4,0%, refletindo não só o significativo movimento de recuperação econômica e a participação estável do setor, em termos reais, na estrutura do PIB, como também sinalizando um alto grau de terciarização, característica própria das economias modernas.

O Governo do Estado constata neste desempenho da economia gaúcha, o lado inegavelmente intrínseco ao desempenho da economia brasileira em sua totalidade. Entretanto, destaca de forma gratificada tal resultado porque dele recolhe a expressão do grande potencial do setor privado gaúcho e a demonstração objetiva de que a política empreendida pelo Governo produziu efeitos positivos. O Estado busca, com clareza, o seu papel através da definição de investimentos na área de infra-estrutura e na área social e articula positivamente setor público e setor privado na consecução dos objetivos maiores do povo gaúcho.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Na administração financeira é fato relevante, tendo em vista o quadro de exercícios anteriores, a reversão, implementada em 1987 e consolidada em 1988, da tendência de agravamento da dívida pública estadual, bem como a recuperação da capacidade de investimentos com recursos próprios.

Em 1987, o atual Governo assumiu, entre outros, o desafio de sanear as finanças estaduais. Inicialmente, as ações governamentais neste sentido estiveram orientadas para quatro pontos tidos como básicos, a saber: a renegociação da dívida pública; o controle e recuperação das empresas estatais; a busca do equilíbrio orçamentário e operacional; a retomada da capacidade de investimentos do setor público, com a utilização de recursos próprios, e com a viabilização de novas fontes de financiamento.

A política de saneamento financeiro adotada pelo Governo do Estado permitiu o retorno ao equilíbrio da execução orçamentária, revertendo uma tendência histórica.

A correção dessa política tornou-se evidente já em 1987 e 1988, quando os "déficits" do orçamento corrente, previstos para esses exercícios em Cz\$ 16,6 bilhões e em NCz\$ 83,5 bilhões, caíram para Cz\$ 4,2 bilhões e NCz\$ 29,6 bilhões, respectivamente, alcançando os menores valores reais dos últimos anos. Além disso, tanto em 1987 como em 1988 o resultado operacional da execução orçamentária foi positivo, fato que não ocorria nas contas da administração centralizada desde o início da década de 70.

As previsões para 1989 estão apontando para a repetição desse cenário, com o orçamento operacional apresentando um "superávit" de NCz\$ 528,0 milhões e com o orçamento corrente consignando um "déficit" cujo valor certamente será ainda menor que os alcançados nos dois primeiros exercícios do atual Governo.

A receita realizada no exercício, segundo dados preliminares do Balanço Geral do Estado, aproximar-se-á dos NCz\$ 9,1 bilhões, apresentando um crescimento real de 7,7% em relação a 1988, percentual esse obtido com base na média do Índice Geral de Preços elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa marca teve origem no comportamento das taxas reais de crescimento dos principais tributos do Estado, especialmente do ICMS, cuja base tributável foi ampliada com as modificações introduzidas pelo novo texto constitucional, passando a incidir sobre minerais, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, transporte e comunicações.

Por outro lado para incrementar a principal fonte de recursos do Estado — a receita tributária — o Governo Estadual adequou os prazos de pagamento do ICMS, agilizou a cobrança da dívida ativa, intensificou o combate à sonegação e ao atraso no recolhimento de impostos.

Paralelamente à busca do aumento da receita, o Governo do Estado adotou uma série de providências para controlar o gasto público. Neste sentido, a realização das despesas de custeio e de investimento seguiu compromisso previamente acordado e consignado no documento "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul", obedecendo rigorosamente aos princípios da austeridade e, principalmente, da qualidade do gasto.

Dispendendo, exclusivamente, o essencial para a manutenção da máquina pública, tornou-se possível reduzir o prazo médio de pagamento dos fornecedores de bens e serviços de 120 para 30 dias, contados a partir da fase de liquidação da despesa. Com isso, foi readquirida a credibilidade do Governo do Estado junto ao meio empresarial, tornando viável a reorientação da política de compras, via comparação dos preços das licitações com os vigentes no mercado, representando considerável economia para o Estado.

Também como consequência do aprimoramento da gestão financeira, foi possível adotar uma série de medidas que beneficiaram os Municípios no referente às transferências de tributos. Já em abril de 1987 regularizou-se o repasse dos resíduos de ICM em atraso relativos a dezembro de 1986, janeiro e fevereiro de 1987. Em seguida foi reduzido o prazo de repasse do mesmo resíduo de 60 para 45 dias e logo após para 40 dias. A partir de dezembro de 1988 foi implantado o repasse decendial das parcelas do IPVA e quinzenal das parcelas do ITBI. Finalmente, a partir de outubro de 1989, conforme disposição constitucional o Estado tem cumprido o repasse total do ICMS aos Municípios até o dia 10 do mês seguinte à arrecadação.

Com relação à dívida pública, foi obtida, em um período de dois anos, a modificação do seu perfil, através da rolagem de 100% dos títulos, e do refinanciamento das operações externas — utilizando empréstimos junto ao Banco do Brasil S. A., e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com redução substancial dos encargos, e dilatação dos prazos de vencimento.

A reativação do fundo de liquidez da dívida pública em níveis compatíveis com o estoque dessa dívida tem permitido, por consequência, a redução do custo financeiro da dívida estadual.

RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SISTEMA FINANCEIRO

No que se refere à recuperação das empresas estatais, cumpre mencionar os níveis de capitalização aportados através do Tesouro do Estado e que possibilitaram a realização de investimentos com o seguinte perfil por órgão, consideradas as dez maiores, em 1989.

Empresas	Recursos Próprios (BTN)	Rec. Tes. Estado (BTN)	Total	
			BTN	NCz\$ Dez./89
CEE	58.424.000	61.760.000	120.184.000	857.200.362
CRT	94.710.088	4.647.141	99.357.229	708.655.500
CORSAN	10.088.388	4.661.017	14.749.405	105.198.656
CRM	—	13.934.296	13.934.296	64.120.632
COHAB	2.417.237	—	2.417.237	17.240.701
CESA	752.481	857.783	1.610.264	11.485.047
CINTEA	—	796.395	796.395	5.680.208
CORLAC	—	100.687	100.687	780.140
PROCERGS	—	1.078.350	1.078.350	7.691.224
DAER*	—	129.647.767	129.647.767	924.699.733
TOTAL	166.392.194	217.483.436	383.875.630	2.702.690.203

* Inclui o DAER (autarquia) pelo volume de investimento do Tesouro do Estado.

Com relação às demais empresas, registram-se as seguintes medidas saneadoras: a CLAVESUL foi extinta e seus serviços transferidos para a EMATER/RS; a PROGASA está sendo

transferida para uma cooperativa de produtores da região; a AGASA, igualmente, será transferida para uma cooperativa de canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e Osório e de funcionários da empresa; a FENUVA e a VINOSUL passam por um processo de negociação com os municípios da região vitivinicultora para transferência de seu controle acionário; a AGEUSA encontra-se em processo de extinção; a CORLAC incorporou as subsidiárias de Erechim, Santa Maria, Vacaria e São Gabriel como filiais, tendo desativado as usinas de Bento Gonçalves e Taquara, e efetuado a fusão dos postos de Tapes e Camaquã; a PROCESSUL está em fase de incorporação ao BANRISUL; a BAGERGS encontra-se em fase de incorporação à CESA.

Já o sistema financeiro estadual (BANRISUL, CEE, BADESUL e DIVERGS) teve em 1989 um ano de expressivos resultados.

Suas receitas operacionais consolidadas apresentaram um crescimento real de 23,7%, onde se destacam a DIVERGS (46,0%) e o BANRISUL (32,4%).

Como o crescimento de suas despesas operacionais foi bem menor comparado com as receitas, o lucro operacional consolidado apresentou um crescimento real de 51,9%, com o BANRISUL tendo um crescimento de 80,7% e a CEE saindo de um prejuízo, em 1988, para um lucro de NCz\$ 871,0 milhões, em 1989.

Os lucros líquidos consolidados tiveram um crescimento real de 42,8%, com a CEE apresentando uma evolução de 364,4% e o BANRISUL, de 180,4%.

O patrimônio líquido do sistema financeiro teve um crescimento real médio de 36,1%, sendo que a CEE apresentou um crescimento de seu patrimônio de 445,2%.

SISTEMA DE FOMENTO

Não obstante a perda momentânea da atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE, face ao processo de liquidação extrajudicial decretado pelo Banco Central, processo este que o Governo Estadual se empenha em reverter, o Sistema de Fomento Estadual recebeu significativo reforço em decorrência da capitalização do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul-BADESUL, no valor de NCz\$ 105,4 milhões.

O aumento de capital no BADESUL permitiu a ampliação de seu volume de aplicações, que cresceu 44% em termos reais no exercício, beneficiando os investimentos do setor privado com a alocação de recursos de longo prazo.

Ainda para ampliar a atuação do BADESUL foi criada a Área de Operações Sociais e Urbanas, encarregada de gerir os recursos do Programa Integrado de Melhoria Social-PIMES, que tem por objetivo destinar recursos para obras e serviços de ampliação e melhoria da infraestrutura urbana e social de cidades de pequeno e médio porte do Rio Grande do Sul, com investimentos estimados em US\$ 220,0 milhões.

Esta nova ação do BADESUL vinculada ao Conselho Diretor do FUNDOPIMES, também criado neste Governo e formado pelas Secretarias ligadas à infra-estrutura urbana e social, e com a participação paritária das Prefeituras do Rio Grande do Sul, presidido pela Secretaria de Coordenação e Planejamento, vem contribuir para esta nova fase onde se busca uma ação orgânica e articulada de planejamento do Estado.

POLÍTICA SALARIAL

No que concerne à política salarial foi mantido o poder de compra dos salários do funcionalismo estadual da Administração Direta, sendo ainda obtidos reajustes salariais superiores à inflação.

Ainda com relação ao reajuste salarial tem-se buscado diminuir os efeitos de uma inflação acelerada através da institucionalização da bimestralidade e a unificação da data do reajuste salarial, para o funcionalismo e magistério, a partir de janeiro de 1989 e, mais recentemente, com a adoção do pagamento quinzenal.

No período de março de 1987 a janeiro de 1990, a variação dos reajustes salariais do Padrão 1 dos funcionários do Quadro Geral atingiu 223.143% e o do Padrão 16, a 157.678%. No caso do magistério a variação do piso salarial para 20 horas foi de 100.139%, enquanto a inflação no mesmo período foi de 67.379%. Tais números revelam que os funcionários que recebem menos, Padrão 1 a 16 do Quadro Geral, foram beneficiados com reajustes de 230 a 133% acima da inflação do período. No que se refere ao Magistério Público Estadual, o reajuste acima da inflação foi de 48% para o piso salarial da categoria e de 122% para os professores com regência de classe unidocente (1.^a a 4.^a séries e pré-escolar).

Saliente-se, ainda, que os membros do Magistério fazem jus a gratificações, sendo mais usuais as seguintes:

Unidocência — seu valor é fixado em 50% do vencimento básico do quadro de carreira do Magistério e percebida pelo professor que estiver em exercício na regência de classe unidocente;

Direção e Vice-Direção — são pagas aos professores que estiverem ocupando os referidos cargos nas unidades escolares;

Difícil Acesso ou Provimento — seu valor varia entre 20%, 40%, 60%, 80% e 100% do vencimento básico do quadro de carreira do Magistério Público Estadual, conforme a situação da Escola em que o professor ministra suas aulas;

Classe Especial — seu valor é fixado em 50% ou 100% do vencimento básico do cargo titulado, e percebida pelo professor com exercício em escola ou classe de alunos excepcionais.

A incidência dessas vantagens atingiu, na folha de janeiro de 1990 a NCz\$ 51,6 milhões, assim discriminada:

Discriminação	Nº Professores	NCz\$ 1.000,00
Gratificação de Direção e Vice-Direção	3.969	2.855
Classe Especial	811	915
Difícil Acesso	26.371	31.758
Unidocência*	16.005	16.110
TOTAL	47.156	51.638

*Em 1990, o nº de professores com direito à percepção de unidocência será superior a 20.000.

Tendo em vista que o número de professores no Magistério Público Estadual, em janeiro de 1990, é de 127.742, sendo 100.906 ativos e 26.836 inativos, verifica-se que 37% do total percebem gratificação.

Foi ainda no atual Governo que se efetivou a atualização do pagamento das promoções do magistério relativos ao período 1983-1988.

Considerando-se outras vantagens, como as alterações de nível, promoções de classe e triênios, conclui-se que o Magistério Público Estadual percebeu, no atual Governo, em termos reais, um percentual superior ao concedido no vencimento básico da categoria.

INVESTIMENTOS

Em 1987, início desta administração, já foi possível a realização de investimentos em infraestrutura, concentrando-se a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, para o saneamento de empresas e/ou pagamento de fornecedores de equipamentos, obras e serviços, então pendentes de regularização.

O processo de investimentos foi intensificado em 1988, destinando-se, a preços de então, NCz\$ 64,0 bilhões para obras rodoviárias, energia elétrica, telecomunicações, mineração e, fundamentalmente, para a recuperação da rede escolar, hospitalar, presídios e obras de saneamento básico.

Em 1989, o volume de recursos próprios investidos elevou-se, em valores correntes, a NCz\$ 1,6 bilhão, equivalentes a 22,3% da receita própria líquida realizada no exercício e correspondente a 25 vezes mais do que o valor investido no ano anterior, assim distribuídos:

Áreas	NCz\$ milhões	%
Infra-Estrutura	917,0	57,9
Econômica	128,2(*)	8,1
Social	507,9	32,1
Outros	29,8	1,9
TOTAL	1.582,9	100,0

(*) Inclui 105,4 de capitalização do BADESUL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS

Conforme enfatizado anteriormente, uma das grandes conquistas do atual Governo, constituiu na recuperação da capacidade de investir com recursos próprios, por parte do Estado.

Com efeito, inúmeras medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de zerar o "déficit" público excluíram os Estados e Municípios das linhas setoriais de financiamento de longo prazo a custos suportáveis. Tendo presente esta dificuldade, a Administração Estadual centrou esforços no sentido de gerar um mínimo de poupança orçamentária para fazer frente aos investimentos inadiáveis, passíveis de realização com recursos próprios. Este objetivo vem sendo alcançado desde 1987.

A participação dos investimentos na receita própria líquida do Estado situou-se no patamar de 15% no período 1987/88, elevando-se para mais de 20% em 1989 e com projeção de 23,5% no ano de 1990.

Não poderia deixar de destacar, neste momento, a sobrecarga que o Estado vem sofrendo com a necessidade de financiar com recursos próprios obras de competência do Governo Federal ou cuja realização se refletirá em benefício para a União, nas áreas de transporte, saneamento básico, habitação, reforma agrária e extensão rural, cuja imprescindibilidade induz o Estado a assumir sua implementação sob pena de arcar financeiramente com conseqüências mais onerosas.

Agregando os dispêndios realizados pelo Governo do Estado nestas áreas durante o ano de 1989, chega-se a um valor global de NCz\$ 1,2 bilhão, assim distribuídos:

Setores	Estado	União	Município	Total NCz\$ 1.000,00 (dez/89)
Transportes	391.564,91	—	—	391.564,91
Habitação	38.997,76	10.013,28	—	49.011,04
Saneamento*	412.563,63	—	—	412.563,63
Reforma Agrária	66.172,98	—	—	66.172,98
Extensão Rural	280.084,00	68.600,00	57.234,00	405.918,00
TOTAL	1.189.383,28	78.613,28	57.234,00	1.325.230,56

* Valor do Plano de Investimentos 89/90

Os investimentos prioritários realizados pelo Estado têm levado em consideração o fato de que as necessidades a serem atendidas são sempre mais expressivas do que os recursos disponíveis para satisfazê-las.

É com base em tais considerações que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul elegeu um conjunto de Projetos que denominou Prioritários e aos quais acompanha detalhada e sistematicamente para que se concretizem no prazo mais curto possível. Alguns não poderão ser concluídos na atual gestão, mas sua inclusão no rol de prioridades demonstra a consciência de sua importância e o alerta da amplitude de seu significado.

O Programa de Investimentos Prioritários para o biênio 1989/90 prevê um valor de NCz\$ 1,2 bilhão, a preços de maio/89, equivalentes naquela data a cerca de US\$ 1,0 bilhão, a ser executado com recursos próprios e que se encontra em pleno andamento, visando à modernização do Estado, e à expansão e melhoria da infra-estrutura necessária à alavancagem do nosso desenvolvimento nos campos econômico e social.

Inserir-se o mesmo na estratégia maior de preparar o Rio Grande do Sul para participar do processo de integração latino-americana a partir de uma posição de liderança, como centro geo-econômico desta grande região do Cone Sul.

Tendo como base a amplitude de cada projeto e procurando elencar aqueles de maior impacto, destacam-se agrupados por área:

PROJETOS DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS

ÁREA AGRÍCOLA

Irrigação

O Programa Estadual de Irrigação prevê a construção de 6 grandes barragens, 266 barragens-ponte e 1.500 micro-açudes no biênio 1989/90.

Estão em fase de execução no município de São Gabriel 3 grandes barragens que beneficiarão a incorporação de 4.000 ha de arroz irrigado na safra 90/91. Foram concluídas 4 barragens-ponte no município de Iraí e 138 estão sendo executadas, através de contratação direta ou convênios com 11 municípios beneficiando 5.220 produtores com 26.000 ha de área a serem irrigados. Também já foram concluídos 190 micro-açudes, beneficiando 24 municípios, e mais 889 estão em fase de execução.

Destacam-se, ainda, outras obras importantes, como a dragagem dos canais Arroio-Grande e Bretanha, no município de Arroio Grande, a primeira já concluída e a segunda em fase de contratação, beneficiando 22.000 ha. Por outro lado, a infra-estrutura de energia elétrica, ora em implantação nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, possibilitará a incorporação de mais 70.000 ha de arroz irrigado, perfazendo um total de mais de 100.000 ha nos dois municípios.

Reforma Agrária

O Governo do Estado assumiu o compromisso de aquisição de 20.700 ha de terras com dotação de infra-estrutura para o assentamento de 2.000 famílias. Face à inexistência de investimentos do Governo Federal e ao agravamento das crises nessa área, foi dinamizado o FUNTERRA, através do qual já foram adquiridos 16.101 ha de terras, estando assegurados recursos financeiros para aquisição de mais 5.000 ha.

Construção de Paióis e Armazéns Individuais e Comunitários

Este projeto tem como meta a construção de 4.000 paióis e de 30 armazéns individuais e comunitários no período 1989/90.

Em 1989 foram construídos 1.000 paióis individuais com capacidade de até 300 sacas e 1.000 com capacidade de 300 a 700 sacas. Em 1990 serão construídos mais 2.000 paióis individuais. Estão em execução 4 armazéns comunitários com capacidade de 25.000 sacas e um com capacidade de 6.500 sacas.

O objetivo final é de reduzir em 20% as perdas pós-colheita do milho em 105 municípios. Os armazéns individuais e comunitários aumentarão a capacidade de armazenagem de milho para a próxima safra, em 100.000 toneladas.

Programa Florestal Estadual

Visa à implantação de 250 viveiros municipais, reflorestando 20.000 ha com a produção de 40 milhões de mudas. O Programa Florestal Estadual foi criado em 1988, com o objetivo de avaliar a situação atual do setor numa visão global e integradora para atender às demandas do mercado e de preservação e proteção da qualidade do meio ambiente.

A presente meta suprirá, a curto prazo, o "déficit" florestal do Estado, de 40.000 ha/ano, sendo que o programa pretende reflorestar 150.000 ha/ano, em 20 anos, para recomposição da cobertura florestal, proteção dos mananciais hídricos, controle da erosão, bem como a implantação de 400.000 ha de florestas industriais.

Foram implantados, da meta de curto prazo, 189 viveiros.

Programa Estadual de Desenvolvimento da Citricultura

O Programa tem como meta a produção de 1 milhão de mudas em 1990 e de 20 milhões até 1996, visando a tornar o Estado auto-suficiente no consumo "in natura" e na produção industrializada de cítricos. Já foram firmados 18 convênios com Prefeituras Municipais, cooperativas e empresas privadas, com vistas à cooperação técnica e ao fornecimento de 700.000 mudas, beneficiando 134 municípios.

Alimento para o Povo

A meta é levar à população de baixa renda alimento mais barato que os preços de mercado, através de 20 ônibus especialmente adaptados para estabelecer 200 pontos de venda em Porto Alegre e na Região Metropolitana. Já foram implantados 31 pontos com os atuais 5 ôni-

bus que estão em operação, beneficiando 33.960 pessoas a partir de agosto de 1989, numa média de 250 famílias por ponto. Foram também adquiridos mais 15 ônibus que possibilitarão, em dois meses, a criação de outros 90 novos pontos de vendas. Visa ainda o programa, a propiciar aos pequenos produtores melhores condições de comercialização de seus produtos.

Apoio ao Pequeno Produtor Rural

Tendo presente a importante participação do pequeno produtor na produção agrícola e visando a apoiar as atividades desenvolvidas pelos mesmos, criou-se o Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural, através do qual têm sido financiados vários programas: Troca-Troca, Construção de Paíóis e Armazéns Comunitários e Conservação do Solo. Além disso, essa Administração empenha-se na reativação das estações experimentais, através do reequipamento das mesmas e viabilização de uma maior flexibilidade na sua administração.

ÁREA INDUSTRIAL

Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica

Este projeto objetiva a adoção de mecanismos de cláusulas de compensação, com vistas ao desenvolvimento de empresas gaúchas voltadas ao setor aeronáutico. Assim, o Governo do Estado firmou Protocolo de Intenções com o Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Aeronáutica, em junho de 1989, buscando apoio institucional e tecnológico para o setor. No mesmo mês o Executivo propôs a esse Legislativo a redução da alíquota do ICMS, de 17,0% para 12,9%, o que mereceu aprovação dessa Casa.

Fundopem

Constitui-se em importante mecanismo de estímulo financeiro voltado para a implantação de novos projetos industriais e comerciais no Estado, criado no atual Governo pela Lei n.º 8.575/88. Conta com 36 projetos aprovados, possibilitando a geração de aproximadamente 10.700 novos empregos e de cerca de US\$ 3,0 bilhões em investimento.

Implantação de Áreas Industriais Municipais

Visa a apoiar a interiorização do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, através de auxílio financeiro às Prefeituras Municipais para implantação de aproximadamente 40 áreas industriais.

Berçários Industriais

Objetiva auxiliar pequenas empresas, através da construção de 800 m², divididos em módulos de 40 m², equipados com água, energia elétrica e comunicações. Para o ano de 1990 está prevista a construção de 50 pavilhões.

Consolidação do Pólo Petroquímico

No setor industrial, a petroquímica mereceu atenção prioritária nas ações do Governo do Estado, especialmente quanto à expansão e consolidação do Pólo Petroquímico de Triunfo. Destaca-se a autorização obtida junto ao Governo Federal para a ampliação em 60% da COPE-SUL e o seu desgargalamento, com aumento da produção de eteno de 420.000 t/ano para 577.000 t/ano; a criação do Grupo Executivo de Petroquímica, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da área, em especial da química fina e de plásticos de engenharia e a duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini, com ênfase na produção de nafta.

Ainda, relativamente ao Pólo Petroquímico, o Estado do Rio Grande do Sul obteve uma importante conquista, que foi a autorização da implantação das Plantas MVC-PVC e Cumeno-

Fenol-Acetona, que permitirão a produção de plásticos de alta densidade, adubos e fertilizantes e componentes químicos para a indústria farmacêutica.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Pelo subsídio e sustentação que pode dar aos setores produtivos — cada vez mais o desenvolvimento depende da evolução tecnológica — o Governo vem realizando especial esforço nesta área. Nesse sentido, está previsto para 1990 o início da implantação dos seguintes núcleos de desenvolvimento de ciência e tecnologia:

Centro de Informática — vinculado à UFRGS e congregando recursos do Governo Estadual, Federal e iniciativa privada;

Pólo Tecnológico — compreendendo uma planta industrial na Região de Ijuí em condições de receber, em regime de rotação, empresas inovadoras de processos tecnológicos tradicionais;

Pólo de Alta Tecnologia — constituído de planta similar à anterior, localizado na Zona Sul do Estado, destinado a empresas nascentes da alta tecnologia;

Centro de Química Fina — envolvendo a construção e instalação de uma planta-piloto e laboratório para desenvolver produtos e processos químicos, com ênfase em química fina;

Centro de Testes e Ensaio em Equipamentos Eletrônicos — Laboratório de Interferência Eletro-Magnética — que permitirá o atendimento da demanda local dos setores de telecomunicações, informática, automação industrial e afins, elevando a competitividade desses setores pela redução dos custos dos seus produtos;

Centro de Biotecnologia — localizado no Campus do Vale da UFRGS, foi inaugurado em agosto de 1988, constituindo-se em uma obra de 2.700 m² realizada em convênio com o Governo Federal. Através desse Centro foi viabilizado o desenvolvimento da biotecnologia moderna no Estado, como parte das relações de cooperação técnico-científica estabelecidas entre a esfera governamental e a iniciativa privada.

Tendo como objetivo definir a política e diretrizes na área de Ciência e Tecnologia no Estado, foram realizados, em 1989, 10 Seminários microrregionais em cidades universitárias, posteriormente sintetizados num seminário estadual.

PROJETOS DE EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

ÁREA DE TRANSPORTES

Na área de transportes encontra-se presente a preocupação com todas as modalidades, mesmo aquelas cuja vinculação é exclusiva da esfera federal — ou com obras que, por sua natureza, transcendam as deliberações do Poder Público Estadual. Existe em comum, porém, em todos esses projetos, a importância dos benefícios que aportarão para o Rio Grande do Sul.

Destacam-se os seguintes:

Plano Rodoviário Estadual

Este plano compreende a construção e pavimentação de 2.866 km de rodovias estaduais, federais delegadas e vicinais, dos quais 884 km já foram concluídos, e os demais estão em execução.

As estradas vicinais, bem como pontes pré-moldadas, também se incluem no esforço do Setor Público Estadual para adequar os transportes à visão de um Grande Rio Grande, duplicando em quatro anos a malha rodoviária pavimentada, que atingirá mais de 5.000 km.

Das obras em execução, merecem especial menção:

Construção da Estrada Osório-Torres

Esta obra, em execução e com terraplenagem praticamente concluída, compreende uma extensão de 105 km, fundamentais para o escoamento da produção gaúcha para o mercado interno e para a implementação da integração latino-americana, além de apresentar alto significado turístico e valorização do litoral norte do Estado.

Construção e Pavimentação da Estrada do Sol

Correspondendo a 200 km de uma rodovia federal delegada que permitirá a ligação da região serrana do Estado ao litoral, através da qual o Governo do Estado, num esforço incomum, busca o desenvolvimento regional, integrando serra e mar, atende a uma antiga e justa aspiração das duas regiões. A obra está em execução.

Mutirão e Palmares-São José do Norte

Ainda se incluem entre rodovias prioritárias a rodovia Mutirão, que corresponde à construção e pavimentação da RS-305 e dos trechos de ligação, num total de 198 km, através de um esforço conjunto entre os municípios, Poder Público Estadual e Batalhão Ferroviário do III Exército; e a construção e pavimentação da estrada Palmares-São José do Norte, que se constitui no segmento mais meridional da BR-101.

Construção do Terminal de Carvão e Fertilizantes

Visa a criar condições para a exportação de carvão e à movimentação de fertilizantes no Porto de Rio Grande.

A reconstrução do Terminal Petrolero, a Recuperação dos Molhes da Barra, a Automação do Sistema de Pesagem T.T.S., a Ampliação do Terminal de "Containers", a Constituição do Terminal de Celulose e a Construção do Terminal de Gás (GLP) em Rio Grande, capacitará dessa forma o Porto a absorver uma expansão de atividades em consequência de novos investimentos atraídos para a Região.

Construção do Ramal Ferroviário de Cachoeira do Sul

Este projeto, em execução, e aliado à construção do Cais de Acostagem em Cachoeira, viabilizará um entroncamento rodo-hidro-ferroviário em expressiva zona produtiva do Estado, exercendo um efeito motivador do aumento da produção, e um rebaixamento do custo de transporte.

Projeto do Ramal Ferroviário de Candiota

O ramal ferroviário de Candiota também terá importantes efeitos econômicos pela ligação das minas de carvão ao troncal ferroviário, possibilitando a exportação do minério.

Ponte São Borja/Santo Tomé

Objetiva a ligação rodo-ferroviária Rio Grande do Sul-Argentina, propiciando maiores opções de escoamento da safra de grãos via Porto de Rio Grande. Tal ponte poderá integrar no futuro a ligação Atlântico (Porto de Rio Grande) ao Pacífico (Porto de Antofagasta).

Finalmente, os Aeroportos também estão representados entre os Projetos Prioritários de transportes, incluindo-se obras de prolongamento de pistas, hangares, pavimentação e implantação de sinalização para pouso noturno. Os aeroportos contemplados com algum tipo de melhoria são os de Caxias do Sul, Rio Grande, Santo Ângelo, Passo Fundo e Alegrete.

ÁREA DE ENERGIA

Transmissão e Geração de Energia

Na área de energia o Governo do Estado tem procurado de todas as formas evitar o colapso energético previsto para 1993, através de diversas ações junto ao Governo Federal e à iniciativa privada. Podemos destacar a construção e ampliação de 31 subestações, 119 km de novas linhas de transmissão e o aumento da potência instalada em 566 MW, obras já concluídas, além de outras em execução, como a ampliação e construção de mais 27 subestações, 235 km de linhas de transmissão, a interligação de Santa Vitória do Palmar ao sistema Sul-Sudeste, envolvendo a construção de mais 200 km de linhas de transmissão.

Estão em fase de viabilização técnica e financeira os projetos de construção da Usina de Dona Francisca, com capacidade de 125 MW; de construção de Candiota III — 1.^a máquina, com capacidade de 350 MW; de conclusão da Mina do Leão II, com a finalidade de abastecer a Usina Termoelétrica Jacuí I; de construção da Mina de Poacá, cuja meta é a produção de 15 milhões t/ano de carvão para atender à Usina Termoelétrica de Candiota III.

Na área da energia alternativa, encontra-se em andamento a construção de 15 Pequenas Centrais Hidroelétricas, construídas em cooperação com a iniciativa privada e cooperativas de eletrificação.

Projeto do Gasoduto

Refere-se à construção do trecho Uruguaiana/Porto Alegre, que poderá fornecer de 1, 2 a 4, 8 milhões de m³/ano de gás natural, em fase de viabilização técnica e financeira.

ÁREA DE COMUNICAÇÕES

Ampliação da Rede de Telecomunicações

O setor de telecomunicações, considerado estratégico para alavancar a economia como um todo, mereceu atenção especial do atual Governo. Podemos destacar o saneamento financeiro da CRT e a conclusão de diversas obras como a instalação de 68.317 terminais telefônicos, ampliação de 84 centrais automáticas, automatização de 52 sedes municipais (a meta é de automatizar todas as sedes), estando em execução a implantação de 71.979 novos terminais telefônicos. Considerados em conjunto, estes projetos ampliarão a capacidade de atendimento da CRT, de 440.000 para 660.000 terminais.

ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO E URBANIZAÇÃO

Os investimentos em saneamento básico, cuja importância se dá pela redução dos índices de doenças epidemiológicas que proporcionam, foram, no ano de 1989, realizados em sua maioria pelo Tesouro do Estado, tendo em vista a retração do Governo Federal no setor.

O Plano de Investimentos da CORSAN para o biênio 1989/90, que resultará na construção de mais de 2.000 km de rede de abastecimento d'água, envolve recursos globais de NCz\$ 412,5 milhões.

Deste total já foram concluídos 1289,7 km, estando em andamento outros 116,4 km e a ampliação da capacidade de reservação em 2.985 m³.

Na área de urbanização, a METROPLAN desenvolve o Projeto Ação nas Vilas, que compreende a construção de centros comunitários, postos de saúde, postos policiais, creches, abrigos de ônibus e obras de pavimentação e terraplenagem, beneficiando mais de 500 mil pessoas.

A METROPLAN assumiu também a conclusão das obras de duplicação e pavimentação em 13,66 km de vias urbanas da Região Metropolitana.

Com o objetivo de apoiar os governos municipais na viabilização de projetos de infraestrutura urbana e social, a Secretaria de Coordenação e Planejamento coordena dois importantes projetos prioritários. O **Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS)**, tradicional instrumento de apoio aos Municípios que mobilizou no período um volume de 10.194,120 BTN's num total de 643 contratos. O **Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social (FUNDOPIMES)**, criado no ano de 1989, constitui-se, por suas características de autofinanciamento, no passo inicial para o estabelecimento de um mecanismo permanente de viabilização das políticas municipais de desenvolvimento urbano, a ser gerido pelo **BADDESUL**. O **FUNDOPIMES**, com início de operação definido para 1990, financiará projetos de saneamento básico, infra-estrutura, habitação, equipamentos comunitários e desenvolvimento institucional, beneficiando diretamente 200 mil pessoas, com investimentos da ordem de US\$ 227,0 milhões, contando com financiamento do Banco Mundial da ordem de US\$ 100,0 milhões.

PROJETOS DE NATUREZA SOCIAL

O conjunto de projetos nessa área representa 40% do volume de investimentos programados para os projetos prioritários e destina-se ao resgate de nossa dívida social em educação, cultura, saúde, ação comunitária, justiça e segurança pública. Apesar de que os benefícios dos investimentos nessa área sejam de longa maturação, não pode, o Governo, furtar-se a ações significativas em direção à redução das desigualdades sociais.

ÁREA DE TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Esta área vem atuando, basicamente, em três grandes linhas: habitação de caráter social; assistência e promoção social; trabalho e renda.

Habitação de Caráter Social

Através das ações que vem desenvolvendo neste sentido, o Estado tem atendido diretamente à demanda, com assentamentos espontâneos, financiamento de materiais de construção, preparação de lotes urbanizados, retomada de obras, e recuperação de conjuntos habitacionais. Foram já beneficiadas 14.106 famílias. Está em andamento a execução de 41.261 unidades habitacionais, sendo a meta governamental proporcionar a ocupação de 110.671 novas unidades habitacionais, o que atenderá a 22,1% do atual "déficit" habitacional.

Assistência e Promoção Social

Destacam-se, aí, projetos voltados à criança carente, como **Recriança, Atenção à Criança, e SOS-Criança**, bem como projetos que buscam o resgate, a humanização, socialização e preparação para o trabalho, representados pela **Nova Imagem FEBEM** — que envolve a recuperação das bases físicas da Instituição —, e **Agricultura Jovem** — que, além de educar para o trabalho, tem como meta para 1990 prover totalmente as necessidades de alimentos para os menores da FEBEM.

Encontram-se em recuperação os **Centros Sociais Urbanos do Interior do Estado** que, em 1990, juntamente com a adaptação da antiga **Cerâmica Cordeiro**, constituirão **Centro de Referência Humanística do Programa Vida**.

Tem sido ainda uma preocupação do Governo e **Assistência ao Idoso** — possibilitando ao mesmo atendimento e representatividade no **Conselho Estadual do Idoso** — e ao **Jovem**, através do **Centro do Adolescente** e do **SINE-Jovem**, que busca oferecer oportunidades de trabalho à juventude.

e 76 em execução; a aquisição de 1.030 viaturas; a criação do **Programa de Segurança Comunitária — PROSEC**, que tem em sua filosofia uma crescente participação da comunidade nas questões de segurança pública.

Tendo em vista a importância que vem sendo conferida a esta área pelo Governo do Estado, foram ainda realizados investimentos expressivos relativos a: informática, comunicação e equipamentos diversos; reforma do Instituto Médico-Legal; remodelação do Instituto de Identificação; criação da Central de Comunicações, que interligou as delegacias distritais e as especializadas; criação de Patrulhas Escolares, Companhias Femininas de Polícia Militar, Grupamento Florestal, Policiamento Aéreo — utilizando monoplanadores Ximango que permitem modernas formas operacionais.

A criação de 17 novas delegacias, sendo 3 para a mulher, assim como 9 Postos Policiais para a mulher, juntamente com o ingresso de 413 Investigadores na Polícia Civil, 1.500 Policiais Militares na Brigada Militar e a autorização legislativa para acrescer em 4001 servidores militares o efetivo da Brigada Militar, reforça as relações entre as instituições policiais e a comunidade.

ÁREA DE CULTURA

Esforço incomum vem sendo realizado no sentido de resgatar a memória histórica e cultural de nosso povo. A **Casa de Cultura Mário Quintana**, cuja restauração concluiu-se em 1990, representa um dos maiores centros culturais do Cone Sul. Encontram-se ainda em restauração a **Biblioteca Pública**, o **Museu de Arte do Rio Grande do Sul**, o **Museu Júlio de Castilhos** e o **Museu Farroupilha em Piratini**. Numa ação conjunta com a Prefeitura de Porto Alegre, o Estado participa da restauração da **Usina do Gasômetro** e da viabilização do **Anexo do Theatro São Pedro**.

A criação da rádio **FM Cultura**, o reaparelhamento da **TVE** e a realização de eventos culturais, como o **Congresso Estadual de Cultura**, o **Verão Cultural** e a publicação pelo Instituto Estadual do Livro de 19 obras literárias são importantes ações na área cultural.

PROJETOS DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com vistas a preparar a administração pública do Estado para uma atuação mais moderna e eficiente, foram definidos projetos prioritários relativos a esta área, entre os quais destacam-se os vinculados à estrutura organizacional do setor público, e aqueles voltados para a promoção, valorização, treinamento e seleção de pessoal, objetivando o estímulo à profissionalização do servidor, e a uma maior produtividade nos serviços. Neste sentido, destacam-se: **Projeto de Lei Orgânica do Poder Executivo** objetivando apresentar um projeto de lei da estrutura organizacional deste Poder; o **Projeto de Implantação do Regime Único, Plano de Carreira e Isonomia** para os funcionários públicos estaduais, conforme prevêm as Constituições Federal e Estadual; a **Universidade do Setor Público**, que têm por finalidade a modernização e melhoria de qualificação dos serviços oferecidos pelo Estado à sociedade gaúcha.

São ainda importantes projetos prioritários destinados ao apoio da base de planejamento estadual aqueles sob a responsabilidade da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser: o projeto de **Informatização da FEE** objetiva implantar um sistema global integrado de informática, com vistas ao fornecimento de informações econômico-sociais de forma ágil e segura, equiparando aquela instituição às congêneres mais modernas do País e integrando-a aos bancos de dados automatizados nacionais. Por outro lado, o projeto **FEE-RS Anos 80** tem como meta, através da análise da trajetória da economia gaúcha nos anos 80, fornecer elementos necessários para as ações de planejamento e desenvolvimento.

e 76 em execução; a aquisição de 1.030 viaturas; a criação do **Programa de Segurança Comunitária — PROSEC**, que tem em sua filosofia uma crescente participação da comunidade nas questões de segurança pública.

Tendo em vista a importância que vem sendo conferida a esta área pelo Governo do Estado, foram ainda realizados investimentos expressivos relativos a: informática, comunicação e equipamentos diversos; reforma do Instituto Médico-Legal; remodelação do Instituto de Identificação; criação da Central de Comunicações, que interligou as delegacias distritais e as especializadas; criação de Patrulhas Escolares, Companhias Femininas de Polícia Militar, Grupo Florestal, Policiamento Aéreo — utilizando monoplanadores Ximango que permitem modernas formas operacionais.

A criação de 17 novas delegacias, sendo 3 para a mulher, assim como 9 Postos Policiais para a mulher, juntamente com o ingresso de 413 Investigadores na Polícia Civil, 1.500 Policiais Militares na Brigada Militar e a autorização legislativa para acrescer em 4001 servidores militares o efetivo da Brigada Militar, reforça as relações entre as instituições policiais e a comunidade.

ÁREA DE CULTURA

Esforço incomum vem sendo realizado no sentido de resgatar a memória histórica e cultural de nosso povo. A **Casa de Cultura Mário Quintana**, cuja restauração conclui-se em 1990, representa um dos maiores centros culturais do Cone Sul. Encontram-se ainda em restauração a **Biblioteca Pública**, o **Museu de Arte do Rio Grande do Sul**, o **Museu Júlio de Castilhos** e o **Museu Farroupilha em Piratini**. Numa ação conjunta com a Prefeitura de Porto Alegre, o Estado participa da restauração da **Usina do Gasômetro** e da viabilização do **Anexo do Theatro São Pedro**.

A criação da rádio **FM Cultura**, o reaparelhamento da **TVE** e a realização de eventos culturais, como o **Congresso Estadual de Cultura**, o **Verão Cultural** e a publicação pelo Instituto Estadual do Livro de **19 obras literárias** são importantes ações na área cultural.

PROJETOS DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com vistas a preparar a administração pública do Estado para uma atuação mais moderna e eficiente, foram definidos projetos prioritários relativos a esta área, entre os quais destacam-se os vinculados à estrutura organizacional do setor público, e aqueles voltados para a promoção, valorização, treinamento e seleção de pessoal, objetivando o estímulo à profissionalização do servidor, e a uma maior produtividade nos serviços. Neste sentido, destacam-se: **Projeto de Lei Orgânica do Poder Executivo** objetivando apresentar um projeto de lei da estrutura organizacional deste Poder; o **Projeto de Implantação do Regime Único, Plano de Carreira e Isonomia** para os funcionários públicos estaduais, conforme prevêm as Constituições Federal e Estadual; a **Universidade do Setor Público**, que têm por finalidade a modernização e melhoria de qualificação dos serviços oferecidos pelo Estado à sociedade gaúcha.

São ainda importantes projetos prioritários destinados ao apoio da base de planejamento estadual aqueles sob a responsabilidade da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser: o projeto de **Informatização da FEE** objetiva implantar um sistema global integrado de informática, com vistas ao fornecimento de informações econômico-sociais de forma ágil e segura, equiparando aquela instituição às congêneres mais modernas do País e integrando-a aos bancos de dados automatizados nacionais. Por outro lado, o projeto **FEE-RS Anos 80** tem como meta, através da análise da trajetória da economia gaúcha nos anos 80, fornecer elementos necessários para as ações de planejamento e desenvolvimento.

A BASE DE PLANEJAMENTO

Enfatizando ainda mais a vontade política do Governo no sentido de resgatar o papel do setor público enquanto agente do investimento, merece destaque o "Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura para a Retomada do Crescimento", elaborado em 1989 pela Central de Projetos da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Este Programa reúne um conjunto de projetos para investimentos em infra-estrutura cujos valores excedem a capacidade de auto-financiamento do Estado, mas que são essenciais ao processo de retomada do crescimento. Por essa razão, o Programa foi apresentado a agências de fomento internacionais, na expectativa de que, aliado ao saneamento das finanças públicas, o Estado possa também ter acesso ao necessário aporte de recursos internacionais que complementem sua geração própria.

O Programa propõe a intervenção em setores priorizados, quer pela sua capacidade de desencadear estímulos às demais atividades produtivas, quer pela possibilidade de se constituírem em fatores de inibição ao processo de crescimento. Está subdividido em sete Subprogramas que abrangem os setores de Energia Elétrica, Produtividade Agrícola, Telecomunicações, Controle Ambiental, Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Industrial e Transporte. Foram, neste sentido, apresentados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estão sob exame daquela Instituição, os projetos: Usina Hidrelétrica de Dona Francisca; Projetos de Transmissão de Energia; Mina de Carvão de Leão II; Irrigação na Bacia do Rio Santa Maria e Pequenas Centrais Hidrelétricas; Desenvolvimento Rural; Automação das Centrais de 116 Municípios; Complementação do Sistema Interurbano; Desenvolvimento Regional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia do Guaíba; Drenagem Urbana; Distritos Industriais de Alvorada e Canoas; Construção de Estradas Vicinais, os quais **totalizam investimentos de US\$ 1,5 bilhão.**

Também foi elaborado pelo mesmo órgão estadual, numa ação de incentivo à iniciativa privada, o estudo de viabilidade técnico-econômica para implantação, na Zona Sul do Estado, de uma planta de celulose. Este empreendimento, destinado ao aproveitamento do potencial florestal da região, com reflexos positivos no seu desenvolvimento, prevê a produção de celulose de fibra longa, não branqueada, e "kraftliner", com capacidade nominal de 750 toneladas/dia de papel seco (ADMT/D). Com um investimento calculado em US\$ 425,0 milhões, o projeto tem despertado o interesse de diversos grupos empresariais do centro do País.

Para conferir maior organicidade às suas ações, o Governo do Estado, desde que se instalou, teve como uma de suas preocupações básicas a retomada do processo de planejamento, procurando lançar as bases de um modelo aberto, democrático e participativo.

Como conseqüência disso, e frente aos dispositivos constitucionais que tornam obrigatória, a cada gestão governamental, a elaboração de um Plano Plurianual com base no qual devem-se pautar as Leis de Diretrizes Orçamentárias que instruirão os Orçamentos Anuais, o Governo envidará esforços, neste último período, para aparelhar a máquina governamental para o cumprimento dessas atribuições.

A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Um outro aspecto ao qual o atual Governo vem dando especial ênfase, calcado fundamentalmente no propósito de resgatar o papel do Rio Grande do Sul na economia nacional, relaciona-se com a integração latino-americana, considerada como o fato estimulador da base do planejamento que se propõe para atingir a meta desta gestão administrativa: modernizar o Estado para viver a integração com eficiência e competitividade.

Atualmente, a complexidade do contexto internacional reforça a importância da integração latino-americana e exige dos agentes locais um posicionamento constante de abertura às inovações e mudanças que caracterizam as relações mundiais contemporâneas. A integração de países em blocos político-econômicos supranacionais caracteriza uma tendência que deverá

levar a um novo mapeamento geo-econômico das relações internacionais, até o final do século, como condição para o desenvolvimento. São exemplos, neste sentido, o Mercado Comum Europeu, Estados Unidos/Canadá e o Japão com os Tigres Asiáticos.

A América Latina aceitou o desafio do desenvolvimento integrado.

Brasil e Argentina desencadeiam este processo inaugurando uma nova etapa das relações regionais.

Tendo presente que este processo, exequível se gradual e realista, não descarta o sistema multilateral de comércio, mas pressupõe um programa que intensifique a interdependência e complementaridade nas áreas econômica, tecnológica e cultural, o Brasil vem consolidando a integração que, no momento, reúne 24 Protocolos, além de vários anexos e acordos complementares, firmados com a Argentina.

Neste momento histórico, o Rio Grande do Sul assume uma postura participativa e se propõe a ocupar seu espaço. **De extremo sul do País, passa a ser o Centro Geo-Econômico desta Integração.**

Começa todo um trabalho de inserção do Estado nesta política integracionista. Os contatos com o Ministério das Relações Exteriores são facilitados através da criação de um canal específico que é a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais. Em consonância com o Itamaraty, se equaciona uma atuação dinâmica na busca de uma integração que maximize benefícios ao Rio Grande.

Os Protocolos firmados com a Argentina apresentam uma característica peculiar que é a praticidade de seu conteúdo. Ao mesmo tempo, o "Tratado de Cooperação Econômica", assinado em novembro de 1988, prevê a criação de um Mercado Comum em um prazo de dez anos.

OS PROJETOS DA INTEGRAÇÃO

Esta meta, por ambiciosa que seja, nos permite uma visão otimista. Entre as obras concretas já definidas, a serem construídas no território estadual, ligando ao vizinho país, está a **Ponte São Borja-Santo Tomé**, cujo significado é superior ao seu tamanho físico, pois viabiliza a ligação Atlântico-Pacífico.

O **Gasoduto**, que trará ao Estado o gás argentino através de Uruguaiana, vai diversificar e qualificar a matriz energética no Rio Grande do Sul, ajudando a amenizar a crise setorial prevista para os primeiros anos da década de 90, e tem todos os seus estudos praticamente concluídos.

Os **Corredores de Exportação**, que permitirão o escoamento da produção do Paraguai e do norte da Argentina, via Porto de Rio Grande e, por outro lado, da produção gaúcha pelo Porto de Antofagasta, no Chile, já contam com várias análises de demanda e potencial de utilização.

Um Protocolo que causou grande impacto junto a diversos setores produtivos do Estado foi o de número 22, relativo a produtos alimentícios industrializados. A idéia do setor público de caminhar junto com a iniciativa privada foi ressaltada nesse momento. A similaridade da produção gaúcha com a da Argentina trouxe uma série de preocupações ao setor privado principalmente pelo volume de produção daquele país que, em alguns produtos, é bastante superior à do Estado. A possibilidade de uma forte concorrência e de uma desestruturação do mercado ocasionou uma grande polêmica. Atendendo às exigências e temores das indústrias daquele ramo, o Estado se fez presente às rodadas de negociações, em Brasília, e participou na elaboração das Listas Comuns de Produtos, protegendo aqueles tidos como os mais sensíveis. Considerando que este é um "caminho sem volta" e que o "crescer juntos", tão evocado nos Protocolos,

trará alterações nas economias dos Estados e Províncias, o Estado enfatiza a necessidade de nossa indústria preparar-se e modernizar-se para enfrentar uma nova realidade de mercado, atendendo às demandas e exigências do consumidor.

Objetivando ainda mais os interesses da Região Sul do Brasil é firmado o Protocolo nº 23 — Regional Fronteiriço. O Rio Grande do Sul articula-se com os Estado de Santa Catarina e Paraná e cria o CODESUL/FÓRUM SUL. Fortalecido pela soma de três Estados, este organismo começa a negociar em conjunto a exemplo do que ocorre com as seis Províncias do nordeste argentino, que formam o CRECÉ/NEA-LITORAL. Ambas as comissões aceleram o debate interregional e agilizam soluções rápidas e práticas para questões próprias da nova região. A assinatura do Protocolo é uma resposta imediata às propostas formuladas por estes organismos.

Muitas das ações previstas no Protocolo 23 já são realidade. Os Comitês de Fronteira, que já estão em funcionamento, são exemplo vivo.

Em agosto de 1989, a cidade de Uruguaiana é sede do encontro dos Presidentes Carlos Menem, Júlio Sanguinetti e José Sarney, além dos nove Governadores da região sul do Brasil e nordeste da Argentina. Naquela oportunidade, os Presidentes instalaram os Comitês de Fronteira Brasil-Argentina. O Governo do Estado instalou a CEDIF — Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira, e foi instituído o Dia da Integração. Paralelamente ao encontro, o Estado promoveu ampla discussão nos setores Transportes, Iniciativa Privada, Cultura e Turismo, reunindo representantes das seis Províncias e dos três Estados representados.

Esta retrospectiva deixa claro que a integração se solidifica, que o relacionamento do Rio Grande do Sul com esta região que o circunda é profícuo e que a política adotada pelo atual Governo Estadual determina um processo contínuo e irreversível, coerente com as expectativas das sociedades brasileira e latino-americana.

Neste momento, outros países da América Latina, como Uruguai e Paraguai, já manifestam o interesse por ações integradas. Gradativamente, os países latinos vão repensando suas políticas e aderindo a este movimento de formação de blocos. O Rio Grande do Sul, nesta conjuntura, prepara seu futuro e uma nova realidade para o povo gaúcho.

AÇÕES ESPECIAIS

A criação de algumas Secretarias Especiais, ou Extraordinárias, como a Secretaria Especial de Governo e a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais vieram dar maior dinamidade à atuação do Governo e preencher algumas atribuições decorrentes das próprias exigências de desenvolvimento econômico.

Enquadra-se neste caso a criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, o que representou para o Estado do Rio Grande do Sul a grande possibilidade de recuperar a importância dos temas de Ciência e Tecnologia, cada vez mais imprescindíveis em qualquer contexto econômico. Assim, ao proporcionar sua atualização em questões desta relevância, o Estado assume um envolvimento concreto no que diz respeito a suas atribuições. Graças a isso, vem sendo possível localizar o potencial representado pelas instituições de pesquisas ligadas tanto ao Estado quanto às Universidades, apreciar o esforço realizado por empresas que lutam por atualização tecnológica para resguardar e ampliar mercados aqui e fora do Estado, além de permitir a identificação de suas deficiências, pontos de estrangulamento, definindo políticas para o setor.

Neste sentido, avança já o preenchimento de um hiato há tempos sentido, dado pela dissociação entre o Estado, as Universidades e o Setor Produtivo, tripé básico para a formação de uma sólida política de Ciência e Tecnologia. A criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia tem permitido ao Estado desempenhar a importante função de articula-


dor de esforços promovendo encontros entre estes agentes e detectando as necessidades mais prementes. Estas funções do Estado, na área de Ciência e Tecnologia ganharam especial relevância e responsabilidade pelo próprio texto constitucional, sabiamente integrado por definições de competência e dotação orçamentária que permite o desempenho das mesmas.

O Estado do Rio Grande do Sul, pode-se reconhecer hoje, está dotado das condições mínimas e básicas de constituir-se em agente decisivo de fomento à ciência, à pesquisa, à atualização tecnológica e ao acompanhamento de seus avanços.

Pelo que até aqui foi relatado, acredito, Senhor Presidente, estar cumprindo o compromisso assumido com a sociedade gaúcha. Numa primeira etapa, a recuperação financeira; estabelecendo, a seguir, as condições necessárias para uma nova base de planejamento, o setor público, com recursos próprios, gera investimentos e recupera sua credibilidade. Isto permitiu uma evolução saudável de novos investimentos do setor privado, atraindo capitais nacionais e novas fontes de financiamento internacionais. Consolida-se e torna-se realidade um novo processo de desenvolvimento do Estado, provocando a retomada do crescimento econômico e participando de forma relevante na integração latino-americana.

Vivendo o presente e o futuro com modernidade e progresso, o Rio Grande resgata o papel histórico que lhe cabe no cenário político-econômico e social brasileiro.

Colho esta oportunidade para renovar a Vossa Excelência, e aos demais integrantes dessa Casa, a manifestação de minha elevada consideração.



Pedro Simon
Governador do Estado

2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO DO ESTADO

2.1 — EDUCAÇÃO E CULTURA

2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

A Secretaria da Educação (SE) é o órgão do Governo do Estado, com atuação no Setor Social, incumbido de administrar o Sistema Estadual de Ensino, tendo por finalidade precípua executar a política do Governo na área da Educação.

Neste sentido, exerce suas ações através das seguintes Diretorias: Diretoria Geral; Diretoria Pedagógica; Diretoria de Recursos Humanos; e Diretoria Administrativo—Financeira.

A Diretoria Geral constitui-se em um órgão de Direção Superior, integrador das demais Diretorias, e articulador das políticas públicas adotadas pelo Sistema Educacional — assessorando o Secretário da Educação neste sentido — bem como coordenador de órgãos que tenham abrangência geral na sistemática técnico-administrativa da Pasta.

As ações sob responsabilidade da Diretoria Geral são desenvolvidas através dos seguintes órgãos: Assessoria às Delegacias de Educação; Assessoria de Valorização e Meios; Assessoria aos Círculos de Pais e Mestres; Assessoria de Planejamento e Assuntos Especiais; Centro de Documentação; Departamento de Apoio aos Municípios; Departamento de Inspeção Escolar.

A Assessoria às Delegacias de Educação (ADEs), que tem como objetivo propiciar o fluxo de orientações e informações entre a Secretaria da Educação e as DEs, tem como principais ações a serem destacadas em 1989:

- Análise de 184 processos de direção e 435 processos de vice-direção e acompanhamento de 115 processos envolvendo solicitação das DEs e da comunidade em geral;
- Prestação de 865 atendimentos às Delegacias, e de 420 atendimentos ao público, em função de solicitações diversas;
- Participação em 12 encontros de Delegados;
- Atendimento ao Projeto Prioritário de Governo “Segurança nas Escolas — PM Residente”;
- Atendimento a solicitações especiais do Secretário da Pasta, envolvendo: levantamento dos professores com 40 ou 30 horas, em exercício em Escolas de Difícil Acesso/Provimento — caracterizadas apenas no Noturno; levantamento da situação funcional de serventes e merendeiras nomeadas em 1989.

A Assessoria de Valorização e Meios (AVM), a partir de sua instalação (setembro/88), atuou em diversas frentes, conforme segue.

Um primeiro nível de atuação vinculou-se ao desenvolvimento de projetos do Programa “Caminhos, Vozes, Raízes”, em seus focos “Cantos e Encontros”, “Fantasias e Vãos em Espaço Livre” e “Testemunhas e Legados”, envolvendo as seguintes atividades:

- Elaboração e execução do Projeto “Nosso Passado, Nosso Presente: Patrimônio”, envolvendo duas escolas de duas Delegacias de Educação (março a dezembro/89);

- **Elaboração e execução do Projeto “Espaço — Arte”, na Secretaria da Educação, com exposições relativas a: Semana da Criança — fotos (fevereiro/89); Dia Internacional da Mulher — desenhos, contos, poemas (março/89); Revolução Francesa — desenhos de alunos (abril/89); Consciência Negra — fotos, trabalhos em tecidos, vestimentas, apresentações de Capoeira, apresentações municipais de “Spirituals”, bebidas típicas (maio/89); Antitabagismo — desenhos de alunos, cartazes (julho/89); Ecologia — fotos, cânticos e desenhos de alunos (agosto/89);**
- **Elaboração e execução do Projeto “Arte — Ação”, com a realização de 15 oficinas assim distribuídas: uma oficina envolvendo 15 funcionários da SE (abril/89); uma oficina envolvendo 30 alunos da Escola Estadual de 1º Grau Ceará/Porto Alegre (maio/89); duas oficinas envolvendo 90 alunos da Habilitação Magistério de Cachoeira/RS (abril/89); duas oficinas envolvendo 90 alunos de escolas de São Sebastião do Cai (agosto/89); uma oficina envolvendo 90 alunos de Escolas de Habilitação Magistério de Estrela (agosto/89); uma oficina envolvendo 120 alunos de Escolas de São Leopoldo (agosto/89);**
- **Elaboração e execução do Projeto “Oficinas Literárias”, com a realização de 10 oficinas, das quais uma oficina formadora de multiplicadores, envolvendo 20 professores (maio/89); uma oficina de Técnicas de Produção de Textos Literários (multiplicação), envolvendo 20 pessoas, entre professores, alunos e funcionários (agosto a dezembro/89);**
- **Elaboração e execução do Projeto “Música Coral em Escolas de 1º e 2º Graus” (junho a dezembro/89) compreendendo a realização de: 20 recitais, em diferentes locais de Porto Alegre, atingindo 6.970 ouvintes; uma Oficina-Concerto em Porto Alegre, envolvendo 500 pessoas (alunos e professores); 19 recitais em 16 municípios de 15 Delegacias de Educação, atingindo 4.915 ouvintes; 27 Oficinas-Concerto em 17 municípios de 11 DEs, envolvendo 7.920 pessoas (alunos e professores); Curso de Regência Coral em Erechim, para 25 professores, com participação de 35 alunos; Curso de Regência Coral em Caxias do Sul, para 15 professores, com a participação de 60 alunos; Curso de Regência Coral em Ijuí, para 26 professores, com a participação de 50 alunos;**
- **Planejamento do Projeto “Cantos e Encontros — 1º Encontro de Corais Escolares da Rede Pública do Rio Grande do Sul” (dezembro/89);**
- **Realização, em Porto Alegre, da primeira etapa do Projeto “Cantos e Encontros — 1º Encontro de Corais Escolares da Rede Pública do Rio Grande do Sul”, reunindo 10 corais infantis, infanto-juvenis e juvenis de Porto Alegre e Interior do Estado, num total de 400 alunos (12/12/89);**
- **Planejamento do Projeto “1º GUATÁ — Encontro de Lideranças Estudantis e Professores — Litoral Norte”, realizado em interface com o Departamento de Assistência ao Educando, 11ª Delegacia de Educação, Subsecretaria de Desporto, Prefeitura Municipal de Tramandaí — Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o apoio da Fundação Parque Osório-Tramandaí, Brigada Militar do Estado e Prefeituras do Litoral Norte (abril a outubro/89);**
- **Execução do Projeto “1º GUATÁ”, envolvendo a participação de 125 alunos e 30 professores, de 20 escolas estaduais e de uma escola municipal (15 a 21 de outubro/89);**
- **Realização de Seminário de Acompanhamento e Projeção do 1º GUATÁ, junto aos participantes daquele encontro (1º/12/89).**

Um segundo nível de atuação da AVM voltou-se para a participação em Programas e Projetos oriundos de outros Órgãos, voltando-se basicamente para dois Projetos Prioritários do Governo do Estado, a saber:

- **Elaboração do Plano de Ação do Projeto Conserve sua Escola**, da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO);
- **Elaboração do Projeto Centros de Referência Humanística — Cerâmica Cordeiro — Programa Vida**, da Secretaria Especial de Governo (SEG).

Além disso, a AVM promoveu/participou de eventos, comemorações e atividades diversas, onde podem ser destacadas:

- **Feira do Livro (outubro/89);**
- **Associação Interinstitucional de Vídeo Educativo**, representando a Secretaria da Educação em Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre (8 reuniões);
- **Coordenação Estadual do 1º Concurso de Ilustrações da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, em Porto Alegre;
- **Elaboração do Calendário Escolar/SE — 1989;**
- **Realização de Sessões de Estudo com professores, supervisores e diretores sobre “Programas de Preparação para o Trabalho (PPT)”**, em interface com DSG/DP/SE, envolvendo 11 reuniões, e 957 pessoas de três Delegacias de Educação (2ª, 29ª e 38ª);
- **Festival de Vídeo Educativo da Associação Interinstitucional de Vídeo Educativo**, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre;
- **Coordenação e montagem do “stand” da Expointer/1989;**
- **1º Seminário sobre Teatro, Educação e Saúde**, integrado à programação do III Encontro de Teatro em Canela (25 a 28 de outubro/89).

A *Assessoria aos Círculos de Pais e Mestres (ACPM)* foi criada com o objetivo de promover a melhor integração entre a escola e a comunidade.

Considerando que o Círculo de Pais e Mestres é uma associação vinculada à escola, e tem auxiliado o Estado na manutenção da mesma, foi programado repasse de recursos do Estado aos CPMs, no sentido de apoiá-los no desempenho dessas tarefas.

Neste sentido, foram repassados no primeiro semestre de 1989, em uma só etapa, recursos num montante de NCz\$ 480 mil — aprovados através do Parecer n.º 151/89, do Conselho Estadual de Educação (CEE) — beneficiando 2.548 CPMs devidamente legalizados e habilitados na forma da lei. No segundo semestre foram repassados a 2.595 CPMs, cerca de NCz\$ 1 milhão, recursos estes aprovados pelo Parecer n.º 985/89, do CEE.

Através dos recursos repassados, é possibilitada a aquisição descentralizada de material de consumo, a remuneração de serviços pessoais, de serviços de terceiros, e/ou encargos, de acordo com o Plano de Aplicação previamente elaborado.

Foram, ainda repassados NCz\$ 49,96 mil para os CPMs de Escolas Estaduais que mantêm o ensino de 2º Grau, com as mesmas finalidades de aplicação.

A *Assessoria de Planejamento e Assuntos Especiais (APPE)* é o órgão responsável, na Secretaria da Educação, por assessorar e subsidiar o Secretário e demais Diretores no desenca- deamento e execução de ações e de projetos especiais de relevância para a área educacional e para a administração pública, em geral.

Com estes objetivos, foram desenvolvidas as seguintes ações, em 1989:

- Representação do Secretário e Diretores, quando solicitado;
- Elaboração de correspondência e/ou atendimento a outros pedidos de interesse do Gabinete, Diretores e Delegacias de Educação;
- Promoção da divulgação de encontros didáticos/pedagógicos programados pela Secretaria da Educação e/ou entidades ligadas direta e indiretamente à Educação;
- Participação no Projeto de Integração Latino-Americana — Cone Sul;
- Acompanhamento, através de Comissão designada, dos trabalhos constituintes estaduais, destacando-se:
 - envio de correspondência a todos os Departamentos da Secretaria da Educação, às Delegacias de Ensino e às Escolas, solicitando participação, sugestões, propostas, e procurando desencadear um debate amplo e democrático de forma a possibilitar a construção de novo Projeto de Educação para o Rio Grande do Sul;
 - realização de reuniões preliminares à instalação da Comissão, com o objetivo de estabelecer critérios, formas de participação e encaminhamento do debate;
 - realização, após a instalação e durante o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, de reuniões e relatórios relativos a todas as fases do processo Legislativo Constituinte, com vistas a informar sobre a atividade estabelecida na Assembleia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul;
 - elaboração de propostas educacionais para a nova Constituição Estadual, resultantes das sugestões recebidas;
 - acompanhamento permanente das propostas, emendas apresentadas por Deputados e Entidades, com a respectiva tramitação e votação nas diversas fases, até a promulgação da nova Carta.
- Organização do Projeto de Direitos Humanos nas escolas, compreendendo:
 - realização de reuniões preliminares com os assessores e entidades envolvidas, com o objetivo de traçar critérios para o trabalho a ser efetivado;
 - encaminhamento de subsídios às DEs e Escolas Estaduais, para discussão;
 - participação nos trabalhos das DEs sobre subsídios ao Plano Nacional de Educação, envolvendo: identificação dos problemas educacionais de maior relevância; sugestão de linhas básicas de políticas públicas da Educação, capazes de superar e resolver esses problemas; proposição de diretrizes para a formulação de subsídios ao Plano Nacional de Educação;
 - participação nos trabalhos das DEs sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), divulgação e subsídios aos mesmos;
 - participação em seminários, encontros, debates realizados por outras entidades;
 - elaboração de estudos e pareceres sobre o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional.

O Centro de Documentação (CD), órgão responsável pela existência, guarda e uso de documentos de interesse para a Secretaria da Educação, tem como objetivo atuar como agente responsável pela seleção, organização, armazenamento, recuperação e disseminação de informações de natureza bibliográfica e legal.

Neste sentido, foram realizadas, na Biblioteca, as seguintes atividades:

- Preparação e incorporação ao acervo, de 547 livros e 122 fascículos;
- Elaboração e indexação de 12.100 fichas;
- Atendimento a 56 consultas e orientações técnicas ligadas à documentação, biblioteconomia e arquivística;
- Compatibilização de 39 documentos elaborados pela Secretaria da Educação;
- Atualização do acervo bibliográfico do Centro de Documentação, através da aquisição de 25 obras;
- Atendimento a 6.812 pessoas, na Biblioteca;
- Atendimento a 13.840 consultas na área de Legislação, realização de 1.503 pesquisas legislativas e fornecimento de 36.676 cópias xerox;
- Prestação de orientação aos Centros de Documentação das Delegacias de Educação (CD/DEs), envolvendo: realização de encontro com 39 responsáveis por CD/DEs; impressão de 150 exemplares do documento "Manual de Serviço do CD/DE"; atendimento a 18 DEs para treinamento em serviço no Centro de Documentação da Secretaria.

O Departamento de Apoio aos Municípios (DAM) tem como atividades básicas as de: coletar, organizar e fornecer dados ao Secretário da Educação, com a finalidade de subsidiá-lo nas decisões político-administrativas que envolvam o Ensino Municipal; cooperar, técnica e financeiramente, com os municípios, na execução de seus Projetos Educacionais; intermediar as relações Secretaria da Educação/Delegacias de Educação/Secretarias Municipais de Educação.

Entre as ações voltadas para a consecução dessas finalidades básicas, destacam-se, em 1989:

- Salário Educação/Quota Estadual — estímulo a práticas pedagógicas de relevância educativa da Rede Municipal de Ensino e concessão de auxílio financeiro às Prefeituras Municipais para o Ensino de 1º Grau, envolvendo recursos da ordem de NCz\$ 6,24 milhões, assim distribuídos: obras — NCz\$ 3,18 milhões, beneficiando 141 municípios; equipamentos — NCz\$ 272 mil, beneficiando 85 municípios; transporte escolar — NCz\$ 1,27 milhão, beneficiando 163 municípios; veículos — NCz\$ 1,21 milhão, beneficiando 69 municípios; treinamento e/ou curso de capacitação — NCz\$ 172 mil, beneficiando 107 municípios; material básico — NCz\$ 144 mil, beneficiando 167 municípios.
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal, envolvendo recursos da ordem de NCz\$ 25,42 milhões, assim distribuídos:
 - auxílio à Manutenção do Ensino Municipal — NCz\$ 200 mil, beneficiando 332 municípios;
 - ressarcimento de professores e servidores municipais cedidos ao Estado: em escolas de difícil provimento — NCz\$ 17,35 milhões, envolvendo 774 escolas, 2.628 professores e 433 servidores; em escolas municipalizadas — NCz\$ 11,72 milhões, envolvendo 518 escolas, 1.746 professores e 295 servidores (números relativos ao mês de dezembro/89).

- Participação em comissões paritárias da Secretaria da Educação, com vistas à regularização das cedências do acordo PRADÉM, aos desvios de função, à aplicação do Parecer n.º 770/89 e às alterações sugeridas pelo CONSEME àqueles acordos e à Municipalização.
- Patrocínio de dois Encontros de Integração SE/DE/SMEC, com a finalidade de melhor articular as relações entre Secretaria da Educação e as Prefeituras Municipais.

O Departamento de Inspeção Escolar (DIE) é responsável pelo atendimento de uma das metas prioritárias do Governo do Estado na área da Educação — **Instalação das Inspetorias Escolares** — vinculada ao processo de Revitalização da Inspeção Escolar no Sistema Estadual de Ensino, e que se encontra em fase de desenvolvimento, consolidado por realizações de abrangência em nível estadual.

A Revitalização da Inspeção Escolar, em fase de implantação gradativa, está sendo efetivada através de uma amostragem de 10 escolas de cada região escolar, abrangendo 380 unidades escolares do Estado e focalizando, nesta primeira etapa, a avaliação dos recursos humanos e recursos físicos dos mesmos.

Consideram-se como ações destacáveis, nesse sentido:

- Elaboração de proposta de criação, no Órgão Central, de Inspeção Escolar contendo estrutura organizacional, competências, atribuições;
- Elaboração dos documentos: Avaliação da Escola; Recursos Humanos; Recursos Físicos; Quadro-síntese da DE;
- Testagem dos documentos, efetivada na 2.ª DE — São Leopoldo, em três escolas: E.E. de 1.º Grau Incompleto Santa Catarina; E.E. de 1.º Grau Incompleto Villa Lobos (com Supletivo); E.E. de 1.º e 2.º Graus de Sapiranga;
- Validação dos documentos;
- Planejamento e preparação de material para a realização de “Treinamento e Credenciamento de Recursos Humanos para Atuação na Inspeção Escolar nas Delegacias de Educação”.
- Realização do treinamento, em três grupos: 1.º Grupo — 14 DEs, com um total de 78 participantes; 2.º Grupo — 12 DEs, com 68 participantes; 3.º Grupo — 12 DEs, com 67 participantes.

A Diretoria Pedagógica atendeu, em 1989, ao desenvolvimento dos Programas de Ensino de 1.º Grau, Ensino de 2.º Grau, Ensino Supletivo, Ensino Superior e Assistência a Educandos, tendo como objetivo básico, o de sistematizar e divulgar uma proposta pedagógica que desde 1987 vinha sendo construída, e que tem envolvido a participação dos segmentos que administraram o Ensino Público do Estado, usuários e outros organismos afins com a questão educacional.

A linha programática adotada visou, basicamente, a:

- Atualização, capacitação e/ou qualificação de professores para implementar a reconstrução curricular segundo a política expressa na Proposta Pedagógica, investindo prioritariamente na alfabetização, instituindo laboratórios e capacitando recursos humanos na metodologia construtivista; definindo em nível de Estado os objetivos mínimos por componente curricular (Estudos Sociais, Português e Matemática); atualizando equipes diretivas e secretários de escola para o suporte administrativo à nova prática; qualificando professores para o Ensino Técnico, Pré-Escola, Ciências, Educação Artística, Educação de Adultos e Informática Aplicada à Educação; capacitando professores e atualizando especialistas para o aprimoramento dos serviços de bibliotecas escolares, centros de informática e serviços de saúde e promoção social;

- Aquisição e distribuição de material didático; módulos para a alfabetização, Ciências, Estudos Sociais, Literatura Infanto-Juvenil; material didático e de produção para as Escolas Técnicas; microcomputadores como recurso de aprendizagem e de habilitação; material de consumo e equipamento para os serviços de assistência ao educando (gabinetes odontológicos, médicos, clínicas de leitura, enfermagem e nutrição);
- Formulação de propostas alternativas para o atendimento pedagógico ao indígena; ao colono de assentamentos agrícolas; aos meninos de rua; e o resgate da cultura negra, integrando ações com o INCRA, FUNAI, LBA, SMEC, PM, IES, FUNABEM, entros outros;
- Proposição de maiores investimentos em áreas avaliadas como deficitárias na dotação orçamentária, através da indicação de Projetos Prioritários.

Neste sentido, foram indicados pela Secretaria da Educação, e aprovados pelo Governador do Estado como integrantes do elenco dos Projetos Prioritários de Governo, os seguintes: **O Projeto da Central de Apoio Tecnológico à Educação**, com iniciativa de modernidade em recursos didáticos para a prática pedagógica, envolvendo rádio, televisão, vídeo, microcomputador e outros; o **Projeto Escola Aberta**, atendendo a crianças e adolescentes excluídos do processo convencional, em especial o menor, o menino de rua; o **Projeto LER - Lendo e Escrevendo o Rio Grande** — atendendo ao analfabeto jovem e adulto (15 anos ou mais); o **Projeto de Reativação dos Gabinetes Odontológicos** priorizando a atenção à saúde do escolar; e, por último, o **Projeto Ensino Técnico — Novas Perspectivas** que atenta à reconstrução do currículo à proposta de um novo perfil para o desempenho do Ensino Técnico, integrando-o aos setores produtivos do Estado (Primário, Secundário e Terciário), e à implantação de Centros Profissionalizantes de qualidade no Rio Grande do Sul.

Paralelamente à linha programática foram realizadas reformas administrativas no setor pedagógico com o propósito da manutenção da unidade funcional e do resgate do setor como atividade-fim para o desempenho da função Educação.

A Diretoria Pedagógica está organizada com cinco Centros e quatro Departamentos. O Ensino de 1.º e 2.º Graus Regular e Supletivo são gerenciados pelo Departamento de Ensino; o Ensino Técnico, pelo Departamento de Ensino Técnico; as unidades de regimento e controle escolar, pelo Departamento de Estrutura e Funcionamento; e a Assistência a Educandos, pelo Departamento de Assistência ao Educando. O Centro do Livro e Bibliotecas Escolares, o Centro de Articulação com o Ensino Superior, o Centro de Informática aplicada à Educação, o Centro de Ciências, e o Centro de Planejamento e Pesquisa, são organismos de apoio e fomento ao desenvolvimento do Ensino de 1.º e 2.º Graus, Regular e Supletivo, tanto para a formação geral como para a profissionalizante e/ou preparação para o trabalho.

Salienta-se neste exercício, a cooperação de outras entidades da Administração Direta e Indireta, e autarquias, bem como entidades privadas para a consecução do programa de trabalho da Diretoria Pedagógica (INCRA, FUNAI, LBA, SMEC, Prefeituras Municipais, ANFRO, Instituições de Ensino Superior, FAMURS, CEPERS, FUNABEM e FADERS, FETLSVC e outros). Além do mais verificou-se a descentralização do processo de planejamento, viabilizando estratégias de tomada de decisão ao nível de Delegacia de Educação, e o incremento ao repasse de recursos financeiros aos órgãos regionais para atendimento mais imediato às necessidades pedagógicas das localidades.

A seguir estão discriminadas, por Programa, as ações realizadas pela Diretoria Pedagógica.

Com relação ao Programa Ensino de 1.º Grau, destacam-se:

- 9 Encontros Regionais nos municípios de Santa Rosa, São Leopoldo, Gravataí, Livramento, Passo Fundo, Santa Maria, Osório, Canoas e Camaquã com a participação de 415 professores de pré-escola e 30 supervisores, abrangendo, aproximadamente, 9960 alunos, e

- de um Encontro Estadual de Educação Pré-Escolar, em Porto Alegre, beneficiando 62 professores coordenadores de pré-escola nas DEs;
- 3 Cursos para qualificação, em nível de pós-2.º Grau, a 187 Professores e 14 supervisores que atuam na pré-escola, nos municípios de Soledade, Rio Grande e Caxias do Sul;
 - Aquisição de jogos didáticos e psicopedagógicos, brinquedos pedagógicos e livros infantis, beneficiando 1.936 classes de pré-escola das 38 DEs, abrangendo 39.000 alunos;
 - Reimpressão de 1.500 exemplares do documento “Função Simbólica da Série Pré-Escolar” e de 1.000 exemplares das propostas para a Educação Pré-Escolar, beneficiando 2.500 classes de pré-escola;
 - Encontro Estadual sobre Educação Popular e o Menor Marginalizado, promovido conjuntamente com a FEBEM, abrangendo 1.ª, 3.ª e 9.ª DEs, beneficiando, aproximadamente, 1.118 alunos;
 - Encontro de Escolas Abertas realizado em Cruz Alta, abrangendo a 4.ª, 7.ª, 9.ª e 36.ª DEs;
 - Encontro Estadual sobre Educação Escolar Indígena, realizado em Passo Fundo, abrangendo a 7.ª, 15.ª, 21.ª e 33.ª DEs e beneficiando, aproximadamente, 1.000 alunos;
 - Implantação de 07 escolas abertas, sendo 05 em Porto Alegre, uma em Cruz Alta e uma em Caxias do Sul, e em proposta de elaboração em Taquari, Passo Fundo e Carazinho, beneficiando, aproximadamente, 5.000 alunos;
 - Regulamentação de 25 escolas em 10 Postos Indígenas localizados em Cacique Doble, Tapejara, Miraguaí, Tenente Portela, Santo Augusto, Iraí, Nonoai, Planalto, Liberato Salzano, Redentora e São Valentim beneficiando, aproximadamente, 1.605 alunos;
 - Implantação de 34 escolas para assentados agrícolas, beneficiando 3.048 famílias dos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Jóia, Santo Ângelo, Eldorado, Cruz Alta, Tupanciretã, Salto do Jacuí, Santiago, Canoas, Sarandi, Palmeira das Missões, Rondinha, Ronda Alta, Taquari e Soledade;
 - Formulação e experimentação de propostas curriculares alternativas nos focos prioritários; alfabetização, saúde e o processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais e ensino noturno, envolvendo 31 escolas de 1.º Grau da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 10.ª, 15.ª, 24.ª, 28.ª, 36.ª DEs, 250 professores, 08 Instituições de Ensino Superior, 06 Secretarias Municipais de Educação e beneficiando, aproximadamente, 7.000 alunos;
 - Apoio técnico e financeiro à 4.ª, 6.ª, 18.ª, 19.ª, 30.ª, e 35.ª DEs para a realização das Feiras de Ciências;
 - Realização de 28 Recitais Didáticos para 4.370 alunos de 32 escolas estaduais de 1.º Grau de Porto Alegre e de 06 Concertos para a Juventude, beneficiando 7.690 alunos de 60 escolas estaduais da 1.ª e 28.ª DEs;
 - Realização, pelo Coral “Madrigal Musiart”, de 28 oficinas — concerto beneficiando 8.420 alunos de 13 DEs e de recitais didáticos em 25 municípios do Estado envolvendo, aproximadamente, 12.300 pessoas da comunidade;
 - Curso de Estudos Adicionais a nível de pós-2.º Grau, para especialização de 30 professores da 2.ª DE, na área de Educação Artística, desenvolvido pela FEEVALE/FUNDARTE;
 - 4 Encontros Regionais e um Estadual sobre Alfabetização, em Santa Maria, Cruz Alta, Carazinho e Porto Alegre, beneficiando 700 professores;

- 2 Cursos sobre a Proposta Construtivista de Alfabetização e Leitura na Escola, beneficiando 270 professores de 1.ª a 4.ª séries de escolas estaduais de Porto Alegre e 200 do Interior do Estado;
- 2 Cursos de Estudos Adicionais, a nível de pós-2.º Grau, para habilitação de professores na área de Ciências desenvolvidos pela FESB, de São Borja e pela FACOS/CNEC, de Osório, beneficiando 85 professores;
- Curso de Especialização em Informática na Educação para 25 professores, realizado em Passo Fundo, visando a uma nova metodologia de ensino pelo uso do microcomputador, beneficiando, aproximadamente, 750 alunos;
- Curso em linguagem LOGO para formação de professores facilitadores, para atuarem, com alunos, na área da Educação Especial beneficiando 09 professores desta área;
- II Seminário Nacional de Bibliotecas Escolares, realizado em Porto Alegre, numa promoção conjunta com a Fundação de Assistência ao Educando (FAE), e Instituto Nacional do Livro (INL), com a participação de 320 bibliotecários e professores que atuam em bibliotecas;
- Encontro com 27 professores e 08 supervisores da 3.ª, 5.ª, 6.ª, 14.ª, 22.ª, 26.ª, e 28.ª DEs de 09 escolas, sobre a proposta curricular voltada para o Setor Primário da economia;
- Apoio, com recursos financeiros e assessoramento técnico, às 36 Comissões Mistas para a realização do acompanhamento e a avaliação de ações voltadas para o Ensino de 1.º Grau e desenvolvidas através dos Programas Regionais de Ação Integrada;
- Jornada de Estudos sobre Alfabetização para aprofundamento das questões da ação supervisora na proposta construtiva, beneficiando 60 profissionais da Educação;
- Aquisição de jogos psicopedagógicos e de material de apoio para classes de alfabetização das 38 DEs, beneficiando, aproximadamente, 125.000 alunos;
- Aquisição de 1.570 volumes de livros didáticos para uso do professor que atua em área de alfabetização, de 350 livros de apoio ao processo de escolha, indicação e utilização do livro didático.

Com relação ao Programa Ensino de 2.º Grau, destacam-se:

- Curso para discussão de uma proposta de trabalho para o Ensino de 2.º Grau Regular noturno em Convênio com a FAPA, beneficiando 30 professores de 06 escolas estaduais de Porto Alegre;
- Seminário de avaliação sobre o trabalho de reconstrução curricular desenvolvido nas disciplinas do núcleo comum, beneficiando 124 professores, supervisores escolares, orientadores educacionais e diretores de 6 escolas estaduais que mantêm 2.º Grau noturno;
- Curso para assessorar a proposta de trabalho para o Ensino de 2.º Grau diurno e noturno, beneficiando 30 professores, supervisores e orientadores educacionais de 10 escolas estaduais da 1.ª DE;
- 9 Encontros Estaduais sobre reconstrução curricular nas diferentes habilitações plenas do Setor Terciário: Contabilidade, beneficiando 191 profissionais da Educação de 65 escolas de 2.º Grau de 34 DEs; Assistente de Administração, 24 profissionais de 07 escolas pertencentes de 07 DEs; Secretariado, 22 profissionais de 06 escolas da abrangência de 04 DEs; Decoração, 11 profissionais de 02 escolas pertencentes à 1.ª e 2.ª DEs; Tradutor e Intérprete, 05 professores, diretores, supervisores, coordenadores das habilitações;

- 5 Encontros Estaduais sobre reconstrução curricular nas diferentes habilitações do Setor Secundário: Eletrônica, Química, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Pecuária, Agropecuária e Florestal, beneficiando 158 professores, diretores, supervisores, coordenadores das habilitações de 44 escolas estaduais de 2.º Grau;
- Curso de Esquema I, para habilitação de 60 professores em exercício, em disciplinas profissionalizantes de escolas técnicas estaduais, sendo 07 do Setor Primário, 29 do Setor Secundário, e 24 do Setor Terciário;
- Curso, para o Setor Primário, de atualização sobre Citricultura, beneficiando 03 professores de 03 escolas da 15.ª e 28.ª DEs.;
- 6 Encontros com diretores de escolas agrícolas sobre Reorientação do Ensino Técnico;
- Ampliação e atualização do acervo bibliográfico de 25 escolas técnicas no que concerne a livros técnicos para utilização pelos professores;
- Aquisição de material para proteção dos alunos e professores nas atividades técnico-pedagógicas relacionadas com o uso de agrotóxicos, desenvolvidas em 09 escolas agrícolas, beneficiando 1.491 alunos, e de material para a implantação de projetos de silvicultura e fruticultura, em 02 escolas agrícolas e comunidades escolares;
- Aquisição de "Kits" para 66 bibliotecas que mantêm Habilitação Magistério, beneficiando 5.000 alunos.

No que se refere às ações que abrangem o Ensino de 1.º e 2.º Graus, são de mencionar:

- 2 Encontros Estaduais sobre Educação e Classes Populares, enfocando o menor marginalizado, meninos de rua, estudante trabalhador (ensino noturno), assentamentos, negro e educação indígena, beneficiando 304 profissionais da Educação das 38 DEs;
- Curso sobre Dança Afro na 5.ª, 19.ª, e 27.ª DEs, beneficiando 380 alunos, 06 encontros em Delegacias de Educação sobre o Negro e a Educação, beneficiando 21.500 professores, e um curso sobre História do Negro na 19.ª DE, beneficiando 3.000 alunos de 1.º e 2.º Graus;
- Encontro Estadual de 1.º e 2.º Graus Regular noturno, beneficiando 80 assessores técnicos das 38 DEs, e 04 Encontros Regionais para viabilizar a elaboração de uma proposta pedagógica para o ensino noturno, abrangendo 14 Delegacias de Educação;
- Curso de Metodologia e Técnicas para o Ensino de Espanhol, promovido conjuntamente com a PUC, UFRGS e Instituto de Cultura Hispânica, beneficiando 23 professores da 1.ª, 8.ª, 10.ª, 22.ª, 27.ª, e 28.ª DEs;
- Encontro Estadual para 52 professores de Francês da 1.ª, 4.ª, 5.ª, 9.ª, 24.ª e 27.ª DEs, promovido conjuntamente com a Associação dos Professores de Francês do Rio Grande do Sul;
- Reciclagem para 08 professores de Inglês de 27.ª DE, promovido conjuntamente pela SE, 27.ª DE e Associação de Professores de Inglês do Rio Grande do Sul;
- Apoio a Programas de Ciências em desenvolvimento nas escolas estaduais, com a colaboração de 07 Instituições de Ensino Superior, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Centro de Ciências do Estado do Rio Grande do Sul, através do financiamento de 162 bolsas-trabalho da CAPES, sendo 60 para professores da Rede Estadual de Ensino;
- 3 Cursos de Introdução à Informática, em Linguagem LOGO — parte gráfica e para formação de professores facilitadores, beneficiando 36 professores de Porto Alegre e Caxias do Sul;

- 37 Cursos de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Religioso, beneficiando 1.110 professores do Estado do Rio Grande do Sul;
- Encontro de responsáveis pelas Unidades Educativas de Produção de 20 escolas da 2.^a, 3.^a, 5.^a, 6.^a, 11.^a, 14.^a, 15.^a, 16.^a, 20.^a, 22.^a, 24.^a, 26.^a, 28.^a, e 32.^a DEs, beneficiando 20 professores;
- Curso de atualização sobre Citricultura realizado em Taquari, beneficiando 11 professores de 10 Delegacias de Educação;
- Treinamento sobre o Uso de Máquinas e Motores-principais cuidados, prevenção de acidentes, manutenção, abrangendo 05 professores de 04 escolas da 2.^a, 11.^a, e 28.^a DEs e beneficiando 500 alunos;
- Curso de Adubos e Adubação, abrangendo 19 professores de 14 DEs, e beneficiando 3.000 alunos;
- Encontro Estadual dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), em Porto Alegre, abrangendo 16 CEFAMs da 1.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a, 10.^a, 11.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 17.^a, 20.^a, 24.^a, e 38.^a DEs, com a participação de 60 profissionais de educação e beneficiando 5.000 alunos;
- Curso de Didática da Alfabetização numa Proposta Construtivista, em Porto Alegre, com a participação de 350 professores de 69 Escolas com Habilitação Magistério e beneficiando 5.000 alunos;
- Aquisição de 56 “kits” de Laboratório e de equipamentos para o desenvolvimento das terminalidades relativas ao Setor Terciário da economia, beneficiando 92 escolas de 1.^o e 2.^o Graus.

Quanto ao Programa Ensino Supletivo destacam-se:

- Realização de exames supletivos de 1.^o Grau abrangendo 38 DEs e beneficiando 25.452 alunos;
- Encontro de Professores de Centros de Estudos Supletivos (CES) abrangendo 90 professores da 1.^a, 4.^a, 9.^a, 14.^a e 18.^a DEs, beneficiando 6.000 alunos;
- Aquisição de 05 módulos de Ciências para os Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES), beneficiando 400 alunos; de 11 módulos para os cursos de Ensino Supletivo; de material necessário à reprodução de módulos para o ensino à distância para 06 Centros de Ensino Supletivo (CES); e de equipamentos diversos para atividades agropecuárias de 02 CRES, beneficiando 160 alunos;
- Participação de 05 Professores do Ensino Supletivo no Curso de Especialização em Educação de Adultos, a nível de 3.^o Grau, na UFRGS;
- Repasse de recursos financeiros para apoio à ação supervisora de 19 DEs que mantêm Ensino Supletivo;
- Aquisição de material para a produção e/ou reprodução de programas radiofônicos educativos (RADED) abrangendo 161 emissoras de rádio;
- Realização de exames supletivos de 2.^o Grau abrangendo 38 DEs e beneficiando 27.242 alunos; exames supletivos de qualificação profissional, beneficiando 2.072 alunos na habilitação Técnico em Transações Imobiliárias; e 1.724, na habilitação Auxiliar de Enfermagem.

Considerando ações que abrangem o Ensino de 1.^o e 2.^o Graus Regular e Supletivo, devem ser mencionadas as seguintes:

- Repasse de recursos financeiros às 38 DEs para atendimento às prioridades pedagógicas de cada região escolar, com a realização de 434 ações, envolvendo 48.642 profissionais da Educação;
- 3 Encontros Regionais sobre Reconstrução Curricular realizados em Passo Fundo, Iraí e Caxias do Sul, beneficiando 1.400 professores e um Encontro Estadual sobre os componentes: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Equipes Dirigidas de Escolas das 38 DEs, beneficiando 456 professores;
- Apoio ao IV Encontro de Centros de Ciências do Brasil, realizado em Santa Cruz do Sul, abrangendo 100 professores de Centros de Ciências do País e 200 professores e alunos, beneficiando 35 Centros de Ciências de 16 Estados Brasileiros;
- Concessão de 25 bolsas de estudo nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas e renovação de 07 bolsas nas áreas de Estudos Sociais, Ciências Humanas e Comunicação e Expressão, como incentivo à habilitação de membros do magistério público estadual;
- Treinamento para professores auxiliares de Bibliotecas Escolares, realizado em duas etapas, beneficiando 1.062 professores de 25 DEs;
- Seminário Nacional de Literatura Infanto-Juvenil para alunos do Curso de Magistério, professores e bibliotecários das 38 DEs;
- 2º Encontro Estadual de Equipes de Controle Escolar, beneficiando 200 professores representantes das 38 DEs;
- Aquisição de 1.218 módulos de Estudos Sociais, de 682 módulos completos para Laboratórios de Ciências e de 211 módulos incompletos, beneficiando, respectivamente, 1.227 e 893 escolas de 1º e 2º Graus, Regular e Supletivo;
- Aquisição e distribuição de livros de literatura infanto-juvenil, revistas, dicionários para 480 escolas do Ensino Regular e livros técnicos para utilização pelos professores de 47 escolas do Ensino Supletivo e de aparelho de videocassete, gravador e televisor para a execução do Projeto "Apoio ao Programa Nacional do Livro Didático", beneficiando professores dos diversos graus e modalidades de ensino das 38 DEs;
- Aquisição de 67 microcomputadores e 16 impressoras para 10 escolas do Estado;
- Produção e divulgação: das Estatísticas Básicas do Ensino Superior — 1987, com informações sobre recursos humanos e organizacionais relativos ao 3º Grau, como material de apoio ao planejamento educacional; e de informações sobre experiências pedagógicas realizadas, de forma integrada, pelas IES e escolas da rede pública de 1º e 2º Graus;
- Ampliação da rede com a criação de uma escola de 1º Grau, 52 de 2º Grau, instalação de 405 séries de 1º Grau, ampliação da jornada de 479 escolas de 1º Grau e uma de 2º Grau, 114 escolas maternais e jardins de infância, 10 novas habilitações de 2º Grau e 08 unificações de escolas de 2º Grau.

Com relação ao Programa Assistência ao Educando, destacam-se:

- Repasse de recursos financeiros à 1ª, 8ª, 15ª, 17ª, 23ª, 24ª, 25ª, 32ª e 36ª DEs para a assistência ao escolar carente em suas necessidades mais imediatas como: aquisição de aparelhos corretivos, vestuários, uniforme, honorários médicos e serviços laboratoriais e internações laboratoriais, beneficiando 3.810 alunos;
- Aquisição de vagas de 1º Grau em escolas particulares, beneficiando 20.339 alunos caren-

tes excedentes de escolas públicas das 38 DEs e 36 bolsas de estudos para alunos excepcionais de Escolas Especiais;

- Assistência ao escolar carente de 1º Grau, através da aquisição e distribuição de equipamentos e material de consumo para prover 80 consultórios médicos, 372 consultórios odontológicos, 90 gabinetes de psicologia, 110 clínicas de leitura, 3.000 setores de enfermagem e conserto em equipamentos de 110 gabinetes odontológicos;
- Aquisição de equipamentos para cozinha de 272 escolas de 1º Grau da rede estadual, melhorando a assistência alimentar dos alunos; distribuição de 122.760.000 refeições para escolares de 1º Grau, 63.000.000 de refeições aos irmãos menores dos escolares deste grau de ensino e distribuição de gêneros alimentícios a 4.321 alunos das Escolas Agrícolas;
- Publicação e distribuição de cartilhas: 15.000 sobre Relações do Consumidor, 4.992 sobre Educação e Saúde Oral, 4.250 sobre Prevenção de Acidentes na Escola e impressão e distribuição de 500 cartazes sobre Prevenção de Acidentes na Infância;
- 6 Encontros sobre Educação para a Saúde reunindo 530 responsáveis por esse Programa em escolas e DEs, de Uruguaiana, Porto Alegre, Vacaria, Bagé, Livramento e Santiago, com vistas ao estabelecimento de diretrizes para o envolvimento, no Programa, da família e da comunidade;
- Curso sobre Educação em Saúde Bucal, abrangendo 80 cirurgiões-dentistas, com abordagens diversas sobre a prevenção e o tratamento da cárie dentária;
- Curso sobre Psicologia Escolar, abrangendo 180 psicólogos, enfocando a problemática da Assistência Psicológica ao Adolescente e dos Rumos da Psicologia Escolar no Contexto Atual;
- Curso sobre Reeducação Escolar, abordando aspectos psicopedagógicos, psicomotores e fonoaudiológicos que interferem nas atividades da criança em idade escolar, abrangendo 130 profissionais das Clínicas de Leitura das escolas da rede pública estadual;
- Encontro sobre Saúde Escolar com vistas à melhoria do atendimento básico e encaminhamento especializado de alunos do 1º Grau, envolvendo 46 profissionais da área;
- Curso sobre Nutrição Escolar enfocando aspectos de seleção, armazenamento, conservação, higiene e controle da qualidade e aceitação dos gêneros alimentícios da merenda escolar, realizado em duas etapas, envolvendo 76 responsáveis pelos Núcleos Regionais de Nutrição Escolar das 38 DEs;
- 7 Treinamentos em serviços para serventes-merendeiras, realizados em Caxias do Sul, Uruguaiana, Casca, Ijuí, Três de Maio, Porto Alegre e Erechim, beneficiando 3.000 serventes-merendeiras de escolas de 1º Grau;
- Auxílio financeiro para 10.925 alunos de 1º e 2º Graus em renovação do Programa de Bolsas de Estudo; bolsas de estudo para 7.622 alunos de 1º Grau, 2.342 alunos de 2º Grau como contrapartida à cedência de 1.048 professores estaduais às escolas particulares;
- Aquisição de vagas de 2º Grau em escolas particulares, beneficiando 12.455 alunos carentes excedentes e auxílio financeiro a 07 estudantes da área técnica de 2º Grau.

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH), através do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH), está incumbida da execução da política de desenvolvimento de recursos humanos, tendo neste sentido, desenvolvido uma série de atividades de provimentos e execução de serviços de seleção, aconselhamento, treinamento e avaliação de desempenho, em nível de Central do Sistema (Secretaria da Educação) e Delegacias de Educação, no exercício de 1989.

A Diretoria Administrativo-Financeira (DAF), tendo como função coordenar e controlar a execução dos meios para o ensino, desenvolve as atividades da administração financeira, de material, de patrimônio, de transporte oficial e de serviços gerais da Secretaria da Educação.

A área de atuação da Diretoria Administrativo-Financeira prosseguiu, em 1989, nas linhas determinadas pela Programação Setorial 1988/91, adotando no atual exercício uma programação mais elaborada e com o estabelecimento de metas, principalmente no atendimento à rede física dos prédios escolares, e a material para escolas, estabelecendo prioridades dentro de um planejamento cooperativo entre Delegacias de Educação e Órgão Central, baseadas em um diagnóstico real localizado.

Procurando otimizar os meios para a Educação, atendendo às metas prioritárias do Governo, esta Diretoria estabeleceu no ano de 1989, o seguinte:

- Construir, ampliar e reconstruir prédios escolares para o ensino de 1.º e 2.º Graus do Ensino Regular e Supletivo, para dar atendimento à demanda escolar das concentrações populacionais em localidades de maior desenvolvimento econômico, dos municípios novos criados e dando ênfase ao artigo 216 da Constituição Estadual, transformando as Escolas de zonas urbanas em Escolas de 1.º Grau Completo;
- Restaurar e reformar prédios escolares que, devido à não-conservação, encontravam-se em precário estado;
- Agilizar a execução de obras e reformas escolares através de trabalho integrado com a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO), com destaque ao Projeto Prioritário de Governo/1989, Projeto Nova Escola;
- Prover de equipamentos e materiais de consumo básico as Unidades Escolares de 1.º e 2.º Graus do Ensino Regular e Supletivo, procedendo também à recuperação e redistribuição;
- Iniciar um programa de tombamento do patrimônio, com a finalidade de avaliação e controle do equipamento e materiais da Rede Estadual de Ensino;
- Realizar levantamentos com respectivos processamentos da matrícula final de 1988, e dados de matrículas do ano de 1989 da Educação Pré-Escolar, Ensino Regular de 1.º e 2.º Graus, Ensino Supletivo e Educação Especial;
- Proceder à manutenção básica dos prédios das escolas estaduais, dos Órgãos Regionais e do Órgão Central da Secretaria da Educação;
- Instalar aparelhos de Telex nos Órgãos Regionais e iniciar tratativas na implantação de Informatização Integrada — Secretaria da Educação e Órgãos Regionais.

A execução física e os respectivos recursos financeiros a seguir retratam a capacidade de movimentação de cada Departamento desta Diretoria e da própria DAF como um todo.

O Departamento de Obras Escolares, dentro da operacionalização dos objetivos do Plano do Governo, e dando cumprimento às suas atribuições de Gerenciamento dos Recursos necessários à execução da construção, ampliação, reconstrução, recuperação e manutenção de prédios escolares da Rede Oficial, procurou atingir o maior percentual possível dentro das metas estabelecidas.

Dos recursos oriundos do Salário-Educação para o exercício de 1989, 70,22% foram destinados à aplicação em Prédios Escolares de 1.º, e de 1.º e 2.º Graus.

Cabe destacar, na oportunidade, o Plano de Obras/89 — Projeto Nova Escola — não só pelo volume de obras atendidas, como pelo tratamento dispensado no estabelecimento de

prioridades, através de planejamento integrado Secretaria e Delegacias de Educação, em suas respectivas regiões, em termos de escolas e estabelecimentos de metas a serem desenvolvidas de construção, ampliação e reconstrução, estabelecendo-se como ambientes a serem construídos: salas de aula, refeitório, cozinhas, bibliotecas, conjuntos sanitários e salas de direção.

O Plano de Obras/89 — Nova Escola, atende às metas de construção, ampliação e reconstrução de 289 escolas com um total de 1.056 salas de aula, numa aplicação de recursos no valor de NCz\$ 110,56 milhões. Como o plano estabelecido abrange 453 escolas, já na 1.^a quinzena de janeiro verificou-se a publicação de novos editais.

Como o processo de obras é contínuo e buscando solução para a situação precária em que se encontravam os prédios escolares, outras 529 escolas com construções, ampliações e/ou reconstruções deram prosseguimentos a obras em 1989. Os recursos alocados com esta finalidade provieram de Salário-Educação e Tesouro do Estado. Também 1.587 escolas sofreram reformas e/ou grandes reparos e 1.391 escolas foram atendidas em pequenos reparos.

Foram desencadeadas ações em 1989 no sentido de planejar as obras de conservação e reparos para 1990. No que se refere à construção, reconstrução e ampliação de escolas, o trabalho conjunto — Secretaria da Educação, Delegacias de Educação e Secretarias Municipais de Educação, e a Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) — buscou uma maior racionalização na expansão da rede. Em relação à conservação dos prédios da rede pública, foram desencadeadas ações no sentido de executar, em 1990, manutenção preventiva em 19.221 salas de aula, e manutenção corretiva em 740 prédios escolares.

O montante de recursos aplicados em obras em 1989 foi de NCz\$ 198,42 milhões.

A reorganização do Departamento de Manutenção Escolar (DME), unindo a manutenção escolar à manutenção da Sede e Delegacias, além de atender à definição de uma política de material e equipamento escolar, levou ao controle total da aquisição e distribuição de materiais e equipamentos em todo o Sistema Estadual, no ano de 1989.

Através da organização administrativa racional e eficiente, foi possível implantar uma política de suprimento às unidades do Sistema Estadual de Ensino, que prevê a utilização plena de todos os equipamentos com o remanejamento, recuperação e, após, esgotadas estas possibilidades, a aquisição. O remanejamento de equipamento e mobiliário, que não onera os cofres públicos, é implementado através de visitas normais da supervisão, no âmbito de cada região escolar e, após, se necessário, entre as Delegacias de Educação.

A recuperação de mobiliário e equipamento, que necessitou de aporte de recursos, em 1989, da ordem de NCz\$ 673,86 mil, evitou o sucateamento com aplicação regionalizada feita na própria DE.

No que tange a material de consumo, foi estabelecido um mínimo de material de expediente, material de limpeza e material elétrico segundo critérios estabelecidos por número de alunos e número de dependências, privilegiando escolas de periferia, mas atingindo todas as escolas estaduais do Rio Grande do Sul.

A aquisição de mobiliário caminhou junto à conclusão de obras do Projeto Nova Escola sendo equipadas 538 salas novas com carteiras, cadeiras e mesas de professor de 195 escolas.

Dentre as grandes ações implementadas pelo Departamento faz-se necessário ressaltar as atividades de supervisão e apoio, que levaram à realização de visitas a Delegacias de Educação com seus municípios de abrangência, executando trabalho de fiscalização da qualidade do material repassado para as escolas, sua utilização e distribuição.

Com estas ações preparou-se caminho para que em 1990, com a Informatização das DEs, possa ser definitivamente realizado o cadastro-geral de equipamentos e mobiliários na área da Educação.

O volume total de recursos mobilizados para atender aos diversos Programas de Ensino com relação a equipamentos e materiais de consumo atingiu o montante de NCz\$ 23,99 milhões, dos quais 73,94% foram destinados ao 1º Grau; 22,84%, ao Ensino de 2º Grau; 0,85% ao Ensino Supletivo; e 2,37% ao Programa de Assistência ao Educando. Ainda foram empregados NCz\$ 1,02 milhão à manutenção do Órgão Central, e NCz\$ 400 mil para as DEs.

É de salientar, ainda, como fato marcante dentro das atividades da Secretaria em 1989, a reedição da Revista do Ensino, recriando assim uma publicação que surgiu em 1939, e teve seu último número publicado em 1978.

A Revista, à exemplo de suas finalidades originais, propõe-se a discutir questões básicas da Educação, bem como a transmitir relatos de novas experiências pedagógicas a toda a Rede Pública Estadual de Ensino. Neste sentido, foi desenvolvido um projeto editorial e gráfico discutido com educadores e professores, sendo criada uma equipe para redação da publicação, ao mesmo tempo em que se constituiu um Conselho Editorial formado por professores.

O primeiro número foi lançado em Reunião-Almoço da Educação, pelo Secretário da Pasta, em 15/10/89 — Dia do Professor, sendo a Revista distribuída a todas as Delegacias de Educação do Estado, e à quase totalidade das Bibliotecas do Rio Grande do Sul, e até mesmo de alguns Estados do Brasil.

2.1.2 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha foi criada a partir de um convênio firmado em 08 de março de 1957, entre o Município de Novo Hamburgo, com a cédência da área; a União, através do Ministério de Educação e Cultura, com a construção e aquisição dos equipamentos; e o Estado, com a manutenção dos recursos humanos e patrimônio. Instituída oficialmente nos termos do Decreto Estadual nº 18.418, de 28 de janeiro de 1957, a Fundação é uma instituição de direito privado, subvencionada pelo Estado.

Está instalada em uma área de 20 hectares, num total construído de 12.000m², com salas-ambientes administrativas, salas de apoio pedagógico (biblioteca, audiovisual, reprografia, desenho, laboratório de Física, de vídeo, de estudos, de computação e outras), salas de aula, vários laboratórios e oficinas nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, além de um módulo desportivo cultural, todos equipados com material permanente. Aliado ao ensino, a Fundação mantém a Diretoria de Pesquisa e Produção Industrial, que presta serviços a empresas do Estado. A administração da Fundação está assim constituída: Conselho Técnico Deliberativo, Conselho de Curadores, Direção Executiva, Secretaria Executiva, Direção Administrativa, Direção de Ensino e Direção de Pesquisa e Produção Industrial.

Tem a Fundação Liberato Salzano como área de atuação, a formação de técnicos ao nível de 2º Grau para o setor industrial, nas habilitações de Química, Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica, abrangendo em suas ações os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A Fundação oferece cursos técnicos nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica, em quatro anos, mais estágio supervisionado na empresa, perfazendo um total de 4.560 horas de atividades. Em agosto de 1989, passaram a ser oferecidos cursos noturnos de complementação profissional para alunos que já concluíram o 2º Grau.

A Instituição mantém em seus serviços administrativos, de ensino e de produção, um quadro de 184 servidores, compreendendo: 113 Professores de nível superior, sendo 05 com Mestrado, e 58 com Pós-Graduação; 15 Auxiliares de Ensino, com 2º Grau técnico; 56 funcionários.

Existem, atualmente, 1.388 alunos matriculados, incluindo os estagiários, provenientes, na maioria, dos municípios da Grande Porto Alegre, Vale dos Sinos e Vale do Caf. A origem dos alunos obedece basicamente à seguinte ordem: Novo Hamburgo (26,97%); São Leopoldo (17,88%); Sapucaia do Sul (15,35%); Esteio (12,82%); Canoas (6,11%); Estância Velha (4,62%); Campo Bom (3,13%); Ivoti (1,78%); outros 30 municípios do Estado (10,43%).

No exercício de 1989, 160 alunos realizaram estágio em aproximadamente 100 empresas, localizadas no Rio Grande do Sul e em outros Estados.

A Fundação apresenta, como uma das atividades que desenvolve, a prestação de serviços a empresas da região, através de um Departamento que atua na produção de peças complexas, ensaios mecânicos e análises químicas. Solicitaram trabalho desse Departamento 70 empresas, entre as quais se destacam: HIMACO — Hidráulico e Máq. Ltda.; Amapá do Sul S.A.; Máquinas Mohrbach Ltda.; Industrial Hahn Ferrabraz S.A.; Robertshaw do Brasil S.A.; Metalúrgica Liess S.A.; Intertec Ltda.; FKL — Máquinas Hidráulicas Ltda.; Coester S.A.; Amadeo Rossi S.A.; Racine Hidráulica Ltda.; Agrale S.A.; DHB — Componentes Automotivos; Metalúrgica Açoreal Ltda.; Metalúrgica Guidani Ltda.; L. P. Copé e Cia. Ltda.; Wacker Máquinas Ltda.; Curtume Sander S. A.; Metalúrgica Daniel Ltda.; Curtume Bender S.A.

No que diz respeito à demanda de técnicos, esta tem crescido a cada ano, chegando a ser duas vezes maior que o número de profissionais disponíveis. Nos últimos anos a Fundação vem formando, em média, 200 técnicos ao ano, o que a deixa em débito com o mercado de trabalho, uma vez que a procura corresponde ao dobro da oferta de egressos.

Com a atuação do Pólo Petroquímico e sua expansão no futuro, com a intensificação da automação e da eletrônica em todos os setores da economia (parque calçadista do Vale do Sinos, parque industrial metalúrgico, mecânico, elétrico e eletrônico da Grande Porto Alegre e de Caxias do Sul) e, ainda, considerando a tendência dos Países industrializados em requisitar sempre mais técnicos especializados, esses níveis de demanda certamente crescerão e atingirão proporções bem maiores.

A seguir são destacadas as principais ações desenvolvidas pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha através dos seus diversos setores.

— Centro de Planejamento e Avaliação

O Centro desenvolveu, entre os seus principais trabalhos: Plano de Carreira; Plano de Trabalho Anual; Guia Escolar — 2º semestre/89; elaboração de textos para divulgação dos cursos técnicos Diurno e Noturno (1º e 2º semestres/89); coordenação e elaboração de material do Concurso — 1989 (1ª, 2ª e 3ª etapas); elaboração do Calendário Escolar/89 e 90; coordenação de eventos; estudo de Currículos; assessoria pedagógica e administrativa à Diretoria de Ensino; assessoria aos diversos setores e serviços da Escola; elaboração da Programação da Fundação 1989/91; elaboração do Orçamento; expediente de Concursos; elaboração de fichas de avaliação; coordenação do processo de seleção 1989-90; atendimento de professores, funcionários e alunos; e elaboração de ficha sócio-econômica e tabela de anuidade/90.

Destacam-se, ainda entre os principais Projetos desenvolvidos pelo Centro:

- Solicitação de recursos financeiros ao Ministério da Educação, para recuperação e atualização de equipamentos e para capacitação de Recursos Humanos;
- Piloto de Reorientação do Ensino Técnico;

- Implantação da Assessoria Pedagógica e do Serviço de Coordenação;
- Ampliação do Curso Técnico de Química na Área de Polímeros;
- Implantação do Noturno/89;
- Criação do Serviço de Protocolo;
- Monitoria Remunerada;
- Divulgação dos cursos técnicos (visitas);
- Ciclo de debates sobre lideranças;
- Semana Farroupilha;
- Semana da Pátria;
- Processo Eleitoral de 15 de novembro;
- Clube de Xadrez;
- Reestruturação do Serviço de Zeladoria;
- Reorganização do Serviço de Pessoal;
- Reorganização do Serviço de Biblioteca;
- Projetos na área física: Saguão Principal; setores de Compras/Patrimônio, Protocolo, Psicologia, Coord. Eletrônica; Casa Branca; Sala de Recreação; Curso de Química; Curso de Mecânica; Infiltrações; juntas de dilatação; refeitório; divisórias; orçamento para pintura externa; convites; pintura geral, Casa Branca, refeitórios e divisórias.

A Diretoria de Ensino é responsável pelos seguintes serviços: Orientação Educacional; Acompanhamento Escolar; Supervisão de Estágio; Biblioteca; Psicologia; Reprografia e Audiovisual; Coordenações Pedagógicas.

Com relação à Supervisão de Estágios, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Realização de seis reuniões de estagiários, com as respectivas comissões de avaliação, para orientação e acompanhamento do estágio curricular;
- Atendimento aos estagiários para elucidação de dúvidas, e visitas de acompanhamento aos locais de estágio, abrangendo: 07 estagiários de Química, 09 estagiários de Eletrotécnica, 24 estagiários de Mecânica e 02 estagiários de Eletrônica;
- Orientação aos alunos dos quartos anos quanto à realização do estágio, nos respectivos cursos, com o auxílio dos coordenadores de curso;
- Realização e conclusão de estágios, assim discriminados: 41 em Química, 19 em Eletrotécnica, 27 em Mecânica e 45 em Eletrônica, totalizando 132 alunos, que realizaram estágios em 88 empresas;
- Visitas realizadas a 10 empresas, com a finalidade de avaliar o desempenho dos estagiários e implementar a integração empresa-escola, divulgando convênios e habilitação dos cursos;

- Visitas recebidas, de representantes de 28 empresas;
- Encaminhamento de 88 novas propostas de convênio para o agenciamento de estagiários, com a finalidade de divulgar convênios e habilitações dos cursos;
- Encaminhamento de fichas para levantamento de vagas, a 100 empresas conveniadas, e de 191 propostas de convênio e fichas para levantamento de vagas a empresas sem convênio;
- Assinatura de convênio para o agenciamento de estagiários com 95 empresas, além de 14 outras empresas conveniadas (até 30/11/89);
- Implementação dos pré-estágios, com agenciamento junto às empresas, de 30 alunos, além do agenciamento de outros 22 alunos por meio de outros convênios;
- Outras atividades, compreendendo: seguro dos estagiários e pré-estagiários agenciados; montagem das pastas para os estagiários; alteração e melhoria na apresentação do Termo de Convênio e no Termo de Compromisso do Estágio; melhoria na apresentação do Manual do Estagiário; divulgação das Vagas para estágio e pré-estágio oferecidas pelas empresas; encaminhamento de alunos às empresas através de memorando próprio; divulgação de vagas e encaminhamento de alunos já formados às empresas que oferecem vagas para técnicos.

No que se refere às Coordenações Pedagógicas salientam-se, entre as atividades realizadas:

- Leitura e estudo de documentação pertinente à Fundação Escola Técnica Liberto Salzano Vieira da Cunha;
- Elaboração e divulgação do plano do setor;
- Encontros periódicos das Coordenações Pedagógicas, com vistas ao estabelecimento da unidade de ação;
- Participação nas reuniões sistemáticas da Diretoria de Ensino com os Coordenadores de Curso;
- Organização e coordenação de reuniões com professores, por curso e por disciplina;
- Atendimento às turmas, com a participação do SOE, para esclarecimentos sobre a sistemática de avaliação, contida no novo Regimento Escolar e na Ordem de Serviço n.º 01/89;
- Preparação e acompanhamento dos Conselhos de Classe (2.º e 3.º);
- Organização dos dados coletados nos Conselhos de Classe e tomada de medidas, junto aos professores, de forma individual, com a participação do SOE;
- Tratamento estatístico do rendimento escolar do 2.º e 3.º bimestres;
- Preparação e coordenação de reuniões com os pais, por Curso, para informações sobre o aproveitamento escolar dos alunos, com apresentação de lâminas contendo os resultados do 2.º e 3.º bimestres, com a participação do SOE;
- Realização de reuniões com as turmas de 1.ª séries, apresentando o resultado do rendimento escolar do 2.º bimestre, com vistas à melhoria de aproveitamento;
- Participação no processo eletivo para a Direção da Fundação;
- Atendimento a professores de forma individual, orientando sobre metodologia, sistemática de avaliação, programas de ensino, adequação de horários, relacionamento professor-aluno;

- Atendimento individual a alunos sobre recuperação preventiva, rendimento escolar, relacionamento professor-aluno e metodologia de ensino dos professores;
- Levantamento da frequência dos professores nos Conselhos de Classe e o cálculo da relação número de alunos x regime de trabalho, com vistas a Proposta Experimental para Valoração do Pessoal Docente;
- Revisão e montagem dos Conteúdos Programáticos e Súmulas, dos Cursos;
- Elaboração de orientações sobre Recuperação Terapêutica, organização, montagem e encaminhamento aos professores, do material pertinente;
- Levantamento e distribuição dos horários disponíveis dos professores, no 2º semestre, para atendimento extra-classe aos alunos;
- Levantamento das probabilidades de aprovação nas turmas de 1ªs séries, com vistas a prever o número de turmas de 2ªs séries, por Curso (em andamento).

As Coordenações Administrativas têm sob sua responsabilidade uma série de atividades afetas aos cursos técnicos oferecidos pela Fundação, a saber: Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica.

Entre as atividades vinculadas ao Curso Técnico de Química, destacam-se, em 1989:

- Participação na elaboração e execução do projeto de viagem de estudos dos alunos dos quartos anos a São Paulo (XXIX Congresso Brasileiro de Química);
- Participação no projeto de redimensionamento do espaço físico do Curso de Química;
- Participação no Seminário Microrregional (Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS), e no Seminário Estadual (Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul — UFRGS), sobre Política Científica e Tecnológica para o Rio Grande do Sul;
- Realização de visita técnica à Indústria de Tintas Renner;
- Realização de visita a empresas que fornecem materiais de consumo e equipamentos para a Escola na área de Química;
- Realização das seguintes visitas de estudos: SEMAÉ (São Leopoldo); CORSAN (Novo Hamburgo); SENAI (Estância Velha); SAMRIG (Esteio); Tintas Killing (Novo Hamburgo); PPH (Triunfo); Petroquímica Triunfo (Triunfo); Laticínios Ivoti (Ivoti); Petroflex (Triunfo); Polisul (Triunfo), Poliolefinas (Triunfo); Tintas Renner (Gravataí); Cassel S.A. Ind. de Bebidas (Novo Hamburgo); Bombas Geremia (São Leopoldo); Nitriplex (Triunfo); Incobrasa (Canoas); Borrachas Justo (São Leopoldo); Taurus (São Leopoldo); Metalúrgica Daniel (Novo Hamburgo); Ferrabraz (Sapiranga).

Com relação ao Curso Técnico de Mecânica merecem destaque a participação da Fundação em seminários, cursos de aperfeiçoamento, visitas técnicas, e outras programações, compreendendo:

- Participação no 1º Salão de Petroquímica, Plástico e Automação — Professores e alunos do 4º ano;
- Visita à FIMEC — Professores e alunos;
- Visita à FEBRAMEC — Feira Bras. da Mecânica e Eletro-Eletrônica — Professores e alunos;

- Curso de Pneumática — Professores e Auxiliares de ensino;
- Palestra sobre Lubrificação e Lubrificantes — Professores e alunos;
- Seminário de Comando Numérico — São Paulo;
- Visita ao TRENSURB/manutenção — Porto Alegre — alunos do 4.º ano;
- Palestra sobre ferramentas manuais Belzer — 4.ºs anos;
- Visita/aula ao laboratório de usinagem da UNISINOS — 4.ºs anos;
- Visita à ROMI Ind. de Maq. — Santa Bárbara do Oeste — São Paulo — Professores e alunos do 4.º ano.
- Visita à INDEX Tornos Automáticos — São Paulo;
- Visita à Mercedes Benz — São Paulo;
- Visita à Metalúrgica Atlas — São Paulo.

No que respeita ao Curso Técnico de Eletrotécnica, destaca-se a participação nos seguintes eventos:

- Seminário Regional de Política Científica e Tecnológica — UNISINOS;
- Seminário Estadual de Política Científica e Tecnológica — UFRGS;
- Curso de Pneumática da Schrader — parte I e II;
- Visita com a turma E 411 à Usina de Candiota.

Entre as ações efetivadas com relação ao Curso Técnico de Eletrônica, são de destacar a participação em seminários, cursos de aperfeiçoamento, visitas técnicas e outras programações, envolvendo:

- Participação no Encontro Estadual de Escolas Técnicas de Eletrônica do Estado, em Passo Fundo;
- Visita à Escola Técnica Monteiro Lobato, em Taquara;
- Visita à FEBRAMACO, em Caxias;
- Visita dos 4.ºs anos à ICOTRON, em Gravataí, e a São Paulo;
- Cursos de Pneumática;
- Curso de Esquema Um (em andamento);
- Pré-estágios efetuados por diversos alunos do Curso em empresas da região;
- Visita de professores ao CEFETI, do Paraná;
- Participação de Professores no Seminário Política Científica e Tecnológica para o Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre.

A Diretoria de Pesquisa e Produção Industrial (DPPI) presta serviços através de 13 profissionais que compreendem: um engenheiro mecânico, um agente administrativo, dois fresadores, três operadores de máquinas especiais, um retificador, um mandrilhador, um furador A, um aplainador, um auxiliar de almoxarifado, e um encarregado de serviços gerais.

Entre os serviços executados pela DPPI em 1989, podem ser destacados:

- Prestação de serviço de mão-de-obra para terceiros, em pesquisas e produção, envolvendo operações de fresamento, mandrilhamento, aplainamento, retificação e torneamento de peças mecânicas;
- Execução de dispositivos na área de ferramentaria;
- Construção de moldes para a indústria de plásticos e borracha;
- Retificação de perfis especiais, com auxílio da retificadora ótica de perfis;
- Furação de precisão em matrizes de estampas, com o auxílio da broqueadeira de coordenadas.

Através dos serviços prestados, foram atendidas as seguintes empresas: Albarus Sistemas Hidráulicos; Amadeo Rossi S.A.; Zamprognia S.A.; Kessler Indústria de Ferramentas Ltda.; Copé & Cia. Ltda.; Andreas Stihl Moto Serras Ltda.; Máquinas Klein S.A.; Himaco Hidráulicos; MET; Feninvest; Máquinas Seiko; Pincéis Atlas; DHB Componentes Automotivos.

Para o desempenho de suas atividades técnicas a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha adquiriu diversos equipamentos e materiais permanentes em 1989, para os diferentes setores, entre os quais destacam-se: três painéis fotográficos (Assessoria de Comunicação); microcomputador Monydata NYDA 210 10MHZ 704KB, Drive 5, Winchester 20MB (Processamento de Dados); um alicate Bomba; um alicate Universal (Zeladoria); dois motores trifásicos 5CV — 4p.; um motor trifásico 3 CV (Eletro); um fichário de madeira 15 x 24 (Compras); um machado, uma cavadeira (Zeladoria); uma balança Filizola 06 kg (Eletro); um maçarico a gás, dois botijões de gás, seis enxadas com cabo, três vassouras de arame, duas pás de concha com cabo, dois ancinhos com cabo (Zeladoria); um Simulador Pneumático completo, um Simulador Eletropneumático completo (Eletro); dez Multímetros (Eletrônica); um numerador Carbex (Reprografia); um Variador de voltagem marca STP, com acessórios, um Conversor de Freqüência BCM (Eletro); um Durômetro marca VOLTEST, uma bomba de vácuo marca PRIMAR (Química).

2.1.3 — FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE E AO SUPERDOTADO NO RIO GRANDE DO SUL (FADERS)

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS), instituída pela Lei Estadual nº 8.535, de 21 de janeiro de 1988, é fundação de direito privado, supervisionada pela Secretaria da Educação, nos termos do Decreto nº 32.517, de 15 de março de 1987.

Seu objetivo é prestar atendimento aos portadores de deficiência e aos superdotados e/ou talentosos, no campo da educação, saúde, reabilitação, profilaxia, trabalho, previdência e assistência social.

Dentre as realizações desenvolvidas pela FADERS em 1989, cabe salientar o Protocolo de Intenções estabelecido com a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM), com o objetivo de co-participação no atendimento dos menores internos dos Institutos Dom Bosco e Cônego Paulo de Nadal.

As competências das duas Instituições se integram, cabendo à FADERS o aperfeiçoamento técnico das equipes que atuam naquela área, com vistas à estruturação de um modelo que, progressivamente, permitirá a incorporação de metodologia capaz de transferência para instituições com as mesmas finalidades e carentes de recursos humanos especializados.

Foram traçadas metas crescentes de atendimento, que se iniciam no aperfeiçoamento técnico e pretendem culminar com a transformação em Centro de Treinamento de Pessoal Especializado, incluindo estudos sobre desinstitucionalização de casos, com condições de integração na comunidade e aproveitamento dos serviços especializados oferecidos à comunidade pela FADERS.

À FEBEM cabe a manutenção física das instalações, e os cuidados da alimentação e vestuário dos menores institucionalizados.

Projetos estão em estudos para implantação de atividades educacionais que atendam menores portadores de deficiência e carentes, sem condições de afastamento daqueles Institutos.

Para o próximo período, está programada a execução das metas previstas para a 2.^a fase, o que consolidará a implantação de Cursos nos Institutos e absorção, por um número considerável de menores, dos recursos educacionais que são oferecidos pela FADERS, cujos projetos já foram elaborados.

Esta conquista foi um avanço significativo na área de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, somados também aos fatores de carência social.

O período de 1989 se caracteriza pelo investimento da FADERS na área de recursos humanos, promovendo aperfeiçoamento de equipes internas e externas do Sistema, o que permitirá um desempenho mais qualitativo do Órgão.

A participação da FADERS no assessoramento à elaboração das Constituições Estadual e Municipal assegurou a inclusão de aspectos básicos da filosofia que orienta a política da ação institucional.

Ficam, dessa forma, respaldadas as suas ações futuras, nas áreas da educação, saúde, trabalho e assistência social, de relevância para cumprimento das finalidades inerentes a este Órgão.

Destaca-se o encaminhamento da proposta de Lei nº 161/89 à Assembléia Legislativa, cuja aprovação será decisiva para a caracterização de metas cada vez mais quantitativas e de extensão dos recursos institucionais para uma abrangência compatível com as necessidades urgentes de redimensionamento da ação.

Paralelamente, foi elaborado o Estatuto e a proposta de nova estrutura do Órgão, com o assessoramento da Fundação Para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

Além dos programas específicos desenvolvidos, cabe registrar o impulso dado à área de Estimulação Precoce, através de Consultoria Técnica para a equipe técnica que atua no Centro de Diagnóstico e Estimulação Precoce (CADEP), onde já se prepara a transformação em Centro Materno-Infantil. Desta forma possibilitar-se-á ao Centro exercer também a função de laboratório para aperfeiçoamento de pessoal técnico da Capital e Interior para atuação nesta área, permitindo à FADERS cumprir também sua finalidade de domínio, divulgação e expansão do conhecimento científico.

Dentre os projetos desenvolvidos em 1989, com recursos do Orçamento do Estado (Salário-Educação — quota estadual) salientam-se:

— **Coordenação e Supervisão das Atividades em Geral**, que objetiva coordenar as atividades relacionadas ao atendimento do excepcional no Estado do Rio Grande do Sul, benefi-

ciando de forma indireta a 15.000 excepcionais. Para esta atividade foi empenhado o valor de NCz\$ 1,33 milhão.

- **Manutenção dos Órgãos de Estrutura Periférica**, que busca oferecer atendimento nas áreas da educação, saúde, trabalho e social a excepcionais, bem como prover os órgãos de estrutura periférica e escola especial, de equipamentos e material permanente e material de consumo. Para estas finalidades foi dispendido NCz\$ 1,04 milhão, tendo como clientela atendida: Centro de Avaliação, Diagnóstico e Estimulação Precoce (CADEP), 105 crianças; Centro de Treinamento Ocupacional de Porto Alegre (COPA), 105 aprendizes; Centro de Atendimento Especializado para Deficientes da Audição (CAEDA), 110 alunos; Centro "Louis Braille" (CLB), 158 alunos; Escola de 1º Grau Incompleto INTERCAP, 52 alunos.
- **Atendimento Biopsicossocial e Pedagógico ao Deficiente** que visa a proporcionar atendimento clínico especializado nas áreas biopsicossocial e pedagógica a excepcionais carentes. Foram atendidos 80 excepcionais, através de convênio com quatro clínicas especializadas, tendo a despesa alcançado o valor de NCz\$ 196 mil.
- **Concessão de Auxílios e Subvenções** para apoiar financeiramente as instituições particulares que prestam atendimento especializado a crianças com necessidades especiais, tendo sido beneficiadas três Instituições de Internato e Externato com reabilitação; quatro Instituições de Internato; dez Entidades Associativas; duas Entidades de Educação e Reabilitação de Deficientes; dez CPMs, com recursos financeiros da ordem de NCz\$ 60 mil.
- **Reaparelhamento Técnico-Administrativo**, cujo objetivo é suprir necessidades em termos de equipamentos e material permanente, visando à melhoria das condições de trabalho na sede administrativa da FADERS. Os recursos para esta atividade alcançaram o montante de NCz\$ 234 mil.

Também com recursos financeiros do Salário-Educação (quota estadual/89) foi desenvolvido o projeto de Apoio à Educação Especial no Ensino Estadual de 1º Grau, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da Educação Especial em nível de 1º Grau através do desenvolvimento de programas de atendimento a 20 alunos superdotados e/ou talentosos, de 10 Escolas Públicas de Porto Alegre, em convênio firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e da capacitação de 140 professores para atuarem em classes especiais, nas áreas de deficiência mental, visual e auditiva.

Com recursos de 1988 foram executados os seguintes projetos:

- **Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, para Crianças Deficientes (SESPE/SE/FADERS)**, com os objetivos de oferecer aprimoramento e atualização profissional em nível pré-escolar; instrumentalizar professores que atuam em classes regulares de pré-escola, na aplicação da escala de Snellen; proporcionar recursos materiais variados e adequados, possibilitando um melhor atendimento especializado, consideradas as necessidades específicas da clientela. Foram beneficiados 163 profissionais e 129 alunos, com um total de recursos aplicados da ordem de NCz\$ 1,4 milhão.
- **Apoio ao Desenvolvimento do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, para Deficientes e Superdotados (SESPE/SE/FADERS)**, que visa a aprimorar a qualidade do atendimento na Educação Especial, no ensino de Primeiro e Segundo Graus, através de ações de prevenção, lazer, profissionalização para deficientes e dotação de recursos materiais para classes especiais de deficiente mental e auditivo, e ainda atividades de cooperação técnica entre instituições que atendem a clientela com necessidades especiais.

Para tanto foram adquiridos equipamentos e material de apoio pedagógico, para 565 alunos de classes especiais do ensino regular; realizou-se torneio esportivo reunindo escolas de Porto Alegre e Esteio, envolvendo 220 alunos deficientes auditivos; foi feita visi-

ta de estudo e troca de experiências junto a Fundação Catarinense de Educação Especial e a FADERS; implementada a oficina pedagógica na Escola Estadual de 1.º Grau Incompleto Cristo Redentor, beneficiando a 15 deficientes mentais; foi adquirido equipamento e material de apoio para 15 deficientes visuais que freqüentam o ensino de 2.º Grau; foram promovidas palestras para Escolas de 2.º Grau — Habilitação Magistério — com o objetivo de conscientizar e orientar a prevenção da deficiência mental, visual e auditiva, onde foram entregues 130 exemplares de subsídio contendo informações sobre o assunto. Para este projeto foram aplicados NCz\$ 4 mil.

- **Desenvolvimento da Educação Especial em Nível de 1.º Grau (SESPE/PE/FADERS)** com o objetivo de assegurar uma melhoria no processo ensino-aprendizagem com a aquisição de equipamentos e material didático-pedagógico e material bibliográfico, e também expansão do atendimento através da implantação de mais classes especiais para deficientes mentais e visuais. Foram fornecidos equipamentos e material de apoio pedagógico a classes especiais do ensino regular no 1.º Grau, objetivando a melhoria do atendimento a 278 alunos deficientes mentais e visuais de 29 municípios; foram, ainda, adquiridos material permanente e de consumo, com vistas à implantação de 02 classes especiais para 20 deficientes visuais e 05 para 160 deficientes mentais, em 07 municípios do Estado. Para tanto, foram dispendidos NCz\$ 1,6 milhão.

Em relação a outras atividades desenvolvidas pela FADERS salientam-se:

- Análise e aprovação dos regimentos dos Órgãos de Estrutura Periférica da FADERS, com a finalidade de aprovação dos regimentos dos Órgãos e Escola Especial da FADERS pela URE/SE. Neste sentido realizaram-se seis reuniões para discussão e montagem dos processos de autorização de funcionamento a serem encaminhados ao Conselho Estadual de Educação;
- Estágio remunerado, oportunizando a 40 alunos de cursos de 2.º e 3.º graus, a participação do atendimento desenvolvido na sede e nos cinco Órgãos de Estrutura Periférica da FADERS;
- Curso “Construtivismo e a Aprendizagem do Deficiente Mental” — com o objetivo de instrumentalizar professores e especialistas quanto à concepção construtivista de Jean Piaget sobre a natureza da inteligência (do conhecimento) e sua relação com as questões do processo ensino-aprendizagem na Educação Especial. Participaram 37 profissionais da Escola Especial INTERCAP, Centros da FADERS e área técnica da Sede da FADERS;
- Projeto “Informática na Educação Especial”, com objetivo de gerar competência na área de informática aplicada à Educação Especial, proporcionando aos alunos portadores de deficiência e superdotados o acesso a esta área para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades;
- Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes Físicos — participação de um elemento da FADERS nas realizações da entidade tais como: formação de agentes, assessoria aos núcleos de base e equipes de coordenação e participação em encontros promovidos por outras entidades;
- Levantamento de dados estatísticos sobre Educação Especial — 1989;
- Realização no período de 13 de novembro a 1.º de dezembro de 1989, do levantamento de dados estatísticos sobre a Educação Especial, envolvendo 78 Escolas da Rede Estadual de Ensino de Porto Alegre e 91 Classes Especiais para Deficientes Mentais Educáveis, Deficientes Visuais e Deficientes da Audiocomunicação. O trabalho foi planejado e executado por equipes itinerantes integradas por técnicos da FADERS e da 1.ª Delegacia de Educação, através de visitas “in loco”.

No que se refere a Convênios foram realizados:

- **Convênio FADERS/FUNABEM** — para apoiar o atendimento a 142 menores portadores de deficiência física e/ou mental sob a tutela do Poder Judiciário, tendo sido aplicados NCz\$ 27 mil.
- **Convênio FADERS/COPA/LBA** — que repassa recursos financeiros para aquisição e conserto de máquinas e equipamentos das oficinas protegidas do COPA. O valor aplicado foi de NCz\$ 62 mil.
- **Convênio LBA/FADERS** — com o objetivo de oferecer tratamento reabilitatório a clientela deficiente visual ou auditiva e desenvolver programas de estimulação precoce a clientela deficiente mental. Este convênio teve uma receita de NCz\$ 40 mil.

2.1.4 — FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (IGTF)

O Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) foi criado para institucionalizar e colocar em bases científicas um trabalho de alta repercussão e de profunda expressão social no campo da cultura popular do Rio Grande do Sul, o que vem realizando ao longo de seus quinze anos de existência.

O IGTF é o órgão oficial do Estado do Rio Grande do Sul que trata do folclore, das tradições e da cultura popular sul-rio-grandense e dos valores que lhes são inerentes. O IGTF pesquisa e divulga o folclore do Rio Grande do Sul e apóia e assessora o Movimento Tradicionalista Gaúcho na preservação dos usos e costumes tradicionais do Estado.

A atuação do IGTF abrange a organização, análise, catalogação e publicação com método científico das pesquisas realizadas; orientação às escolas e prefeituras através de atendimento interno, convênios, cursos e palestras; promoção de eventos e espetáculos artísticos gaúchos divulgando o folclore, a música e a arte popular; assessoria técnica e apoio a mais de 30 festivais e aos músicos que deles participam.

O IGTF traz em seu currículo a pesquisa e elaboração de estudos com mais de uma centena de assuntos da cultura popular sul-rio-grandense, coletando fatos folclóricos carentes de bibliografia técnica, tendo o departamento próprio do órgão prestado atendimento ao público através de seus técnicos especializados, que também ministram cursos e palestras utilizando-se do farto material coletado: "slides", fotos, fitas e filmes. Muitas destas pesquisas, já concluídas, mereceram edição de obras.

O IGTF possui seis coleções distintas: Etnias, Folclore na Escola, Cadernos Gaúchos, Estante Continentina, Esparsos, e Folhetos, com 21 títulos já publicados.

Os setores Biblioteca/Hemeroteca, Museu, e Imagem e Som prestam um atendimento público permanente, oferecendo acervo especializado com livros e artigos sobre diferentes assuntos, estúdio para gravações e com mostras itinerantes, pela Capital e Interior, de peças de seu Museu.

As promoções, próprias ou irmanadas com outros órgãos estaduais ou municipais, sempre com grande presença de público, visam ao lazer da coletividade, aliados à mostra e divulgação de valores tradicionais gaúchos.

O IGTF atendeu, em todos os seus departamentos, a uma visita média mensal superior a cem pessoas, entre professores, alunos, pesquisadores e público em geral, além do atendimento a consultas de outros organismos públicos, empresas, veículos de imprensa, etc.

Diariamente, em sua sede ou mesmo por telefone, são respondidas consultas de pessoas de Porto Alegre, Interior do Estado, outras cidades brasileiras e até mesmo do Exterior.

Quanto às promoções realizadas durante o ano de 1989, pode-se constatar a presença de mais de cem mil pessoas.

Dentre as ações mais importantes em 1989 no desenvolvimento das prioridades do Órgão, destacam-se:

- **Promoções próprias ou co-produções:** VII Festa Junina de Porto Alegre; Semana Farroupilha; VI Festa do Chimarrão; III Festa da Piaçada; IV Festival Gaúcho de Arte Popular; II Festival Estadual de Ternos de Reis; Semana Estadual do Folclore.
- **Promoções/Participações:** Congresso Tradicionalista Gaúcho; Convenção Tradicionalista; Cavalgada do Litoral; Feira do Livro de Porto Alegre; Natal da Praça da Matriz; Espectáculo Som e Luz no Parque Farroupilha; Comemoração do Bicentenário de Bento Gonçalves; Encontro de Museus; Congresso Estadual de Cultura; III Encontro de Estudos Sul-Rio-Grandenses; Rodeios de Veranópolis, Campo Bom, Caxias do Sul, Tramandaí, Santo Ângelo, Osório, Gravataí e Lomba Grande; Festivais de Música: Reponte (São Lourenço do Sul), Semeadura (Tupanciretã), Tafona (Osório), Candieiro (Restinga Seca), Tertúlia (Santa Maria), Carijó (Palmeira das Missões), Musimarco (São Marcos), Bordoneio (Montenegro), Vigília (Cachoeira do Sul), Vindima (Flores da Cunha), Ronco do Bugio (São Francisco de Paula), Coxilha (Cruz Alta), Moenda (Santo Antônio da Patrulha), Eco dos Festivais (Tramandaí), Serra-Campo e Cantiga (Veranópolis), Acampamento da Canção (Campo Bom), Musicanto (Santa Rosa), Ponche Verde (Dom Pedrito), Seara (Carazinho), Escaramuça (Triunfo), Pastoreio (Novo Hamburgo), Recluta (Guaíba) e Califórnia da Canção (Uruguaiana).
- **Museu:** Mostra Didática de Indumentária do Ciclo Farroupilha, nas cidades de Caçapava do Sul, Tramandaí, Charqueadas, Porto Alegre (05), Cristal, Santo Ângelo, Camboriú (SC) e Itaqui.
- **Pesquisas:** O Folclore Teuto-Rio-Grandense no Vale do Rio dos Sinos; Aspectos do Folclore do Rio Grande do Sul; São Joãozinho Batista; Rítual Junino; Fetichismo; Culinária no Rio Grande do Sul; Gaita; Artesanato de Fibras Vegetais; Projeto Mostardas.
- **Edições:** Livros "Rodada de Causos" (IGTF) e "Aspectos do Folclore do Rio Grande do Sul" (Martins Livreiro).
- **Atividades de Rotina:** Atendimento público na Biblioteca/Hemeroteca, Pesquisa, Imagem e Som; atendimento a palestras, conferências, entrevistas à imprensa, comissões julgadoras; assessoramento cultural a entidades públicas e empresas privadas.

2.1.5 — FUNDAÇÃO PIRATINI — RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA (FP-RTE)

A Fundação Piratini-Rádio e Televisão Educativa/Canal 7 tem seguido na atual Administração a meta de reestruturação geral da emissora. Neste sentido, o trabalho inicial voltou-se

para o saneamento financeiro da Fundação, tendo como segundo ponto básico a elaboração de um projeto técnico que desse ao Órgão uma garantia de sobrevivência imediata, e um claro horizonte no futuro.

O passo seguinte foi o de buscar recursos em várias fontes, dentro e fora do Estado, em empresas públicas e privadas, e inclusive no Exterior. Foram, neste sentido, elaborados projetos culturais que garantissem a esses colaboradores um retorno institucional às suas contribuições. Paralelamente, a Fundação contou com recursos do Governo do Estado que evidenciaram uma clara política, por parte do mesmo, de apoio às atividades culturais.

Cumprida a primeira etapa traçada — ou seja, uma maior qualificação da sua programação — a Fundação Piratini parte, agora, para a busca de novas fontes de informações e de alternativas de programas culturais para exibição. Tem sido dedicado especial cuidado à programação local da emissora, com vistas a proporcionar à população gaúcha uma nova opção de programas, e uma visão mais aberta e democrática do que acontece na realidade do Estado.

Operando 19 horas ininterruptas por dia, a FP-RTE conseguiu uma expressiva posição no contexto nacional, graças à qualidade de sua programação. Exporta para outros Estados a produção local, colocando o Rio Grande do Sul como o terceiro pólo produtor do País, atingindo 22 emissoras de TV que integram a Rede Educativa.

Neste sentido, alguns programas aqui produzidos podem ser vistos com regularidade em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se as premiações de "Menor Questão Maior", que recebeu o Prêmio ARI de Jornalismo e o Prêmio da Polícia Civil, e "VT de Vanguarda", com o Prêmio Especial do III Fest Video. Além disso, a TVE/RS exhibe aqui programas de outros países, em troca da exibição de programas locais.

Destaca-se como uma iniciativa significativa e bem-sucedida, a FM Cultura, cuja implantação apoiou-se na preocupação básica de proporcionar a toda a Região Metropolitana algo além do oferecido pelas demais emissoras existentes. Neste sentido, foram buscados técnicos de fora do Estado, realizados treinamentos e montado o empreendimento, com base em pesquisas que estudaram os melhores horários para veiculação de cada tipo de música, de todos os gêneros.

Atualmente, a FP-RTE conta no seu Quadro de Pessoal, com 317 profissionais de Comunicação, vinculados a rádio e a TV, e se constitui no segundo parque técnico do Estado.

Entre os Projetos Prioritários eleitos pelo Governo do Estado, identificam-se dois projetos sob a responsabilidade da Fundação Piratini, a saber:

— Implantação de Retransmissoras

Projeto a ser executado pela TVE/RS, sob a coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC) e com apoio das Prefeituras Municipais envolvidas, objetivando: ampliar a área de abrangência do sinal da TVE; colaborar para a unificação do Estado através da veiculação da informação, da cultura e do lazer.

Buscou-se, nesse sentido, a interiorização do sinal da TVE/RS, através da complementação da implantação de Estações Retransmissoras atingindo os municípios de Frederico Westphalen, Caxias do Sul, Torres, Gramado e Bento Gonçalves, no período de outubro/89, a março/90, abrangendo uma população de 431.915 habitantes.

— Reaparelhamento Operacional

O projeto prevê a aquisição de material de consumo e equipamentos de TV necessários à manutenção das atividades técnico-operacionais da emissora nas áreas de Produção e Telejor-

nalismo envolvendo a Estação Geradora da Capital e incluindo 63 municípios do Interior do Estado onde foram instaladas estações retransmissoras da TVE.

Além dos Projetos Prioritários em execução pelo Órgão destacam-se entre as atividades desenvolvidas pelos diferentes setores, as mencionadas a seguir.

A Diretoria de Programação, através das Divisões de Produção, de Telejornalismo, e de Programação realizou, no exercício de 1989, o seguinte:

— Divisão de Produção — responsável pela produção de variados programas da TVE, além da cobertura de eventos culturais, jornalísticos e especiais, com aproximadamente 20 horas de programação produzidas no Rio Grande do Sul.

Programas desenvolvidos:

- “AGENDA” — programa diário de segunda a sábado, que oferece o roteiro cultural da cidade;
- “JORNAL DA TERRA” — programa semanal, aos sábados, noticiário da vida rural e agrícola gaúcha;
- “RODEIO” — semanal, aos sábados. Roteiro nativista do Estado;
- “VIAJAR É PRECISO” — semanal, aos sábados. Dicas de turismo;
- “ONDA 89” — duas vezes por semana, aos sábados e domingos (clips musicais);
- “VT DE VANGUARDA” — semanal, aos sábados. Apresentação de vídeos independentes de todo o País;
- “PANDANGO” — semanal, aos domingos. Musical gaudério;
- “CORPO E ALMA” — semanal, aos domingos. Entrevista documental;
- “ENFOQUE” — diário, de segunda a sexta. Debates e entrevistas com os temas saúde, comportamento, educação, cultura e ciência;
- “TÂNIA” — diário, de segunda a sexta (entrevistas);
- “INTERFERÊNCIA” — diário, de segunda a sexta (revista cultural);
- “LINHA DIRETA” — duas vezes por semana (programa jornalístico de debates);
- “PALCOS DA VIDA” — semanal, às quartas-feiras (musical com entrevistas e depoimentos);
- “MENOR QUESTÃO MAIOR” — semanal, às quintas-feiras (documental sobre a situação dos menores no Estado);
- “VÍDEO CULTURA” — semanal (apresentação de vídeos culturais cedidos por consulados, embaixadas e instituições afins);
- “PANDORGA” — programa infantil com duas veiculações diárias.

Outras atividades:

- Seleção e escolha de pautas e assuntos a serem tratados em cada programa, assim como realização de contatos com entrevistadores, locação de externas, projetos de coberturas especiais, gravação de matérias externas, edição, sonorização e execução dos programas no ar;
- Atividades de apoio ao Departamento de Jornalismo para a execução de coberturas jornalísticas;
- Convênios Vídeos: atividade que visa a atender a uma necessidade das diversas entidades, secretarias e autarquias do Governo do Estado; a produção tem ainda elaborado e executado uma série de vídeos com o objetivo de apresentá-los em congressos, seminários, reuniões e outros como por exemplo: Centro do Adolescente, Projeto Vida, Conselho Estadual do Idoso, e outros;
- Participação em projetos, com sugestões para a criação de programas com o objetivo de buscar subsídios para a manutenção da emissora;
- Atendimento às solicitações da FUNTEVÊ, Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo, gerando matérias especiais e até programas para estas emissoras, bem como a outras televisões que integram o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED);
- Cobertura dos seguintes eventos: Vestibular 89 (Verão e Inverno); Carnaval; Encontro Renner de Teatro; Festival de Cinema de Gramado; Festival das Águas do Mel-Iraí; Festival Internacional de Coros; Encontro Sarney/Menem/Sanguinetti, em Uruguaiana; Feira do Livro; Festival de Teatro de Canela; Coompor Canta Lupi; Oktoberfest — Santa Cruz do Sul; Festival de Balonismo, em Torres; Festival de Turismo, em Gramado; Luz e Som Revolução Farroupilha; Eleições 89 — 1.º e 2.º turnos e apurações; Natal Luz, em Gramado; Califórnia da Canção Nativa — Uruguaiana; Dança Alegre Alegrete; Dança Porto Alegre; Escaramuça da Canção Gaudéria — Triunfo; Vindima da Canção — Flores da Cunha; 5.ª Festa da Colônia — Otávio Rocha; Festa da Uva — Caxias do Sul.
- Divisão de Telejornalismo — responsável pelo atendimento diário de quatro redes nacionais — TVE do Rio de Janeiro, Cultura de São Paulo, TV Record, TV Nacional do Rio de Janeiro — desenvolveu, dentro das atividades de rotina, a cobertura de eventos tais como: Encontro dos Presidentes Sarney e Menem, em Uruguaiana; Campeonato Sul-americano de Balonismo; Super Copa (Exclusividade TVE); Cheias no Estado; Município de São José do Norte; Invasão dos Colonos; Cobertura total das Eleições Presidenciais/89; produção de programas e coberturas de futebol e esporte amador.
- Divisão de Programação — desenvolveu, em 1989, atividades voltadas para a Coordenação de Programação em todas as suas formas, meios e etapas, servindo de intermediária entre a técnica — através da Divisão de Operações, Divisão de Produção, Apoio, e Telejornalismo — e a orientação da Diretoria de Programação. Deste modo, a Divisão de Programação contribuiu para garantir à TVE a exibição de uma programação de qualidade, a partir das atividades abaixo relacionadas:
 - Planejamento, controle, avaliação e coordenação da programação no ar;
 - Planejamento, controle e avaliação das recepções via satélite e via EMBRATEL;
 - Reserva e canalização, via EMBRATEL;
 - Fechamento de tabelas e roteiros diários de programação;
 - Controle diário de veiculação de toda a programação da Emissora;

- Confecção de grade de recepção de satélite (FUNTEVÊ e outras emissoras da Rede Educativa — SINRED) e recepção EMBRATEL (TV Cultura, Gazeta, Record e outras), controlando programas para posterior veiculação na programação local ou em Rede.

Através do Gabinete da Presidência, a FP-RTE realizou as seguintes ações:

- Elaboração de proposta de intercâmbio cultural entre o Rio Grande do Sul e as Províncias Argentinas para a co-produção e veiculação de programas de televisão;
- Atividades de planejamento do I Seminário Internacional de Televisões Culturais, a ser realizado no período de 21 a 23 de maio de 1990, o qual terá como objetivo discutir características e propostas do trabalho desenvolvido por profissionais que atuam nas televisões culturais dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, Inglaterra, França, Cuba e Brasil;
- Elaboração e encaminhamento do "Projeto Espanha", para obter subsídios do Fundo do V Centenário do Descobrimento da América, iniciativa do governo espanhol com vistas à produção e veiculação de um programa de televisão que mostrará a história, a cultura, os hábitos e os costumes da Espanha;
- Elaboração de proposta de intercâmbio cultural entre a TVE e a Televisão de Shiga (Japão), província irmã do Rio Grande do Sul, com vistas à produção de programa de televisão sobre o Rio Grande do Sul;
- Realização de ciclos de palestras para funcionários da TVE, com a participação de profissionais de televisão do Rio Grande do Sul e do Centro do país, objetivando a valorização e o crescimento profissional dos servidores;
- Criação e implantação do "Vídeo Texto", jornal de veiculação interna da Fundação;
- Estruturação de "mailing" para remessa de material de divulgação da Fundação (mala-direta);
- Participação do Presidente em palestras e/ou painéis, a convite de diversas instituições.

A Divisão de Apoio, no desempenho de suas atribuições, executa, através do Serviço de Divulgação e Chamadas:

- Chamadas da Programação — a TVE como seu próprio meio de divulgação realiza, através do setor, uma média de 20 chamadas da programação por semana, todas específicas; de dois em dois meses são feitas chamadas genéricas de todos os programas; o setor faz também chamadas da programação da FM Cultura, tanto genéricas quanto específicas;
- Chamadas Promocionais — como apoiadora e divulgadora dos eventos culturais da cidade e do Estado (teatro, cinema, música, artes plásticas, seminários, cursos, encontros, etc.) a TVE realiza uma média de 35 chamadas semanais, buscando cobrir o que de melhor acontece em termos culturais;
- Chamadas Institucionais — como forma de divulgação das instituições estaduais (Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, Companhia Estadual de Energia Elétrica, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, Fundação OSPA, Teatro São Pedro, etc.), o setor realiza uma média de cinco chamadas por semana;
- Convênios — compreendem chamadas e vinhetas que resultam de contratos de colaboração mútua, fechados entre a TVE e entidades afins, para divulgação de serviços especiais, como por exemplo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM) — "Campanha do Meio Ambiente"; Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente

- (DMA/SSMA) — “Campanha Ecológica”; Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) — “Campanha Economia de Água”; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) — “Divulgação dos Serviços do CREA”; Jardim Zoológico; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos; PETROBRÁS, etc.

Além disso, a Divisão de Apoio ainda realizou “videoreleases”, textos de divulgação da TVE e da FM Cultura, além do Boletim TVE — com a divulgação da programação semanal —, Telecultura — em convênio com a CRT — Videotexto, e serviços de cenografia, arte e pesquisa.

A Diretoria Técnica, dentro das atividades de transmissão, adquiriu os seguintes equipamentos: novo transmissor de 10kw; nova antena tipo “Supertuenstyle”, a qual assegura uma cobertura mais contínua em todas as direções; novo cabo de transmissão com menor perda de sinal; grupo gerador que mantém a TVE e a Rádio FM Cultura no ar, mesmo com falta de energia.

Além disso foram realizadas outras atividades relacionadas com o estúdio, a saber:

- Reforma geral das instalações técnicas de áudio e vídeo do Centro de Operações da TVE;
- Aquisição de ilha de sonoplastia exclusiva para produção de áudio de alta qualidade, incluindo recursos de “compact disc” (disco laser);
- “Switcher” de produção de programação e telejornalismo;
- “Switcher Master” (controle mestre) com inserção de programação através de quatro máquinas controladas via computador (casseteira);
- “Switcher” de pós-graduação com recursos de edição e finalização em “slow-motion”;
- Gerador de caracteres com recursos de “Point System” (vídeoarte) e digitalização de imagem;
- Nova central técnica para controle de qualidade e distribuição de sinais dos novos equipamentos;
- Três unidades e externa (ENG) para telejornalismo e produção.

Entre as atividades em processo de implantação destacam-se:

- Aquisição de duas novas câmaras de estúdio para telejornalismo, num total de quatro câmaras de estúdio na TVE; microfones de externa, lapela e direcionais para produção e telejornalismo; sistemas de microondas portáteis para execução “ao vivo” de eventos de externa; três novas unidades “Concorder” (câmara + VT portátil acoplado) de SVHS, para telejornalismo; duas ilhas de edição em SVHS para telejornalismo; qualificação do sistema de monitoração de áudio e vídeo da TVE, com a aquisição de monitores importados; equipamentos para montagem de unidade móvel de produção, com “Switcher”, mesa de áudio, monitoração, microfones, iluminação e duas câmaras EFP; duas novas ilhas de edição U-MATIC; oito máquinas de VT U-MATIC para vista prévia e copiagem.
- Projeto da Rádio FM Cultura, obra civil e instalações dos estúdios e área administrativa da emissora de FM, com dois centros de produção de áudio (produção, gravação e programação) e dois estúdios.
- Inauguração da nova central técnica da TVE.

Está ainda em andamento a aquisição de equipamentos para a instalação de mais cinco Retransmissoras para as localidades de Gramado, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Torres e

Frederico Westphalen, a serem entregues até fins de janeiro de 1990, com término de instalação previsto para fins de março/90.

Com relação às atividades diretamente vinculadas à Rádio FM Cultura, são de destacar as seguintes:

- Inauguração da Rádio FM Culura — 107.7Mhz, que entrou no ar em 09 de fevereiro/89;
- Transmissão, ao vivo, da solenidade de inauguração, com entrevista do Governador do Estado;
- Cobertura do I Congresso Estadual de Cultura, através da transmissão de boletins, de meia em meia hora, diretamente do Salão de Atos da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Veiculação de dois boletins diários de cobertura da Assembléia Constituinte Estadual, no período de 15 de maio a 03 de outubro, num total de 200 boletins;
- Programa especial relativo ao dia da Música Sueca, transmitindo "jazz", folclores e música erudita daquele país; o programa resultou em matéria publicada em revista da Suécia;
- Veiculação de boletins de cobertura do Festival de Cinema Brasileiro de Gramado, diretamente do local; foram veiculados, em média, três boletins diários, durante o período de realização do Festival.
- Veiculação para as demais rádios educativas do país, através da Bolsa do SINRED, do programa de música erudita "Épocas e Estilos", produzido pela FM Cultura;
- Cobertura do Congresso Brasileiro de Artes Plásticas, no período de 26 a 28 de julho;
- Cobertura do Encontro Renner de Teatro, realizado em Porto Alegre, com boletins diários, no período de 26 a 31 de julho;
- Produção e transmissão de módulos sobre a Revolução Francesa, atividade que foi desenvolvida, diariamente, durante os meses de agosto, setembro e outubro;
- Cobertura direta de Uruguaiana do encontro dos presidentes Sarney, Menem e Sanguinetti e a instalação dos Comitês de Fronteira, com a presença do Governador Pedro Simon;
- Veiculação de dois boletins diários de cobertura do "Free Jazz Festival", com participação de repórter da Rádio, diretamente de São Paulo, no período de 25 a 30 de agosto;
- Cobertura da 12.^a Exposição Internacional de Animais, diretamente do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, no período de 26 de agosto e 03 de setembro. A FM Cultura também coordenou a Rádio Expointer que funcionou, internamente, no Parque;
- Cobertura, na cidade de Rio Grande, da instalação do Governo do Estado naquele Município, acompanhando todos os atos do Governador do Estado, no período de 26 e 27 de setembro;
- Cobertura do III Festival de Teatro de Canela, com boletins diretos do local, no período de 23 a 28 de outubro;
- Cobertura da Feira do Livro, a partir de 27 de outubro, com três boletins diários, diretamente da Praça da Alfândega, estendendo-se esta programação até o dia 12 de novembro;

- Veiculação de três programas diários sobre a história das eleições presidenciais no Brasil, no período de 1º a 15 de novembro;
- Veiculação, durante o dia das eleições, de 25 boletins de cobertura do pleito para a escolha do novo Presidente, acionando as rádios educativas de outros Estados, que estavam em cadeia com a FM Cultura e a TVE;
- Produção e veiculação, no dia 15 de novembro, de um programa especial, com uma hora de duração, sobre a história das eleições no Brasil, reunindo o material veiculado durante 15 dias;
- Cobertura das apurações, com a inserção de cerca de 40 boletins produzidos, ou vindos de rádios do Interior, de rádios de outros Estados, de agências de notícias e/ou em linha direta com a TVE, desde 16 de novembro até o final das apurações;
- Cobertura do segundo turno das eleições presidenciais;
- Acompanhamento especial, com prioridade para informações (cerca de 40 boletins), sobre as apurações de segundo turno das eleições presidenciais;
- Veiculação de programas especiais sobre o Natal;
- Veiculação de programa especial de balanço da década, contendo os fatos relevantes dos Anos 80 na música, na literatura e nas artes plásticas.

2.1.6 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (OSPA)

No transcurso do exercício de 1989, a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), entidade instituída em forma autárquica, nos termos da Lei n.º 4.837, de 02 de dezembro de 1964, desenvolveu suas atividades dentro das finalidades para as quais foi criada, que envolvem: a manutenção de sua Orquestra Sinfônica com o respectivo Coral; a promoção de concertos destinados ao público, bem como à juventude em geral, tanto na Capital como no Interior do Estado; a criação de uma Escola para a formação de músicos profissionais; a apresentação de temporadas oficiais de concertos destinados aos contribuintes particulares, aos quais têm acesso, gratuitamente, os estudantes universitários; a contribuição para o aperfeiçoamento cultural da juventude escolar, através de concertos especiais, palestras e atividades correlatas; a criação, se possível, do Corpo de "Ballet".

Tem a Fundação como metas prioritárias: preencher as vagas existentes em seus organismos musicais (Escola de Música, Orquestra de Câmara e Orquestra Sinfônica) para, em melhores condições, cumprir as suas finalidades estatutárias; adquirir definitivamente a Sede Artística atualmente instalada nas dependências do prédio n.º 925 da Av. Independência (Teatro da OSPA, ex-Teatro Leopoldina).

Entre as promoções que fazem parte das atividades da OSPA, destacam-se os denominados Encontros Sinfônicos, divididos em duas séries: "Encontros Sinfônicos de Outono" e "Encontros Sinfônicos de Primavera" os quais atendem a uma das finalidades para as quais foi instituído o Órgão.

No decorrer de 1989, foram realizados vinte e nove "Encontros Sinfônicos", com um público médio de 1.225 pessoas por evento.

Foram, também, realizados dez concertos em diversas cidades do Interior do Estado, a saber: Pelotas (duas apresentações), Gramado (três apresentações), Caxias do Sul (duas apresentações), Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Novo Hamburgo.

Destacam-se, ainda, entre os concertos realizados, onze concertos especiais e um com a Orquestra de Cordas, além de um concerto fora do Estado, na cidade de Campos do Jordão (São Paulo), durante o XX Festival de Inverno.

Em convênio com a 1.^a Delegacia de Educação, a OSPA realiza os chamados "Encontros Sinfônicos para a Juventude — Série Escolar", que incluem uma importante série de concertos didáticos destinados à juventude escolar em geral. Em 1989, foram realizados seis concertos desse tipo dentro do processo educativo desenvolvido pela Fundação.

Igualmente importantes são os "Concertos para Jovens Solistas", que visam à descoberta de jovens instrumentistas de talento. Os candidatos classificados têm como prêmio a oportunidade de atuarem como "solistas" com a OSPA. No exercício de 1989 foi realizado um concerto dessa categoria, dentro da temporada oficial.

Entre as ações desenvolvidas pela Fundação, são também de destacar aquelas relacionadas com a Escola de Música da OSPA, a qual se constitui na única instituição profissionalizante do Estado voltada exclusivamente para a formação de instrumentistas e cantores com capacitação para atuarem em conjuntos sinfônicos. No momento, são ministrados no mesmo, curso de violino, viola, contrabaixo, oboé, flauta, clarinete, fagote, harpa, trombone, trompa, trompete, percussão e canto, estudando aí, gratuitamente, cerca de cem alunos.

A preocupação em manter seus planos de trabalho tem levado a Fundação a buscar recursos junto à iniciativa privada. As receitas próprias da OSPA situam-se em torno de 30% sobre o total arrecadado (dados de novembro/89) e vêm sofrendo aumento significativo nos últimos exercícios, decorrentes das contribuições de associados, sublocações do Teatro, contribuições de instituições privadas e outras.

Foram dispendidos em 1989, pela OSPA, cerca de NCz\$ 2,20 milhões, no desenvolvimento de suas atividades.

2.1.7 — FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

Em 1989, o Teatro São Pedro comemorou cinco anos de sua reabertura, constituindo este em período importante pela programação que apresentou e também por que, através da assinatura de Protocolo de Intenções, possibilitou-se a construção, a partir de agora, do Anexo Cultural do Teatro.

Dando continuidade ao objetivo de incentivar os grupos locais e proporcionar ao público espetáculos de bom nível, com entrada franca e periodicidade regular, contou-se neste ano com aproximadamente 2.170 pessoas prestigiando as 31 apresentações do Projeto "Blue Jazz", patrocinado por empresas privadas, em todas as sextas-feiras. Calcula-se o mesmo público para "Música ao Meio-Dia", às quartas-feiras, com coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC) e "O Choro é Livre", às quintas-feiras, com coordenação do mesmo Conselho, totalizando 93 apresentações gratuitas para 6.510 pessoas.

Paralelamente, o Teatro São Pedro recebeu 11 companhias teatrais de fora e 7 locais, trazendo um público de 66.400 pessoas.

O público infantil também teve seu espaço com a apresentação de 3 peças teatrais, totalizando 17 apresentações para um público de 4.900 pessoas.

Foram ainda apresentados 12 concertos, 15 "shows" de música clássica e popular (7 com músicos locais, 1 internacional e 7 nacionais) em 46 apresentações com 17.057 expectadores, 17 espetáculos de dança, além de 5 cursos, debates, lançamentos, 7 exposições e 20 eventos especiais, destacando-se o IV Encontro Renner de Teatro e "Dança Porto Alegre".

Concluindo, com aproximadamente 105.000 expectadores e mais de 182 eventos, encerra-se, com sucesso, a temporada de 1989.

2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A política que vem sendo adotada pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) desde setembro de 1987, com a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) — convênio firmado entre a SSMA, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Trabalho (MT) —, traduz-se na busca de:

- Universalização da assistência e plena garantia do acesso igualitário aos serviços de saúde, a toda a população do Estado;
- Integralidade e melhoria da qualidade dos cuidados à saúde do cidadão;
- Integração e regionalização dos serviços de saúde, de modo a constituírem um sistema único, com o máximo de eficiência e eficácia, de acordo com as características populacionais e epidemiológicas do Estado;
- Descentralização efetiva das ações de saúde, através de mecanismos de incremento de responsabilidade dos níveis locais e regionais na gerência do Setor;
- Desenvolvimento de mudanças no conteúdo das práticas de saúde, através dos distritos sanitários, para garantir a integralidade das ações de saúde (prevenção e cura), a resolutividade do cuidado e sua continuidade;
- Constituição e pleno desenvolvimento de instâncias colegiadas gestoras das ações de saúde, em todos os níveis, com ampla garantia de participação das representações populares e da democratização das decisões;
- Efetivação de uma nova política de recursos humanos para o setor Saúde, que contemple carreiras e cargos com capacitação e reciclagem para as funções, estímulo ao tempo integral e dedicação exclusiva para o Setor.

As atividades da SSMA reportam-se às linhas básicas de atenção à saúde: Atenção aos Indivíduos e Controle Sanitário, Vigilância e Controle Epidemiológico e Vigilância e Controle do Meio Ambiente.

Estas linhas de atenção desenvolvem-se, ao nível executivo e finalístico, em dois setores distintos e complementares: o de Ações de Saúde e o de Ações sobre o Meio Ambiente. Englobam a assistência aos indivíduos (ambulatorial e hospitalar) e a assistência à coletividade (saneamento, vigilância sanitária, controle ambiental e preservação do equilíbrio ecológico).

Para desenvolver aquelas atividades finalísticas, a SSMA realiza também atividades de apoio técnico-operacional (insumos e medicamentos, análises laboratoriais e desenvolvimento de biotecnologia, hemoterapia e desenvolvimento de recursos humanos), bem como de apoio administrativo gerencial, além das de apoio e supervisão.

A SSMA, no período, orientou suas atividades dentro do seu principal objetivo, que é o de implementar e consolidar o SUDS no Estado através da manutenção de sua rede de serviços, próprios e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

A consolidação desse processo se dá principalmente ao nível local, através da municipalização. O Estado possui hoje 125 municípios já integrados ao processo, e 18 municípios em fase de ingressarem no mesmo, com repasses feitos mensalmente, para serem utilizados na manutenção de rede de serviços locais e complementação salarial dentro de uma proposta que busca a isonomia.

O SUDS no Rio Grande do Sul tem servido de referência para outros Estados brasileiros, pelo seu alto grau de resolutividade e, principalmente, pela efetiva participação social que tem viabilizado na área.

Com relação à rede hospitalar pública do Estado (incluindo aquelas unidades administradas pela União-Grupo Hospitalar Conceição), vêm sendo realizadas nas mesmas, obras de recuperação desde o início da atual Administração Estadual. Entre as obras já concluídas, destacam-se:

- **No Hospital Psiquiátrico São Pedro:** reforma de 4 prédios; construção de um acesso de pedestres; substituição da rede de vapor da cozinha; instalação de um incinerador de lixo hospitalar; complementação do sistema de distribuição de energia elétrica e iluminação externa; demolição de edificações anexas não pertencentes ao projeto original; desobstrução de áreas e esgotos; reconstrução do telhado do bloco B no prédio central; reforma do pluvial da cobertura dos prédios "Unidade Madre Matilde" e "Missões"; canalização de esgotos cloacais junto ao prédio da "Unidade Matilde"; reforma dos banheiros dos prédios "Unidade Felipe Pinel" e "São José"; construção de passeio entre a portaria e o prédio central.
- **No Instituto de Cardiologia:** construção do ambulatório (permite o atendimento de 10 mil consultas eletivas por mês); construção de novo anfiteatro (totalmente equipado e com 120 lugares); aquisição de um incinerador de lixo hospitalar.
- **No Hospital Nossa Senhora da Conceição:** construção de rampas para acesso de deficientes físicos; construção de "playground" para creche; reforma de 2 áreas; reforma nas instalações de 10 unidades de serviços técnicos, de 6 unidades de saúde, de 2 residências, de 65 quartos de internação, de 2 postos de enfermagem, de 6 unidades de serviços operacionais.
- **No Hospital Sanatório Partenon:** substituição da rede coletora de esgotos sanitários e pluviais.
- **No Hospital Colônia Itapoã:** reforma de 4 pavilhões; criação do Centro de Internação e Laborterapia; reforma do prédio da Direção e Administração; manutenção das praças e sistema viário.
- **No Hospital da Criança Conceição:** construção do anfiteatro e vestiários para médicos; reforma de 21 quartos de internação, de 4 unidades de serviços técnicos, do subsolo para instalação de diversos serviços.
- **No Hospital Cristo Redentor:** reforma nas instalações de 7 unidades de serviços técnicos, de 3 unidades de serviços operacionais, de 132 quartos de internação; instalação da Unidade de Queimados e da Unidade Séptica; construção do Pronto-Socorro Zona Norte.
- **No Hospital Fêmea:** reforma das instalações da creche, do serviço e instalações das caldeiras, nas instalações da lavanderia; reequipamento e reforma das instalações do Berçário e Centro Obstétrico.

- **No Hospital Parque Belém:** criação do Centro de Prevenção e Recuperação do Dependente Químico.
- **Nos Hospitais de Alvorada e Cachoeirinha:** ampliação do atendimento (antes funcionavam apenas como ambulatório; agora atendem internações) viabilizada pelo convênio INAMPS/SSMA/MS/MEC firmado com as Prefeituras.

Com relação aos demais serviços prestados pela SSMA, são de destacar:

- **Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS):** Responsável por boa parcela do fornecimento de medicamentos às Unidades Sanitárias da SSMA, produziu 40 milhões de unidades em 1987; 55 milhões em 1988 e 60 milhões, em 1989 (até 31 de julho). Em apenas dois anos, o laboratório aplicou NCz\$ 1,2 milhão (preços de maio/89) em investimentos e insumos.
- **Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB):** Credenciado pelo Ministério da Saúde como Laboratório de Referência para a Região Sul, e como Centro Nacional para Avaliação de Resultados, o Instituto foi recuperado, modernizou-se tecnologicamente, adquiriu equipamentos e treinou pessoal. A produção anual de vacina anti-rábica humana atende a um terço das necessidades do País e há possibilidade de exportar o excedente para países da América Latina.
- **Programa de Saneamento Comunitário (PROSAN):** visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda das áreas periféricas dos centros urbanos, aglomerados urbanos dos meios rurais e escolas desprovidas de infra-estrutura de saneamento, através do controle de doenças transmissíveis causadas pela falta de saneamento básico. A ação do PROSAN se dá pela implantação de: melhorias sanitárias, domiciliares, módulos sanitários, ligações domiciliares de água, obras de abastecimento de água, extensões de rede de esgoto, e mais ações educativas. Em 02/10/89, foram assinados convênios com 29 municípios, envolvendo recursos da ordem de NCz\$ 700 mil, que representam 50.000 metros da rede de água e esgoto (o Programa já atuava em 240 municípios).

Dentro da SSMA, o Departamento de Meio Ambiente (DMA) é o responsável pelas ações de controle das fontes poluidoras do ar, água e solo, prestando os seguintes serviços: análises laboratoriais; investigações e vistorias; licenças ou alvarás; e análise de projetos para controle da poluição.

O Departamento propicia, através de convênio com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), a abertura de linhas de financiamento às indústrias para tratamento de efluentes, e às Prefeituras, para implantação de usinas de lixo. Além disso, é de destacar a atuação do DMA em dois comitês: Sinos e Gravataí.

Com relação a Serviços Contratados e Conveniados, a situação observada até 1986, apresentava 80% dos serviços de saúde no Estado adquiridos de entidades não governamentais. Em 1987, o INAMPS começou a transferir para a SSMA os recursos que antes empregava na compra desses serviços. Isso oportunizou a que, atualmente, a Secretaria possa quantificar e planejar as reais necessidades dessa aquisição.

Para a programação de 1989, por exemplo, a compra de serviços da rede privada caiu para 55%. Mesmo assim, nos primeiros cinco meses do ano foram destinados NCz\$ 73,5 milhões para compra de internações, e NCz\$ 50,8 milhões para serviços laboratoriais.

Outra forma de prestação de serviços é representada pelos convênios firmados pela SSMA com hospitais filantrópicos e universitários que, iniciados em 1986 pela Superintendência Regional do INAMPS e prosseguidos pela SSMA (com recursos do SUDS), hoje atendem 60 mil das 86 mil internações mensais realizadas no Estado. A Santa Casa de Misericórdia de Porto

Alegre, por exemplo, tem 95% de sua receita advinda do convênio universitário mantido com o SUDS.

Entre as outras ações ou serviços da SSMA destacam-se:

- Formação e manutenção de bancos de leite humano, visando a incentivar o aleitamento materno e a orientar o desmame; já existem 20 bancos de leite humano em hospitais e em 03 empresas privadas;
- Recuperação de mais mil unidades sanitárias (em termos de equipamentos e qualificação de recursos humanos) em ação conjunta com as Prefeituras Municipais;
- Prevenção do câncer ginecológico: 12 ambulatórios instalados; 68 mil exames realizados;
- Exames laboratoriais: 390 mil exames realizados; 11 mil pessoas beneficiadas;
- Inspeção veterinária: 275 matadouros inspecionados;
- Controle de vetores e zoonoses: controle do simuliídeo (borrachudo) em 25 municípios, com inspeção de focos;
- Banco de sangue: recadastramento dos bancos de sangue, visando a um maior controle das doenças transmissíveis, especialmente AIDS, e reativação da produção de hemoderivados e do tratamento de hemofílicos: há 126 bancos de sangue cadastrados e 57 recebem acompanhamento;
- Dermatologia sanitária - controle em três áreas: hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis e outras dermatoses (escabiose e pediculose);
- Controle da tuberculose: o programa de controle conseguiu diagnosticar e prevenir 82,6% dos casos em 1988; atualmente existem 151 pacientes em tratamento;
- Laboratórios públicos: manutenção de 63 laboratórios regionais e locais;
- Parasitoses sistêmicas (hidatidose): este serviço é o único que realiza diagnóstico ao nível nacional, atendendo solicitação de outros estados;
- Recuperação nutricional: 130.683 crianças acompanhadas, com distribuição mensal de 13.000 kg de leite em pó para atendimento de 6.500 crianças desnutridas em 28 municípios;
- Acompanhamento com supervisão, fiscalização e treinamento de recursos humanos em 2.100 creches do Estado, que atendem 105.000 crianças de zero a 6 anos;
- Serviço de acupuntura: em funcionamento desde dezembro de 1988, atendendo em média de 12 a 15 pacientes/dia;
- Serviço ambulatorial de homeopatia: implantado em 1988, com 1.480 atendidos até hoje. Os medicamentos homeopáticos são fornecidos gratuitamente, através de convênios firmado com farmácias homeopáticas. A partir de 1990 estes medicamentos serão produzidos pela SSMA.

A SSMA dispõe de 1.064 Postos de Saúde, dos quais 959 oferecem vacinação, cuidados básicos e assistência médica e odontológica, e 105 constituem-se em postos de Assistência Médica do INAMPS.

Nestes postos foram realizadas mais de 3 milhões de consultas médicas e quase 700 mil consultas odontológicas; o programa de vacinação de rotina cobriu praticamente toda a população-alvo (Sabin: 81,8%; Tríplice: 80,9%; Anti-Sarampo: 79,3%; Anti-Pólio: 99,8%).

Com relação aos programas de Assistência, a Divisão de Ações Básicas engloba vários subprogramas, a saber: Programa de Atenção à Criança (PAISC); Programa de Atenção aos Estabelecimentos de Cuidados à Criança (PAECC); Programa de Atenção à Saúde da Mulher (PAJSM); Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador (PAIST); Programa de Atenção à Saúde do Idoso (PAISI); Programa de Atenção à Saúde do Adolescente; Programa de Atenção à Saúde Mental (PAIS Mental); Programa de Atenção à Saúde Bucal (PAIS B).

É de salientar como de particular importância para o Setor Saúde, a atuação do Conselho Estadual de Saúde (CES), órgão colegiado criado pelo Decreto nº 33.199, de 02/06/89, e constituído por 40 conselheiros — 20 representantes de órgãos governamentais, e 20 representantes da sociedade civil. É função do Conselho coordenar o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde, sendo de sua competência a aprovação do regimento da Comissão Interinstitucional de Saúde (CIS) do Estado, e o estabelecimento de instruções e diretrizes gerais para a formação e funcionamento das comissões encarregadas da implantação dos novos municípios (Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde — CIMS).

Entre as ações desenvolvidas pela SSMA em 1989, destacam-se uma série de obras e realizações ainda em fase de execução.

A recuperação física da rede hospitalar continuará em quase todas as Unidades, compreendendo:

- **No Hospital Psiquiátrico São Pedro:** reforma da rede de esgotos cloacais, pluviais e mistos; construção do muro de arrimo e reforma dos sanitários do setor de pessoal; reforma do prédio da antiga rouparia; reforma do prédio do refeitório central e pavilhão de atividades múltiplas; reforma do sistema de distribuição de água; reforma do prédio da antiga carpintaria; reforma do prédio da “Unidade Madre Matilde”; construção do novo acesso geral de pedestres e veículos.
- **No Hospital Sanatório Partenon:** reforma da cozinha e da lavanderia; continuação da recuperação (1ª fase) do bloco de enfermarias, constando de demolições, fundações, estruturas de concreto armado, alvenaria de tijolos, impermeabilização, execução de laje de cobertura.
- **No Hospital Colônia Itapoã:** reforma dos pavilhões 3, 4 e 5; recuperação da rede de distribuição de energia elétrica; reforma da usina e geradores; reforma dos pavilhões de acesso à área de hansenianos.
- **No Instituto de Cardiologia:** implantação da central de radiologia, de 130 leitos de internação em enfermaria; ligação do prédio do Instituto de Cardiologia ao antigo Departamento de Perícia Médica; construção do complexo de atendimento de emergência; conclusão do novo bloco cirúrgico e de nova área de hemodinâmica: conclusão de detalhes de urbanização.
- **No Hospital Nossa Senhora da Conceição:** obras de pavimentação do estacionamento; construção da passarela ligando os dois hospitais (Conceição e da Criança Conceição); da sala para necrópsia; reforma das instalações e reequipamento de 07 unidades de serviços técnicos e 03 unidades de serviços operacionais; construção do heliporto, do almoxarifado central, da creche e do “playground”.
- **No Hospital da Criança Conceição:** reforma das instalações e reequipamento de 05 unidades de serviços técnicos e da área física externa do hospital.
- **No Hospital Cristo Redentor:** reforma e reequipamento de 06 unidades de serviços técnicos e de internação.

- **No Hospital Fêmeina:** implantação do serviço de arquivo médico e de estatística; adequação das instalações do Ambulatório, da Emergência e da área física interna e externa do Hospital; reforma e reequipamento das unidades de internação.
- **No Hospital de Alvorada:** ampliação do almoxarifado e instalação de um incinerador para lixo hospitalar.
- **No Hospital de Cachoeirinha:** ampliação do almoxarifado; instalação de um incinerador para lixo hospitalar; construção de um novo sistema de coleta de esgotos; remanejamento das redes de alta tensão.
- **No Hospital Geral de Caxias do Sul:** assinatura do Convênio para a construção do Hospital Municipal, com área de 12.542m², a ser financiado pelo SUDS e Prefeitura Municipal.

Além disso, estão tendo continuidade outros serviços relacionados à área de Saúde, destacando-se entre eles os seguintes:

- **Hemocentro:** ampliação do prédio para instalação da unidade de liofilização de crioprecipitado.
- **Laboratório Farmacêutico do Estado:** o projeto de ampliação e otimização da capacidade instalada prevê a duplicação da produção em 1989 e a triplicação em 1990 (330 milhões de unidades de medicamentos).
- **Pronto Atendimento para Salvamento de Doentes de Alto Risco (SALVAR):** visa oportunizar atendimento rápido a doentes de alto risco (politraumatizados ou emergências cardíacas). Além de uma equipe formada por 110 médicos, 44 auxiliares de enfermagem, 44 motoristas, o projeto colocará à disposição da população, 10 ambulâncias (UTIs móveis) e 5.000 PMs treinados em medidas básicas de reanimação cardiopulmonar e respiratória cerebral.

2.3 — SANEAMENTO

2.3.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

A CORSAN tem como objetivo a realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários no Estado, bem como quaisquer outras atividades inerentes ao saneamento básico.

As metas de atendimento estabelecidas para a Empresa consistem em abastecer com água a 92% da população urbana das localidades onde opera e a atender com serviços de esgotamento sanitário a 50% das cidades mais populosas, assim como a de preservar os mananciais aquíferos utilizados no abastecimento público.

Atualmente, a população abastecida pela CORSAN corresponde a 4.329.000 habitantes, ou seja, 90,5% da população urbana das localidades onde a Empresa presta este serviço e 61,5% da população urbana total do Estado.

Em 1989, o acréscimo da população abastecida, em relação ao ano anterior, foi de 146.000 habitantes, em decorrência da execução de obras de ampliação de sistemas, que resultou num aumento de 400 km de redes de distribuição, dos quais, 350 km referem-se a empreendimentos da própria Companhia e 50 km a loteamentos particulares diversos.

Também, em função das obras executadas, houve um acréscimo efetivo de 931 l/s na produção de água tratada de sistemas com captação superficial, sem considerar-se o aumento devido a perfuração de poços profundos.

Outrossim, encontram-se em execução ampliações de sistemas cujas capacidades de produção serão aumentadas em mais 240 l/s quando concluírem-se as obras.

Quanto à reservação, seu volume foi elevado em 3.600 m³, encontrando-se em andamento a execução de novos reservatórios que, quando concluídos, adicionarão mais 4.500 m³ à reservação existente.

No decorrer do ano foram perfurados 130 poços profundos, dos quais 60 já estão sendo utilizados.

Foram, igualmente, concluídas as obras de implantação e incorporados à CORSAN os sistemas de Morro Reuter e de Sede Nova, encontrando-se em implantação os sistemas de Três Cachoeiras, Cotiporã, Vila Ipê, Nova Esperança do Sul, Portão, Silveira Martins e Tavares.

Com relação aos novos municípios ultimamente criados, foram assinados contratos de concessão dos serviços de abastecimento de água de 26 sedes, das quais acham-se em implantação 4 sistemas, e 19 relacionados para execução no corrente ano, com obras de implantação ou de melhorias através da utilização de recursos do Governo do Estado.

No que se refere ao Programa de Prioridade Social (PPS), que consiste na implantação de redes de distribuição de água visando ao atendimento preferencial das populações periféricas das localidades cujos sistemas são administrados pela CORSAN, prosseguiu-se a execução de redes em 1989, tendo sido beneficiadas cerca de duas centenas de sedes municipais e povoados.

Os investimentos em obras de abastecimento de água, no ano de 1989, atingiram o montante de 14.115.000 BTN's, equivalentes hoje, a NCz\$ 157,50 milhões, tendo a seguinte origem: 12.031.000 BTN's — de empréstimo com a CEF; 56.000 BTN's — de empréstimo com o Fundo de Água e Esgoto (FAE/RS); 1.798.000 BTN's — de recursos próprios da Companhia; 230.000 BTN's — de recursos estaduais.

Relativamente aos serviços de coleta de esgotos sanitários verificou-se um acréscimo na população atendida de 13.000 habitantes chegando ao atendimento total de 408.000 pessoas, ou seja, 29,1% da população urbana das localidades onde a Empresa oferece este serviço.

Compreensivelmente, devido aos altos investimentos exigidos por este tipo de obras e aos limitados recursos disponíveis para este setor, os resultados alcançados até agora têm sido demasiadamente modestos no Estado, se comparados aos resultados obtidos no campo de abastecimento de água.

No ano, foram executados cerca de 150m de um desvio emergencial de esgoto em Tramandaí e encontra-se em obras a Estação Elevatória n.º 10 em Cachoeira do Sul. Foi providenciada também a licitação para a execução do sistema de tratamento de esgotos de Canoas, cujas obras já se encontram contratadas. Igualmente, foram contratadas as obras do sistema de tratamento de Tramandaí.

Em 1989, o investimento resumiu-se a 36.000 BTN's, devendo, entretanto, elevar-se significativamente em 1990 com o andamento das duas obras citadas de Canoas e Tramandaí.

O setor relativo à elaboração de projetos teve bom desempenho durante o ano pelo fato de ter concluído número apreciável de estudos e projetos, indispensáveis ao cumprimento do Programa de obras a ser desenvolvido em 1990.

Foram elaborados 12 projetos de implantações, ampliações, ou melhorias de sistemas de abastecimento de água, 12 projetos de aproveitamento de poços e 40 projetos diversos.

Também foram fiscalizados diversos projetos de água e de esgotos relacionados a loteamentos particulares e conjuntos habitacionais, cujas obras de saneamento, após concluídas, são incorporadas ao patrimônio da CORSAN.

Quanto à execução do Programa de Desenvolvimento Operacional (PECOPE), continuam as atividades de rotina no que se refere à pesquisa e correção de vazamentos.

No que tange à aquisição de peças e equipamentos, no decorrer do ano de 1989, foram concretizadas as últimas aquisições previstas no 2.º PECOPE, sendo que a mais significativa diz respeito à aquisição de "kits" e peças para recuperação de 10.900 hidrômetros.

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foram treinados 339 funcionários, através de 5 cursos ministrados pelo Centro de Treinamento da CORSAN, além de 308 funcionários que freqüentaram 45 cursos externos, totalizando 647 treinandos, ou aproximadamente, 13% do efetivo total da Empresa.

A preservação dos mananciais de abastecimento de água para as populações urbanas mereceu uma ação mais ampla e conseqüente por parte da CORSAN, visando à recuperação qualitativa dos rios e à gestão de recursos hídricos.

Continuaram as ações corretivas em casos de poluição dos mananciais por fontes localizadas, mas a maior ênfase foi dada à ação preventiva, ao planejamento da recuperação e preservação qualitativa. Nesse contexto, inserem-se a participação da CORSAN no Comitê de Gerenciamento, Preservação e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos (COMTESSINOS), destacando-se

o convênio com o Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (DMA/SSMA), a Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE-PA), a Secretaria Municipal de Água e Esgotos (SEMAE) — São Leopoldo e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) para a implantação de um programa integrado de monitoramento da qualidade da água do referido rio. Além disso, houve participação no encaminhamento ao Banco Mundial de um plano global de recuperação ambiental daquela bacia hidrográfica, dentro do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

Na mesma linha de atuação, a CORSAN teve parte ativa na implantação do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Gravataí, ocupando a Vice-Presidência do mesmo. Destacam-se os estudos e discussões que garantiram os recursos e a contratação do projeto da barragem da Olaria Velha, com finalidade de abastecimento e preservação ambiental.

Houve participação da CORSAN, ainda, na reativação da Comissão Consultiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, sendo, no âmbito da mesma, iniciado o estudo para um Plano Estadual de Recursos Hídricos e o correspondente sistema de gestão. Entre as atividades correlatas ao Plano, foi apresentada uma proposta preliminar de divisão do Estado por bacias hidrográficas, para fins de gestão dos recursos hídricos.

2.3.2 — SISTEMA INTEGRADO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS (SITEL)

O Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos do Pólo Petroquímico do Sul (SITEL), vinculado através de Superintendência diretamente à Presidência da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), tem por atribuição básica impedir que os resíduos líquidos resultantes das atividades operacionais das indústrias do Pólo Petroquímico comprometam a integridade do ecossistema da região, ao mesmo tempo em que viabiliza o desenvolvimento industrial do Complexo Petroquímico de Triunfo em sua configuração completa de grande gerador de riquezas, traduzida em empregos diretos e indiretos, em produtos de alta tecnologia e em bens de consumo.

A partir de novembro de 1982, data do início do SITEL, buscou-se atender, através da tecnologia implantada, os padrões ambientais requeridos pelo Departamento do Meio Ambiente (DMA), da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), assim como o aprimoramento, através de programas de monitoramento, treinamento de pessoal e intercâmbio técnico com entidades congêneres, a pesquisa aplicada, e o planejamento estratégico do Sistema.

Durante o ano de 1989, foram desenvolvidas destacadamente as seguintes atividades de estudos e pesquisas, além das rotineiras: Análise de Poluentes Prioritários em Efluentes; Análises Especiais de Metais Pesados; Testes de Mutagenicidade dos Efluentes; Efeitos da Aplicação do Lodo nas Plantas e no Solo; Monitoramento do Lençol de Águas Subterrâneas nas Novas Áreas de Disposição Final; Monitoramento das Lagoas de Estabilização através do Cultivo Confinado de Peixes (Ictiofauna); Toxicidade de Efluentes (Bioensaios); Estudo de Adaptação de Macrófitas nos Efluentes Petroquímicos.

Foram tratados ao longo de 1989 pelo SITEL 3.900.000 m³ de efluente orgânico e 1.750.000 m³ de efluente inorgânico provenientes das indústrias do Pólo.

No mesmo período, o SITEL procedeu à disposição do solo de 5.850.000 m³ de efluentes tratados e 13.100 m³ de lodo descartado no processo biológico.

O desempenho técnico operacional do SITEL em 1989, evidenciou os elevados níveis de eficiência alcançados nos seis anos de operação anteriores. Destacam-se, por exemplo, remoções médias de 91% de Demanda Química de Oxigênio (DQO), 97% de Demanda Bioquímica

de Oxigênio (DBO), e 84% de Sólidos Suspensos Totais (SST), índices estes que superam inclusive as previsões iniciais de projeto.

Os custos de operação do SITEL, cujo ressarcimento está a cargo das indústrias do Pólo Petroquímico, representaram em 1989, em termos globais, 10.000.000 BTN's. O custo unitário do tratamento, no mesmo período, foi de US\$ 1,45/m³.

Iniciou em 1989, a partir de comissão de trabalho criada pelo SITEL e Indústrias Usuárias do Sistema, o estudo de viabilidade sobre a possibilidade de a CORSAN assumir, já no primeiro semestre de 1990, o Sistema Centralizado de Tratamento dos Resíduos Sólidos do Pólo Petroquímico (SICECORS), atualmente gerenciado pela Companhia Petroquímica do Sul (COPELUL).

Foram concluídas no exercício de 1989, as obras referentes à ampliação do Bloco do Laboratório e prédio administrativo para Serviços Gerais, com investimento global de 500.000 BTN's.

Encontra-se em fase conclusiva as obras de ampliação do Sistema de Disposição Final do Efluente sobre o Solo que duplicará a capacidade de descarte final de efluentes, e a cobertura vegetal adequada dessas áreas, com previsão de operação em janeiro de 1990, com investimento global de 3,8 milhões de BTN's.

Relativamente à capacidade instalada para processamento de resíduos líquidos, nas unidades de Tratamento Primário, Secundário, Terciário e Disposição Final, o SITEL está capacitado a atender à demanda de efluentes gerados pelas unidades industriais instaladas, assim como às ampliações e expansões programadas, algumas inclusive já aprovadas pela Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI).

2.4 — TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO, AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA (STASC)

A *Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC)*, organismo responsável pela política social do Governo do Estado, tem como objetivo maior a redução das desigualdades sociais. Com função normativa, gestora, articuladora e executora, tem sob sua responsabilidade as políticas públicas das áreas do Trabalho, Assistência e Promoção Social, e Habitação.

A STASC e seus órgãos vinculados — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), Fundação Sul-Riograndense de Assistência (FUNDASUL), e Fundação Gaúcha do Trabalho/Sistema Nacional de Empregos (FGT/SINE), norteiam o seu trabalho pelas "Diretrizes Gerais de Ação", consubstanciadas nos seguintes pontos básicos:

- Participação na implantação de uma política social no Estado do Rio Grande do Sul, orientada para o exercício da cidadania. Isto se dá através do fortalecimento dos canais de comunicação com a comunidade, facilitando às camadas mais desfavorecidas da população, o acesso ao trabalho, à renda e aos serviços sociais básicos. Desta forma, comprometida com a afirmação dos direitos do cidadão, dá a sua contribuição ao avanço democrático do País;
- Articulação dos organismos públicos e privados voltados para a área social, visando à coordenação de ações e à racionalização dos recursos humanos e financeiros do Estado, buscando assim, evitar a fragmentação e a superposição de ações e de recursos;
- Descentralização da política social ao nível municipal, adequando os programas às necessidades de cada município.

Dirigindo seus esforços para a melhoria da qualidade de vida das camadas mais carentes da população, urbana e rural, a STASC concretiza suas diretrizes em quatro grandes programas de ação:

- Apoio ao Trabalhador, implementado através da FGT e do SINE — tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente o trabalhador urbano e rural, desenvolvendo ações que garantam a melhoria dos níveis de emprego, ocupação, renda e ampliação dos espaços para defesa de seus interesses. Este apoio se dá através das seguintes linhas de ação: Promoção de Ocupação e Renda; Desenvolvimento do Artesanato; Manutenção do Serviço Público de Emprego; Formação Profissional; Relações do Trabalho;
- Assistência às Comunidades, implementado através da FUNDASUL — objetiva apoiar as comunidades de baixa renda, tendo em vista a sua autopromoção, a criação de canais adequados de reivindicação, a efetiva participação social dos indivíduos na criação e controle de obras, bem como o atendimento de situações emergenciais dessa população, abrangendo duas grandes linhas de ação: Apoio às Ações de Promoção e Melhoria Sociais e Assistência Emergencial;
- Assistência e Promoção do Menor, pelo qual a STASC, através de seu órgão vinculado — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) —, tem o papel de atender diretamente às crianças e adolescentes carentes, abandonados e infratores, tendo como linha fundamental a promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes;

- **Habitação Popular**, que tem por objetivo proporcionar melhores condições de habitabilidade às populações de baixa renda, promovendo o acesso à moradia, sendo esta entendida de forma integrada ao contexto urbano, com atendimento global das demandas de serviços e equipamentos. Para a implementação da política habitacional de caráter social, a STASC propõe três linhas básicas de atuação, cabendo à Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS) o papel de agente implementador: Recuperação dos Grandes Conjuntos Habitacionais Existentes; Melhoria de Assentamentos Espontâneos; Programação de Novos Empreendimentos.

Entre os Projetos Prioritários de Governo desenvolvidos pela STASC, destacam-se:

— Programa Iniciativas da Comunidade

Objetivou auxiliar a comunidade para a concretização de algumas de suas aspirações coletivas, através de convênios de cooperação técnica e financeira assinados com as Prefeituras Municipais e Entidades atuantes da Comunidade. As ações previstas neste Programa envolveram as seguintes linhas: Equipamentos Comunitários, Pequenas Melhorias Comunitárias, Atividades Culturais e de Lazer, Atividades Produtivas e Oficinas-Escola.

Foram assinados 105 Convênios com Prefeituras Municipais e 159 com Entidades da Comunidade. Os recursos investidos por parte do Estado foram de ordem de NCz\$ 5,97 milhões repassados através da FUNDASUL, responsável pela execução financeira do Programa.

— Universidade do Trabalho

Em consonância com o movimento sindical, foi concebido, e a sua construção foi iniciada para proporcionar aos trabalhadores um espaço onde possam ser desenvolvidos de forma sistemática e com a infra-estrutura adequada, a promoção de encontros, congressos, cursos de formação sindical e atividades culturais.

Sua localização é no Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo e está prevista a implantação de um complexo composto de um Centro de Eventos (restaurante e cozinha já existentes, auditório e salas cujas reformas foram iniciadas), um Centro Administrativo (cujas obras tiveram início), um Centro Didático (biblioteca e salas de aulas) e alojamento para 100 pessoas. O investimento efetuado em 1989 foi de NCz\$ 0,67 milhão.

— Programa Atenção Criança

Trata-se de uma linha de ação que reúne vários projetos voltados à criança e a adolescentes carentes, propiciando alternativas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Os projetos são os seguintes:

- **Estímulo à Criança** — reaparelhou as creches de 21 Centros Sociais Urbanos, beneficiando 1.150 crianças de zero a 4 anos;
- **Treinamento em Creches Comunitárias** — buscou a melhoria na qualidade do atendimento a crianças de zero à 6 anos, através do apoio às entidades nas áreas de recreação, nutrição e saúde em 31 creches comunitárias, beneficiando aproximadamente 150 crianças;
- **SOS-Criança** — que inclui: Casas-Abrigo da SOS-Criança, em relação ao que, foi assinado um convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Hospital Santo Antônio para a implantação de dois albergues para crianças vítimas de violência e maus tratos, no valor de NCz\$ 330 mil; assinatura de um convênio com a Secretaria do Menor de São Paulo, para a formação, treinamento e reciclagem de recursos humanos voltados ao atendimento do menor; promoção do “Encontro SOS-Criança: Prevenção à Violência e Maus Tratos à Infância”;

— **Ações Conjugadas:** foram assinados convênios de Cooperação Técnica e Financeira com a finalidade de prestar atendimento a meninos e meninas de rua, e atenção integral à primeira infância, para a implantação dos Centros “Atenção Criança” da Vila Cruzeiro do Sul, Casa do Guri de Cachoeirinha, Oficinas de Trabalho, Escola Aberta de Cruz Alta, Centro de Reabilitação do Menor de Frederico Westphalen e Oficina Escola do Instituto Rio Branco de Gravataí.

Para o Programa Atenção Criança foram repassados NCz\$ 1,42 milhão do Governo do Estado, através da FEBEM, responsável por sua execução financeira, sendo que a contrapartida das Prefeituras e Entidades foi da ordem de NCz\$ 2,97 milhões.

Entre as outras realizações da STASC, destacam-se:

— **Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda de Periferia Urbana — PRORENDA**

O PRORENDA tem por base o acordo negociado entre os Governos do Brasil e da República Federal da Alemanha, através da Sociedade Alemã de Cooperação — GTZ.

Através de Lei aprovada pela Assembléia Legislativa, foi criado o “Fundo de Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda” para administrar os recursos de contrapartida do Estado do Projeto PRORENDA/TIP-2/RS.

Na primeira reunião do Conselho Administrativo do Fundo PRORENDA, foram aprovados o Regimento Interno e Plano de Aplicação dos recursos orçamentários de 1989.

A implementação das atividades de campo compreendeu a atualização de informação técnica sobre as áreas selecionadas, bem como a articulação com as Associações de Moradores das vilas selecionadas, apresentação do Projeto, entrevista com lideranças locais, início do processo de planejamento conjunto da intervenção de cada área.

— **Registro e Cadastramento de Entidades**

Para que as Entidades possam habilitar-se ao recebimento de auxílios ou subvenções estaduais, é necessário que elas estejam devidamente cadastradas na STASC. Torna-se assim obrigatório o registro, sendo exclusivo para entidades civis sem fins lucrativos. Em 1989, o cadastro das entidades foi informatizado, contando com informação de aproximadamente 16.000 Entidades Civis do Estado. Durante o ano foram efetuados 1.018 registros de entidades.

— **Concessão de Auxílios a Entidades e Prefeituras Municipais**

Os auxílios assistenciais atingiram um total aproximado de NCz\$ 608 mil, repassados a 147 Prefeituras Municipais, e 247 Entidades Civis e 32 Sindicatos diversos.

— **Conselho Estadual do Idoso**

O Conselho Estadual do Idoso, neste seu primeiro ano de funcionamento, preocupou-se em desenvolver atividades que consolidassem sua proposta de trabalho.

Destacam-se a seguir, algumas atividades que contribuíram sobremaneira para subsidiar a formulação da Política Social do Idoso no Estado:

- Assessoria a municípios para a implantação da gratuidade do transporte coletivo urbano para o idoso;
- Contribuições à Constituinte Estadual e finalmente, a inclusão das mesmas no texto final da Constituição;

- Promoção de ações educativas para a integração dos idosos na comunidade;
- Programa de saúde do idoso;
- Participação em seminários e simpósios no Interior do Rio Grande do Sul e noutros Estados da Federação.

2.4.2 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)

Constituem-se como atividades desenvolvidas pela Companhia de Habitação Estado do Rio Grande do Sul o planejamento e a execução do Programa de Habitação Popular do Estado, bem como a administração dos financiamentos concedidos.

Enfrentando entraves de natureza social-institucional (invasões) e financeiros (contração dos recursos oriundos de fontes federais de financiamentos, mais especificamente da Caixa Econômica Federal), objetivou a COHAB/RS implementar alternativas de atuação que possibilitassem enfrentar a grave crise habitacional vigente, rentabilizando e maximizando a utilização dos recursos disponíveis.

Nesse contexto, elencam-se como principais medidas adotadas pela atual Administração, a melhoria dos assentamentos existentes, empreendimentos baseados no desenvolvimento progressivo, processos e sistemas construtivos através de gestões comunitárias, tecnologias de urbanização e tipologias construtivas alternativas, a retomada e conclusão de empreendimentos paralisados, e o início de produção de novas moradias.

Este conjunto de medidas teve como lastro financeiro, recursos orçamentários provenientes do Tesouro Estadual e recursos próprios da Companhia, e o reinício do aporte, a partir da segunda metade de 1989, de recursos oriundos de contratos com a CEF, o que permitiu a sustentação de Subprogramas relevantes como é o caso do Programa Estadual de Lotes Urbanizados (PROLURB), e a retomada dos demais Subprogramas.

Cumprir destacar que o aporte de recursos do Governo do Estado possibilitou à COHAB/RS desenvolver suas ações no período 1988-89 através dos seguintes Subprogramas:

— Recuperação de Conjuntos

Este Subprograma beneficia os conjuntos de Alvorada-Vila Salomé (infra-estrutura, 2.040 u.h); Porto Alegre-Rubem Berta (infra-estrutura e instalações, 4.992 u.h); Canoas-Guajuviras (infra-estrutura, 5.924 u.h); Viamão-Promorar-Vila Beco dos Peixoto (infra-estrutura, 584 u.h); Erechim-Estevão Carraro (infra-estrutura e edifícios, 368 u.h); Santa Rosa-Tiradentes (esgotos pluvial e cloacal, 259 u.h); São Leopoldo-Feitoria (infra-estrutura, 3.000 u.h); Passo Fundo-Ed. Trein (edifícios, 224 u.h); Porto Alegre-Cavallhada (edifícios, 1.680 u.h).

— Recuperação e Implantação de Obras de Urbanização, Serviços e Equipamentos Rústicos

Com o objetivo de recuperar a infra-estrutura dos conjuntos habitacionais existentes e estimular a participação comunitária, incentivando a co-responsabilidade e a necessidade de sua manutenção e conservação, a Companhia concluiu os trabalhos em dois grandes conjuntos, beneficiando 10.916 famílias e encontram-se em execução trabalhos em sete outros conjuntos habitacionais, que beneficiarão 7.975 famílias, sendo a população total beneficiada, de 95.355 pessoas.

Os recursos utilizados foram provenientes de saldo de contrato da CEF (FINSOCIAL) e recursos da COHAB, num total de NCz\$ 10,1 milhões (140.600,63 VRFs — dezembro/89).

— Complementação de Redes de Infra-Estrutura

A complementação da infra-estrutura dos conjuntos habitacionais invadidos, propiciando a solução dos problemas ambientais mais sérios e viabilizando a comercialização das unidades e o nível de retorno dos investimentos, vem sendo desenvolvida através da execução de trabalhos de recuperação, limpeza geral da rede de esgoto cloacal, construção de ramais prediais de esgoto no Conjunto Rubem Berta em Porto Alegre, complementação das redes de infra-estrutura nos Conjuntos Guajuviras, em Canoas, e Beco dos Peixoto, em Viamão, beneficiando 11.500 famílias. A população total beneficiada é de 57.500 pessoas.

Os recursos aplicados foram próprios da COHAB/RS, no valor de NCz\$ 791,5 mil (11.018,04 VRFs — dezembro/89).

— Escolas em Conjuntos Habitacionais

Este Subprograma objetiva a conclusão de obras referentes a Escolas em Conjuntos Habitacionais da COHAB/RS, as quais encontram-se paralisadas visto serem os recursos disponíveis com esta finalidade oriundos unicamente da CEF, e bloqueados por força das Resoluções 1464 e 1469 do Banco Central.

A partir das negociações desenvolvidas pela COHAB/RS junto à CEF e, fundamentalmente, face ao aporte de recursos liberados pelo Governo do Estado, propiciou-se a plena retomada destas escolas, sendo que, ao final de 1989, pôde a Caixa efetuar a primeira liberação de recursos, ressarcindo parcialmente à COHAB/RS os recursos já investidos.

O total de investimento previsto é da ordem de NCz\$ 19,6 milhões (3,879 milhões de BTN's) e o aporte do Governo do Estado, de NCz\$ 1,8 milhão (370,974 mil BTN's).

— Reurbanização de Favelas

Este Subprograma visa à regularização jurídica e urbanística e ao desenvolvimento social e comunitário das populações residentes nas favelas: Vila Floresta, em Sapucaia do Sul, Santo Afonso, em Novo Hamburgo, Tio Zeca / Areia, em Porto Alegre, e Vilas Traesel e Schewrer, em Alecrim, que atenderão cerca de 2.645 famílias, com população total abrangida de 13.225 pessoas.

Os recursos a serem aplicados são Orçamentários do Estado — através do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), e próprios da COHAB/RS, representando um investimento de NCz\$ 7,8 milhões (1,091 milhão de BTN's — dezembro/89).

— Programa Estadual de Lotes Urbanizados (PROLURB)

O PROLURB tem como principal objetivo a produção de lotes urbanizados providos de infra-estrutura básica, destinados à população com renda até três salários mínimos, através do repasse de recursos para aquisição de materiais, em um trabalho integrado com as Prefeituras Municipais.

Neste sentido foram acolhidos 154 projetos, advindos de 133 municípios e totalizando 16.950 lotes. Destes projetos, 12 foram concluídos, com 1.162 lotes, permanecendo 29 em obras, com 3.068 unidades, bem como outros dois já assinaram os convênios para a execução de 706 unidades, em dependência de liberação pelo Departamento do Meio Ambiente (DMA), da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA).

Os recursos aplicados são Orçamentários do Estado, no valor de NCz\$ 2,2 milhões (30.624 VRFs).

— Projeto “Chalet”

O Projeto visa à montagem e implantação de um sistema integrado de casas de madeira de reflorestamento com tecnologia repassada pelo IPT de São Paulo, e desenvolvida pela COHAB/RS. Está prevista também a implantação de Projeto-Piloto com 131 unidades, no loteamento Santa Corona, em Caxias do Sul.

No mês de dezembro de 1989, foi realizado o processo licitatório objetivando o fornecimento de madeira e demais insumos do Projeto, o qual deverá ser instalado ainda em janeiro de 1990.

Os recursos aplicados são Orçamentários do Estado, no valor de NCz\$ 2,7 milhões.

— Projeto Construindo

O Projeto-Piloto envolve a implantação de 512 apartamentos de um, dois e três dormitórios na Vila Farrapos, em Porto Alegre, em áreas de reserva técnica da COHAB/RS. Foram lançados Editais de Licitação por quadra ou por condomínios, em dezembro de 1989, e o início das obras está previsto para março de 1990.

Os recursos aplicados são Orçamentários do Estado, no valor de NCz\$ 28,1 milhões (orçamento em 1989 — NCz\$ 8,1 milhões).

— Conjuntos de Habitação e/ou Lotes Urbanizados

Este Subprograma objetiva a produção de conjuntos de habitação com urbanização e/ou lotes com unidade sanitária ou muro hidráulico, destinados à população com renda até dez salários mínimos. Foi dada continuidade à execução de conjuntos, tendo sido concluídos três conjuntos com 128 unidades (Bom Retiro do Sul, com 64 u.h; Seberi, com 48 u.h e Arroio do Meio, com 16 u.h), permanecendo em obras seis conjuntos, com 1.193 unidades (Horizontal-EP1, com 300 u.h; Santo Ângelo-N2E2, com 666 u.h; São Gabriel-N2E2, com 77 u.h; Carlos Barbosa-PM1, com 50 u.h; Espumoso-Projeto-Piloto, com 100 u.h; Santa Maria-EP1, com 3.184 u.h). Foram regularizados e comercializados 701 lotes urbanizados.

Os recursos aplicados são constituídos de saldos de contratos com a CEF e de recursos próprios da COHAB/RS, no valor de NCz\$ 12 milhões (167,812 mil VRFs — dezembro/89).

— Densificação dos Conjuntos Habitacionais

O Subprograma consiste na produção de unidades habitacionais e/ou lotes urbanizados, através da utilização de áreas próprias remanescentes nos conjuntos existentes, ou áreas livres de propriedade da COHAB/RS.

A identificação da disponibilidade de reservas técnicas a nível de conjuntos habitacionais e início da execução e/ou licitação de projetos, para produção de aproximadamente 6.000 unidades habitacionais, foram de grande importância para a realização das metas previstas no Subprograma.

Paralelamente às ações da COHAB/RS voltadas à produção, outras mais se desenvolveram no período 1988-89, dentro das características e peculiaridades da Companhia, ressaltando-se as que seguem:

— Campanha de Cobrança

A Campanha objetiva a redução dos elevados índices de inadimplência dos mutuários (atualmente o índice de inadimplência é de 40% considerando-se que o mesmo, no início da atual

administração era de 70%), através da renegociação das prestações atrasadas, mediante o parcelamento dos débitos, além do sistema de entrega de carnês e cobrança que passaram a ser centralizados e administrados pela própria COHAB/RS.

— Negociação e Comercialização dos Conjuntos Invadidos

Estas ações envolveram a concretização das negociações com os ocupantes dos conjuntos invadidos, resultando na comercialização de 12.260 unidades habitacionais. Como resultado concreto levou-se a termo a comercialização dos Conjuntos Rubem Berta, em Porto Alegre, com 3.712 unidades; Guajuviras, em Canoas, com 5.924 unidades; EP1, em Alvorada com 2.040 unidades; e Beco dos Peixoto, em Viamão, com 584 embriões.

— Regularização de Conjuntos Habitacionais

Diante da existência de diversos loteamentos ainda pendentes de regularização, desenvolveu-se trabalhos que culminaram com a legalização de 22 conjuntos, que totalizam 5.834 unidades, encontrando-se tramitando outros 27 junto aos Cartórios de Registros de Imóveis, tanto para registro dos loteamentos quanto para averbações das benfeitorias.

— Negociações com Conjuntos-Problemas

Visando a uma solução definitiva para os níveis crônicos de retorno das prestações dos conjuntos com problemas construtivos, desenvolveram-se reuniões com as Associações de Moradores de diversos conjuntos no sentido de obter-se uma negociação compensatória razoável entre as partes envolvidas.

— Pesquisa Permanente de Demanda

Objetivando o levantamento da real demanda por unidades habitacionais na faixa de atuação da COHAB/RS, de forma atualizada, foi desenvolvido um sistema instrumentalizado que possibilitasse seu acompanhamento permanente, valendo-se, para tanto, das Prefeituras Municipais ou entidades representativas das comunidades que vierem a firmar Convênios com a COHAB/RS.

— Informatização

Foi dada continuidade ao desenvolvimento da Informatização da COHAB/RS, a partir da utilização de um sistema "On Line" nos registros e controles dos créditos imobiliários (financiamentos), até a ampliação dos recursos e equipamentos em nível gerencial local.

— Administração da Cobrança

Foi implementado um novo sistema de controle e cobrança dos mutuários inadimplentes, com utilização de processamento e, principalmente, com a adoção de procedimentos permanentes, desde a identificação, até ao ajuizamento das ações, com resultados altamente positivos para a arrecadação da Companhia.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

A Fundação Sul-Rio-grandense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), tem a "finalidade de desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social, direta ou indiretamente destinados a indivíduos, grupos e populações socialmente carenciados". As diretrizes que orientam a Área de Assistência Social recomendam que esta seja um instru-

mento de redução das desigualdades sociais, cujas ações devem estar voltadas para a efetiva promoção dos usuários e para o atendimento das situações emergenciais. Em consonância a este pressuposto a FUNDASUL, em 1989, consolidou uma programação relevante junto aos segmentos mais pobres da população, obtendo um desempenho que pode ser considerado um dos mais satisfatórios destes últimos anos. Para desenvolver todos os seus objetivos utilizou recursos advindos do Tesouro do Estado na ordem de NCz\$ 21,6 milhões e mais NCz\$ 1,7 milhão provenientes de outras fontes federais.

A Entidade desenvolveu os Projetos Prioritários do Governo a seguir registrados:

— Através de uma ação integrada entre Secretaria da Agricultura e Abastecimento/CEASA e Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária/FUNDASUL, o **Projeto Alimento para o Povo** foi implantado em agosto de 1989 com o objetivo de melhorar o nível nutricional das famílias que percebem até três salários mínimos. Os alimentos e alguns produtos básicos comercializados nas vilas chegaram ao consumidor por preços bem mais baratos que os praticados no mercado, mantendo uma boa qualidade. Em apenas cinco meses foram instalados 31 pontos de venda localizados em 25 vilas de Porto Alegre, beneficiando 33.960 pessoas. Estão envolvidas nesta atividade 77 organizações populares.

— O **Projeto Recriação** (convênio Legião Brasileira de Assistência) passou a ser coordenado pela FUNDASUL, ao nível estadual, em junho de 1989. Seu objetivo se constitui em atender crianças e jovens carentes na faixa etária de 7 a 17 anos através da prática de atividades esportivas, recreativas e culturais, de educação pelo trabalho, da complementação alimentar e do reforço escolar. No Interior, os projetos foram executados pelas Prefeituras Municipais e supervisionados pela FUNDASUL que as orientou técnica e administrativamente, garantindo a filosofia emanada do Programa Nacional. Em Porto Alegre, as ações foram desenvolvidas diretamente pela FUNDASUL que, com entidades sócio-comunitárias conveniadas, atingiu os objetivos propostos. O **Projeto Recriação** beneficiou 14.000 crianças em 21 municípios do Estado e mais 1.060 na Capital.

— As **Reformas dos Centros Sociais Urbanos (CSUs)**, foram consideradas prioritárias tendo em vista o estado de sucateamento em que muitos deles se encontravam. As 52 bases físicas totalizam um patrimônio de 35.800 m² de área construída. Por serem braços descentralizados da Política de Assistência Social do Governo do Estado, propôs-se a sua recuperação para oferecer maior segurança aos usuários e melhores condições de Interiorizar o Programa Vida. Nesta tarefa também estiveram envolvidas as Prefeituras locais, as quais participaram com recursos financeiros ou mão-de-obra, viabilizando reparos em 16 CSUs nesta primeira etapa.

Quanto aos demais projetos, não obstante todos tenham sido tratados com a mesma ênfase, algumas ações se destacaram dentro da programação da FUNDASUL.

— O atendimento à criança realizado em 21 creches que funcionam nos CSUs abrangeu uma população infantil de 1.154 menores. Com o **Projeto Estímulo à Criança** foi possível qualificar as atividades, além de proporcionar algumas melhorias ambientais nas creches. Foi oportunizado às crianças o desenvolvimento dos aspectos afetivos, perceptivos, psicomotor, lingüístico e nutricional. Ainda, em relação à assistência infanto-juvenil, na Marcenaria da Vila Farrapos 66 crianças e adolescentes, dessa e de outras vilas adjacentes, receberam um atendimento integral paralelamente às atividades de educação pelo, e para o trabalho.

— Em 47 municípios onde levou suas ações, através de 52 CSUs, envolveu amplos segmentos das comunidades atingindo aproximadamente 103.664 pessoas. Entre outras atividades, estas pessoas tiveram participação nos cursos semi-profissionalizantes, nos grupos produtivos, no cultivo de hortas caseiras e coletivas, nos grupos de convivência de idosos, nas atividades esportivas e culturais, e ainda, receberam atendimento preventivo e curativo através das Unidades de Saúde que funcionam nos CSUs.

— Com o objetivo de apoiar ações de âmbito comunitário, o **Projeto Iniciativas da Comunidade**, concebido pela STASC, teve participação efetiva da FUNDASUL, que além de subsidiar na elaboração de algumas propostas, orientou e acompanhou os procedimentos administrativos de todos os projetos. Nas duas primeiras etapas foram contempladas 271 Entidades sócio-comunitárias e Prefeituras Municipais.

— Uma outra frente de trabalho social em que a FUNDASUL atuou foi direcionada para as pessoas que necessitavam de apoio emergencial, entre estas o contingente migrante. No Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI), atendeu-se 2.532 pessoas que receberam 5.964 orientações, encaminhamentos e auxílios para pernoite, alimentação, passagens e documentação. No que tange a emprego e emissão de carteira de trabalho, operou integrado, respectivamente, com o Serviço Nacional de Emprego e com a Delegacia Regional do Trabalho. O CETREMI também coordenou o **Projeto Ronda Social Noturna** cujo objetivo foi recolher a albergues os desabrigados que dormiam em vias e logradouros públicos, expondo suas vidas ao rigor de um inverno tão intenso como é o do nosso Estado. Nos dois meses e meio de operação abordou 1.161 pessoas das quais 914 foram recolhidas.

Cabe salientar que as ações realizadas pela FUNDASUL no ano de 1989 não se esgotam nestas aqui enunciadas, pois outras intervenções aconteceram de dimensões e resultados relevantes, como as Assessorias executadas junto às Prefeituras, grupos e Entidades sócio-comunitárias, localizados em várias regiões do Rio Grande do Sul.

2.4.4 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) é órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), instituída pelo Estado do Rio Grande do Sul nos termos da Lei n.º 5.747, de 17/01/69. Regendo-se por seu estatuto próprio, é uma Fundação com personalidade jurídica de direito privado.

A FEBEM tem atuação em todo o território estadual e apresenta, como finalidades principais as de: conjugar os esforços do Poder Público e da Comunidade para a solução do problema do menor que, por suas condições sócio-econômicas, não tem acesso aos meios normais de desenvolvimento; e dar execução às sentenças da Justiça de Menores.

Atendendo à Constituição Federal, art. 227, à Constituição Estadual, art. 260, ao Estatuto da Fundação e seu Regimento Interno, a Administração que assumiu a responsabilidade da Instituição em 12 de abril de 1989 traçou metas referenciais teóricas — “Uma visão crítica da infância e adolescência no Estado do Rio Grande do Sul” — que nortearam a política que vem sendo desenvolvida ao longo deste exercício. Esta política está fundamentada basicamente: no trinômio Educação-Lazer-Trabalho; na proteção da criança e adolescente da sociedade que os gera e não os protege; e na criação de uma nova imagem física e social da FEBEM que com o passar dos anos, recebeu o estigma de instituição a serviço dos infratores.

A natureza política, filosófico-jurídica e pedagógica traçada no Referencial Teórico deu origem a novos Programas e Projetos, bem como dinamizou as ações já existentes de gestões anteriores.

Dentro da política que vem sendo desenvolvida, há uma constante preocupação pela descentralização do sistema, visto que ao estender-se por todo o Estado do Rio Grande do Sul, é importante que haja a interiorização no atendimento da criança e do adolescente.

Em 1981 foram criadas as Gerências Regionais, atendendo à divisão microrregional da STASC. Os quinze pólos instalados passaram a representar núcleos da FEBEM, e a atual administração vê como uma de suas prioridades a expansão horizontal e vertical destes pólos de atendimento, desta feita através da municipalização.

Em todo o Estado do Rio Grande do Sul a FEBEM possui dez instituições permanentes (abertas), duas instituições de contenção, quatro de triagem, três centros abertos, três centros abertos de preparação para o trabalho e duas instituições para deficientes. Em todas as atividades aí desenvolvidas, constitui-se em objetivo fundamental a ser alcançado, o de encarar a passagem da criança e do adolescente pela FEBEM como um episódio de seu crescimento individual, grupal e comunitário. Para tanto, são articulados Programas de Ação Direta e Indireta, operacionalizando a proposição primeira de assegurar os direitos dos menores, através de medidas profiláticas e terapêuticas.

Como Ação Direta entende-se o atendimento das crianças e adolescentes abandonados, em situação considerada de risco e infratores, através de um trabalho integrado com o Juizado de Menores, nas casas da rede própria da FEBEM, compreendendo educação integral, educação, alimentação e saúde.

Nesta ação, o atendimento médio por abandono e/ou risco é de 49.850 menores e por infração, com problemas graves de conduta, é de 150 menores, ou seja, 3% da população atendida.

Como Ação Indireta caracteriza-se toda e qualquer ação de iniciativa comunitária que tenha da FEBEM o apoio técnico ou financeiro.

Em suas ações, a FEBEM, atende, em média, 55.000 menores, sendo 5.000 na Ação Direta e 50.000 na Ação Indireta. A faixa etária dos atendimentos varia de zero a 18/19 anos, e excepcionais até 40 anos.

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) recebe recursos financeiros do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em pequena escala da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) — para programas de convênios — e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo que, em 1989 recebeu ainda verba da SENACOOOP, em escala pouco significativa no orçamento da Instituição.

Além das atividades desenvolvidas nas áreas de atuação Direta e Indireta, salientam-se entre as ações da FEBEM os Programas e Projetos elaborados e que estão em execução, os quais visam ao aprimoramento e dinamização da política do Órgão, das atribuições do mesmo e do Referencial Teórico da administração/1989, proporcionando a melhoria dos atendimentos em todas as linhas.

Destacam-se entre estes Programas e Projetos, os seguintes:

— **Municipalização**

Tem como objetivos: o atendimento de crianças e adolescentes por Cooperação Técnica e Administrativa em Centros Educacionais da FEBEM administrados pela comunidade (ex.: São Francisco de Paula); a ampliação, horizontal e vertical, do número de atendimentos à política das Gerências Regionais (ex.: Cooperativa de Soledade).

Dentro deste Programa, foram atendidos 216 municípios em 1989, abrangendo municípios e entidades.

— **Advocacia da Criança**

Tem como objetivo integrar a relação jurídica processual nos exercícios de defesa da criança e do adolescente da FEBEM em processos nas varas de menores, objetivando a agilização da prestação jurisdicional.

— FEBEM — Comunidade — Participação

Consiste em um Programa de integração entre diferentes segmentos da sociedade e FEBEM, visando ao desenvolvimento e participação dos setores da Indústria, Comércio e Serviços na problemática da criança e do adolescente.

Já estão envolvidas no Programa a Marcopolo S/A., ATP, e Caixa Econômica Estadual.

— Conselho de Adolescentes e Crianças Institucionalizadas da FEBEM

Relaciona-se com a criação de um Conselho representativo de crianças e adolescentes institucionalizados, para participarem e contribuírem com suas opiniões na administração, no que respeita ao atendimento biopsicossocial.

— Reconstrução

Envolve um termo de cooperação técnica firmado entre FEBEM — FIERGS — SINDUSCON — SENAI, assinado em 11/12/89, objetivando o desenvolvimento profissionalizante de adolescentes da FEBEM na área da Construção Civil. Corresponde a um Subprojeto da "Nova Imagem da FEBEM".

Além dos Programas e Projetos mencionados, a FEBEM tem sob a sua responsabilidade o desenvolvimento de alguns Projetos considerados como Prioritários pelo Governo do Estado.

Como Projetos Prioritários do Governo estão sendo desenvolvidos, em consonância com a política de ação da STASC, com o acompanhamento da Secretaria Especial de Governo e a gerência da FEBEM, os seguintes:

— FEBEM Jardim

Este Projeto tem como objetivos:

- a conservação e melhoria da limpeza e ajardinamento da área da Sede da FEBEM;
- a elaboração de projeto visando ao reflorestamento com árvores precursoras, evitando e combatendo a erosão nas áreas de saibreira, o qual será implantado a partir de abril de 1990, com mudas doadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM);
- o plantio de flores em área anexa ao Instituto Central de Menores (ICM), com finalidade comercial.

— Agricultura Jovem

Tem como ações principais:

- a preparação de horta no ICM, como parte do programa profissionalizante voltado para o abastecimento das casas da rede da FEBEM na Capital;
- a conclusão da etapa de aquisição de equipamentos, e de reforma de instalações agropecuárias, bem como, conclusão do plantio de culturas de verão nos municípios de Lajeado, Dom Pedrito, Palmeira das Missões, Porto Alegre, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Paula, São Pedro do Sul, Soledade, Taquari e Uruguaiana;
- a elaboração de projetos de horticultura irrigada, de avicultura de corte e postura e de suinocultura.

— Nova Imagem da FEBEM

Tem como objetivo a restauração (reforma e/ou pintura) de prédios da FEBEM, com o seguinte andamento:

- em fase de acabamento: Instituto Central de Menores e Edifício-Sede;
- em processo de reforma: Instituto Dom Bosco;
- em processo de contratação: Instituto Odila Gay da Fonseca, Instituto Infantil Feminino, Instituto Irmão Miguel Dario, Instituto Cônego Paulo de Nadal.
- aguardando definição: Instituto de Triagem Infantil Samir Squeff, Instituto Nehyta Martins Ramos, Centro Infanto-Juvenil Plínio Gilberto Kroeff.

2.4.5 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

A Fundação Gaúcha do Trabalho, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), tem como atribuições e política:

- Formar profissionalmente trabalhadores para o mercado formal e informal de trabalho — prioritariamente trabalhadores de baixa renda no meio rural e urbano — por meio de atividades na maior parte realizadas através de entidades colaboradoras das comunidades beneficiadas (sindicatos, prefeituras, cooperativas, associações, escolas, clubes de Mães, etc.) com recursos do Governo do Estado.
- Gerar ocupação e renda, mediante:
 - apoio à implantação de Microunidades de Produção Urbana (Microps Urbanas), prestando assistência técnica e financeira a trabalhadores de baixa renda das periferias urbanas;
 - apoio ao trabalhador urbano desempregado ou subempregado na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, através de treinamento, retreinamento, cadastramento, orientação e acompanhamento para atuarem como diaristas autônomos;
 - apoio ao microprodutor rural de baixa renda, através da transferência de insumos, mais o assessoramento técnico-gerencial para implantação de pequenas lavouras de milho, trigo, horta comunitária, pomar comunitário, etc.;
 - apoio à produção e comercialização de produtos artesanais;
 - incentivo à criação e ao fortalecimento de formas associativas de produção e comercialização de artesanato.
- Atuar na área de Relações do Trabalho, implementando ações que objetivem:
 - apoiar a formação sindical e as ações quanto à saúde do trabalhador;
 - organizar e manter o sistema de informações sobre mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização de políticas de emprego regional e nacional;
 - subsidiar a comunidade em geral de informações necessárias às decisões sobre formação profissional e demanda de trabalho/regional;
 - estabelecer a intermediação de clientela que demanda o SINE/RS, através de adequação de vagas ofertadas aos candidatos cadastrados no Sistema;

- prestar atendimento tanto ao empregador quanto ao desempregado sobre questões referentes ao Sistema Seguro-Desemprego.

Entre os Projetos Prioritários do Governo realizados, destacam-se:

— Casa do Artesão

Situada no prédio nº 144, da Av. Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, com área de 1.300m², a Casa tem como objetivo valorizar o artesão social, cultural e economicamente, estimulando a comercialização permanente e direta de seu produto, através de associações e cooperativas de artesãos.

Tem como metas, implantar “Casas de Artesãos” e se propõe a interiorizar esta ação nas Gerências Regionais da FGT, com estrutura e funcionamento semelhante à de Porto Alegre.

No ano de 1989 a FGT implantou duas “Casas de Artesãos”, uma no Município de São Vicente do Sul, e outra em Iraí.

Suas metas até março de 1991 consistem em: expandir “Casas de Artesãos”; implantar oficinas comunitárias; apoiar a comercialização (feiras/exposições); realizar encontros de artesãos.

Até 21/12/89 foram utilizados, na execução do Projeto, recursos de ordem de NCz\$ 168,57 mil, provenientes do Estado.

— Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)

Tem como objetivo apoiar o trabalhador na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, como trabalhador autônomo.

O CTA foi inaugurado em 10 de novembro de 1989. O ponto de autônomo na sede da FGT encerrou o ano com os seguintes atendimentos: 186 pessoas cadastradas, 366 serviços solicitados, 268 encaminhamentos e 192 serviços prestados, totalizando 558 ações (entre serviços solicitados e serviços prestados) e 454 pessoas beneficiadas (considerando pessoas cadastradas e pessoas encaminhadas).

Os dados da clientela computados pelo Programa referem-se a diferentes interfases do processo de intermediação de mão-de-obra. Assim, as pessoas são consideradas a cada atendimento como destinatárias/beneficiadas das diferentes etapas do Programa, independente uma da outra. Foram utilizados, até 21/12/89, recursos financeiros da ordem de Nz\$ 252,51 mil.

— Recuperação de Moinhos Coloniais

Tem como objetivo estimular o desenvolvimento do pequeno produtor rural, proporcionando o melhor aproveitamento das terras nos períodos em que, normalmente, apresentam baixo rendimento.

As ações iniciais estão voltadas para a reativação do moinho de São Pedro do Sul, cuja capacidade será de produzir, diariamente, 100 sacos de trigo.

A meta até o final do Governo é de implantar 50 microunidades de produção, beneficiando em cada unidade cinco pequenos produtores rurais. Além disso, visa-se ao fornecimento de sementes e componentes químicos necessários para a primeira safra.

Encontra-se em fase de estudo a restauração de equipamentos, devendo o Projeto entrar em funcionamento na primeira quinzena de janeiro/90, com recursos financeiros da ordem de NCz\$ 12 mil.

Além dos Projetos Prioritários, a FGT desenvolve ainda os seguintes Programas:

— Formação Profissional — Cursos de Qualificação

O Programa apóia-se na realização de Cursos de Qualificação destinados à população de baixa renda (até dois salários mínimos), e maiores de 14 anos, buscando atender tanto ao trabalhador que será absorvido no mercado formal, quanto àquele que desempenhará suas atividades no mercado não formalizado da economia.

Através deste Programa, a FGT implantou 942 cursos e/ou treinamentos (22 para o Setor Primário; 41 para o Secundário; 238 para o Terciário; 272 para o Doméstico; 365 para Artesanato; 04 para Construção Civil), e beneficiou 15.750 pessoas. Estes cursos foram executados em 110 municípios do Estado, através de entidades colaboradoras tais como: clubes de mães, prefeituras, sindicatos, escolas e associações.

A Fundação Gaúcha do Trabalho, atenta às reações do mercado de trabalho e atendendo às solicitações dos trabalhadores e das comunidades rio-grandenses, direciona os seus recursos da área de formação profissional (cursos) para os setores da economia (Primário, Secundário, Terciário, Doméstico, Artesanato e Construção Civil), no sentido de minorar as dificuldades econômico-sociais através da capacitação do trabalhador, dando-lhe condições de competir no mercado de trabalho.

Assim, em decorrência da maior concentração demográfica nas áreas urbanas do Estado, ocorre uma acentuada demanda por cursos de preparação de mão-de-obra nos setores das áreas de serviços (Doméstico e Terciário) em detrimento dos outros setores, onde a pressão por empregos está em menor escala.

Este Programa contou com recursos financeiros da ordem de NCz\$ 122,70 mil (computados até 28/12/89) provenientes do Estado.

— Relações do Trabalho

Dentro deste Programa, as ações voltada para CIPAs e Sindicalismo objetivam orientar quanto à *Segurança e Saúde dos trabalhadores*, contribuindo para a formação de uma consciência prevencionista e tendo como clientela-alvo os profissionais de nível médio (2º Grau incompleto) com idade superior a 18 anos.

Preende a FGT, através das ações desenvolvidas, trabalhar para que os altos índices de acidentes do trabalho sejam reduzidos. Neste sentido, atuou em 22 municípios do Estado, e implantou 111 cursos de CIPA, para 1.605 trabalhadores.

A FGT colaborou também para a formação sindical, conscientizando e preparando lideranças através da execução de treinamentos. Realizou 31 atividades para 2.553 trabalhadores, nos municípios de: Porto Alegre, Guaíba, São Leopoldo, Capão da Canoa, Rio Grande, Rosário do Sul, Davi Canabarro, Santa Rosa, Campinas das Missões, Três de Maio, Rio Pardo, Condor.

Os recursos para a realização dessas atividades são provenientes do próprio Programa — parcialmente autofinanciados — e de participação do Estado com custos de pessoal e outros encargos, tendo sido gastos, até 28/12/89, cerca de NCz\$ 157,62 mil provenientes do Estado.

— Geração de Ocupação e Renda

Este Programa divide-se em vários Projetos, a saber:

— **Microunidades de Produção Urbanas (Micrups Urbanas)** — compreende o desenvolvimento de atividades produtivas de ordem administrativa, gerencial e técnica junto a microprodutores de confecções, confeitarias, marcenarias, serigrafias, chapeação e pintura, e outras, envolvendo, em 1989, 24 ações e 61 beneficiados;

- **Microunidades de Produção Rurais (Micrups Rurais)** — envolve o desenvolvimento de atividades produtivas junto à população de baixa renda, do meio rural e urbano, tais como: pequenas lavouras de milho e trigo, horta comunitária, suinocultura, agricultura etc., abrangendo 17 ações e 242 beneficiados em 1989;
- **Projeto de Desenvolvimento de Comunidade Rurais (PRODECOR)** — procura envolver o homem do campo num processo de auto-promoção sócio-cultural, através de atividades objetivas que despertem, orientem e apoiem o trabalhador rural em seu próprio meio, destacando-se entre as ações desenvolvidas: campanhas; mutirões; palestras sobre associativismo; palestras sobre higiene e medicina do trabalho. Foram executadas 62 ações, beneficiando 523 pessoas;
- **Prestação de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA)** — objetiva incentivar os trabalhadores autônomos através de apoio técnico, econômico e sócio-cultural. As atividades deste Projeto foram repassadas para o Projeto Prioritário Centro do Trabalhador Autônomo (CTA), tendo como objetivo apoiar o trabalhador na busca de uma alternativa de ocupação e/ou melhoria de renda, como autônomo, tendo em vista uma demanda por serviços informais existente. Foram desenvolvidas, através do CTA/PRESTA, 692 ações, beneficiando 1.775 trabalhadores, sendo de ressaltar que os dados referentes à clientela, no caso, referem-se a diferentes interfases do processo de intermediação de mão-de-obra, resultando em que as pessoas são consideradas a cada atendimento como destinatárias/beneficiárias das diferentes etapas a serem percorridas, independente uma da outra.
- **Desenvolvimento do Artesanato** — objetiva o crescimento e aprimoramento do artesanato, a geração de ocupação e renda a um importante segmento social, e a criação de mecanismos de apoio e incentivo para participação e integração do artesão no contexto geral da sociedade. Durante o exercício de 1989 foram realizadas as seguintes ações neste sentido:
 - cadastramento de 1.883 artesãos;
 - comercialização de produtos artesanais através da realização de 18 feiras no Estado (em Porto Alegre, São Leopoldo, Taquara, Caxias do Sul, Santa Maria, Cruz Alta, Uruguaiana, Passo Fundo e Iraí); de duas feiras em outros Estados (Belo Horizonte — MG e São Paulo — SP), e da comercialização em lojas da FGT, beneficiando 1.354 artesãos.
 - realização de dez atividades envolvendo 120 artesãos nas Oficinas Comunitárias de Artesanato, as quais dispõem de equipamentos e ferramentas para a produção em cada matéria-prima nas Regiões Programáticas, e funcionam em locais cedidos por Prefeituras Municipais, Centros Sociais Urbanos, Cooperativas e Associações Comunitárias.
 - expansão de Casas de Artesão.

Para desenvolver as atividades do Programa Geração de Ocupação e Renda (Micrups Urbanas, Micrups Rurais, PRODECOR, PRESTA, CTA e Artesanato) a FGT contou com recursos da ordem de NC\$3,17 milhões, provenientes do Estado, e de Convênio com a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC).

— Sistema Nacional de Emprego (SINE)

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como objetivo facilitar a adequação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, fornecer informações sobre a situação do mercado de trabalho no Estado e prestar atendimento ao sistema Seguro-Desemprego.

O SINE/RS, neste período, procurou manter um sistema de informações sobre o mercado de trabalho e um serviço de intermediação de mão-de-obra no Estado, bem como, desenvolver programas de promoção e geração de emprego e renda.

A intermediação do SINE/RS, em 1989, apresentou os seguintes atendimentos:

— Intermediação de mão-de-obra formal:

— n.º de vagas	126.009
— n.º de inscritos	193.923
— n.º de encaminhados	117.540
— n.º de colocados	52.123

— Intermediação de pessoas deficientes:

— n.º de vagas	166
— n.º de inscritos	765
— n.º de encaminhados	255
— n.º de colocados	83

— Seguro-Desemprego: 117.700 atendimentos.

— Emissão de carteiras profissionais: 56.141 carteiras.

O SINE contou com recursos da ordem de NCz\$ 4,01 milhões (recursos gastos até 12/12/89, provenientes de Convênio com o Ministério do Trabalho, e Estado.

2.5 – SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

A Secretaria da Segurança Pública, através dos seus órgãos de execução, Polícia Civil e Brigada Militar, desenvolveu suas atividades sempre buscando a segurança do cidadão e a necessária ordem pública, de acordo com a legislação vigente e já em consonância com as disposições da nova Constituição. Com mais nitidez, se evidencia a nova política de segurança preconizada pelo atual Governo, imediatamente absorvida pelas estruturas organizacionais executoras, a qual considera a Segurança Pública "segurança para o povo e não contra ele", afastando definitivamente a opção pela segurança do Estado em detrimento da segurança do cidadão.

Essa nova política de segurança exige o aprimoramento dos recursos humanos e equipamentos, notadamente numa época em que crescem os índices de criminalidade e se tipificam de diversas formas difíceis de serem contidas.

Para enfrentar tal desafio, uma das preocupações do Governo do Estado tem sido o aumento dos efetivos policiais, bem como a melhoria de qualificação profissional. Para tanto, os recentes concursos realizados em ambas as corporações aumentarão significativamente os efetivos existentes, previstos em 30.515 homens na Brigada Militar e 7.858 homens na Polícia Civil. Na Academia de Polícia PC, concluíram cursos 499 alunos, sendo 413 no Curso de Formação de Investigadores de Polícia e 86 outros técnicos destinados ao Departamento de Polícia Técnico-Científica (Coordenadoria Geral de Perícias). Está em andamento, também, o concurso para Delegado de Polícia, com 67 vagas para o cargo. E tanto na Academia de Polícia Militar quanto na Academia de Polícia Civil foi introduzida a disciplina de Direitos Humanos, numa iniciativa pioneira nas instituições policiais do país, fruto de uma nova doutrina de Segurança Pública implantada.

Foi criado na Brigada Militar o "Projeto 2.000" que compreende todas as atividades da Corporação, tanto em necessidades materiais quanto em alteração do sistema a partir do ano 1990 até o ano 2000.

Em 1989 foram assinados vários atos reestruturando a Brigada Militar e a Polícia Civil, quer criando novas unidades, como assinando convênios para a construção e instalação das mesmas. Foi criada a 2.ª Cia. Independente de Charqueadas para atender o Complexo Penitenciário do Estado localizado naquele Município, e há muito reclamada pela população. Foi criada em Porto Alegre a 2.ª Cia. PM Feminina, e em Ijuí-Santo Ângelo vai ser instalado o 3.º Subgrupamento de Incêndio. Dentre esses novos órgãos salienta-se, ainda, o Instituto de Pesquisas Policiais Militares (IPPM), Grupamento Florestal e o Programa de Segurança Comunitária (PROSEC).

Na Polícia Civil destaca-se a criação de três Delegacias de Polícia da Mulher, em Porto Alegre, Canoas e Caxias do Sul e de nove Postos Policiais para a Mulher em Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Alegrete, Bento Gonçalves, Erechim, Ijuí, Santo Ângelo e Cachoeira do Sul.

Com a emancipação de novos municípios no Estado, foram criadas oito novas Delegacias de Polícia, nos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Cristal, Eldorado do Sul, Ernestina, Nova Roma do Sul, Pouso Novo, Três Cachoeiras e Vila Maria.

Em Porto Alegre, foram criadas quatro novas Delegacias de Polícia Distritais (17^a, 18^a, 19^a e 20^a), sendo que a 17^a Delegacia Distrital funcionará na área central da Capital, e com isso a área de circunscrição da 1^a DP terá uma diminuição demográfica, bem como haverá uma redução da ordem de 20% na carga de vigilância das demais Delegacias Distritais.

Na Polícia Civil, foram inauguradas a nova Câmara Fria do Instituto Médico Legal, com capacidade para 54 corpos, e as novas instalações do Instituto de Identificação.

Foram criados na Brigada Militar o 16.^o BPM com sede em Cruz Alta, o 17.^o BPM com sede em Gravataí, o 6.^o Grupamento de Incêndio em Santa Cruz do Sul e a 3.^a Cia. PM Feminina em Novo Hamburgo, com pelotões em Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria. Além desses, estão criados a Diretoria de Informática, o Serviço de Assistência Religiosa, o Centro de Ensino de Bombeiros, o Centro de Recrutamento, Seleção e Acompanhamento, Centro de Supervisão de Segurança e Guarda, Centro de Suprimento de Subsistência, Centro de Suprimento de Comunicação, Cia. de Apoio Logístico e o Grupamento Aéreo de Polícia Militar.

Outros programas criados foram o Serviço de Atendimento, Profissionalização e Integração de Menores Adolescentes (SAPIMA), para menores de 16 a 17 anos, numa perspectiva de atender 2.000 menores. As Patrulhas Tático-Móveis (PATAMO), criadas para fazer um patrulhamento ostensivo, trouxeram resultados práticos na diminuição de assaltos a bancos, tendo sido reduzida a sua incidência em 58% em relação ao ano de 1988.

Cumprir registrar a continuidade das seguintes atividades especiais: na Polícia Civil, os Sistemas de Computação Eletrônica de Dados para cadastramento de veículos e infrações (VIN), motorista, furto de veículos, serviços de protocolo e material e informações policiais, com o apoio operacional de oito Núcleos de Processamento de Dados (NPDs), sendo dois na Região Metropolitana e seis no Interior; na Brigada Militar, os subsistemas de Ocorrências e de Despachos de Patrulha, do Sistema de Informações Operacionais e as operações denominadas: Golfinho, Papai Noel, Volta à Escola, Camarão (na Lagoa dos Patos em apoio à SUDEPE) e "Blitz" no trânsito.

Paralelamente às melhorias operacionais ao nível estadual, foi assinado um Protocolo de Cooperação, pelos Governadores da Região Sul, estabelecendo, para as respectivas Secretarias de Segurança Pública intercâmbio recíproco, operacional, técnico-científico e na área de informática.

Foi dada continuidade ao convênio existente entre a Secretaria da Segurança Pública e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), objetivando o controle do pagamento de multas por infrações de trânsito cometidas em rodovias federais.

O Governo tem estimulado a participação da Comunidade na Segurança através dos Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs) que vêm prestando grandes serviços no Interior e também na Capital. Existem atualmente 257 Conselhos, representando 77% dos municípios do Estado.

Na Secretaria da Segurança, a Central de CONSEPROs orienta, estimula e cadastra essas entidades (tudo com o objetivo de envolver cada vez mais as comunidades nos problemas da Segurança).

A Secretaria da Segurança Pública realizou o 1.^o Encontro Estadual de CONSEPROs nos dias 1.^o e 2 de agosto/89, no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Foi também realizado dia 09 de dezembro/89, em Santa Maria, uma Assembleia Geral de Conselhos Comunitários Pró-Segurança (CONSEPROs), onde foi criado o Conselho Estadual de Defesa e Segurança da Comunidade do Rio Grande do Sul (CONDESC).

Graças ao regime de co-participação "Estado-Prefeituras e Comunidades", estabelecido em convênio, foram concluídas 5 Delegacias de Polícia e 12 Aquartelamentos, totalizando 14 Delegacias de Polícia e 29 Aquartelamentos. Estão em andamento 39 Delegacias de Polícia e 26 Aquartelamentos.

Além das obras conveniadas foram concluídas, em Porto Alegre as obras da Cia. PM da Restinga, a Escola de 2.º Grau, a Cia. PM Feminina, obras no Centro de Suprimento de Material de Intendência (CSM Int), Movimento Assistencial Jovem da Brigada Militar (MAJ-BM), Movimento Assistencial da Brigada Militar (MA-BM). Estão em andamento as obras do Pavilhão Geriátrico, do Pavimento Superior da Oficina 3 do Centro de Suprimento e Manutenção de Material (P.Sup.OFIC. 3 CSMMN), da Capela e do Auditório da Academia de Polícia Militar (APM), do Instituto de Pesquisas, Prédio da Banda de Música e o Prédio da Seção de Armamento e Munição do Centro de Suprimento de Manutenção e Material Bélico (SAM-CSMMB), todos da Brigada Militar.

2.6 — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça tem como objetivos fundamentais o relacionamento com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, com os Partidos Políticos, e com o Corpo Consular.

Cuida também da política Penitenciária do Estado (Superintendência dos Serviços Penitenciários — SUSEPE), do registro do Comércio (Junta Comercial), do arquivamento da memória histórica e documentária do Rio Grande do Sul (Arquivo Público), da liberdade condicional, dos indultos e do serviço externo da população carcerária (Conselho Penitenciário) e da proteção da população e da defesa do consumidor (Programa Estadual de Proteção da População e Defesa do Consumidor - PRODECON).

Entre as alternativas de ação previstas pela Secretaria da Justiça, está bem caracterizado o estabelecimento de uma política penitenciária voltada para a ressocialização e recuperação do homem preso, através do trabalho e educação, do reaparelhamento dos serviços penitenciários, com a conclusão de obras em construção e as restaurações e ampliações que se fizerem necessárias, bem como do estímulo ao aperfeiçoamento do servidor penitenciário e da instalação de um sistema de comunicação por rádio, interligando as grandes casas prisionais e os demais presídios da Rede.

É significativo o esforço que vem sendo dispendido no desenvolvimento das ações propostas para o alcance da reintegração social do homem que delinqüiu, mas muito ainda é o que deve ser feito.

Tecnicamente subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio e administrativamente à Secretaria da Justiça, a Junta Comercial (JUCERGS) vem normatizando e fiscalizando a atividade empresarial, realizando o registro, alterações ou cancelamento de empresas, bem como fiscalizando as atividades dos agentes auxiliares do comércio.

O Arquivo Público do Estado (APRS) foi, durante o período, designado Órgão Central do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pelo Decreto n.º 33.200, de 05 de julho de 1989.

O Conselho Penitenciário do Estado, órgão de execução penal, vem realizando sistemáticas visitas à Rede Penitenciária, colaborando, através de seus relatórios e sugestões, para o aprimoramento das Instituições Prisionais.

Instituído pelo Decreto 31.203, de 26 de julho de 1983, o PRODECON vem gradativamente crescendo em importância e área de atuação, passando a interiorizar os seus serviços e a realizar palestras para Entidades Comunitárias, divulgando programas de educação do consumidor, bem como editando cartilhas instrutivas à população em geral.

Durante o exercício de 1989, a Secretaria da Justiça, através dos citados órgãos de execução, obteve, nas respectivas áreas de atuação, os resultados a seguir apresentados.

— **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)**

Coerente com as suas finalidades, a Secretaria, através da SUSEPE, vem realizando obras de construção, restauração, reforma e/ ou ampliação em estabelecimentos penais, com recursos orçamentários próprios e os oriundos de convênios firmados entre o Estado e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) — Ministério da Justiça. Foram contemplados nos convênios, entre outros, o Instituto Psiquiátrico Forense, que teve concluídas as obras de recuperação de pavilhões, muro e paisagismo; o Presídio Central de Porto Alegre, com instalação de novas guaritas e rede elétrica; a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, com recuperação da rede elétrica e hidráulica; e a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, que se encontra em adiantado ritmo de construção, concluídos que foram suas fundações, o muro de proteção, o pórtico de entrada e a área administrativa.

Com recursos orçamentários foram iniciadas as construções de oito novos prédios, em São Luiz Gonzaga, Guaporé, Itaqui, Encruzilhada do Sul, Jaguarão, Piratini, Guaíba e Porto Alegre (Novo Albergue "Pio Buck", junto ao Presídio Central).

Também foram firmados convênios entre a Secretaria e municípios do Estado com a finalidade de modernizar a rede física do Sistema Penitenciário.

— **Junta Comercial do Rio Grande do Sul**

A Junta teve seus serviços modernizados em 1989, mediante a aquisição de equipamentos através de convênio com a União (DNRC/Ministério da Indústria e Comércio) envolvendo:

- Aquisição de três máquinas de assinar e autenticar documentos (NCz\$ 350 mil);
- Aquisição de três terminais de vídeo e duas impressoras matriciais (NCz\$ 75 mil).

Foram, ainda, descentralizados os serviços de autenticação de livros através da criação de microrregiões, com sede nos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo, Cachoeira do Sul, Rio Grande, Ijuí, São Leopoldo, Cruz Alta, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Estrela, Três Passos e Frederico Westphalen.

— **Arquivo Público do Estado (APRS)**

Entre as ações desenvolvidas pelo Arquivo Público em 1989 destacam-se:

- Atendimento a 12.369 pessoas, fornecimento de 28.156 cópias xerográficas autenticadas, envio de 71 processos e 11 livros ao Poder Judiciário, e recolhimento de 145.339 processos oriundos do Poder Executivo;
- Reforma da rede de energia elétrica e ampliação do número de luminárias, beneficiando diretamente os usuários do APRS;
- Criação de um arquivo de microfimes de segurança, com uma área de 60m², onde foram recolhidos 37 mil rolos de microfimes da Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação e Casa Civil, totalizando 222 milhões de documentos microfilmados;
- Realização da II Conferência Nacional de APS, do II Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, e III Seminário Nacional de Arquivos Municipais, em Porto Alegre, reunindo 355 pessoas que atuam na área.

— **Conselho Penitenciário do Estado (CPE)**

Destacam-se, entre as ações do Conselho:

- Realização de 180 sessões ordinárias, e emissão de 1.350 pareceres, sendo 1.029 sobre livramento condicional, 199 de redenção de pessoas, 04 de graça presidencial, 05 de troca de regime, e 02 de revogação de livramento;
- Realização de inspeções nos estabelecimentos penais seguintes: Presídios Municipais de Osório, Taquari, Canela, Guaíba, Camaquã, Gravataí, Taquara, Ijuí, Santo Antônio da Patrulha, Lajeado, Cruz Alta, Cachoeira do Sul, Torres, São Francisco de Paula, Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Jaguarão; Presídios Regionais de Santo Ângelo e Passo Fundo;
- Realização de visitas ao Presídio Central de Porto Alegre, Penitenciária Feminina “Madre Pelletier”, Patronato “Lima Drumond”, Patronato “Pio Buck”;
- **Programa Estadual de Proteção da População e de Defesa do Consumidor (PRODECON)**

Através de atendimento pessoal ou via postal o PRODECON atendeu em média 200 pessoas por dia, prestando esclarecimento sobre aluguéis, condomínios, mensalidades escolares, juros, consórcios, devolução/troca de mercadorias, prestação de serviços, conciliação entre partes, etc.

Pessoalmente, na sede do Órgão, foram atendidas 23.707 pessoas, enquanto outras 25.439 tiveram atendimentos telefônicos.

Foi realizada a Operação Verão, com sede em Capão da Canoa, inspecionando, juntamente com a Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços (SUNAB), Fiscalização do ICMS, Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, as praias de Quintão e Torres.

2.7 – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.7.1 – PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ) tem sua administração superior exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público e Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Integram a Procuradoria-Geral da Justiça os quadros de Procuradores de Justiça, de Promotores de Justiça e de Pessoal Administrativo.

O Procurador-Geral de Justiça conta, como órgãos auxiliares com a Assessoria Jurídica, a procuradoria de Fundações e a Secretaria.

O Procurador-Geral de Justiça atuou, através da Assessoria Jurídica, em processos que tramitaram junto ao Conselho da Magistratura, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal, tendo comparecido a todas as sessões do Pleno do Tribunal de Justiça.

Os Procuradores de Justiça apresentaram pareceres junto ao Tribunal da Justiça e perante o Tribunal de Alçada, bem como junto à Justiça Militar do Estado e Tribunal de Contas do Estado.

Com relação à Corregedoria-Geral do Ministério Público destacam-se entre as atividades relativas a 1989, a realização de Simpósios, Encontros, Cursos e Estágios sendo que, no período de 19 a 21 de outubro realizou-se o Encontro Regional de Passo Fundo; em 1º e 02 de dezembro, Encontro Regional de Santa Maria; nos dias 21 a 29 de setembro, Estágio de Orientação; em Porto Alegre foi realizado o III Simpósio de Direito Eleitoral, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público, de caráter obrigatório para os Promotores Eleitorais do Estado.

Ainda no âmbito da Corregedoria-Geral destaca-se: a realização de 30 Reuniões de Trabalho com os Promotores-Corregedores visando à elaboração da política administrativa do Órgão e para a avaliação periódica de sua execução; a participação em 39 sessões do Conselho Superior do Ministério Público, nelas relatando 44 processos; a participação em 13 sessões do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público, relatando um processo; a confecção de novo modelo de relatório trimestral de inquéritos policiais; a participação em 6 Reuniões do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público; a emissão de 152 pareceres sobre trabalhos realizados pelos Promotores de Justiça em estágio probatório; a emissão de 57 pareceres em pedidos de nomeação de estagiários do Ministério Público; a realização de 89 visitas de inspeção e correição em Promotorias de Justiça do Interior do Estado; a realização de 15 sindicâncias sobre a prática de falta funcional por parte de Promotores de Justiça; a realização de 11 pré-sindicâncias para apurar possível prática de falta funcional por parte de Promotores de Justiça e a realização de 5 inquéritos sobre a prática de infração penal (delitos culposos de trânsito), atribuída a membros do Ministério Público nos termos do artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar nº 40/81.

Através do Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP), foram publicados Informativos e publicações de matéria jurídica de interesse do Ministério Público, bem como prestado atendimento a solicitações de pesquisas jurisprudenciais doutrinárias e legislativas formuladas por membros do Ministério Público.

No âmbito do Ministério Público ocorreram 133 promoções, 94 remoções, 90 classificações, 8 exonerações, 86 nomeações, 20 aposentadorias e 1 descenso.

O Quadro do Ministério Público é constituído de 392 cargos providos, sendo 54 Procuradores de Justiça, 92 Promotores de Justiça de entrância final, 105 Promotores de Justiça entrância intermediária e 141 Promotores de Justiça de entrância inicial.

Conta o Ministério Público, ainda, com estágio prestado por estudantes de Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais junto às Promotorias da Justiça da Capital e do Interior do Estado.

As atividades do Ministério Público de 1.^a instância, em matéria criminal, compreenderam o exame de 3.423 inquéritos e expedientes correlatos; o oferecimento de 26.401 denúncias; a promoção de 14.697 arquivamentos e 14.299 requerimentos diversos (diligências, pareceres e promoções). Foram formalizadas 2.052 requisições, 1.443 pedidos de prisão preventiva e 1.354 medidas diversas. A atividade específica nos processos de competência do Júri consubstanciou-se em 2.133 decisões, 289 recursos, e participação em 1.342 sessões de julgamento.

As atividades do Ministério Público, em matéria cível compreenderam, entre outras, intervenções em habilitações de casamento, suprimento de idade, divórcios e separações, inventários e arrolamentos.

Foi feito atendimento geral, em matérias cível e criminal, a 83.262 pessoas.

O Quadro de Apoio Administrativo da Procuradoria-Geral da Justiça, relativo a Pessoal Permanente, é constituído de 119 cargos dos quais, atualmente 48 estão vagos.

2.8 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, Órgão Central da Advocacia, ao qual compete constitucionalmente a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, desenvolveu intensa atividade no ano de 1989. Na área de Consultoria, a tarefa mais importante desenvolvida *constituiu-se no assessoramento jurídico prestado à Assembléia Estadual Constituinte*. Para isso, através de Portaria do Senhor Procurador-Geral, foram designados mais de quarenta Procuradores do Estado, os quais acompanharam os Constituintes Estaduais na redação de propostas, no exame de questões, e emitindo pareceres pela aprovação ou rejeição do novo texto constitucional em todas as suas fases.

A PGE prestou, também, constante assessoramento às Câmaras Municipais para a feitura das Leis Orgânicas dos Municípios, realizando e participando de Promoções, Encontros e Painéis de discussão sobre o tema.

A Procuradoria-Geral do Estado esteve presente, em Natal — RN, no Encontro Nacional de Procuradores, quando, também, reuniu-se o Colégio Nacional de Procuradores-Gerais, tendo o Procurador-Geral do Estado sido eleito seu Presidente. Naquele encontro, ficou deliberado que o Governo do Estado sediaria a realização do próximo Encontro Nacional de Procuradores.

Repetiu-se no ano de 1989 a análise, respondendo a pedido da Casa Civil, dos projetos de lei de iniciativa parlamentar, sob o aspecto da constitucionalidade, submetidos à apreciação da Assembléia Legislativa, lançando manifestações as quais resultaram na elaboração, muitas vezes, das Razões de Veto do Poder Executivo; também dada continuidade à tarefa de elaboração das informações em todos os mandatos de segurança impetrados contra Atos do Governador do Estado.

No desempenho de atribuição de pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Estadual, destaca-se a análise de Acordos que o Estado celebrou com Governos e Instituições internacionais, em especial o parecer emitido a respeito do contrato de Empréstimo a ser celebrado entre o Estado e o Banco Mundial para a execução do Projeto Integrado de Melhoria Social (PIMES).

No exercício de sua função corregedora do serviço público, a Procuradoria-Geral do Estado realizou 92 processos disciplinares, revisando e emitindo mais de 50 pareceres nos expedientes encaminhados à decisão final do Governador.

Cumprindo sua atribuição de representar judicialmente o Estado, a Procuradoria-Geral do Estado patrocinou a defesa de importantes questões, de notória repercussão pública nas áreas de Pessoal (trabalhista e estatutária), Fiscal, e Domínio Público Estadual. Entre as ações se destacam, em assuntos de Pessoal, as relativas ao enquadramento em Níveis de Carreira do Magistério, visando à correção monetária de pagamentos realizados na área administrativa em virtude de promoção ou em decorrência de outros créditos; em assunto de Domínio Público a PGE conquistou, em decisão judicial inédita no Estado, no prazo de 48 horas, a reabertura do Hospital de Charqueadas, através de liminar obtida em Medida Cautelar; na área Fiscal, a par do ajuizamento de mais de quatrocentas execuções fiscais, só na Capital, debateu em juízo a defesa do ICM nos mais diversos aspectos.

No desempenho de sua atribuição de Consultoria, a Procuradoria-Geral do Estado respondeu a mais de duzentas consultas, para as quais emitiu pareceres, bem como prestou mais de cem informações a questionamentos feitos pelos diversos órgãos da Administração Pública.

Destacam-se como de grande relevância as oito Ações Diretas de Inconstitucionalidade elaboradas pela Procuradoria-Geral do Estado por determinação do Chefe do Poder Executivo, a saber:

- Parágrafos 3º, 4º e 5º do artigo 32 da Constituição Estadual.
Assunto: Indenização aos ocupantes de cargo em comissão, quando exonerados.
- Parágrafo 4º do artigo 38 da Constituição Estadual.
Assunto: Aposentadoria-contagem de tempo ficto na composição da aposentadoria normal dos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e trinta anos, se mulher.
- Artigos 53, inciso XXVI e 82, parágrafo 2º, da Constituição Estadual.
Assunto: autorização legislativa de dívidas da Administração Direta e Indireta e aprovação legislativa dos convênios assinados pelo Governo com a União, o Distrito Federal, com outros Estados e com Municípios, para a execução de obras e serviços.
- Artigo 5º, "caput" e parágrafo único, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.
Assunto: Servidor estabilizado — garantia de quadro especial em extinção, com plano de carreira e com vantagens e deveres dos servidores públicos estatutários, na forma da lei a ser editada no prazo de cento e oitenta dias após a promulgação da Constituição.
- Artigo 49, "caput" e parágrafos, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.
Assunto: reconhecimento da relação de emprego com as pessoas que prestaram serviços administrativos e de manutenção e conservação nos estabelecimentos de ensino público, diretamente ou através de Círculos de Pais e Mestres.
- Artigo 4º, parágrafo único do artigo 7º; parágrafo único do artigo 9º; artigo 11; artigo 1º, "caput" e parágrafo único; artigo 13, "caput" e parágrafo único; artigo 16, "caput" e parágrafo único; artigo 19; parágrafo 1º do artigo 25; artigo 26, "caput" e parágrafo único; artigo 28; artigo 29; artigo 30; artigo 31; artigo 38; artigo 50; artigo 57; artigo 60; artigo 61; artigo 62 e artigo 63, todos do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.
Assunto: Prazos diversos determinados ao Poder Executivo para apresentar projetos de lei ou expedição de atos administrativos.
- Artigo 28 da Constituição Estadual.
Assunto: Equiparação dos direitos dos servidores das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado aos das Fundações públicas.
- Artigo 45 e seus parágrafos e incisos, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.
Assunto: Emancipação de Ana Rech.

A Procuradoria-Geral do Estado conta em sua estrutura, entre outros, com seis órgãos de Execução, um de Assistência Jurídico-Social e mais dois órgãos de Apoio Técnico-Administrativo, através dos quais desenvolve as atribuições que lhe são concedidas constitucionalmente e legalmente.

A Procuradoria de Pessoal é o órgão de execução da Procuradoria-Geral do Estado encarregado de patrocinar, em juízo, a defesa do Estado nas causas de pessoal, além de prestar assis-

tência jurídica no assunto ao Governador do Estado e aos órgãos da Administração Estadual. Desempenhando estas atribuições, a Procuradoria de Pessoal, na área trabalhista, através da correspondente Equipe, ajuizou Mandados de Segurança visando à cassação de liminares concedidas em ações Cautelares, fazendo defesas em Reclamatórias propostas por servidores que deixaram de perceber vantagens em razão da Declaração de Inconstitucionalidade das Leis nº 7.976 e 7.974, ambas de 1985, pelo Supremo Tribunal Federal. Defendeu, também em juízo, os interesses do Estado nas questões sobre pedidos de gatilhos e URP, com base na legislação federal, de parcelas de complementação ao salário cujo pagamento decorre do convênio SUDS, além das ações relativas ao pessoal contratado pela FUGAST e Prefeituras Municipais com prestação de trabalho ao Estado junto à Unidade de Assistência Judiciária, visando, ainda, ao reconhecimento de opção pela Carreira de Defensor Público, nos termos do artigo 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Com a outorga do benefício da estabilidade, a apuração de falta grave passou a ser realizada mediante Inquérito Judicial proposto pela Equipe Trabalhista.

Na área estatutária, a correspondente Equipe realizou o acompanhamento das diversas Ações Cautelares e de Mandados de Segurança, nos quais se debateu a questão da possibilidade ou não da revogação dos atos de cedências para a Administração Indireta por Decreto do Chefe do Poder Executivo emitido antes da vigência da Constituição Federal de 1988. Também realizou defesa nas Ações Ordinárias propostas por servidores lotados na Assistência Judiciária, visando à efetivação no cargo de Defensor Público.

Por sua vez, a Equipe de Consultoria, entre outras atividades, atuou na elaboração de minutas de projetos de lei e ordens de serviço, e marcou presença efetiva no assessoramento ao Conselho Estadual de Política Salarial.

Ao desempenhar a competência atribuída à Procuradoria Fiscal, sua Equipe de Defesa Fiscal atuou em trezentos e cinquenta e um processos judiciais, nos quais discutiu-se, nos mais diversos ângulos, a questão do ICM e outras questões relativas ao IPVA, ITBI, IR e ICMS. Tais questões também foram objeto de Pareceres, assim como de atendimentos a consultas verbais formuladas pelos órgãos da Administração Estadual. A Equipe de Execuções Fiscais ajuizou 434 execuções fiscais, atuando atentamente em cada momento processual de suas ações, tanto que apresentou mais de cinco mil petições diversas em respostas a despachos ordinatórios judiciais.

A Procuradoria Fiscal atuou, também, na segunda instância em recursos oriundos das diversas comarcas do Interior, que somaram o total de 49 processos.

Por sua vez, a Equipe de Defesa dos assuntos relativos ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), teve atuação em 104 processos, versando sobre assuntos do Sistema Financeiro Habitacional no aspecto do reconhecimento do Plano de Equivalência Salarial e das questões de Execuções hipotecárias e contratuais. Igualmente respondeu a consultas verbais e escritas sobre temas relativos à Autarquia.

Com uma competência ampla e diversificada, a Procuradoria do Domínio Público Estadual teve notável desempenho judicial e administrativo. Atendeu a mais de 3.000 intimações judiciais, compareceu a 282 audiências, ajuizou mais de 20 ações, contestou outras 66 e inter pôs mais de 70 recursos.

Das questões judiciais, destaca-se a defesa que fez na Ação Civil Pública movida pela Federação Rio-Grandense de Associações Comunitárias e de Moradores de Bairros (FRACAB) contra o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Obteve êxito na tese que defendeu nas Ações Cautelares, no Mandado de Segurança e na Ação Ordinária, quanto à legalidade e legitimidade do exercício do Poder de Polícia, mantendo a interdição realizada pelo Estado, através da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, na Sociedade Estética Corporal

Curitiba Ltda. Conforme já mencionado no item anterior, conquistou judicialmente a reabertura do Hospital Charqueadas em Ação Cautelar e liminarmente.

Atuou em ações possessórias, nas quais obteve sucesso em todas as teses que defendeu em juízo, destacando-se a de que os bens das Fundações Governamentais, embora criadas com personalidade jurídica de direito privado, são inusucapíveis, em razão da publicização do bem por destinação.

Através de decisão do Tribunal de Justiça, a Procuradoria do Domínio Público Estadual assegurou ao Estado o registro imobiliário de convênio celebrado com o Município de Porto Alegre e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, de forma a preservar a titularidade do Estado sobre parte da marginal do Estuário do Guaíba, comprometido com o Projeto Praia do Guaíba.

Além disso realizou as seguintes ações:

— Desenvolveu estudos e assessorou a Secretaria da Fazenda na elaboração do Decreto Estadual nº 33.155, de 31 de março de 1989, dispondo sobre o parcelamento de créditos decorrentes de precatórios judiciais pendentes de pagamento.

— Participou das questões referentes ao Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), presidindo a Comissão de Sindicância sobre os investimentos feitos no Banco do Estado de Alagoas.

— Revisou e avaliou o regulamento dos reajustes de preços dos contratos administrativos, resultando no Decreto nº 32.234/89.

Intensa atividade teve também a Comissão Estadual para Levantamento e Demarcação das Terras Públicas, vinculadas à PDPE, analisando administrativa e tecnicamente Ações de Usucapião, com constantes contatos com órgãos da Administração Pública em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

A Procuradoria de Processo Disciplinar apresentou, no exercício de 1989, uma dignificante atuação, destacando-se como trabalho de maior relevância o saneamento e o equacionamento do Processo referente à Carteira Habitacional do IPERGS.

A Equipe de Processamento, composta por três Comissões Permanentes e uma Especial, atuou em 92 processos disciplinares, enquanto que a Equipe de Revisão trabalhou em 71 expedientes, emitindo mais de 50 pareceres.

A Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, no desempenho de sua competência de prestar assistência jurídica aos Municípios, foi incansável no atendimento a mais de quinhentas consultas formuladas por Prefeitos e Vereadores, emitindo centenas de Pareceres nos inúmeros processos recebidos.

Além disso, promoveu e participou de Encontros, Promoções e Painéis visando à orientação na feitura das Leis Orgânicas municipais, destacando-se os seguintes eventos:

- Encontro Estadual de Vereadores em Santa Maria, em 31 de março de 1989.
- Curso de Processo de Planejamento Municipal: Erechim, em 16 de maio de 1989; Santo Ângelo, em 18 de maio de 1989; Caxias do Sul, em 30 de maio de 1989; Porto Alegre, em 1º de junho de 1989 e Santa Maria, em 15 de junho de 1989.
- Seminário sobre Leis Orgânicas Municipais, em São Leopoldo, em 19 de julho de 1989.
- Painel Regional de Debates Legislativos em 28 de julho de 1989; 25 de agosto de 1989 e 1º de agosto de 1989 em Viamão, Harmonia e Ijuí, respectivamente.
- Encontro de Vereadores do PMDB, em Erechim, em 29 de julho de 1989.

- Congresso da ARTAFAM sobre o tema *Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos*, em Santa Maria, em 1.º de agosto de 1989.
- Seminário promovido pela FUNABEM, em Porto Alegre, visando à proposta sobre política social relativa ao adolescente e ao menor desamparado, com a finalidade de subsidiar os Municípios na elaboração de Leis Orgânicas.
- Encontro sobre Reforma Administrativa.
- Curso sobre Parcelamento do Solo Urbano nos meses de outubro e novembro, em Porto Alegre.
- Encontro Estadual sobre Leis Orgânicas Municipais, em Gramado, nos dias 24 a 26 de outubro de 1989.

A Procuradoria do Interior, através de suas dezenove Procuradorias Regionais, defende os interesses do Estado do Rio Grande do Sul e suas Autarquias. Essas atividades foram desenvolvidas pelos 50 Procuradores, que fazem a defesa judicial nas áreas de Pessoal, Domínio Público e Fiscal, além de atenderem consultas e informações formuladas pelos diversos órgãos públicos sediados no Interior do Estado, e prestarem atendimento às partes.

A Procuradoria do Interior atuou em 1.045 ações judiciais relativas a assuntos de Pessoal, 4.587 de Domínio Público, 9.903 execuções fiscais, 726 ações relativas a assuntos Fiscais e executou 437 sentenças.

Na defesa judicial das autarquias, a Procuradoria-Geral do Estado, através da Procuradoria do Interior, atuou intensamente e com sucesso, como nas desapropriações do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), nas quais evitou-se prejuízos irreparáveis aos cofres daquela Instituição.

O atendimento à Caixa Econômica Estadual significou enorme carga de trabalho aos Procuradores lotados no Interior do Estado, face, principalmente, aos problemas decorrentes das mudanças no Plano Cruzado e interpretações relativas à correção monetária dos financiamentos do crédito rural e hipotecário.

A Procuradoria do Interior também tem como tarefa a de supervisionar e coordenar os serviços de Assistência Judiciária Gratuita, nas Comarcas do Interior do Estado.

O Serviço conta, atualmente, com 137 profissionais distribuídos em 67 cidades, onde atenderam 136.616 consultas de Assistentes, ajuizaram 13.977 ações e realizaram 16.140 audiências judiciais, totalizando 19.826 ações em andamento.

A Unidade de Assistência Judiciária, órgão jurídico-social da Procuradoria-Geral do Estado encarregado de prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados na Capital e Área Metropolitana, realizou no ano de 1989, 132.922 atendimentos, ajuizou 11.142 ações cíveis e defendeu no crime réus pobres em 4.045 processos. Realizou 115 júris e, na Justiça Militar Estadual, participou em 93 julgamentos.

O Instituto de Informática Jurídica tendo concretizado o Plano de Informatização Aplicada ao Direito, no Sistema de Pareceres da PGE, digitou 4.750 fichas. Integrou-se à Informática do Poder Judiciário no Projeto Jurisprudência, junto aos Tribunais de Justiça e de Alçada; do Poder Legislativo no Projeto Aquarius do Programa da Secretaria da Segurança Pública, no Sistema VIN, e ao acesso ao Banco de Dados do Judiciário relativo ao acompanhamento de processos em tramitação na Justiça — Sistema JUS.

Elaborou 102 pesquisas jurídicas, mais de mil e trezentas fichas de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e realizou o levantamento das representações de inconstitucionalidade perante aquele Tribunal.

Tendo a tarefa das publicações da Procuradoria-Geral do Estado, lançou a Revista da PGE nº 47, o Boletim Informativo nº 81, o Ementário de Pareceres da PGE anos 1987 e 1988, e fez publicar, periodicamente, os ementários de Pareceres da PGE no Diário Oficial do Estado.

O setor da Biblioteca do Instituto de Informática teve 23.282 consultas, mais de cinco mil e quinhentos leitores e emprestou mais de três mil livros.

Coube ao Instituto de Informática Jurídica coordenar o assessoramento jurídico prestado pela Procuradoria-Geral do Estado à Assembleia Estadual Constituinte.

2.9 – ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.9.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) tem por competência propor a política de energia elétrica do Estado, assegurando a sua execução, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); promover a expansão da eletrificação rural do Estado, bem como dar assistência ao cooperativismo de eletrificação e telefonia rurais; promover a política de telecomunicações do Estado, assegurando a execução através da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT); realizar pesquisas e promover a racional exploração do carvão mineral e de outros recursos minerais de interesse do Estado, através da Companhia Riograndense de Mineração (CRM); promover o desenvolvimento de fontes alternativas de energia; promover o desenvolvimento da carboquímica; supervisionar e acompanhar a execução dos planos e programas das entidades que lhe são vinculadas, onde se incluem, ainda, a Comissão Estadual de Energia do Rio Grande do Sul (CENERGS) e Conselho Estadual de Mineração (CEM), visando a assegurar às mesmas a máxima eficiência.

Uma análise das atividades desenvolvidas pela Pasta ao longo do ano de 1989, revela não só que tais responsabilidades foram cumpridas, como, em muitos casos, superadas as metas e os objetivos propostos. Persistem, contudo, desafios, que deverão de ser enfrentados e vencidos com a perseverança, o critério e o trabalho pertinaz que tem caracterizado a Secretaria e suas vinculadas, no presente quadriênio governamental.

Assim, a CEEE distribuiu, até setembro do ano sob relato, 8.105,4 GWh, para um total de 2.168.100 consumidores, apresentando, no período, uma geração própria de recursos da ordem de US\$ 200 milhões, correspondendo a uma das mais elevadas taxas do setor elétrico nacional, persistindo, no entanto, a questão do elevado serviço da sua dívida, que, absorve a maior parte dos recursos gerados. Integrada nos Projetos Prioritários do Governo do Estado, através da **Construção de Subestações e Linhas de Transmissão, Construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dona Francisca, Construção da Usina Termelétrica (UTE) Candiota III e Interligação de Santa Vitória do Palmar ao Sistema Sul-Sudeste**, no decorrer de 1989 a CEEE desenvolveu ações concretas em cada um deles, bem como em outros projetos prioritários, no âmbito da Empresa, a saber: **Programa de Recuperação de Medição, Rede de Distribuição Urbana e Rede de Distribuição Rural**.

Relativamente à CRT, destaca-se a expansão, no ano de 1989, de sua planta instalada em 34.992 terminais telefônicos, atingindo um total de 506.813 terminais, com um grau de utilização de 93,6%, sendo igualmente expressivo o número de chamadas interurbanas, com um total de 158,067 milhões, correspondendo a um acréscimo de 14,6%, em relação a 1988; no período, a Empresa teve destacada atuação nos itens de telecomunicações contemplados nos Projetos Prioritários do Governo do Estado, nomeadamente, **Automatização DDD de Sedes Municipais, Substituição de Centrais Telefônicas, Ampliação de 91.000 Terminais Telefônicos e Projeto Emergencial de Telefones**, sem descuidar, entretanto, do andamento de seus outros projetos prioritários.

Quanto à CRM, em 1989 assistiu-se a sucessivas quebras de seus próprios recordes de produção na Mina de Candiota, fruto da especial atenção dedicada ao respectivo Projeto de Ampliação, culminando, no último mês do período, com um total de 185.665,30 toneladas de carvão mineral, que se constitui em forte indício de um novo recorde na produção global da

Empresa, em 1990, superior a 2 milhões de toneladas; no tocante aos Projetos Prioritários do Governo do Estado, no decorrer de 1989, a CRM desenvolveu intensa atividade nos empreendimentos **Conclusão da Mina do Leão II, Mina do Poacá e Mina do Leão I — São Vicente Norte**. Na área de minerais metálicos, registra-se, no período, a associação da CRM com a **Companhia de Mineração e Participações**, constituindo a **Companhia Mincira de Lavras do Sul**, que se propõe produzir 600 kg de ouro/mês.

A CENERGS, com atribuição primordial de fomentar o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e assessorar à SEMC no planejamento energético global do Estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 1989, manteve destacado ritmo de trabalho em seus empreendimentos, tais como: **Energia Eólica e Pequenas Centrais Hidrelétricas**, integrantes dos Projetos Prioritários do Governo do Estado, e mais os projetos **Gás Natural Argentino, Planejamento Energético Municipal, Avaliação do Consumo de Lenha e Madeira a Nível Municipal e Planejamento Energético Estadual**.

Ao CEM, conforme Decreto nº 32.198, de 20/03/86, que o criou, incumbe "coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado do Rio Grande do Sul, a ser executada pela Coordenadoria da Produção Mineral". Dentre suas atividades, em 1989, destaca-se a **Coordenação-Geral do II Congresso Brasileiro do Carvão**, realizado em Porto Alegre, de 03 a 07/12/89, com pleno sucesso, registrando-se, ainda, a publicação de 2.000 exemplares do trabalho "Estudos para Estabelecimento de Política de Longo Prazo para Produção e Uso do Carvão Mineral Nacional". Do elenco de atividades básicas do CEM — nenhuma integrando os Projetos Prioritários do Governo do Estado — distribuídas em Reuniões Plenárias, Encontros Geológicos-Mineiros e Assistência Técnica ao Pequeno Minerador, apenas a primeira, no exercício sob relato, não se ressentiu da falta de pessoal que aflige a Coordenadoria da Produção Mineral, enquanto a última das referidas atividades, que prevê contratação de Geólogo e Engenheiro de Minas, não pôde ser deflagrada.

2.9.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

A Companhia Estadual de Energia Elétrica, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, está organizada sob a forma de Sociedade Anônima e tem por atribuições básicas as de projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica bem como serviços correlatos.

No ano de 1989, até setembro, a CEEE distribuiu 8.105,4 GWh para um total de 2.168.100 consumidores (valores anuais de 1988: 10.191,2 GWh para 2.098.600 consumidores).

O crescimento do mercado, que foi de 8,8% em 1987 e baixou para 4,5% em 1988, deverá baixar mais no ano de 1989, já que com os dados disponíveis tinha-se, até setembro, um consumo de 8.105,4 GWh sendo que o consumo anual de 1988 foi de 10.191,2 GWh. Por outro lado, até setembro deste ano já era registrado um crescimento de 3,31% no número de consumidores existentes em dezembro de 1988.

No período, a Companhia apresentou uma geração própria de recursos da ordem de US\$ 200 milhões, uma das mais elevadas taxas do setor elétrico nacional. Também em 1989, a CEEE recebeu de parte do Tesouro do Estado uma capitalização de US\$ 60 milhões.

Até o mês de setembro a disponibilidade de energia totalizou 9.522,21 GWh (10.857 GWh em todo o ano de 1988) sendo que 61% foram recebidos das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL).

Com relação aos Projetos Prioritários do Governo do Estado apresenta-se a seguinte situação:

— **Construção de Subestações e Linhas de Transmissão** — foram concluídas no período a implantação de uma subestação e a ampliação de seis subestações, aumentando a potência instalada em 130 MVA; foram construídos também 56 km de Linhas de Transmissão.

- **Construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dona Francisca** — procedeu-se à assinatura, em 11/07/89, de protocolo objetivando a obtenção de recursos financeiros com o Governo da República Socialista da Iugoslávia e prosseguiram, com o mesmo objetivo, as negociações com os grupos privados nacionais Votorantin e COEMSA; aguarda-se também, a assinatura de contrato com a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA) para o início da estrada de acesso.
- **Construção da Usina Termelétrica (UTE) Candiota III** — retomadas as negociações visando aos recursos financeiros necessários, junto ao Governo Federal e junto ao Governo da União Soviética através do Consórcio Soviético-Argentino Proenge; no período, a CEEE também enviou carta ao S.T.N. solicitando empréstimo-ponte para liquidar sua dívida com o PARIBAR.
- **Interligação de Santa Vitória do Palmar ao Sistema Sul-Sudeste** — tendo por objetivos a construção de 115 km de linha de transmissão de 230 kv entre as subestações de Quinta e Curral Alto, mais 85 km de linhas de transmissão de 69 kv entre as subestações de Curral Alto e Santa Vitória do Palmar, já teve licitação julgada não só para o Projeto, como também para a compra do primeiro lote de torres.

Além destas, cabe destacar como ações de grande relevância dentro da CEEE as seguintes:

- **Programa de Recuperação de Medição** — com o objetivo de eliminar as perdas significativas e os desperdícios de energia elétrica, foram adquiridos cerca de 192.050 medidores no ano de 1989.
- **Rede de Distribuição Urbana** — houve um acréscimo de 325 km;
- **Rede de Distribuição Rural** — apresentou acréscimo de 2.100 km;

Com relação aos recursos financeiros, a CEEE investiu, em 1989, um total da ordem de US\$ 170 milhões.

2.9.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

A Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), tem por atribuição a exploração de serviços de telecomunicações, bem como de qualquer outra atividade afim.

No ano de 1989, a CRT expandiu sua planta instalada em 34.992 terminais telefônicos, o que representou um acréscimo de 7,4% em relação ao ano anterior, sendo que a atual planta atingiu um total de 506.813 terminais, com um grau de utilização de 93,6%, já que 474.349 encontram-se em serviço. Estes totais incluem também os Projetos Prioritários do Governo abaixo citados. As chamadas Inter-Urbanas (IU), automáticas e manuais, atingiram um total de 158,067 milhões, com o acréscimo de 14,6% em relação a 1988.

No que concerne aos Projetos Prioritários do Governo afetos ao setor, a situação é a seguinte:

- **Automatização DDD de Sedes Municipais** — tendo por objetivo a instalação de 33.624 terminais automáticos em 182 localidades, conta com recursos da ordem de NCz\$ 100 milhões originários do Tesouro do Estado, e de NCz\$ 128 milhões, tendo como fonte a receita da CRT; nesse período foram instalados 11.432 terminais (34% do projeto), 19% encontram-se em andamento, sendo que o restante foi licitado em 17 de novembro com previsão de conclusão até outubro de 1990.
- **Substituição de Centrais Telefônicas** — tendo como meta a substituição ou ampliação de 58 centrais telefônicas com o ganho de 27.969 terminais incluindo a implantação de 41.384

terminais em tecnologia digital, conta com recursos no valor de NCz\$ 23,6 milhões de Operação de Crédito, mais NCz\$ 32,7 milhões tendo como fonte a receita da CRT; no atual período, foram colocadas duas localidades em operação, tendo sido licitado o restante entre os dias 07 de novembro e 14 de dezembro.

- **Ampliação de 91.000 terminais telefônicos** — objetivando a ampliação de 39.000 terminais na Capital e de 52.000 no Interior do Estado, conta com recursos de NCz\$ 110,7 milhões originários de Operações de Crédito, e de NCz\$ 144,1 milhões tendo como fonte a receita da CRT; no atual período foi contratada a ampliação de todos os 91.000 terminais.
- **Projeto emergencial de telefones** — tendo como meta a instalação de 14.802 terminais telefônicos em Porto Alegre e de 38.029 terminais em 63 localidades do Interior do Estado, conta com recursos no valor de NCz\$ 104,6 milhões tendo como fonte a receita da CRT; no período foram ativados 24.830 terminais (47%) estando prevista a ativação do restante até dezembro de 1990.

Destacam-se, ainda, como ações relevantes desenvolvidas pela CRT em 1989, as seguintes:

— Sistema Básico Intra-Estadual

- a) **Implantações/Ampliações de Centrais Automáticas:** implantadas 42 Centrais Telefônicas Automáticas (das quais 15 em localidades que dispunham de serviços manuais, e duas em localidades que dispunham de postos de serviço); implantados 20.002 Terminais Telefônicos Automáticos, ampliados 21.498, e substituídos 4.572.
- b) **Sistema Rural:** implantados 600 Terminais Manuais em 8 Centrais Telefônicas; ampliados 224 Terminais Manuais em 10 Centrais Telefônicas; substituídos 3.030 Terminais Manuais em 15 Centrais Telefônicas; implantadas 38 Centrais Telefônicas em regime de co-participação; ativados 30 Postos de Serviços, sendo 9 de Telefonia Rural Social.
- c) **Sistema Interurbano:** ampliados 2.619 canais Multiplex e 2.054 troncos interurbanos.

Quanto à situação atual da CRT, é de destacar:

a) Com relação à Operação dos Serviços

(estimativas até o final do ano)

- 474.349 terminais em serviço, representando um incremento de 5,78% em relação ao ano anterior;
- 158 milhões de chamadas telefônicas interurbanas, superando em 14,6% o total atingido em 1988; 1,40 bilhão de pulsos excedentes — que representam o tráfego local (urbano) — com incremento de 6,24% em relação a 1988;
- **Melhoramento da qualidade dos serviços**, medida através do Indicador Desempenho do Serviço Telefônico (DST), em relação ao ano anterior (1,10), tendo atingido, até o terceiro trimestre de 1989, o valor 1,66, embora ainda esteja abaixo da média nacional até este período (2,00).

b) Quanto a Administração Geral:

- **Recursos humanos:** aumento da produtividade do pessoal, de 13,63 empregados por 1000 Terminais, em 1988, para 11,5 empregados por 1.000 Terminais, em 1989; reformulação do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS).

- Informática: execução de três fases de um Projeto inicial de Microinformática, com a aquisição de 78 microcomputadores e acessórios; aquisição e instalação de equipamentos adicionais aos Computadores Centrais da CRT.
- c) Quanto à Administração Econômico-Financeira:
 - Capitalização (em 30/06/89), no montante de NCz\$ 5,96 milhões, tendo como fontes o Tesouro do Estado, a TELEBRÁS, e autofinanciamento de outros acionistas;
 - Crescimento de 713,75% na Receita Líquida provenientes da prestação de Serviços de Telecomunicações (período janeiro-outubro/89), atribuível ao aumento de tarifa (413,34%), a alterações ocorridas no Sistema Tarifário por Portarias do Ministério das Comunicações, e ao aumento da produtividade.
- d) Produtividade: em 1988, a CRT atingiu 311 chamadas interurbanas por Terminal Médio em Serviço, sendo estimado um total de 371 chamadas para 1989, o que representa um acréscimo da ordem de 19%.
- e) Quanto à Despesa:
 - Situação em outubro/89: grau de endividamento — 46%; montante da dívida — US\$ 166 milhões; comprometimento da Receita de Exploração com despesas de pessoal — 31%; resultado no período — 67,7% da Receita de Exploração (36%, em 1988).
- f) Quanto aos Investimentos: investimento total da CRT, em 1989, foi de US\$ 80,5 milhões.

2.9.4 — CONSELHO ESTADUAL DE MINERAÇÃO (CEM) — COORDENADORIA DA PRODUÇÃO MINERAL (CPM)

O Conselho Estadual de Mineração (CEM), criado pelo Decreto n.º 32.198, de 20 de março de 1986, com a incumbência de “coordenar a política de desenvolvimento da produção mineral do Estado do Rio Grande do Sul, a ser executada pela Coordenadoria da Produção Mineral (CPM)”, é integrado por representantes de diversos órgãos e entidades vinculadas ao setor mineral, sendo presidido pelo Secretário de Energia, Minas e Comunicações.

Tomando-se o dia 31 de dezembro como data-limite das atividades, registram-se, dentre outras, as seguintes ações:

- Documentação encaminhada ao Senhor Presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado, contendo reivindicações do CEM quanto à taxaçoão dos bens minerais no ICMS;
- Expediente ao Senhor Governador solicitando sua interferência junto ao Senhor Presidente da República, pela continuidade do Programa de Mapeamento Geológico Básico do Brasil;
- Sugestões do CEM à elaboração da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no que tange aos bens minerais, elaboradas por grupo de trabalho coordenado pela CPM;
- Solicitado apoio do Governo do Estado à convocação da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, para o debate dos problemas que afligem os mineradores de carvão;
- Publicação do trabalho “Estudos para Estabelecimento de Política de Longo Prazo para Produção e Uso do Carvão Mineral Nacional” (Ed. CORAG — 2.000 exemplares);
- Reprogramação Setorial 1989/1991 e Proposta Orçamentária 1990, do CEM — CPM;

- Viagem do Senhor Presidente do CEM, acompanhado pela Secretária Executiva do CEM-CPM, diretores da CEEE e CRM, diretores e técnicos da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Rio Doce Geologia (DOCEGEO), à Mina e Usina de Candiota e às instalações da Mina do Leão II;
- Organização e coordenação do "workshop" sobre "Geração de Energia Elétrica a Partir da Combustão dos Carvões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com Tecnologia em Leito Fluidizado", com posterior elaboração das correspondentes Recomendações;
- Coordenação Geral do II Congresso Brasileiro do Carvão, realizado em Porto Alegre, de 03 a 07/12/89, a cargo da Secretária Executiva do CEM-CPM;

Quanto aos recursos financeiros, foram consignados ao CEM-CPM, para o exercício de 1988, um total de NCz\$ 47,53 mil a serem aplicados, basicamente, na contratação de técnicos — Geólogo e Engenheiro de Minas — ainda não efetivada.

2.9.5 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Estado de Energia, Minas e Comunicações, autorizada a funcionar como Empresa de Mineração pelo Alvará n.º 103/70 do Ministério das Minas e Energia, executa a política mineral do Estado, através da pesquisa, extração, beneficiamento e comercialização de carvão, bem como de outras substâncias minerais. Nesse sentido, os Projetos de Ampliação da Mina de Candiota, de Implantação da Mina do Leão II e Mina do Poacá desenvolvidos por esta Companhia, bem como suas atividades operacionais, fazem parte do Programa do Carvão Mineral em andamento e apresentaram o seguinte desempenho no ano de 1989:

- **Projeto de Ampliação da Mina de Candiota** — Projeto desenvolvido no Município de Bagé, que visou à ampliação da capacidade de produção da mina a céu aberto, de 800 mil t/ano de carvão "RUN OF MINE" (R.O.M.) para 2.800 mil t/ano, objetivando atender à demanda das fases A e B da Usina Presidente Médici e da indústria cimenteira. Foi colocada em operação, neste período, uma perfuratriz rotativa hidráulica, marca BUCYRUS — ERIE, modelo 35-R, para perfuração de diâmetro 4.1/2" a 9". Foi transferido o lavador da Mina do Iruí para Candiota, usina esta com capacidade de beneficiamento de 100 t/hora. Encontra-se em início de construção um conjunto de 49 casas na Vila Residencial e respectivas redes de água, esgoto e elétrica. Foram iniciadas as obras da portaria principal da Mina, com Posto Bancário e um prédio para lubrificação de equipamentos.
- **Projeto de Implantação da Mina do Leão II** — Projeto Básico revisado em 1989, resultando na versão que prevê, em uma primeira etapa, a capacidade nominal de produção de 2.051.000 t/ano de carvão R.O.M., cuja destinação prevista será a termoeletricidade, a indústria cimenteira, a gaseificação, a redução direta do minério de ferro. A presente proposição, com emprego de quatro frentes de produção e sete de desenvolvimento, apresenta uma viabilidade econômica bastante satisfatória, criando a real possibilidade de retomada da implantação do projeto. A primeira produção pode ser obtida dois anos após o início da implantação e a produção nominal, em menos de três anos. O projeto encontra-se com mais de 50% de sua parte física implantada. Ressalta-se a importância que esta Mina terá no fornecimento de carvão para a Usina Termoelétrica Jacuí I, com entrada em operação prevista para 1991, a qual deverá contribuir significativamente na geração de energia elétrica no Estado.
- **Projeto Mina do Poacá** — Para geração de 2.100 MW definidos para a Usina Termoelétrica de Candiota III, serão consumidos 15.000.000 t/ano de carvão R.O.M. ("RUN OF MINE"), a serem fornecidos pela Mina do Poacá. Foi assinado, entre o Governo do Estado e as empresas "Gruppo Industrie Elettro Meccaniche Per Impiati All'Estero S.P.A." (GIE), Construções Eletromecânicas S.A. (COEMSA), e Internacional de Engenharia (IESA),

um Protocolo de Intenções visando a concretizar o fornecimento de equipamentos para a Usina Candiota III, da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), com a contrapartida de exportação de um carvão com 5.300 kcal/kg para a Itália, proveniente da Mina de Candiota, operada pela CRM. Coube, então, à CRM, a realização, em 1989, de um projeto de pré-viabilidade de mineração da Malha III, primeira área a ser minerada para abastecimento do complexo Candiota III.

Concernente à área de pesquisas minerais, foram previstos 6.000 metros de perfuração nas localidades de Butiá, Cachoeira do Sul, Bagé, Lavras do Sul e Palmares do Sul. Foram executados, no período, 4.902 metros de perfuração (dado estimado — dezembro). Esta diferença deve-se ao fato de os trabalhos nos municípios de Lavras do Sul e Palmares do Sul não terem sido realizados.

No que tange aos investimentos realizados no período, para dar andamento aos projetos referidos anteriormente, e outros investimentos relativos ao reaparelhamento das Minas, a Companhia aplicou o montante de NCz\$ 4,10 milhões (dado estimado — dezembro).

Quanto ao desempenho operacional da Empresa no ano de 1989, verificou-se a produção total de 1.687,1 mil toneladas de carvão mineral R.O.M., volume este algo maior que o do ano anterior (1.164,8 mil toneladas em 1988), havendo um significativo acréscimo na produção de carvão, devido, principalmente, ao consumo do carvão produzido na Mina de Candiota, por parte da Usina Termoelétrica Presidente Médici.

Foi realizada, em 20 de setembro de 1989, a Assembléia Geral de Constituição da Companhia Mineira Lavras do Sul, uma sociedade sob forma anônima, por ações. Os fundadores e subscritores aprovaram, na ocasião, o valor e a formação de seu Capital Social, o Estatuto Social, e elegeram os membros do Conselho de Administração. A Companhia tem, como subscritoras principais, a Companhia Riograndense de Mineração e a Companhia de Mineração e Participações. A Companhia Mineira Lavras do Sul tem por objeto a mineração, incluindo pesquisas e lavra de minério, sua industrialização e comércio. Esta nova Empresa terá como meta a produção de 600 kg de ouro/ano.

2.9.6 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CENERGS)

A CENERGS é um órgão ligado à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC) e tem por atribuição fomentar o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e assessorar a SEMC no planejamento energético do Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação aos Projetos Prioritários de Governo sob a responsabilidade da CENERGS, a situação é a seguinte:

- **Energia Eólica** — objetiva o fomento e desenvolvimento de turbinas eólicas para fornecimento de energia elétrica a propriedades isoladas, fornecimento de energia mecânica para bombeamento d'água e produção de grandes blocos de energia elétrica, através das denominadas "fazendas eólicas", envolvendo investimento global de NCz\$ 1,0 milhão, cujos recursos distribuem-se, partes iguais, entre o Estado, de um lado, e Companhia Estadual de Energia Elétrica/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de outro. No decorrer de 1989, foi montado um protótipo para a primeira das supracitadas aplicações, foram montadas três turbinas objetivando a segunda referida aplicação, e construídos 32 anemógrafos para a medida da velocidade dos ventos, a partir de protótipo projetado em conjunto pela CENERGS-UFRGS.
- **Pequenas Centrais Hidrelétricas** — Até o final do ano sob relato, a CENERGS realizou a avaliação da potência elétrica de pequenas quedas d'água em 30 municípios gaúchos, devidamente mapeados, tendo resultado em 20 pedidos de concessão para construção destas pequenas centrais.

No decorrer de 1989, a CENERGS desenvolveu, ainda, intensa ação, de campo e gabinete, em outros importantes projetos, quais sejam:

- **Projeto Gás Natural** — Ação desenvolvida em relação ao gás natural a ser importado da Argentina consistiu no assessoramento à SEMC, quanto aos assuntos por esta indicados, e que foi efetivado através do seguinte:
 - Participação no Grupo Executivo para Implantação do Gasoduto, criado pelo Governo do Estado para estudar a demanda, tanto do setor industrial como do setor de geração de energia elétrica, bem como para orientar os possíveis futuros consumidores com relação ao uso do gás natural;
 - Participação do grupo brasileiro que compõe a Comissão Binacional Brasil-Argentina, que deverá apresentar as diretrizes gerais para a importação do gás;
 - Participação, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, na elaboração dos estatutos da futura empresa distribuidora de gás canalizado;
 - Participação, junto com a Secretaria da Indústria e Comércio, no estudo da influência dos investimentos industriais do FUNDOPEM na zona de referência do produto, sobre a demanda de gás natural (em andamento);
 - Contato sistemático com a Associação Brasileira de Empresas Estaduais Distribuidoras de Gás Canalizado, com vistas à possível integração do Estado como associado;
 - Contato sistemático com a PETROBRÁS, a qual, na qualidade de negociadora do lado brasileiro, pode manter a CENERGS informada de possíveis fatos novos nas suas relações com as entidades negociadoras argentinas;
 - Elaboração de pareceres referentes a documentos apresentados por várias organizações e empresas nos assuntos gás natural e/ou gasoduto;
 - Apresentação da matéria em pauta em várias ocasiões, em associações diversas e no Curso de Planejamento Energético Municipal, realizado com a participação da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
 - Visita técnica, patrocinada pela ACTIM, à empresa estatal distribuidora de gás natural "Gaz de France", realizada em setembro/outubro, àquele país.
- **Planejamento Energético Municipal** — principais ações:
 - Elaboração de uma proposta especial para 72 municípios do Rio Grande do Sul, através de um trabalho de coleta de dados a campo, envolvendo informações relativas a: balanço energético do município; necessidades energéticas (energia elétrica para propriedades rurais, necessidades de reflorestamento, utilização de energia eólica, etc.); oferta de energéticos no município; projetos prioritários na área energética para o período 1990 — 2000;
 - Assinatura de protocolo envolvendo o Governo do Estado e a FAMURS, e de três outros protocolos envolvendo a iniciativa privada, associação de municípios e instituições de ensino regional (Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul).
- **Avaliação do Consumo de Lenha e Madeira a Nível Municipal** — principais ações:
 - Elaboração de um modelo para possibilitar a avaliação detalhada do consumo energético e não-energético de madeira, por parte dos técnicos do município;

- Realização do estudo em 72 municípios do Estado, chegando às seguintes conclusões: somente 5 municípios auto-suficientes e/ou exportadores de madeira; 50 municípios com consumo de lenha superior a 60% do balanço energético global.

- **Planejamento Energético Estadual** — montagem de proposta para a efetivação do planejamento energético do Estado (segundo semestre de 1989) — pela CENERGS juntamente com o Departamento de Energia e o Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), da UFRGS —, baseada nas seguintes premissas: busca da maior-suficiência possível na geração de energia no Estado, levando-se em conta as potencialidades energéticas e seus custos relativos; vocação do Estado na integração do Cone Sul, no que se refere à demanda energética executada pelos diferentes setores de consumo; racionalização do uso de energia, seja através de maior eficiência na sua transformação e distribuição, seja no uso final, via equipamentos ou sistemas de consumo; eliminação dos fatores agressivos ao meio ambiente, seja na extração, transformação e usos finais dos energéticos.

Os recursos financeiros utilizados pela CENERGS no decorrer de 1989 somaram cerca de NCz\$ 1,19 milhão.

2.10 – TRANSPORTES

2.10.1 —SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes, órgão que coordena a política dos Transportes no Estado, operacionaliza sua ação através de quatro órgãos vinculados que são: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), responsáveis pelo Setor Rodoviário; Departamento Aeroviário do Estado (DAE), órgão específico do Setor Aeroviário do Estado; e o Departamento de Portos, Rios e Canais (DEPRC) que atua no Setor Hidroportuário Estadual.

No transcorrer de 1989 a Secretaria dos Transportes consolidou sua estratégia de ação baseada na participação efetiva na política de integração com os países do Cone Sul. Neste particular destacam-se:

- Reuniões do Protocolo 14 — Integração de Transportes Terrestres Brasil-Argentina.
- Reuniões do Protocolo 23 — Regional Fronteiriço.
- Gestões junto aos Governos brasileiro-argentino para construção da ponte rodoferroviária sobre o Rio Uruguai entre Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Brasil).
- Comissão mista para elaboração do edital para construção da ponte binacional.

Outras ações realizadas pela Secretaria dos Transportes foram: o desenvolvimento de projetos prioritários para a infra-estrutura do setor; conclusão do projeto do Ramal Ferroviário de Candiota, com apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL); projeto de viabilidade da ligação ferroviária Norte-Noroeste do Estado e da ligação ferroviária Porto Alegre-Rio Grande, através da SUDESUL; reavaliação dos estudos de interligação das bacias do Jacuí e Ibicuí.

Manteve-se no decorrer de 1989 a participação da Secretaria no Programa de Desenvolvimento do Setor de Transportes (PRODEST), do Governo Federal, objetivando a priorização das obras de infra-estrutura de transportes no Estado.

Cabe destacar os trabalhos de coordenação de execução das seguintes obras:

- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério dos Transportes, a Rede Ferroviária Federal S.A., Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) e o Município de Cachoeira do Sul, com vistas à construção do acesso Ferroviário do Distrito Industrial do Município.
- Mutirão entre o Estado, através do DAER, e 20 municípios da região Noroeste do Estado, para construção da RS-305 e dos trechos de ligação, num total de 198 Km.

A Secretaria dos Transportes está realizando gestões junto aos Governos da Itália, Alemanha Oriental e Japão, visando à obtenção de financiamentos para obras ferroviárias e rodoviárias e equipamentos necessários ao Porto de Rio Grande.

2.10.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

A meta prioritária do Governo no Subsetor Transporte Rodoviário é a duplicação da rede rodoviária estadual pavimentada que, em março de 1987, apresentava uma extensão total de 2.496 km.

Para tanto, foram aplicados em 1989, recursos na ordem de NCz\$ 882 milhões, originados quase totalmente do Tesouro do Estado.

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem adotou em 1989 a política de desenvolver seus projetos através do aproveitamento máximo dos traçados já existentes, minimizando assim os volumes de terraplenagem e reduzindo substancialmente os gastos com desapropriações, os quais passaram a ser encargos dos municípios beneficiados.

O DAER, em 1989, foi responsável pela execução de 752 km de pavimentação de rodovias; 393 m de projetos de pontes e 553 m de construção de obras de arte especiais; 1.374.149 m³ de terraplenagem por administração direta e 7.814.246 m³ por empreitada; implantou 312 km de rodovias; realizou 462.828 m² de capa selante, 1.052.526 m³ de revestimento primário e 1.064.050 m² de patrolagem. Ainda realizou manutenção e conservação de 9.189 km de rodovias que compõem a rede estadual.

A rede conservada pelo Departamento apresenta-se nas seguintes condições: 40% em bom estado, 45% em estado regular e 15% em mau estado. Esta situação só poderá ser melhorada com maiores aportes de recursos à área de conservação e renovação de parte de seu equipamento, cuja idade média já ultrapassa a casa dos 15 anos.

Dentre as obras contratadas pelo Departamento, pode-se relacionar as rodovias estaduais, as obras delegadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), as estradas vicinais que integram o programa BBDIII, e as obras que integram o programa Mutirão.

As rodovias estaduais contratadas são as seguintes:

OBRAS CONTRATADAS		Ext. (Km)
RODOVIA	TRECHO	
OBRAS DAER		
RS/211	Caçapava do Sul — Lavras do Sul (L1)	25,440
RS/110	Bom Jesus — Alziro Ramos	38,510
RS/115	Taquara — Gramado — (Cort. Atirantadas)	
RS/122	Antonio Prado — Flores da Cunha	33,340
RS/122	Acesso a Caxias do Sul	5,000
RS/122	Rio das Antas — Antonio Prado	18,580
RS/126	Sananduva — S. J. Urtiga — M. Almeida	43,500
RS/135	P. Fundo — Get. Vargas e Aces. a Coxilha	44,000
RS/149	Faxinal do Soturno — RS/509	21,810
RS/149	Formigueiro	17,129
RS/150	Vicente Dutra — Caiçara — BR/158	30,467
RS/168	BR/287 — Santiago — Bossoroca e Ac. Santiago	45,000
RS/225	Canela — Gramado (Caracol)	15,000
RS/239	Taquara — Rolante	18,891
RS/240	Vila Scharlau — R. do Cascalho	11,500
RS/241	São Rafael — S. Fco. de Assis	38,000
RS/305	Palmitinho — Frederico Westphalen	15,383
RS/324	Contorno de Marau e Acesso	7,100
RS/324	Marau — Divisa Marau/Casca	15,000

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
RS/331	Viadutos — Marcelino Ramos	25,000
RS/332	Arvorezinha — Ilópolis — Encantado	58,760
RS/401	Ponte s/Rio Jacuí	0,900
RS/401	S. Jerônimo — Gal. Câmara — RS/405	7,000
RS/402	Colorado — Selbach	16,355
RS/427	Nova Bréscia — Encantado	15,096
RS/427	RS/427 com RS/122 e R. Lat. Farroupilha	2,300
RS/431	Dois Lajeados — Sta. Bárbara	2,200
RS/470	Montenegro — Salvador do Sul (L2)	23,100
RS/477	Sananduva — L. Bonita — C. Doble — S. J. Ouro	33,000
RS/585/587	Ervai Seco — Seberi — Rodeio Bonito	40,119
RS/649	Cacequi — São Rafael	20,790
RS/786	Capão da Canoa — Torres (Lote 2)	31,600
RS/786	Capão da Canoa — Torres (Lote 3)	42,600
RS/EP	Ibiraíaras — BR/285	13,640
RS/EP	Osório — Mariápolis — Capão da Canoa (L1)	31,260
RS/EP	Acesso Santo Ângelo (Aeroporto)	10,800
RS/EP	Acesso Cerro Largo a BR/392	0,800
RS/EP	Acesso a São Vicente	3,000
	TOTAL	821,920

OBRAS DELEGADAS — DNER

RODOVIA	TRECHO	Ext. (Km)
BR/101	Bacopari — Mostardas	83,000
BR/423	Teutônia — Garibaldi	44,685
BR/453	Caxias do Sul — Lajeado Grande (L1)	25,150
BR/453	Caxias do Sul — Lajeado Grande (L2)	32,580
BR/471	Capivarita — Encruzilhada do Sul	34,697
BR/480	Goio En — Vila Nova (Lote 3)	25,700
BR/481	Candelária — Sobradinho II	27,000
BR/509	Santa Maria — Camobi (novo)	9,000
	TOTAL	261,812

OBRAS CONTRATADAS — VICINAIS

RODOVIA	TRECHO	Ext. (Km)
VRS-001	São José do Norte — Ponta dos Pescadores	14,855
VRS-002	BR/392 — Morro Redondo	8,045
VRS-003	BR/159 — Palomas	5,169
VRS-004	RS/509 — Silveira Martins — Arroio Grande	16,700
VRS-005	São Pedro do Sul — Vila Toropi	20,200
VRS-006	Alegrete — BR/290 — Caverá	15,000
VRS-007	São Gabriel — Sta. Brígida — Sta. Clara	6,515
VRS-008	Vila Block — Formigueiro — Passo das Tunas	30,762
VRS-009	Carazinho — São Bento	15,000
VRS-010	BR/386 — Ibirapuitã	10,060
VRS-011	Arroio do Meio — Vila Forqueta	11,300
VRS-013	Farroupilha — Desvio Blauth — Garibaldi	15,700
VRS-014	Flores da Cunha — Nova Pádua	12,822
VRS-015	São Marcos — Criúva	15,420

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
VRS-016	Venâncio Aires — RS/428 — Vila Palanque	13,801
VRS-017	Espumoso — Campos Borges — Divisa	38,460
VRS-018	Divisa — Salto do Jacuí	25,495
VRS-019	Colorado — Vista Alegre — BR/285	16,120
VRS-021	Frederico Westphalen — Castelinho	14,440
VRS-022	Padre Gonzales — Vila Esperança — Linha Ismael	18,843
VRS-023	RS/135 — Tapejara	31,675
VRS-024	Fortaleza dos Valos — XV de Novembro — Ibirubá	29,452
VRS-025	BR/287 — Nova Esperança	11,023
VRS-026	Feliz — Alta Feliz	7,200
VRS-027	BR/116 — Linha Temerária	6,325
VRS-028	Estação Getúlio — Erebangó	7,614
VRS-030	RS/509 — Restinga Seca — Passo das Tunas	26,911
VRS-031	Igreja N. S. Saúde — Sta. Justina	12,335
VRS-032	RS/168 — XVI de Novembro — RS/561	14,400
VRS-033	BR/471 — Hermenegildo	15,400
VRS-034	BR/472 — São Marcos	5,360
VRS-035	BR/386 — Paverama	11,738
VRS-036	RS/509 — Vila Ferraz	11,304
VRS-037	RS/342 — Esquina Tucunduva	14,095
VRS-038	RS/342 — Vila Progresso	9,700
VRS-039	Cerro Largo — Vila Francisca	9,722
VRS-040	RS/239 — Picada Hartz	4,717
VRS-041	Roca Sales — Vila Júlio de Castilhos	7,600
VRS-042	Igreja — Linha Temerária — Soc. Arroio Paixão	4,430
VRS-044	Várzea Grande — Serra Grande	5,400
VRS-045	BR/158 — Jaboticaba (Acesso a Trentin)	6,498
VRS-051	Serafina Correa — Rio Carreiro	8,300
VRS-057	Serra Grande — Fundos	2,600
	TOTAL	588,666

OBRAS CONTRATADAS — MUTIRÃO

RS (RST)	TRECHO	Ext. (Km)
RS/305	Tucunduva — Horizontina	20,0
EP	Humaitá — BR/468	12,0
EP	Redentora — Coronel Bicaco	22,0
EP	Braga — Campo Novo	11,0
EP	Humaitá — Crissiumal	16,0
RS/305	Horizontina — Crissiumal	36,0
RS/305	Crissiumal — Três Passos	25,8
RS/305	Três Passos — Entr. RS/330	27,0
RS/305	Entr. RS/330 — Palmitinho	28,0
	TOTAL	197,8

OBRAS EM FASE DE CONTRATAÇÃO OU DE LICITAÇÃO

RS (RST)	TRECHO	Ext. (Km)
020	Tainhas — Camb. do Sul (Aces. Taimbezinho)	48,0
020	São Francisco de Paula — Tainhas	36,0

RODOVIA	TRECHO	Ext. (km)
118	Itapuã — Lami	17,0
122	Flores da Cunha — Passo Zeferino	14,0
122	Antonio Prado — Ipê	3,0
142	Não-me-Toque — Victor Graeff	13,0
239	Sapiranga — BR/116	16,0
265	Canguçu — Vila Boa Vista (L1)	25,0
348	Agudo — D. Francisca — F. Soturno	23,0
440/EP	Triunfo — BR/386	28,0
(453)	Lajeado Grande — Tainhas	43,0
473	Herval — Airosa Galvão	25,0
476	Alzito Ramos — Várzea do Cedro	33,0
486	Terra de Areia — Sanga da Limoeira	17,0
486	S. da Limoeira — Km 10,5 (Bananeira — Arat.)	15,5
486	Km 10,5 — RS/020	19,0
504/324	Alpestre — Planalto — RS/406	36,0
602	Airosa Galvão — Arroio Grande	25,0
EP	Caravagio — Acesso e pátio da Igreja	4,0
EP	Taquara — Santo Antonio	35,0
EP	Campo Bom — Novo Hamburgo	3,0
EP	Acesso Soledade	2,5
EP	Porto Carb. Charqueadas (Acesso)	1,5
EP	Acesso a Bagé	7,0
EP	Alvorada (Dist. Indust.) (Acesso)	5,0
EP	Ruas laterais de Taquara	3,6
	TOTAL	498,10

2.10.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA), empresa pública criada pela Lei nº 5.753/69, é o órgão responsável pela execução das obras referentes às estradas vicinais no Estado do Rio Grande do Sul.

Atuando em conjunto com 238 municípios gaúchos que são seus acionistas, a CINTEA procura atingir os seguintes objetivos: consolidação da malha vicinal do Estado, assegurando trafegabilidade permanente de veículos; integração da malha vicinal com a rede troncal e com os centros de armazenamento e comercialização; diminuição do custo do transporte.

A Companhia, visando a atingir os objetivos propostos, realiza seu trabalho através de cinco atividades básicas, a saber: construção e reconstrução de estradas vicinais, construção de aterros de acesso e terraplenagem, construção de obras de arte especiais e de pontes pré-moldadas.

A CINTEA executou em 1989, 45,89 km de construção de estradas, 1.347,15 km de reconstrução ou melhorias, e realizou obras com volumes de 175.920 m³ de aterros e terraplenagens diversas.

O projeto de Construção de Pontes Pré-Moldadas, pioneiro no Estado, iniciado em fins de 1988 consolidou-se no exercício de 1989. Foram entregues ao tráfego 55 pontes, que totalizaram uma extensão de 712 metros. Encontram-se em andamento a construção de mais 50 pontes, num total de 877 metros. Ao todo, no exercício citado foram 105 o número de obras contratadas, que se distribuem pelo território de mais de uma centena de municípios.

Com relação aos serviços de Construção de Pontes Convencionais, cumpre ressaltar que esta atividade foi praticamente paralisada, em razão da não-obtenção de recursos de financiamento. Apesar destas limitações foram construídos 165 metros de obras de arte especiais.

No exercício de 1989, a maior dificuldade com que se defrontou a Companhia refere-se ao sucateamento de seu parque de máquinas, visto que a última aquisição de equipamento ocorreu nos anos de 1982/83, o que vem se refletir na produtividade e nos seus gastos de manutenção.

2.10.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

No Sistema Estadual de Transportes, os portos gaúchos desempenham um papel de importância vital, pois constituem pontos de convergência e inter-relacionamento entre os diversos modais terrestres e o transporte aquaviário, sistema complexo formado pelos portos e vias navegáveis.

Ao Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), por concessão do Governo Federal, compete a coordenação, direção e planejamento das atividades relativas à exploração comercial e industrial dos portos gaúchos organizados, e os serviços de dragagem e balizamento das vias de acesso, bacias portuárias e hidrovias interiores.

O DEPRC propõe-se, através de seus programas de trabalho, a atender as diretrizes fixadas pelo Governo do Estado para o setor, a saber: consolidar a infra-estrutura portuária e respectivas áreas de influência, abrangendo também as hidrovias do Interior do Estado; acelerar o processo de desenvolvimento dos portos administrados pelo Estado, com ênfase ao Porto de Rio Grande, principal escoadouro das safras agropastoris; aproveitar o potencial navegável dos cursos naturais, com vistas à elevação do rendimento econômico com a integração dos portos através da navegação interior; orientar as atividades de canalização e regularização dos recursos hídricos, tendo em vista o uso múltiplo dos cursos d'água; renovar os equipamentos e instalações da dragagem; racionalizar as atividades do Departamento, visando ao aumento dos níveis de movimentação e produtividade.

Com relação ao desempenho do DEPRC durante o exercício de 1989, destacam-se as ações voltadas para as Administrações Portuárias (Porto de Porto Alegre, Porto de Pelotas e Porto de Rio Grande) e as ações voltadas para a Administração de Vias Navegáveis (Administração de Serviços Delegados e Administração de Vias Fluviais).

Embora as dificuldades decorrentes de um quadro econômico inflacionário, cujos efeitos se fazem sentir na operação portuária, os portos administrados pelo Estado apresentaram um bom desempenho neste exercício, sendo que as exportações com farelo de soja, trigo e feijão, através do Porto de Rio Grande, registraram um recorde de 5 milhões de toneladas.

Melhorias importantes foram implementadas junto ao principal terminal portuário do Estado, representado pelo Porto de Rio Grande, das quais vale ressaltar a instalação de controle eletrônico de pesagem no Terminal de Trigo e Soja (TTS), e o início das obras de ampliação do Terminal de "Containers" (TECON).

A movimentação de carga em Rio Grande apresentou, durante o ano de 1989, em relação ao ano anterior, um acréscimo de 7,10%. Este acréscimo é decorrente do aumento da carga de longo curso (15,25%) e fluvial (40,50%), na medida em que houve decréscimo na movimentação de cabotagem (-6,04%), lacustre (-10,41%) e alto-mar (-29,99%).

Entre as cargas movimentadas, predominam os granéis sólidos, que caracterizam o caráter exportador do Porto de Rio Grande. Em relação à carga unitizada, especificamente quanto aos containers, ocorreu uma diminuição de 2,22% na tonelagem movimentada, em relação ao ano anterior, tendo sido movimentado um total de 628,4 mil toneladas (63,9 mil TEU's).

Em relação às embarcações que atracaram no Porto, houve um ligeiro aumento em relação ao período anterior, e operaram cerca de 3,54 mil navios, sendo 2,65 mil de bandeira nacional e 891 do estrangeiro.

Em consequência do processo inflacionário que assolou a economia do país, as tarifas portuárias sofreram diversos reajustes em 1989, com alterações no próprio regime de reajustamento, como aconteceu com as tarifas de longo curso, que passaram a ser expressas em BTN's fiscais, enquanto as demais passaram a acompanhar a variação mensal da BTN simples.

Ainda assim, verifica-se que houve uma defasagem em relação à inflação, pois enquanto esta apresentou uma variação de 1764%, as tarifas, no mesmo período, tiveram um aumento médio de 1541%.

Quanto à execução orçamentária, que atingiu o montante de NCz\$ 78,8 milhões, somou-se à insuficiência de tais recursos o retardamento das suplementações, com a consequente paralisação de licitações envolvendo obras e serviços importantes para a administração portuária.

Considerando a Unidade Portuária isoladamente, independente das demais Unidades do Departamento, constatou-se um superavit de NCz\$ 1,043 milhão, de natureza orçamentária, em contrapartida a um déficit econômico de NCz\$ 642 mil decorrente de desdobramento das mutações patrimoniais ocorridas no exercício.

A Administração do Porto da Capital desenvolveu suas atividades no sentido de prosseguir com as melhorias operacionais, com o objetivo de, através da racionalização e fiscalização, atingir um melhor desempenho na operação portuária, com o consequente acréscimo da receita proveniente da prestação de serviços, e nas demais atividades realizadas na área de administração e zona de jurisdição.

A movimentação de cargas registrou, em relação ao ano de 1988, um acréscimo de 18%, atingindo o montante de 12,24 milhões de toneladas movimentadas.

Não obstante as limitações orçamentárias, a Administração do Porto de Porto Alegre providenciou na recuperação das instalações e equipamentos portuários, o que significou não apenas o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos usuários, mas também a manutenção do patrimônio da Autarquia.

É de ressaltar, neste sentido, que a execução de tais atividades no transcorrer do exercício, foi efetivada através de recursos próprios.

Através do Fundo de Depreciação do Porto, recursos gerados pela operação portuária foram utilizados para adquirir veículo de transporte para a atividade de fiscalização do Litoral, que controla, coleta dados, e trata da documentação referente à movimentação de cargas na área de administração e zona de jurisdição do Porto.

A Administração do Porto de Pelotas, com uma política voltada para o atendimento dos usuários, tem incentivado a utilização das instalações portuárias na busca de novos tomadores de serviços.

Este esforço visa, primordialmente, a aumentar o movimento de carga e descarga de mercadorias, e gerar aumentos significativos na receita operacional do Porto.

O Porto de Pelotas movimentou, no período, 450 mil toneladas, das quais cabe ressaltar, como as mais importantes, o clínquer, farelo de soja, farelo de arroz e minério de cobre.

A receita operacional atingiu o montante de NCz\$ 1,07 milhão, que foram aplicados em despesas com pessoal, material e serviços, não tendo sido executadas obras novas, nem aquisição de novos equipamentos portuários.

Com a atribuição de estudar e planejar o melhoramento das vias navegáveis interiores, a Administração das Vias Fluviais mantém para tal mister os serviços de campo indispensáveis, executando, e mantendo em funcionamento, obras de melhoramentos nas hidrovias e serviços de dragagem e balizamento nos cursos d'água existentes na sua área de jurisdição.

As principais atividades realizadas no decorrer de 1989, no âmbito de suas responsabilidades, referem-se, principalmente aos serviços de dragagem executados nos Rios Jacuí, Taquari, Gravataí e Guaíba. No exercício, foram dragados 364 m³, além da execução de levantamentos topo-hidrográficos, abertura e manutenção de poligonais de suporte às batimetrias e à sinalização e implantação de placas de apoio à navegação nas referidas hidrovias.

No âmbito dos Serviços Hidrológicos, foi realizado um levantamento de todas as estações existentes, num total de 58 unidades, com vistas à recuperação das mesmas.

Também foram realizadas diversas vistorias às estações de climatologia, pluviometria e fluviometria, para a obtenção de dados, entrega de materiais, manutenção dos postos, conservação dos aparelhos com assistência técnica, nivelamento de níveis de referência e seções de escalas fluviométricas.

Representando a integração com outras esferas do Poder Público, foram realizadas dragagens de 12,9 mil m³ e 10 mil m³ para a Prefeitura de Triunfo e Departamento de Fiscalização do Trânsito de Mercadorias (Secretaria da Fazenda), respectivamente. Também foi dado prosseguimento aos contratos celebrados com a Portobrás, em particular quanto à realização de serviços topo-hidrográficos e dragagens nos rios sob jurisdição federal.

A área de atuação da Administração de Serviços Delegados está relacionada aos serviços de conservação e melhoramento dos canais de acesso e das vias lacustres e marítimas do Estado, particularmente no que tange às obras no canal marítimo e de acesso à Lagoa dos Patos e ao Porto do Rio Grande, dos canais de navegação da Lagoa dos Patos e estuários dos rios São Gonçalo e Guaíba, que dão acesso aos portos de Pelotas e Porto Alegre.

A Administração dos Serviços Delegados realizou, no período, a dragagem de 515 mil m³, mantendo em condições o sistema de balizamento dos canais das hidrovias sob sua responsabilidade, bem como deu continuidade à reposição de blocos graníticos nos molhes da Barra do Rio Grande, onde foram colocadas 1470 toneladas do referido material.

Também foram realizados serviços de reparos e conservação nos equipamentos integrantes do parque de dragagem, de recuperação da fábrica de gelo do Entrepósito Frigorífico do Porto de Porto Alegre, e dos equipamentos auxiliares, bóias, faroletes, balizas e demais sinais pertencentes ao balizamento do rio Guaíba.

Deu-se continuidade, também, à implantação do sistema de posicionamento eletrônico de precisão para obtenção e processamento de dados hidrográficos, cujo objetivo principal é possibilitar a utilização de uma técnica moderna nos levantamentos topo-hidrográficos, com redução considerável nos tempos de trabalho, com notável precisão e qualidade nos dados obtidos.

2.10.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

O Departamento Aeroviário do Rio Grande do Sul tem como principais atribuições: estudar e organizar o Plano Aeroviário do Estado; elaborar programas de expansão e desenvolvimento dos transportes aéreos no Rio Grande do Sul; executar a política aeroportuária e aeroviária do Estado; administrar, planejar, projetar, construir e conservar a rede aeroportuária do Estado; realizar a manutenção e executar as operações da frota aérea oficial.

Em 1989, após a Concessão Federal delegada pelo Ministério da Aeronáutica para administrar e explorar comercialmente os Aeroportos considerados como Regionais do Rio Grande

do Sul, houve a consolidação dessa atividade no Departamento Aeroviário, iniciando-se a cobrança das tarifas aeroportuárias — embarque e desembarque, pouso e decolagens, permanência de aeronaves no pátio de estacionamento, assim como as tarifas específicas referentes ao abastecimento de combustíveis, hangares, lojas, bancos, bares, restaurantes e locadoras de veículos nos Aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Rio Grande.

Estão sendo feitas tratativas junto ao Ministério da Aeronáutica, prevendo-se, para o início de 1990, a arrecadação das tarifas de telecomunicações aeronáuticas (auxílio em rota e uso da área terminal), concessão essa que será a primeira a ser delegada a Departamento Aeroviário Estadual do País.

Atualmente, a Autarquia trabalha, juntamente com outros Estados da Federação, para a criação, após aprovação pelo Congresso Nacional, de um Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos Regionais com recursos oriundos da Lei n.º 4.056/89, que cria o “Adicional de Tarifa Aeroportuária”.

Estuda-se a transferência ao DAE dos Aeroportos de Pelotas, Uruguaiana e Bagé com a intenção da criação de uma Rede Aeroportuária Básica, administrada e explorada pelo Estado, conforme sua conveniência e visando ao desenvolvimento do transporte aéreo do Estado, além dos convênios para administrar os novos Aeródromos de Alegrete e Torres, de Canela e São Borja e outros do sistema sub-regional.

O DAE obteve decisão favorável junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC) do Ministério da Aeronáutica, sobre sua sugestão no sentido da interveniência dos Estados aos convênios firmados entre a União e os Municípios do País. Dessa forma, será possível aos Estados planejar o aperfeiçoamento dos seus sistemas aeroportuários, em acordo com as suas políticas de transporte e de desenvolvimento, permitindo o monitoramento técnico da expansão das atividades em cada aeródromo.

Foi proposta pelo DAE, à Assembléia Estadual Constituinte, uma emenda ao artigo 127, aprovada por unanimidade, que estabeleceu a obrigatoriedade de os municípios inserirem nos seus Planos Diretores, as “Zonas de Proteção de Aeródromos”, com vista à preservação de tais infra-estruturas do crescimento desordenado no seu entorno, constituindo-se o Rio Grande do Sul no primeiro Estado da Federação a possuir tal regramento constitucional.

Com o objetivo de esclarecimento e aplicabilidade do dispositivo constitucional, o DAE organizou o Seminário “As Zonas de Proteção de Aeródromos e os Planos Diretores Municipais”, voltado especialmente para os municípios, visando a esclarecer e orientar as Prefeituras relativamente ao inciso XII, artigo 176, Capítulo IV da Constituição do Estado, que trata das Zonas de Proteção de Aeródromos.

Em 1989, o DAE prosseguiu no desenvolvimento do Programa de Implantação da Infra-Estrutura Aeroportuária para o Uso de Aviação Agrícola, tendo como objetivos o controle de carga, descarga e limpeza das aeronaves aplicadoras de defensivos, construindo pátios de descontaminação nos Aeródromos de São Gabriel e Rosário do Sul.

Nesse mesmo ano de 1989, o DAE realizou várias obras e executou diversas atividades das quais se destacam: conclusão da reforma do Terminal de Passageiros, início das obras de ampliação da pista de pouso/decolagem para 2.000 metros, e implantação do novo pátio de hangaragem do Aeroporto Regional de Caxias do Sul; conclusão da ampliação e reforma do Terminal de Passageiros, construção da casa do administrador e implantação dos Sistemas de Balizamento Noturno, Casa de Força e AVASIS do Aeroporto Regional de Passo Fundo; ampliação e reforma do Terminal de Passageiros, construção da casa do administrador e implantação do Sistema de Balizamento Noturno e Casa de Força do Aeroporto Regional de Santo Ângelo; implantação do Novo Aeródromo de Alegrete (1.ª e 2.ª Etapas); início das obras (sonda-gens) do Novo Hangar do Departamento Aeroviário, no Aeroporto Salgado Filho; recuperação

do Terminal de Passageiros de Iraí. Por administração direta, foram recuperados e conservados os Aeródromos de São Gabriel, Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande, Capão da Canoa, Torres, Osório, Canela, Iraí, Campo Novo e Santana do Livramento.

No que tange aos Projetos elaborados pelo DAE no decorrer de 1989, cabe destacar: Projeto para desapropriação, e início do Projeto para construção do Novo Aeródromo de Vacaria, que abrangerá as cidades de Lagoa Vermelha, Esmeralda e outras; Projeto Final de Engenharia para pavimentação do Aeródromo de Três Passos; Projeto para o Heliponto do Hospital de Pronto Socorro; Projeto Estrutural e Arquitetônico do Novo Hangar do DAE, no Aeroporto Salgado Filho; Projeto Básico para Implantação dos Sistemas de Balizamento Noturno, AVASIS e Casa de Força dos Aeroportos Regionais de Rio Grande, Passo Fundo e Santo Ângelo; Projeto para ampliação e/ou alargamento das pistas de pouso/decolagem dos Aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo; elaboração dos "Planos Básicos de Proteção" para os Aeródromos de Garibaldi, Canela, Bento Gonçalves e Mostardas; elaboração do Plano Diretor do Aeroporto Regional de Passo Fundo.

Quanto aos Estudos elaborados destacam-se: implantação dos novos Aeródromos de Torres e Canela, e Pavimentação do Aeródromo de Carazinho.

No setor da Aeronáutica, foi obtida do Ministério da Previdência Social, a transferência, para o Estado, de uma aeronave-ambulância, que contribuirá para o desenvolvimento do serviço de remoção aeromédica de emergência executado pela Autarquia, tendo sido recuperada nas Oficinas do DAE.

Foi restaurada toda a frota de aeronaves do Estado (cinco aviões), através de uma nova pintura.

No setor Administrativo, foram feitos estudos com a finalidade de ser realizado concurso na Autarquia para preencher as várias vagas de pessoal existentes.

Foi dado prosseguimento, pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, contratada pelo DAE, à revisão total da Estrutura Organizacional, com elaboração do Quadro de Carreira, Plano de Cargos e Funções e Regimento Interno.

A quantificação física das principais atividades desenvolvidas pelo DAE, no exercício de 1989, pode ser assim sintetizada:

— Terraplenagem	179.000m ³
— Conservação de Aeródromos, abrangendo cercamento, ceifamento e outras melhorias	1.869.000m ²
— Drenagem	3.000m
— Sinalização Diurna	154.000m ²
— Balizamento Noturno	5.400m
— Terminal de Passageiros	1.840m ²
— Edificação para apoio à proteção ao vôo	100m ²

Quanto aos principais pontos de estrangulamento que prejudicaram a consecução na íntegra das metas previstas, pode-se destacar a carência de pessoal e equipamentos. Para a conservação dos sessenta e seis aeródromos sob os cuidados do DAE, haveria a necessidade de um reaparelhamento completo dos equipamentos de terraplenagem existentes, além de incrementos no quadro de pessoal para tornar possível a administração e exploração dos diversos aeroportos, inclusive os integrantes de concessão federal.

2.11 – PLANEJAMENTO

2.11.1 —SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP) tem como preocupação central o processo de planejamento do desenvolvimento sócio-econômico do Estado e a modernização e controle da máquina estadual. Visa a resgatar o processo de planejamento estadual a longo prazo, mas viabilizando, desde já, ações concretas de médio e curto prazos, o que permitirá definir os compromissos entre os setores interessados no desenvolvimento econômico e social.

Na consolidação dessa atuação, a SCP tem sua estrutura apoiada em três Departamentos — Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público, Departamento Central de Projetos e Departamento Administrativo —, e na Fundação de Economia e Estatística (FEE), como órgão vinculado.

Como parte da estratégia adotada, ao assumir o atual Governo do Estado, destacam-se as ações voltadas para o resgate do planejamento, em contraste com posturas assumidas em administrações anteriores, cujas metas eram administradas ao sabor das oscilações do quadro conjuntural.

O primeiro passo concreto, neste sentido, foi a participação da SCP na definição de um elenco de Projetos Prioritários para 1989-90, a partir de discussões de diferentes áreas do Governo, consolidando um verdadeiro Plano de Investimentos para o Estado.

Neste contexto, ainda, a Secretaria de Coordenação e Planejamento ampliou o debate e coordenou a elaboração da “Estratégia de Ação para a Retomada do Crescimento e a Integração Latino-Americana”. Este documento identifica as áreas de atuação prioritárias, que deverão representar os eixos básicos de intervenções para a racionalização e otimização dos investimentos.

Baseado nas conclusões do estudo “Estratégia de Ação para a Retomada do Crescimento,” a Central de Projetos, Departamento da Secretaria, coordenou a elaboração do Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura para a Retomada do Crescimento que contempla os principais projetos, oriundos de diversos órgãos do Governo que poderão receber financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Outro destaque está na elaboração do Programa para o Desenvolvimento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba, também encaminhado, para financiamento, junto ao BID. Este Programa é resultado de esforço do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, contando com a colaboração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e de órgãos federais ligados à questão ambiental e recursos naturais, com o objetivo de se criarem as condições necessárias para o desenvolvimento racional, recuperação e gerenciamento ambiental da bacia hidrográfica do Guaíba.

Além de desenvolver alguns programas especiais, a SCP executa suas atividades-fim através do Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público, do Departamento Central de Projetos, e do Fundo de Investimentos Urbanos/RS.

O Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN) objetiva

promover e orientar o planejamento na Administração Pública Estadual, buscando a implementação e sistematização da planificação setorial, em consonância com as diretrizes governamentais.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Departamento de Planejamento e Programação do Setor Público (DEPLAN), em 1989, é de destacar, como de relevante importância para a retomada do processo de implantação do Sistema de Planejamento no Estado, a instalação oficial da Comissão de Coordenação do Sistema de Planejamento, em 26/07/89, envolvendo a Secretaria de Coordenação e Planejamento/DEPLAN e todas as Agências Setoriais, através de representantes designados. A instalação da Comissão objetivou constituir-se em um marco inicial de um processo com vistas a reestruturar, fortalecer e dinamizar as assessorias, ou equipes de planejamento, em cada setor e criar, concomitantemente, condições para o trabalho cooperativo, com a participação de todas as Agências Setoriais, e de forma especial, da Secretaria da Fazenda (Gabinete de Orçamento e Finanças — GOF) e da Secretaria Especial de Governo, com vistas à integração adequada e necessária entre as atividades de planejamento, programação, orçamentação e acompanhamento das ações governamentais.

Como consequência primeira dessa ação inicial, é de destacar a criação de Assessorias de Planejamento nas diversas Agências Setoriais, e a sua atuação, sob a coordenação do DEPLAN, em atividades vinculadas a:

- Compatibilização das Propostas Orçamentárias Setoriais — a serem enviadas ao GOF para embasarem o Orçamento Estadual 1990 — com a programação de cada Setor, previamente elaborada;
- Agilização do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFT), vinculado ao DEPLAN, através de um fluxo mais adequado e atualizado de informações por parte das Setoriais, com ênfase especial para os Projetos Prioritários de Governo e ampliação da abrangência deste acompanhamento, de forma a incluir não só Projetos, mas também Atividades;
- Elaboração de subsídios para Emendas a serem encaminhadas à Proposta Orçamentária da União — 1990, consubstanciadas no documento “Emendas ao Orçamento da União: uma Proposta do Rio Grande do Sul dentro das Prioridades Nacionais”, contendo setenta e duas emendas nos setores de Transportes, Agropecuária, Ciência e Tecnologia, Educação, Energia, Justiça, num montante global de NCz\$ 544 milhões (em valores de maio/89) e encaminhado à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Além dessas atividades, o DEPLAN, representando a SCP, participa do Grupo Técnico Institucional (GTI), instituído pelo Protocolo de Cooperação n.º 06/89, celebrado entre a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — através de suas Secretarias de Estado de Planejamento — e Federações das Indústrias dos três Estados, para desenvolvimento integrado de um Programa Regional de Insumos Básicos.

O Departamento Central de Projetos, encarregado da elaboração, análise, acompanhamento e busca de linhas de financiamento para projetos do Setor Público e projetos do Setor Privado de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado, pautou sua atuação no exercício de 1989, não apenas pelo atendimento da demanda espontânea dos órgãos da Administração Direta e Indireta, mas principalmente pela pesquisa e identificação de novos projetos prioritários à retomada do crescimento do Rio Grande do Sul.

Assim, em conjunto com os diversos órgãos da Administração Estadual, foi realizada uma série de trabalhos, entre os quais merecem destaque:

— **Projetos Enviados Para o Acordo Espanha/BID**

- Grandes Cenários;
- Levantamento da Produção de Alimentos no Estado do Rio Grande do Sul, sua Distribuição e o Abastecimento da População Urbana;
- Prevenção Escolar ao uso Indevido de Drogas na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Projeto Espanha;
- Museu das Missões;
- Restauração e Modernização da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande Sul;
- Teatro da Casa de Cultura Mário Quintana;
- Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares — SEBE;
- Otimização do Ensino Técnico nas Escolas Estaduais do Rio Grande do Sul;
- Ampliação, Recuperação e Aquisição de Equipamentos para a Escola Parobé;
- Alfabetização de Adultos;
- Reativação do Serviço de Odontologia Escolar, da Divisão de Saúde Escolar do Departamento de Assistência ao Educando, da Secretaria da Educação;
- Estudo da Influência de Defensivos Agrícolas sobre o Desenvolvimento do "Rhizobium Leguminosarum Phaseoli".

— **Projetos Enviados Para o Acordo Brasil/Itália**

- Estudos sobre a Criminalidade e Violência no Rio Grande do Sul;
- Deficientes Auditivos do Rio Grande do Sul;
- Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Uso Indevido de Substâncias Psicoativas;
- Centros de Atendimento para o Menor da Rua;
- Reurbanização da Vila Floresta;
- Desenvolvimento de Tijolos Maciços Utilizando Cinzas de Carvão e Cal;
- Albergue para Mulheres Vítimas de Violência;
- Prédios Históricos na Educação do Rio Grande do Sul;
- Usina Hidroelétrica de Dona Francisca;
- Redes de Transmissão de Energia Elétrica;
- Programa de Irrigação da Bacia do Rio Ijuí.

- **Projetos que Compõem o Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Para a Retomada do Crescimento, Apresentado ao BID em 27/11/89;**
- UHE — Dona Francisca;
- Projetos de Transmissão;
- Mina de Carvão Leão II;
- Irrigação na Bacia do Rio Santa Maria e Pequenas Centrais Hidroelétricas;
- Desenvolvimento Rural;
- Automação das Centrais de 116 Municípios;
- Complementação do Sistema Interurbano;
- Bacia Hidrográfica do Guaíba;
- Drenagem Urbana;
- Distritos Industriais de Alvorada e Canoas;
- Construção de Estradas Vicinais.
- **Outros Projetos Concluídos no Período**
- Projeto de Implantação de uma Linha de Produção de Formulários Contínuos — CORAG;
- Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica da Região Noroeste — UNJUÍ.
- **Trabalhos em Andamento**
- Análise da Viabilidade Econômica para a Implantação de uma Central de Abastecimento — CEASA, no Município de Santa Maria;
- Análise de Viabilidade e Concepção Institucional do Instituto Binacional Brasil/Uruguai, no Município de Livramento;
- Elaboração da Fase 2 do Projeto CDQUIM— Centro do Dependente Químico, Hospital Parque Belém;
- Coordenação de Equipes da CEEE, CENERGS e CONRHIRGS para Elaboração de um Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas;
- Definição Institucional de um Sistema Estadual de Fomento;
- Determinação das Potencialidades Turísticas do Estado Visando à Elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Infra-Estrutura para Turismo;
- Participação no Projeto Urbanístico do Cais do Porto;
- Projeto de Ampliação do Theatro São Pedro;
- Projeto de Utilização da Usina do Gasômetro.

O **Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS)**, criado por Lei no ano de 1973, objetiva dar suporte financeiro à elaboração de Planos e Projetos para execução de obras de infra-estrutura urbana nos municípios do Estado, buscando propiciar atendimento especial às populações carentes. Além disso, o FUNDURBANO/RS administra o Programa de Drenagem Urbana, que visa a induzir um processo de reversão das distorções provocadas pela crescente urbanização, ligadas a questões da má drenagem dos cursos d'água.

Constitui-se o Fundurbano em Projeto Prioritário do Governo do Estado, por razões de necessidade e urgência de investimentos públicos nos centros urbanos do Estado, tendentes ao resgate da qualidade de vida das populações aí residentes. Agindo de forma descentralizada, haja vista que a definição de prioridade, a execução e administração das obras são feitas pelo município, constitui-se em mecanismos ágil e prático no atendimento das demandas locais.

Durante o exercício de 1989, este Fundo financiou (com recursos subsidiados, onde os municípios devolvem 75% do valor recebido), obras de pavimentação, iluminação pública, saneamento básico, obras para cultura e lazer, obras de arte, entre outras.

Foram investidos recursos da ordem de 5.305.451,30 BTN's num total de 264 contratos firmados.

Deste montante, 252.369,46 BTN's foram destinadas à elaboração de Projetos de Drenagem Urbana, que motivarão a busca de recursos junto a Instituição de Crédito Internacional.

Cabe especial destaque à presença de recursos do FUNDURBANO para auxiliar os municípios gaúchos na elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano. Deste modo, em atendimento à determinação constitucional, ainda que timidamente, passa a viabilizar um projeto sinalizador de Políticas Públicas de desenvolvimento de área urbana.

Merecem atenção, também, os novos municípios que se instalaram em 1989, tendo estes sido atendidos logo no início do exercício, com um volume global de recursos equivalente a 1.692.959,45 BTN's.

Evidenciando a afirmação deste organismo no seu papel de Fundo e como tal, de um instrumento capaz de financiar efetivamente os programas estaduais a serem executados pelos municípios, cabe mencionar, em 1989, um acúmulo de capital líquido da ordem de 7,1 milhões de BTN's.

Além das atividades referidas anteriormente, sob a responsabilidade dos Departamentos e do FUNDURBANO, a SCP é responsável pela coordenação de alguns Programas Especiais, a saber: Programa Florestal (PROFLOR); Programa de Viabilização de Espaços Econômicos de Baixa Renda (PRORENDA); e Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

O Programa Florestal (PROFLOR) sob a coordenação da Secretaria de Coordenação e Planejamento, e operacionalização através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, desenvolveu diversos Subprogramas e Projetos visando a recuperar a cobertura florestal do Estado. Neste sentido, em termos de fomento florestal, foram assinados termos de ajuste em 173 municípios, 10 cooperativas, 2 escolas técnicas agrícolas e a Universidade de Caxias do Sul. Além disso, foram distribuídos 3.000 kg de sementes florestais.

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos de Baixa Renda (PRORENDA) constitui-se em um Programa de Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha visando à melhoria da qualidade de vida de populações carentes, com atuação específica voltada para: pequenos produtores rurais; populações de baixa renda nas periferias urbanas; proteção ambiental.

Durante o exercício de 1989, o PRORENDA teve seus projetos aprovados, após Missões de Avaliação bilateral, estando em condições de implementar a execução desses projetos no início de 1990.

O Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES) no exercício de 1989, realizou atividades e estudos, conforme segue.

Com relação às negociações estabelecidas com o Banco Mundial, podem ser destacadas as seguintes etapas, a partir de janeiro de 1989:

- Missão Técnica Intermediária para Questão de Saneamento (24 e 25/01/89), com representantes da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), PIMES, Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO), Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Companhias Municipais de Saneamento de São Leopoldo, Bagé, Pelotas e Livramento.
- Visita da Missão de Avaliação do Banco Mundial (22/02/89 a 02/03/89), incluindo audiência com o Governador do Estado para concessão da operação de crédito de US\$ 100 milhões junto àquele Banco, e criação do FUNDOPIMES;
- Acompanhamento, em Brasília, da tramitação relativa à operação de financiamento do projeto junto ao Banco Central, para enquadramento no item I, letra F, da resolução nº 1.544, de 22/12/88;
- Recebimento do modelo da Carta-consulta enviada pela Comissão de Avaliação de Financiamento de Aporte Externo (COFIEX) — Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) da SEPLAN/PR e/ou Ministério da Fazenda, para enquadramento, segundo Portarias Interministeriais 249 e 260, de 14/02/89;
- Solicitação da Concessão de Prioridade, por parte da SEPLAN/PR, no primeiro semestre de 1989, para acompanhar o ano fiscal do BIRD;
- Comprovação da capacitação financeira da Administração Estadual para contratação de empréstimos de US\$ 100 milhões com o Banco Mundial;
- Definição das atribuições do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) na administração do Programa: negociação para a institucionalização do Programa;
- Designação de técnico do PIMES para participar (18/05/89), na SEAIN, de reunião relativa às condições a serem exigidas pelo BIRD na eventualidade de concessão de empréstimo;
- Reconhecimento da Prioridade do Programa e da Capacidade de Pagamento do Estado por parte do Ministro do Planejamento, bem como definição do limite de empréstimo;
- Remessa, ao BIRD, da seguinte documentação: documentos de Saneamento e Programa Sinos; Programas e outros documentos das Companhias de Água; projetos executivos das Companhias de Água e Esgoto; Manual de Orientação; Termo de Referência Geral para Treinamento, documento básico FUNDOPIMES; Programa Específico de Treinamento para o 1º Ano; Termo de Referência para Postos de Saúde;
- Convocação para Missão de Pré-Negociação junto ao Banco Mundial, reiterando convite para assinatura dos Contratos de Empréstimos, em Washington;
- Acompanhamento do Processo PIMES para comunicação de Aviso Preliminar de Prioridade da SEAIN ao Banco Mundial;
- Correções nos documentos do Programa, segundo a orientação do Banco Mundial;

- Estudo da estrutura financeira do Programa, e remessa do mesmo ao Banco Mundial para exame e avaliação;
- Aprovação da Lei nº 8.889 (04/08/89), autorizando o Poder Executivo a contratar operação de crédito e instituir o FUNDOPIMES;
- Pré-definição do grupo de trabalho, com lotação na Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC) para implementação do Projeto-Piloto de Habitação;
- Remessa ao BIRD de documentos relativos aos componentes do Projeto; Desenvolvimento Institucional; Assistência Técnica; Infra-Estrutura Urbana; Equipamentos Comunitários; Documentos consolidados de Creches; Termo de Referência para postos de Saúde; Melhoria Habitacional; Documentos consolidados do Projeto-Piloto; Saneamento e Meio Ambiente;
- Missão Técnica e de Negociação entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, para discussão das minutas dos contratos de empréstimo e projeto do PIMES, em Washington;
- Aprovação, pela Diretoria do Banco Mundial, do valor do empréstimo de US\$ 100 milhões para Desenvolvimento Municipal PIMES, do Rio Grande do Sul;
- Aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Decreto nº 33.359 (23/11/89), regulamentando o FUNDOPIMES;
- Aprovação da resolução nº 116, criando a Área de Operações Sociais e Urbanas no BADESUL.

Foram realizados, no âmbito do PIMES, os seguintes estudos e pesquisas:

- Diagnóstico Preliminar das Organizações Não-Governamentais, junto ao Setor Atenção à Infância-Creches;
- Cadastramento de estabelecimentos filiados junto à Legião Brasileira de Assistência (LBA), relativos ao setor Atenção à Infância;
- Elaboração do fluxo financeiro do PIMES, análise de viabilidade econômico-financeira do FUNDOPIMES;
- Elaboração de trabalhos sobre: Pavimentação Urbana; Iluminação Pública; Drenagem Pluvial Urbana;
- Estudo para elaboração do plano global de ação financeira;
- Avaliação dos relatórios elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado, relativos à execução financeira dos municípios, considerando o período 1985-88, para análise da capacidade de endividamento das Prefeituras;
- Análise dos relatórios elaborados na Secretaria da Fazenda, relativos à execução financeira de 80 municípios, nos últimos três anos — insumos para implementação do Banco de Dados.

O Programa PIMES teve seu lançamento oficial através de um Seminário realizado em 21/12/89, ao qual estavam presentes as seguintes Instituições: 216 Prefeituras do Rio Grande do Sul; Companhias de Saneamento; Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE); Federação das Associações dos

Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB); Secretarias de Estado; Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Política Salarial.

2.11.2 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA “SIEGFRIED EMANUEL HEUSER” (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística “Siegfried Emanuel Heuser” enquanto entidade vinculada à Secretaria de Coordenação e Planejamento, tem como objetivo principal subsidiar as atividades de planejamento, através da realização de estudos e pesquisas voltados ao conhecimento da realidade sócio-econômica gaúcha, bem como a coleta, a sistematização, o processamento e a divulgação de dados e informações estatísticas sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

Em abril de 1989, com a posse da nova Diretoria, procedeu-se a um amplo debate interno de reavaliação da Instituição tendo em vista as demandas do atual estágio de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Resultou desse processo a fixação de três metas básicas para a gestão do biênio 1989-90:

- Buscar uma maior integração da atividade da FEE com a sociedade em geral e com os órgãos do Estado em particular;
- Oferecer respostas mais imediatas às questões apresentadas pela conjuntura sócio-econômica;
- Modernizar e dar eficiência ao setor de informações estatísticas.

Nesse sentido a FEE foi reestruturada com base em três Centros na Área Técnica — de Estudos Econômicos e Sociais; de Contabilidade Social e Indicadores; e, de Documentação — um Centro de Processamento de Dados ligado à Presidência e dois Centros da Área Administrativa — de Editoração e de Recursos. Paralelamente foi implantada uma estrutura matricial para o andamento de Projetos Prioritários como é o caso do estudo **RS Anos 80** e das revistas **Ensaio FEE** e **Indicadores Econômicos FEE**.

Assim, a análise e a interpretação do desenvolvimento sócio-econômico do Rio Grande do Sul, tem sido realizada através de trabalhos que, à luz da inserção da economia gaúcha no contexto nacional e internacional, abordam o seguinte conjunto de áreas de estudo: Agropecuária; Indústria; Emprego e Relações de Trabalho; Estado e Setor Financeiro; Estudos Regionais e Urbanos; Contabilidade Social e Indicadores.

Essa nova filosofia administrativa viabilizou uma maior organicidade dos trabalhos em andamento e um substancial acréscimo de produtividade do corpo funcional da Instituição. Isso traduz-se no fato de que, não obstante a atual carência de pessoal, a FEE tenha estabelecido e implementado em 1989, um conjunto de projetos prioritários norteadores da sua ação, conforme segue:

- **Projeto RS — Anos 80:** Avaliação quantitativa e qualitativa da economia gaúcha, na década de 80, visando apontar algumas tendências e o potencial de crescimento do Rio Grande do Sul. O projeto tem 60% dos seus resultados já concluídos e aborda os seguintes temas: Macroagregados Econômicos; Agropecuária; Indústria; Intermediários Financeiros; Finanças Públicas; Setor Produtivo Estatal; Desenvolvimento Regional; Urbanização; Relações Capital-Trabalho; Exportações; Integração Latino-Americana; Empresariado Gaúcho e a Integração Competitiva.

- **Projeto de Informatização da FEE:** Implantação de um sistema global e integrado de informatização, bem como a montagem de um Banco de Dados Sócio-Econômicos que permita atender as demandas de informações estatísticas do Estado e dos diferentes segmentos da sociedade.
- **Projeto de Contas Regionais:** Avaliação periódica do desempenho da economia gaúcha, com base na medição de seus macroagregados: Indústria, Agricultura e Serviços. O comportamento dos macroagregados da economia gaúcha, consubstanciados no documento anual “Indicadores Econômicos RS — Desempenho da Economia” se constitui em importante subsídio à programação dos investimentos públicos.
 - **Projeto de Apoio aos Municípios:** Voltado para a troca de informações estatísticas e discussões técnicas sobre a economia local e regional, esse projeto foi implementado a partir da participação de técnicos da FEE em seminários municipais e regionais e pela publicação dos seguintes estudos: Anuário Estatístico 1988; Municípios do Rio Grande do Sul (Dados Sócio-Econômicos 1985-1987); e especificamente para o Município de Porto Alegre, o estudo “Vazios Urbanos em Porto Alegre — uso capitalista do solo e suas implicações sociais”.
- **Projeto de Acompanhamento Conjuntural:** Elaboração e publicação de estudos de caráter conjuntural veiculados através dos seguintes documentos: Resenha Estatística (anual); Desempenho da Economia do RS (anual); Indicadores Econômicos — RS (trimestral); Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense (mensal); Indicadores do Desempenho das Indústrias de Máquinas Agrícolas (mensal); Termômetro de Vendas (mensal); Relatório SUDESUL (mensal); e, Relatório ELETROSUL (mensal).
 - **Projeto de Análise Econômico-Social:** Elaboração de estudos de caráter analítico sobre a realidade sócio-econômica gaúcha, abrangendo predominantemente as seguintes áreas: agrária; industrial; emprego e relações de trabalho; intermediários financeiros; e, estudos regionais e urbanos. O resultado desses estudos é veiculado pela publicação da Revista Ensaios — FEE e através de diferentes relatórios de pesquisa.
- **Projeto para Realização de Convênios de Apoio Institucional e Troca de Informações e Análises Econômicas:** Realização de contratos de cooperação técnica e convênios visando ao apoio institucional e à troca de informações com entidades públicas e privadas. Atualmente estão vigentes os contratos de cooperação técnica e convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN); Clube dos Diretores Lojistas (CDL); Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL); Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL); Sindicato Médico do Estado do Rio Grande do Sul (SIMERS); Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), bem como foi dada a entrada de pedido de financiamento às pesquisas da FEE junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).
- **Projeto para a Realização de Seminários e Encontros:** Realização de seminários abertos ao público para debater os resultados das pesquisas efetuadas, as propostas e as alternativas de desenvolvimento econômico e social para o Rio Grande do Sul, bem como promover o intercâmbio com os órgãos governamentais e com os diferentes setores da sociedade.
- **Projeto de Melhoria e Conservação do Prédio:** Realização de obras e reformas no prédio-sede da FEE de modo a manter as suas características históricas. Neste sentido foram tomadas as providências para o tombamento do prédio pelo Patrimônio Histórico e promovidas melhorias na sua entrada e portaria.

Destacam-se, ainda, entre as ações desenvolvidas pela FEE em 1989:

- **Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas publicadas:**
 - Vazios Urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais (Naia Oliveira, Tanya Barcellos, Carmen H. Barros, Maria Mercedes Rabelo);
 - Desvendando a espuma: reflexões sobre crise, regulação e capitalismo brasileiro. Série 15 anos FEE, Vol. 5 (Luiz Augusto Faria, Octávio Augusto Conceição, Teresinha da Silva Belo);
 - Um estudo sobre a indústria internacional de componentes semicondutores digitais (Ricardo Brinco);
 - Crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha (Vivian Fürstenau).
- **Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas Concluídos e não Publicados:**
 - Notas acerca da saúde da força de trabalho no Brasil: condições de vida e processo produtivo — Maria Mercedes Rabelo.
 - Guia de artigos sobre História Econômica do Rio Grande do Sul, 1º vol. — Marli Mertz, Pedro Bandeira, Roberto Caravantes.
 - Burguesia industrial frente ao capital estrangeiro: o caso do RS: 1964-73 (tese de doutorado de 3º ciclo) — Naira Lima Lápis.
 - A dinâmica da concorrência em Marx — Eduardo Maldonado Filho.
 - A indústria nacional de informática e a reserva de mercado (tese de mestrado) — Daisy Dias Zeni.
 - Empresariado e atuação política na Nova República: um estudo de caso das novas entidades liberais do RS — Denise Gros.
 - A concentração urbana: explicações, sobre o processo (tese de mestrado) — Alfredo Meneghetti.
 - O impacto dos gastos sociais na migração — Alfredo Meneghetti.
 - Planejamento Estadual no RS: 1940-74 (tese de mestrado) — Renato Dalmazo.
 - Seguro agrícola no RS e no Brasil: estudo histórico — Nilza Cezar.
 - Comparação de alguns métodos de previsões populacionais para pequenas áreas — Maria de Lourdes Jardim.
 - Revisão das Séries de Previsões Populacionais: 1970-1995 — Maria de Lourdes Jardim.
 - O setor informal (Projeto RS) — Beatriz Azevedo.
 - Estudos do Núcleo de Contabilidade Regional.
- **Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas em Andamento**
 - Perfil de urbanização do RS na década de 80 (Projeto RS) — Naira Oliveira, Tanya Barcellos, Maria Mercedes Rabelo.

- Guia Bibliográfico de artigos referentes à história econômica do RS — Marli Mertz, Pedro Bandeira, Roberto Caravantes.
- Burguesia e indústria no RS no período da República: 1930-37 (tese de mestrado) — Marli Mertz.
- Crescimento Regional no RS durante os anos 80 — José Antonio Fialho Alonso, Pedro Bandeira, Roberto Caravantes.
- Estudo sobre a magnitude e a natureza do crescimento sub-regional do RS: 1939-80 — José Antonio Fialho Alonso, Pedro Bandeira, Amílcar Loureiro.
- O espaço da produção coureiro-calçadista no RS (tese de mestrado) — Osório Queiróz Jr.
- Os reflexos da crise dos anos 80 sobre as relações do trabalho no RS — Naia Lima Lápis, Alejandro Arandia, Maria Isabel Jornada, Miriam de Toni, Walter Pichler.
- A organização científica do trabalho segundo a ótica do capital: um estudo exploratório na indústria metal-mecânica da região metropolitana de Porto Alegre — Naira Lima Lápis, Maria Isabel Jornada.
- A gerência do capital na indústria metal-mecânica da RMPOA na década de 80 (Projeto RS) — Naira Lima Lápis, Maria Isabel Jornada.
- A força de trabalho no RS: de 1964 aos ajustes na crise dos anos 80 — Alejandro Arandia, Miriam de Toni.
- Os movimentos da força de trabalho e os ajustes na crise (Projeto RS) — Alejandro Arandia, Miriam de Toni.
- As negociações trabalhistas na indústria metal-mecânica da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 80 (Projeto RS) — Walter Pichler.
- As negociações trabalhistas no RS: 1978-1988 — Walter Pichler.
- Diferenciais de salários entre setor público e setor privado na economia brasileira (tese de mestrado) — Dulce Vergara.
- Desenvolvimento industrial e tecnológico no Sudeste Asiático: a experiência da Coreia do Sul — Ricardo Brinco.
- A indústria de transformação do RS nos anos 80 (Projeto RS) — Roberto Marcantonio.
- O salário mínimo e a determinação da taxa de salários: uma análise da indústria da construção civil: 1969-88 (tese de mestrado) — Silvia Campos.
- Crescimento dos setores dinâmicos da indústria gaúcha (tese de mestrado) — Flávio Fligenspan.
- Análise do sistema financeiro (Projeto RS) — Eduardo Maldonado Filho.
- Análise da evolução recente da indústria de transformação do Brasil: 1970-88 — Eduardo Maldonado Filho.
- Estudo sobre a indústria de informática do RS — Daisy Dias Zeni.

- A integração latino-americana e os impactos sobre a economia gaúcha: posição do empresário gaúcho (Projeto RS) — Denise Gros.
- As empresas estatais no RS: 1980-88 (Projeto RS) — Áurea Breitbach, Jorge Vieira, Renato Dalmazo.
- O RS e a integração latino-americana (Projeto RS) — Beky Macadar, Teresinha da Silva Bello.
- As relações externas no capitalismo atual: a mundialização do capital e o papel da integração econômica — Beky Macadar, Teresinha da Silva Bello.
- As finanças públicas no RS (Projeto RS) — Alfredo Meneghetti.
- As exportações gaúchas nos anos 80 (Projeto RS) — Sonia Teruchkin.
- Agricultura e desenvolvimento econômico no Brasil: os debates teóricos nas décadas de 60 e 70 (tese de mestrado) — Álvaro Garcia.
- As transformações econômicas e os conflitos sociais na agricultura do Sul: um estudo da inter-relação do produtor agrícola com a agroindústria — Marinês Grandó, Anete Jalfim.
- RS Anos 80 — Agricultura (Projeto RS) — Vivian Fürstenau, Cláudio Einloft.
- Rentabilidade do setor agrícola — Nilza Cezar.
- Balança Comercial do RS — Antonio Carlos Fraquelli, Décio Lima, Maria de Lourdes Jardim, Ricardo Couto, Vera Lúcia Menezes.
- Análise de co-relação em variáveis sócio-econômicas, educacionais e de saneamento (Projeto RS) — Vilson Villa.
- Desempenho na ótica das Contas Regionais - 1989 — Núcleo de Contabilidade Regional.
- Elaboração de uma metodologia única para o cálculo do produto regional — Núcleo de Contabilidade Regional.
- Desempenho na ótica das Contas Regionais 1989 (Projeto RS) — Núcleo de Contabilidade Regional.
- **Participação e Apresentação de Trabalhos em Congressos e Seminários**
- Regularização do solo urbano — Naia Oliveira: Serviço de Assistência Jurídica UFRGS e PUCRS, Câmara de Vereadores, Porto Alegre, outubro 1989;
- Ocupação do solo urbano — Naia Oliveira: Comissão Temática de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Porto Alegre, novembro 1989;
- Vazios Urbanos em Porto Alegre — Naia Oliveira, Tanya Barcellos: Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS);
- Planejamento urbano e uso do solo — Naia Oliveira.

Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) — sobre a Constituição Estadual, Porto Alegre, setembro 1989:

- Vazios Urbanos em Porto Alegre — Naia Oliveira, Tanya Barcellos: Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Porto Alegre, setembro, 1989;
- O uso do solo urbano na visão social — Naia Oliveira: Paineis da Assembléia Legislativa, Porto Alegre, setembro 1989;
- A qualidade de serviço no sistema de transportes públicos urbanos e suas limitações — Naia Oliveira: Núcleo IFEA e TRENURB, Porto Alegre, agosto 1989;
- Discussão das Estatísticas Básicas e da Contabilidade Nacional — Adalberto Maia Neto: 3.^a Conferência Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, novembro 1989;
- Burguesia industrial frente ao capital estrangeiro — Naira Lima Lápiz; 13.^o Encontro Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, Minas Gerais, outubro 1989;
- Seminário sobre Abuso do Poder Econômico — Eduardo Maldonado Filho: Ministério da Justiça, Brasília, abril 1989;
- Empresariado industrial gaúcho: pensamento e formas de atuação no pós-64 — Denise Gros: Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) outubro 1989.
- A integração latino-americana na dinâmica das relações internacionais — Beky Macadar e Teresinha da Silva Bello; I Seminário técnico de integração do Cone Sul, Porto Alegre, setembro 1989;
- A questão da despesa pública — Alfredo Meneghetti: I Encontro dos Países do Cone Sul: políticas sociais, propostas e prática, Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, setembro de 1989;
- A despesa pública local: modelos e evidências — Alfredo Meneghetti; XVII Encontro Nacional de Economia, Fortaleza, dezembro 1989;
- As transformações econômicas e os conflitos sociais na agricultura do Sul — Marinês Grando: II Encontro Regional de Pesquisa Social em Agricultura, Florianópolis, maio 1989;
- Questões básicas do desenvolvimento municipal — José Antonio Fialho Alonso: Organização do Seminário sobre o desenvolvimento de Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, março 1989;
- Palestra aos Prefeitos da Associação dos Municípios da Fronteira Oeste (AMFRO) — José Antonio Fialho Alonso: Centro Administrativo do Estado, Porto Alegre, maio 1989;
- Possibilidades do Desenvolvimento Regional — José Antonio Fialho Alonso: Associação dos Municípios da Fronteira Oeste (AMFRO), Rosário do Sul, julho 1989;
- Caracterização do Crescimento Econômico de Passo Fundo — José Antonio Fialho Alonso: Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, julho 1989;
- O Desenvolvimento Municipal — José Antonio Fialho Alonso e Pedro Silveira Bandeira: Prefeitura Municipal, Livramento, agosto 1989;
- Perspectivas e Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — Pedro Silveira Bandeira: Seminário sobre Urbanização e Desenvolvimento de Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, julho 1989;

- Modelos de Crédito cooperativista. A experiência francesa — Maria D. Benetti: 14.º Encontro Anual do Programa de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), Belém-Pará, junho, 1989;
- Crédito rural: o caso francês — Maria Domingues Benetti: I Simpósio Estadual sobre Lei Agrícola, Sociedade de Agronomia do RS, Porto Alegre, julho, 1989;
- A organização cooperativista do crédito rural — Maria Domingues Benetti: Seminário Interno, Banco do Brasil, Brasília, julho, 1989;
- Cooperativas de crédito no novo sistema financeiro nacional — Maria Domingues Benetti: Seminário "O Sistema Financeiro Nacional e retomada do crescimento econômico", Câmara dos Deputados, Brasília, agosto, 1989;
- Cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul — Maria Domingues Benetti; Seminário sobre economia do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, outubro 1989;
- Sistema cooperativista de crédito agrícola na França — Maria Domingues Benetti: Seminários IEPE/UFRGS, Porto Alegre, outubro 1989;
- A questão regional — Rubens Soares de Lima: VIII Congresso Nacional dos Economistas, Porto Alegre, setembro 1989;
- Necessidades sociais e econômicas para o desenvolvimento do Estado — Rubens Soares de Lima: Seminário Microrregional de Ciências e Tecnologia de Porto Alegre, Porto Alegre, outubro 1989;
- Experiências de Ensino em Planejamento Urbano e Regional (coordenação de painel) — Wrana Maria Panizzi: Encontro sobre o ensino de pós-graduação em planejamento urbano e regional face à situação urbana brasileira, ANPUR/PROPUR, Porto Alegre, abril 1989;
- Gestão urbana e regional (organização e coordenação da sessão temática) — Wrana Maria Panizzi: III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Águas de São Pedro — São Paulo, maio 1989;
- O acesso à terra e à habitação na Região Metropolitana de Porto Alegre — Wrana Maria Panizzi: Ciclo de Debates da METROPLAN, Porto Alegre, maio 1989;
- A FEE e as estatísticas municipais — Wrana Maria Panizzi, I Encontro Regional de Secretários Municipais de Planejamento e Agricultura, Uruguaiana RS, julho 1989;
- Perspectivas do crescimento regional — Wrana Maria Panizzi: Seminário sobre urbanização e desenvolvimento, Passo Fundo, julho 1989;
- Gestão e finalidade social do solo urbano — Wrana Maria Panizzi, Seminário sobre Plano Diretor: instrumento propositivo ou repressivo? Instituto dos Arquitetos do Brasil/(IAB-RS), Porto Alegre, setembro 1989;
- Política social e ajustamento — Wrana Maria Panizzi; VIII Congresso Brasileiro de Economistas, Porto Alegre, setembro 1989;
- Aspectos jurídicos dos planos diretores — Wrana Maria Panizzi; Seminário sobre Plano Diretor: tendências e perspectivas. Instituto de Administração Municipal, Rio de Janeiro, outubro 1989;
- As práticas sociais de acesso à terra e à habitação - o caso de Porto Alegre — Wrana Maria Panizzi; Seminário Internacional sobre políticas não convencionais de habitação popular

em países de terceiro mundo — Instituto de Economia Industrial da UFRJ, University College Londo e Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro, dezembro 1989;

- Aspectos da questão habitacional: entre o legal e o ilegal, a formação de micros-territórios urbanos — Wrana Maria Panizzi; Colóquio internacional sobre governo local na América Latina - Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, UFRGS e Escola de Altos Estudos Comerciais, Montreal, Canadá, Porto Alegre, dezembro 1989.

—Publicações Periódicas

- Revista Ensaio FEE: dois volumes correspondentes ao ano 10.
- Revista Indicadores Econômicos FEE: quatro números correspondentes ao volume 17.
- Mensário Estatístico Sul Rio-Grandense (12 edições)
- Termômetro de Vendas (12 edições)
- Resenha Estatística do Rio Grande do Sul
- Municípios do RS: dados sócio-econômicos - 1985 - 87
- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul - 1988
- Estatísticas Econômicas do RS, ELETROSUL (12 edições)
- Estatísticas mensais FEDERASUL (9 boletins)
- Indicadores de Desempenho da Indústria de Máquinas Agrícolas do Estado do RS, SIMERS (11 relatórios)
- Resumos Estatísticos Municipais

Além disso, destaca-se a participação da FEE, através de seu corpo técnico e Direção, nos meios de comunicação, conforme segue:

- 70 programas de rádio que contaram com a participação de técnicos da FEE;
- 23 entrevistas concedidas por técnicos da FEE a emissoras de TV;
- 239 notícias sobre a FEE e/ou técnicos da Instituição veiculadas em jornais;
- 24 artigos assinados por técnicos da FEE publicados em jornais.

2.12 – RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.12.1 — SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SERHMA)

A SERHMA, criada pela Lei n.º 3.602, de 1.º de dezembro de 1958, tem como atribuições principais:

- Formular, promover, coordenar, acompanhar e avaliar medidas e ações objetivando a modernização e desenvolvimento organizacional do Serviço Público Estadual;
- Formular, executar e coordenar a política de Administração de Pessoal do Estado;
- Formular, promover, coordenar, acompanhar a execução e avaliar as políticas de planejamento e desenvolvimento dos Recursos Humanos e da Previdência e Assistência do Servidor Público;
- Participar na formulação e execução da política salarial e de pessoal através do Conselho Estadual de Política Salarial;
- Manter o cadastro quantitativo e qualitativo dos servidores civis da Administração Direta e Indireta;
- Traçar e executar a política da Medicina Ocupacional, Perícia Médica do Servidor Público;
- Estabelecer e coordenar a execução da política de Serviços Gerais do Estado;
- Supervisionar os Serviços da Administração Pública Estadual;
- Supervisionar e executar a política do Transporte Oficial do Estado;
- Administrar o Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).

No ano de 1989 foram iniciados vários projetos considerados prioritários pelo Governo do Estado.

Dentro destes, e com relação à administração do CAFF, foi concluído um projeto técnico com o objetivo de instalar uma Central Telefônica para atendimento do Centro Administrativo/Palácio. A Central terá capacidade para 2.000 ramais, com facilidade de DDR e interligação à Central Matriz, e trará benefícios como racionalização, rapidez e maior eficiência nas ligações.

O projeto técnico está aguardando aprovação da Diretoria da CRT. A instalação dos equipamentos previstos depende da definição de área pela Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO).

Também com o objetivo da maior racionalização dos serviços foram elaborados dois projetos que são interdependentes, referentes à Central de Veículos e à Mala Oficial, cuja instalação está prevista para o primeiro semestre de 1990.

A Mala Oficial é vinculada à Central de Veículos, e corresponderá ao serviço de distribuição de correspondência entre os órgãos da Administração do Estado.

Ainda em relação ao CAFF, foram realizados os projetos do **Novo Auditório**, com capacidade para 800 pessoas, já em fase de licitação, e o projeto arquitetônico do **Restaurante do Prédio**, com conclusão prevista para o final do primeiro semestre de 1990.

Inserem-se também dentro dos Projetos Prioritários de Governo sob a responsabilidade da SERHMA, o **Complexo do Centro Administrativo**, envolvendo obras de urbanização, terraplenagem, sistema de segurança com instalação de equipamentos complementares contra incêndio, fechamento da passarela de união da Ala Sul do prédio com a plataforma, e fechamento lateral da plataforma. Neste sentido, foram já executadas a iluminação provisória, reparos no sistema de água potável e caixas de esgoto, e o plantio de 400 mudas de árvores. A terraplenagem está em execução, o sistema de segurança está em fase de licitação e o projeto técnico de iluminação definitiva está com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Com relação à estrutura organizacional do Poder Executivo está em preparação um projeto de **Lei Orgânica do Poder Executivo**, de forma a possibilitar as definições em termos de Plano de Carreira, Isonomia Salarial, Cargos e Funções. Neste sentido, foram já percorridos os seguintes passos: formação de um núcleo da equipe de trabalho; definição do conteúdo e abrangência do trabalho; realização de consulta externa (03/01/90); elaboração do Projeto de Pesquisa. Falta definir a minuta do Decreto constitutivo da Comissão, que foi encaminhada à Procuradoria-Geral do Estado. (PGE).

Nas ações voltadas para a área de Recursos Humanos, cabe destacar o projeto de implantação do **Regime Único, Plano de Carreira e Isonomia** para os funcionários públicos estaduais, conforme os dispositivos constitucionais. Com este objetivo, está prevista a contratação de Consultoria externa, e a formação de equipe de trabalho interno. Já foi reunida a Comissão dos Três Poderes para definir a metodologia de trabalho, e foi nomeado grupo de trabalho para elaborar diagnóstico da situação atual dos cargos e salários dos servidores.

Ainda com relação aos Recursos Humanos, está sendo montado projeto de um **Sistema Integrado de Ensino Superior**, com vistas a integrar as ações do Setor Público que atuam na formação de pessoal e pesquisa, a ser coordenado pela SERHMA, e executado pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH). Com a integração do Sistema, as políticas de ensino e pesquisa serão unificadas, devendo conjugar-se esforços entre a SERHMA, Secretaria de Educação e Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS), para a definição de etapas.

No ano de 1989, ainda, a SERHMA examinou, expediu e fez publicar 209.017 atos nos quais destacam-se, entre outros: 7.511 admissões, 21.806 concessões de Gratificações Especiais; 24.292 nomeações; 13.693 promoções (valores verificados até outubro/89).

Com relação à política de Transportes Oficiais do Estado, a Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul (SUTERGS) promoveu uma criteriosa avaliação do Sistema, a partir da qual foram propostas medidas, tais como a adoção de um Plano de Emergência para aquisição de veículos, revisão completa e consolidação da legislação sobre transportes, e contratação de motoristas, entre outros. Com isso, espera-se modernizar, racionalizar o uso da frota oficial e, principalmente, recuperar a imagem do veículo "Chapa Branca" perante a opinião pública.

2.12.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), criada pela Lei nº 6.573, de 05 de julho de 1973, é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Recursos

Humanos e Modernização Administrativa. Sua Diretoria é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Industrial e um Diretor Financeiro. Desenvolve suas ações no sentido de publicar e divulgar os atos oficiais e atender às necessidades gráficas do Estado. Para tanto, e cumprindo o estabelecido em estatuto, cabe à CORAG editar e imprimir o caderno do Governo do Estado, Diário da Justiça e componentes do Diário Oficial do Estado, confeccionar separatas, livros, revistas, informativos e impressos em geral.

A CORAG atingiu plenamente as metas traçadas para o exercício de 1989, com destaque para o funcionamento de terminal de texto e transmissão à distância instalado na Assembléia Legislativa, permitindo a integração direta e momentânea, com a pré-impressão e fotolitagem direta, inclusive em todos os trabalhos da Constituinte Estadual.

Para o triênio 1989/91 a Empresa dará total dedicação ao seu projeto prioritário, ou seja, à **Implantação do Complexo Industrial para a Produção de Formulários Contínuos**. Neste exercício, e como primeira etapa do projeto, foi realizada uma pesquisa de mercado em diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, conduzindo a um projeto de viabilidade econômica, elaborado pela Central de Projetos da Secretaria de Coordenação e Planejamento e ora encaminhando à CORAG visando a desencadear o seu processo de implantação. Este empreendimento envolverá investimentos em total superior a 5 milhões de BTN's, compreendendo edificações, capital de giro, despesas de organização e administração e máquinas e equipamentos, sendo que este último item abrangerá 50% do valor total do investimento. Além de buscar a modernização do setor gráfico no atendimento à demanda de impressos comerciais, este investimento objetiva dar um novo incremento à receita, com uma produção projetada para o primeiro ano de aproximadamente 345,8 milhões de formulários, gerando uma arrecadação de 7.500.000 BTN's. Para uma segunda etapa, espera-se um aumento na produção de 20%, elevando para 425,7 milhões de formulários/ano e uma receita de 8.950.000 BTN's.

No que se refere à produção, a CORAG teve um competente desempenho no exercício de 1989, elevando em 6% a quantidade física de impressos, com a execução de: 2,32 milhões de exemplares do Diário Oficial do Estado; 1,47 milhão de jornais particulares; 1,56 milhão de exemplares de publicações diversas, tais como livros, revistas, separatas de Deputados e cadernos escolares; e 56,80 milhões de impressos em geral. No tocante a publicações no jornal Diário Oficial, houve um acréscimo de 4%, com a inserção de 5,01 milhões de centímetros/coluna vendidos.

2.12.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, instituída pela Lei nº 6.464 de 15 de dezembro de 1972, é uma entidade de direito privado vinculada à Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa.

Compõem a estrutura da FDRH um Conselho de Planejamento e um Conselho Curador. A Administração é realizada pelo Diretor-Presidente, Diretor Técnico, Diretor Administrativo e Diretor da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul (ESAPERGS); a Presidência é assessorada pelo Gabinete de Planejamento e pelas Assessorias de Comunicação Social e Jurídica.

As atividades-fim são desenvolvidas através da ESAPERGS, do Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Educação (CENPRHE), da Divisão de Consultoria e Pesquisa (DCP) e da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, (DTRH). Estes órgãos orientam-se para quatro áreas básicas: Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Consultoria, Pesquisa, e Desenvolvimento de Produtos.

As atividades de apoio são realizadas pela Diretoria Administrativa, através de três divisões: Divisão de Finanças e Contabilidade, Divisão de Apoio Administrativo e Divisão de Administração de Recursos Humanos.

No exercício de 1989, procedeu-se à continuação do processo de reforma administrativa iniciado em 1987, quando foram extintos três centros. Chega-se ao final de 1989 com a aglutinação de doze órgãos em três Divisões, enxugando a estrutura organizacional da FDRH. Deu-se continuidade ao Plano de Informatização, baseado no uso de microcomputadores e concluiu-se a implantação do Sistema de Planejamento e Avaliação de Desempenho (SPAD), como forma de administração por projetos. Elaborou-se o novo Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a carreira e a avaliação de desempenho. Desenvolveu-se, também, a metodologia para Medição do Índice de Produtividade (MIP), cuja análise e acompanhamento vêm trazendo benefícios ao desempenho da FDRH.

Atualmente, a FDRH apresenta um total de 122 servidores, tendo havido uma redução de 44,03% no seu Quadro de Pessoal em relação ao início da atual administração.

Em virtude da modernização administrativa implantada, a redução do Quadro de Pessoal não comprometeu o desempenho da Instituição, cujas atividades principais são destacadas a seguir.

— **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos**

O conjunto das atividades técnicas voltadas para o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos apresentou em 1989, crescimento da carga de treinamento em relação ao ano anterior. O total de horas de treinamento obteve um crescimento de 42% no período (de 5.732 horas, em 1988, para 8.148 horas em 1989), e o indicador treinando-hora apresentou acréscimo de 37% (de 130.899 em 1988, para 179.542 em 1989). O número de treinandos em 1989 foi inferior ao verificado em 1988 (2.766 e 3.788 treinandos, respectivamente), devendo-se esta redução, entre outros fatores, ao maior aprofundamento nos conteúdos dos projetos, levando a uma carga horária média superior aos anos anteriores.

Com relação ao Desenvolvimento de Recursos Humanos, é de destacar as seguintes atividades:

- Realização do 13.º e 14.º Cursos de Especialização em Administração de Recursos Humanos;
- Realização do 1.º Curso Internacional de Especialização em Drenagem Agrícola;
- Desenvolvimento de 40 cursos orientados para a profissionalização do servidor público, totalizando 1.390 horas de treinamento, abrangendo 688 treinandos da Administração Direta;
- Promoção do projeto "Quarta às Quatorze", constituindo-se num conjunto de oito debates sobre temas relevantes para a sociedade rio-grandense;
- Participação no lançamento oficial do Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), em seminário que contou com a presença de 230 Prefeitos. A FDRH participará do Programa através do Subprograma Desenvolvimento Municipal, onde está previsto o treinamento de 16.000 pessoas nos próximos cinco anos.

As atividades desenvolvidas no Programa Desenvolvimento da Educação abrangeram um total de 1.253 horas-aula, prestando contribuição significativa para a melhoria do ensino no Estado, através da utilização de novas metodologias para a atuação do docente. Destacam-se entre as ações significativas neste sentido, as seguintes:

- Participação de técnicos do CENPRHE na avaliação da "IV Feira Internacional de Ciências Y Tecnologia Juvenil", no Uruguai, e de mais duas feiras de ciências regionais no Estado;
- Organização de Clubes de Leitura e de Ciências em duas escolas da periferia urbana de Porto Aegre, através de contrato com a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC) — os quais serviram como experiência-piloto com o objetivo de fornecer

subsídios para uma nova proposta pedagógica de atividades, vindo a possibilitar maior participação e atendimento às necessidades e anseios de alunos de tais escolas.

- Conclusão dos trabalhos de estágio da primeira turma da ESAPERGS, na área de Preparação de Recursos Humanos para a Gestão Pública, capacitando tecnicamente servidores para atuarem em diversos órgãos da Administração Estadual. A segunda turma concluiu a etapa de aulas teóricas.

— Publicações Técnicas

Como atividade complementar aos projetos de treinamento, foram editados pela FDRH, em 1989, os seguintes trabalhos:

- Boletim Técnico para professores de Educação Geral (2.000 exemplares);
- Revista para professores de Ciências e Matemática (1.000 exemplares);
- Revista Executivo, cuja publicação estava paralisada desde 1985, e que retorna concentrando seu conteúdo na divulgação de artigos, conferências, entrevistas, relatórios e outros meios de expressão do conhecimento, com vistas a criar um "fórum" de reflexão e debate sobre as questões institucionais e administrativas.

— Serviços Técnicos Especializados

A FDRH presta serviços de consultoria nas áreas Técnica e Organizacional, sendo alocadas a estes serviços, em 1989, 12.661 horas, representando um crescimento de 149% em relação a 1988. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- Plano de Cargos e Salários para a Caixa Econômica Estadual;
- Reestruturação administrativa e técnica da Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul (FADERS);
- Reestruturação administrativa do Departamento Aeroviário do Estado (DAE);
- Concepção e implantação do projeto "Saúde — Cidadão", para a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA);
- Organização dos cadastros de oportunidades de investimento para a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI);
- Apoio técnico à Reforma Administrativa — Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA);
- O&M no sistema de transportes da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC);
- Concepção e elaboração do projeto e detalhamento técnico do Subprograma Desenvolvimento Municipal, para o PIMES.

A FDRH prestou em 1989 serviços de seleção ao ingresso para o Setor Público, realizando os seguintes concursos: Concurso para Procuradoria-Geral do Estado; Provas Seletivas Internas para a FADERS; Prova Seletiva para a Fundação Theatro São Pedro; Concurso para Auditor-Geral do Estado do Espírito Santo; Concurso Público para o Instituto de Previdência Jerônimo Monteiro (Espírito Santo).

O Projeto Administração de Estágios vem atender à política da FDRH de promover a integração entre o Setor Público Estadual e os estabelecimentos de ensino, tendo selecionado e supervisionado uma média mensal de 475 estudantes em 1989, contra uma média mensal de 290 estudantes em 1988, significando um crescimento de 63%.

Com relação ao desempenho econômico, destaca-se que o processo de reforma administrativa possibilitou um aumento na capacidade de investimento da Fundação, reduzindo a taxa de dependência de recursos do Tesouro do Estado de 82%, em 1986, para 52%, em 1989. Assim, em 1989 o Tesouro do Estado diminuiu, relativamente, a sua participação em relação à despesa da FDRH, a qual passou a buscar a auto-sustentação econômica dos seus projetos sem onerar os cofres públicos.

2.13 – PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

2.13.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, criado pelo Decreto nº 4.842, de 08 de agosto de 1931, tem por objetivo primordial a realização das operações de previdência e assistência aos servidores do Estado e de suas autarquias. Neste sentido o IPERGS no corrente exercício manteve sua diretriz básica voltada para o atendimento de seus mais de 670.000 beneficiários, em estreita sintonia com a política governamental estadual traçada, no tocante à assistência e previdência de seus servidores.

Neste sentido, adotou uma política de expansão do atendimento médico-hospitalar, oportunizando aos seus segurados e dependentes um maior número de profissionais à sua disposição e, em especial, aos do Interior do Estado.

Paralelamente à expansão das oportunidades de atendimento, o IPERGS deu prosseguimento à implementação da modernização técnico-administrativa, com destaque para as áreas voltadas para o atendimento ao público, melhorando dessa forma a imagem da Instituição perante os seus beneficiários.

Merece destaque especial o desempenho financeiro da Autarquia que, em que pese inúmeras dificuldades, conseguiu encerrar o exercício com resultado financeiro e econômico superavitário.

Destacam-se, a seguir, as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto no decorrer de 1989.

Na área de Assistência Médico-Hospitalar, o IPERGS teve como objetivo principal a consolidação de conquistas obtidas no ano anterior principalmente nos aspectos relacionados com a ampliação de credenciamento, a adequação da assistência médica oferecida à realidade atual, a agilização dos reembolsos, e a integração do Interior do Estado ao novo sistema da área médica.

Para isso, foram concentradas atividades no sentido de manter credibilidade junto às entidades representativas das prestadoras de serviços (médicos, hospitais, laboratórios) sendo de destacar, como resultado do trabalho realizado, a manutenção da assistência médica aos servidores.

Foi criado, no exercício de 1989, um Grupo de Trabalho com a função de estudar, atualizar, reformular e consolidar a regulamentação da Assistência Médico-Hospitalar cujo trabalho, por ser de grande magnitude, está ainda em andamento.

Foi, também, instituída, a Comissão Permanente de Honorários Profissionais, para atualizar e adequar a Tabela de Honorários do IPERGS à realidade de mercado, sendo fator decisivo no relacionamento Instituto x Prestadores de Serviços.

Cabe ressaltar a criação do setor de Reembolso Médico, terminando dessa forma com as constantes queixas dos segurados pela demora na liberação de seus créditos. Com o funcionamento desse setor os processos, que antes demoravam em média 45 dias, passam a ser pagos em somente 08 dias.

Foi procedida uma completa reestruturação da assistência médica no Interior do Estado, sendo um dos fatores fundamentais para a agilização dos pagamentos aos profissionais credenciados.

Na área de Bens Patrimoniais, merece destaque a reavaliação dos aluguéis dos imóveis comerciais, processo esse que se encontra em fase de execução, estando o Instituto chamando os locatários para assinatura de novo contrato de locação, com os valores reajustados a preços de mercado.

Igual procedimento está sendo adotado para os imóveis residenciais, obedecidos os parâmetros legais que se impõem à matéria.

A reavaliação procedida redundou num aumento substancial das receitas patrimoniais do Instituto.

Quanto ao Setor de Obras de Engenharia, cabe destacar a reforma em alguns imóveis, envolvendo: um prédio de seis andares, com destinação comercial; um prédio com destinação residencial; três prédios destinados a agências e/ou delegacias (um deles em fase de licitação).

Merece destaque, ainda, na área Patrimonial, o cadastramento dos itens que integram o Patrimônio da Autarquia, tendo em vista a consolidação do novo Sistema de Controle Patrimonial (SCP), o qual possibilitará a identificação e o respectivo tombamento de todos os bens imóveis existentes.

Na área de Recursos Humanos, destaca-se o desenvolvimento e implantação do Sistema de Recursos Humanos do IPERGS, integrado ao Banco de Dados da Autarquia, o qual tem por objetivo o controle de todas as funções do Sistema de Administração de Recursos Humanos do Órgão. O Sistema está em desenvolvimento, tendo sido implementados os dois primeiros módulos.

No tocante ao cadastramento de segurados, podem ser mencionados: a inclusão e alteração de 79.810 Beneficiários; a emissão de 26.133 Declarações de Beneficiários; a emissão de 38.850 Carteiras Sociais; o fornecimento de 2.000 Atestados de Emergência; a informação de 12.190 Processos.

Outra medida de realce alcançada constituiu-se na implementação da Central de Atendimento e Informações, centralizando e integrando as informações dos diversos setores do Instituto, possibilitando ao segurado contar com um atendimento mais rápido.

Na área Financeira, cabe mencionar ações vinculadas a Contribuições, Fiança de Aluguel, Empréstimos, Adiantamentos e Setor Habitacional.

Com relação às Contribuições, destacam-se:

- a conciliação e consolidação da dívida histórica do Estado para com o IPERGS;
- a uniformização, sistematização e agilização dos procedimentos de informação e cobrança dos valores mensais devidos;
- o encaminhamento de minuta de Decreto visando a regulamentar o art. 66, da Lei n.º 7.672, ou seja, definindo o prazo para os repasses das contribuições descontadas dos segurados como o mês seguinte ao de competência da folha;
- a proposição visando a alterar a legislação atual, cancelando débitos de servidores que posteriormente exoneraram-se ou foram demitidos, e transformando os débitos atuais em con-

tribuição adicional futura. Em bom número de casos, em razão das altas taxas de juros e/ou correção monetária, a transformação dos débitos em empréstimos torna inviável sua cobrança;

- a implantação, em trabalho conjugado com a Secretaria de Recursos Humanos e Modernização Administrativa (SERHMA), de chamada no Diário Oficial do Estado junto à concessão de licenças para o fato de o servidor, em licença ou cedido sem ônus, ser obrigado a manter suas contribuições para o IPERGS;
- a elaboração de uma nova Resolução sobre a concessão de Carta de Fiança de Aluguel, onde foram atualizados vários tópicos, dentre os quais se destacam a redução das taxas existentes, no montante de 5% do valor do aluguel para 2%, para os afiançados que mantiveram em dia seu contrato de aluguel por período superior a dezoito meses.

Com relação a Empréstimos deve-se salientar que a Carteira de Empréstimos Simples, em dinheiro, está atualmente fechada. São, no entanto, concedidos normalmente empréstimos vinculados à educação, tratamento odontológico, etc.

Face aos altos custos fixos de manutenção dos serviços de empréstimo, em especial aos custos decorrentes do Sistema de Processamento de Dados, foram desenvolvidos estudos no sentido da reabertura dos empréstimos simples, ou seja, da ampliação da Carteira, com o objetivo de a receita decorrente absorver integralmente os custos de administração, medida esta que será efetivada ao longo do próximo exercício.

Foram, também, realizados estudos no sentido da alteração dos atuais critérios de cálculo e fixação de prestações, alterando-as de fixas para variáveis.

No que respeita a Adiantamentos foi adotada, em fase experimental, a centralização dos mesmos na Tesouraria da Autarquia, simplificando-se o procedimento através de uma simples requisição o que, além de propiciar a desburocratização do serviço e redução em papéis e controles paralelos, pode significar ganho financeiro para o IPERGS já que, com essa modalidade, deixa de se verificar a ausência de remuneração sobre os depósitos representativos dos citados adiantamentos.

No Setor Habitacional também foram desenvolvidas ações relevantes, em 1989.

Merece destaque neste sentido a retomada das tratativas para o deslocamento da Carteira Habitacional para a Caixa Econômica Estadual, tendo sido elaborados estudos no sentido da transferência do ativo e do passivo da Carteira de forma parcial e programada, isto é, de maneira a não trazer prejuízos à Caixa e, ao mesmo tempo, a representar ganhos para o Instituto, e para o Estado como um todo.

Foram também, agilizados os processos de alienação de imóveis retomados, através de procedimento especial. Com base nisso, o IPERGS conseguiu promover a alienação de 104 imóveis, sendo que destes, 08 encontram-se em fase de contratação, devendo-se salientar que para a obtenção desses resultados tiveram substancial importância as tratativas levadas a efeito para a dispensa de recolhimento do saldo devedor dos imóveis junto à Caixa Econômica Federal (CEF) — exigência que praticamente inviabilizava a venda dos imóveis retomados.

Além disso, foi desenvolvida e implantada uma sistemática de procedimentos destinada à alienação de imóveis anteriormente locados pelo Instituto. Embasada em Parecer da Procuradoria do IPERGS, essa sistemática prevê a licitação levada a efeito em conjunto com a preferência a ser concedida ao inquilino (o Instituto aguarda apenas a avaliação desses imóveis pela Caixa Econômica Federal para promover a licitação).

Com relação à inadimplência dos contratos habitacionais, foram mantidos e aperfeiçoados os sistemas de controle e cobrança, sendo que atualmente este número não representa mais do

que 24% do total de mutuários do IPERGS, dados estes relativos a atrasos com mais de sessenta dias.

No que se refere aos conjuntos habitacionais, o conjunto Morada do Obelisco foi colocado à venda mediante licitação pública, não havendo interessados na aquisição do mesmo. Os conjuntos Emarjon e Baronesa estão com estudos de projeção de custos, para que se possa dar continuidade às obras. O conjunto Herófilo de Azambuja continua aguardando a licitação para contratação de serviços técnicos de levantamento.

Na área de Previdência destaca-se como uma das ações relevantes, a complementação do recadastramento, através do qual foram completamente atualizados os dados cadastrais dos pensionistas, com vistas à implantação do Banco de Dados da Previdência, assim como identificadas uma gama significativa de irregularidades no recebimento do benefício.

O total de pensionistas recadastrados foi de 35.894, sendo 3.345 quotas de pensão selecionadas para uma averiguação mais detalhada, por serem passíveis de irregularidades.

No corrente exercício foram realizadas 109 sindicâncias, tendo sido constatadas 98 cotas de pensão pagas irregularmente em virtude de casamento ou concubinato, repercutindo numa economia mensal de aproximadamente NCz\$ 88,8 mil em valores atuais. Acresce-se ainda que, com os cancelamentos ocorridos, ficaram os ex-pensionistas privados de utilizarem a assistência médica.

Com a implantação do Banco de Dados da Previdência (Administração Previdenciária do IPERGS), foi viabilizada a habilitação de novos pensionistas em, no máximo, quarenta e cinco dias, o que normalmente tinha um prazo médio de noventa dias.

Foi, ainda, encaminhada à Casa Civil, minuta de Projeto de Lei adaptando a legislação pertinente ao Instituto aos novos dispositivos constitucionais, garantindo os direitos dos pensionistas e preservando os limites atuariais da Autarquia.

Após acordo firmado entre as Entidades Médicas e Hospitalares e a Diretoria do IPERGS, foi consolidado o Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), garantindo aos seus 100.000 beneficiários o atendimento médico-hospitalar em acomodação privativa.

2.14 – PROCESSAMENTO DE DADOS

2.14.1 —COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

A PROCERGS, de acordo com o seu planejamento estratégico, tem como missão orientar, incentivar e facilitar a informatização da Administração Pública Estadual, integrando e tornando disponível a informação para apoio às ações de governo.

Nesse sentido, durante o ano de 1989, foram desenvolvidos e implantados vários projetos, na área de Desenvolvimento/Mercado, como:

- Apoio à Assembléia Constituinte Gaúcha pela implantação de cinco Centrais de Informações, bancos de dados com as Constituições gaúchas, brasileiras e estrangeiras, o Regimento Interno da Assembléia Constituinte do Estado e todos os textos de proposições, anteprojeto, pareceres e emendas, que foram sendo apresentados. A recuperação dos dados pôde ser feita por autor, assunto, partido, entidades, comissão, artigo, parágrafo, palavras-chave, ou pela combinação desses critérios, permitindo o cumprimento dos prazos regimentais, além de simplificar os trabalhos dos deputados;
- Implantação de sistema que permite gerenciar os pleitos encaminhados ao Gabinete do Governador, agilizando a coordenação com os órgãos setoriais de ação do Governo;
- Processamento de rotinas que permitem à Casa Civil controlar e administrar as viagens patrocinadas pelo Estado, bem como gerenciar a transferência de servidores entre os órgãos públicos estaduais;
- Implantação de um sistema que permite à Secretaria Especial de Governo acompanhar o andamento de todos os Projetos Prioritários do Governo;
- Operacionalização de um sistema que acompanha todos os projetos encaminhados pelos municípios ao Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES);
- Inclusão da Secretaria da Segurança Pública, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil e Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária no Sistema de Protocolo Integrado, formando uma rede única de protocolo com 14 órgãos estaduais;
- Emissão e controle dos talões de notas fiscais utilizados pelos produtores primários do Estado para a Secretaria da Fazenda;
- Automação do controle patrimonial da Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, agilizando e racionalizando sua administração;
- Apuração dos índices para distribuição da receita de ICM/ICMs para os municípios;
- Início do processo de descentralização da contabilidade pública para a Administração Indireta com a implantação do módulo de contabilidade na Fundação Zoobotânica e Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER);

- Implantação de rotina que permite a troca de informações fazendárias entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, racionalizando as atividades de fiscalização;
- Operacionalização da Caixa Pagadora Automática na Agência Matriz da Caixa Econômica Estadual;
- Início do processo de interiorização dos terminais de cliente da Caixa Econômica Estadual, com a instalação dos mesmos em Estrela e Gravataí;
- Implantação do sistema que permite acompanhar e controlar os casos de meningite ocorridos no Estado pela Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente;
- Implantação do primeiro núcleo de Processamento de Dados da Polícia Civil no Município de Bento Gonçalves, estendendo à região todos os sistemas em uso na Capital (Veículos e Infrações, Identificação Civil e Criminal, Procurados, Controle de Armas e Condutores de Veículos), iniciando o processo de interiorização do sistema;
- Informatização da Comarca de Canoas do Tribunal de Justiça, agilizando e qualificando o atendimento aos usuários do Judiciário.

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento tecnológico, pode-se ressaltar a utilização da metodologia de Engenharia de Informações, que permitiu a obtenção dos Planos Diretores de Informática do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa do Estado.

Aquisição de tecnologia de impressão à Laser, armazenamento em fitas cartucho e implantação de fibra ótica para comunicação com o Tribunal de Justiça, além da ligação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) iniciada em 1988, também foram projetos relevantes em termos tecnológicos.

Objetivando manter a capacidade de processamento de acordo com a necessidade dos usuários, bem como dar continuidade à implantação da filosofia de processamento distribuído, a PROCERGS, em 1989, adquiriu um computador de grande porte IBM 3090, seis unidades de fita cartucho, duas impressoras à Laser, um supermicro e 105 terminais/impressoras.

Na área de Recursos Humanos foi implantado o Programa de Gerência de Desempenho, que permite planejar, acompanhar e avaliar, com a participação do empregado, todas as atividades desenvolvidas pelo mesmo. Foi assinado acordo coletivo de trabalho com o sindicato representativo dos empregados, contemplando significativos avanços nas relações de trabalho destacando-se: IPC integral do período, mais 4%; antecipação salarial de 20% em novembro/89 e 10% em janeiro/90, a ser compensada em novembro; auxílio-creche de 40 BTN's; desconto do salário-férias em cinco parcelas; comissão de empregados com seis representantes; estágio de 2º Grau remunerado para empregados.

Em 1989, o Quadro de Pessoal cresceu em torno de 15% repondo parcialmente as perdas ocorridas em anos anteriores e adequando o quadro à demanda de serviços, ficando, no fim do exercício, com um total de 947 empregados.

Mantendo a meta de qualificação do seu quadro funcional e de seus usuários, a PROCERGS realizou, em 1989, 5.930 horas de treinamento para 2.765 pessoas, entre funcionários e clientes.

Cabe destacar, ainda, os convênios assinados com o Conselho de Apoio às Ações Comunitárias e com o Centro "Louis Braille", visando à formação em digitação de menores carentes e à formação de programadores portadores de deficiência visual.

Tendo em vista a explosão inflacionária, a PROCERGS encontrou dificuldades na área financeira e apresentou um balanço negativo em 1989. Dentro dos fatores que contribuíram

para tanto pode-se destacar como decisivos a defasagem excedente no reajuste de preços dos serviços em relação aos preços dos insumos, gerada pela dificuldade na renegociação de contratos com os clientes, além dos pagamentos atrasados realizados sem a devida correção monetária.

Finalmente, deve-se ressaltar que apesar dos problemas decorrentes da conjuntura econômica nacional, foram realizados avanços significativos, permitindo manter a posição de segunda empresa de governos estaduais e oitava no quadro de prestadoras de serviços de Informática do País.

2.14.2 — COMISSÃO ESTADUAL DE INFORMÁTICA DO RIO GRANDE DO SUL (CEIRGS)

A Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS), criada pelo Decreto nº 32.776, de 17 de março de 1988, posteriormente alterado pelo Decreto nº 32.934, de 12 de agosto de 1988, tem a atribuição de orientar, promover, coordenar, acompanhar e fiscalizar as atividades de Informática no âmbito da Administração Estadual, bem como definir as políticas e diretrizes para o setor de Informática.

A CEIRGS, durante o ano de 1989, efetuou a análise e deliberou sobre um grande número de solicitações de aquisição de computadores, microcomputadores, supermicros e outros produtos de informática ("hardware" e "software"), o que acarretou um significativo acréscimo no nível de utilização da Informática no Estado.

Merecem destaque, a aprovação dos Planos Diretores de Informática (PDI) do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), e a autorização para implantação dos Projetos de Informatização da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO) e a Fundação de Economia e Estatística "Siegfried Emanuel Heuser" — (FEE).

Foram instaladas e desenvolveram seus trabalhos Subcomissões, num total de quatro, com o objetivo de:

- Definir, a nível estadual, uma Metodologia para Projeto e Desenvolvimento de Sistemas (PROCERGS, BANRISUL, CEIRGS);
- Estudar a viabilidade de utilização de uma Rede Compartilhada de Comunicação de Dados (PROCERGS, BANRISUL, CEEE, CRT, CEIRGS);
- Definir, a nível estadual, uma Política de Aquisição de Recursos de Microinformática (PROCERGS, BANRISUL, CEEE, CRT, DECAM, CEIRGS);
- Definir as Políticas e Diretrizes para o Setor de Informática na Administração Estadual (CEIRGS).

**2.15 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS
PÚBLICAS**

2.15.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

A diversidade de atribuições da SDO impôs como condição para sua eficácia o estabelecimento de uma política de atuação com vistas à melhor utilização dos recursos disponíveis. Foram estabelecidas, então, prioridades de atuação dentre os Programas e Projetos de maior repercussão positiva na comunidade rio-grandense.

Entre estes destaca-se, como um dos Projetos Prioritários do Governo do Estado, o Projeto **Saneamento Comunitário**, que visa a proporcionar a 160 pequenas localidades do Estado não atendidas por empresas estatais, um sistema de abastecimento de água prático, simples e eficiente. O investimento previsto para 1989 pervaz NCz\$ 3,5 milhões, provenientes do Orçamento Estadual, sendo que durante o exercício foram atendidos 46 municípios.

Salientam-se, ainda, entre as ações desenvolvidas pela SDO em 1989, as seguintes obras/realizações concluídas:

— Convênios celebrados entre o Estado, através da SDO, e o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) — Secretaria da Habitação (SEHAB)

Através desses convênios, foram beneficiados os municípios de:

Aratiba, Arroio do Meio, Barão do Cotegipe, Bom Retiro do Sul, Braga, Cacique Doble, Caibaté, Caxias do Sul, Chapada, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erval Grande, Farrôupilha, Giruá, Guarani das Missões, Itatiba do Sul, Nonoai, Porto Xavier, Roca Sales, Rodeio Bonito, Salvador do Sul, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Gabriel, São Marcos, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Sepé, Seberí, Sobradinho, Tapejara, Taquari, Triunfo, Uruguaiana, Venâncio Aires, Viadutos, Encantado e Nova Prata, com investimentos da ordem de NCz\$ 4,8 milhões.

— Convênio com o Projeto Mutirão

Foram beneficiados os municípios de:

Antônio Prado, Encantado, Charqueadas, Salvador do Sul, Capão da Canoa, Capão do Leão, São Sebastião do Caí e Cacequi, com investimento da ordem de NCz\$ 2 milhões.

— Convênios celebrados com o MDU — Secretaria de Saneamento (SESAN)

Foram beneficiados os municípios de:

Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alvorada, Arroio do Meio, Arroio do Tigre, Bento Gonçalves, Cacequi, Cachoeirinha, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Canela, Charqueadas, Colorado, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Estância Velha, Fortaleza dos Vales, Feliz, Frederico Westphalen, Garibaldi, General Câmara, Gravataí, Guaíba, Humaitá, Ibiraiaras, Ibirubá, Jaguarí, Marau, Mariano Moro, Nova Araçá, Paraí, Planalto, Porto Alegre, Por-

to Lucena, Putinga, Redentora, Rondinha, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Santana do Livramento, São Leopoldo, São Sepé, Selbach, Serafina Correa, Severiano de Almeida, Tapejara, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva e Veranópolis, com investimentos da ordem de NCz\$ 5,03 milhões.

— Projeto Seneamento Comunitário

Beneficiou 134 municípios, a saber:

Alegrete, Alpestre, Aratiba, Arroio do Tigre, Bagé, Barão do Cotegipe, Cacequi, Cambará do Sul, Campos Borges, Campo Novo, Capão do Leão, Catuípe, Cerro Grande do Sul, Cerro Branco, Cerro Largo, Crissiumal, Dezesseis de Novembro, Dom Pedrito, Encantado, Entre Rios do Sul, Erval Grande, Espumoso, Eugênio de Castro, Farroupilha, Faxinalzinho, Flores da Cunha, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Guaíba, Guaporé, Herval, Imigrante, Ipiranga do Sul, Itacuribi, Itaquí, Itatiba do Sul, Jaguarão, Lagoão, Lagoa Vermelha, Não-Me-Toque, Paim Filho, Palmares do Sul, Pantano Grande, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Pirapó, Piratini, Planalto, Quaraí, Quinze de Novembro, Redentora, Relvado, Restinga Seca, Roca Sales, Rondinha, Rosário do Sul, Sananduva, Santa Maria do Herval, Santana do Livramento, Santiago, Santo Antonio das Missões, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Herval, São João do Hortêncio, São José do Ouro, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Serafina Correa, Tapejara, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Três Arroios, Três de Maio, Tucunduva, Tunas, Uruguaiana, Vista Gaúcha, Alto Alegre, Anta Gorda, Arroio Grande, Augusto Pestana, Barracão, Bom Jesus, Braga, Caibaté, Campinas das Missões, Candelária, Canela, Chapada, Constantina, Dois Lajeados, Dr. Maurício Cardoso, Erval Seco, Feliz, Humaitá, Ibarama, Ipê, Jaguari, Liberato Salzano, Machadinho, Miraguaí, Morro Redondo, Muçum, Nova Alvorada, Nova Roma do Sul, Putinga, Roque Gonzales, Saldanha Marinho, Santa Vitória do Palmar, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Segredo, Sertão, Silveira Martins, Sobradinho, Três Coroas, Torres, Venâncio Aires, Viadutos, Vista Alegre da Prata, Barra do Ribeiro, Pinhal, General Câmara, com investimentos da ordem de NCz\$ 4,92 milhões.

— Apoio às Pequenas Comunidades Urbano-Rurais assistidas pelo FUNDEC/RS (Acordo de Cooperação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco do Brasil — 13/05/87)

O Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FUNDEC) é um Programa do Banco do Brasil que tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações das pequenas comunidades urbano-rurais, sendo papel da SDO nesse sentido, como representante do Estado, o de organizar e integrar as demais Secretarias e órgãos vinculados, a fim de que as ações assumam uma maior e mais eficiente operacionalização.

A posição do Fundo no Estado é a seguinte: 170 comunidades atendidas, sendo que 119 abrangem todo o município; 54 comunidades com o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDCI) em fase de implantação; 65 comunidades com PDCI em fase final de elaboração; 51 comunidades com o PDCI em fase de diagnóstico, com investimentos da ordem de NCz\$ 6,2 milhões.

— Programa Estadual de Descentralização Regional

Durante o ano de 1989 o Programa Estadual de Descentralização Regional, instituído pelo Decreto n.º 32.567 de 02/06/87, teve como ações: conclusão das etapas de elaboração da Proposta Final da Divisão Regional, elaboração da Proposta de Estrutura Organizacional do Programa, em Porto Alegre e nas Regiões; elaboração de documento-relatório; elaboração do material de divulgação; e elaboração dos instrumentos jurídicos.

— Projeto do “Sistema de Renovação da Rede Escolar”

Aprovado pela Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul, o Projeto pretende, através do conhecimento pleno da situação física de todos os prédios da rede escolar pública, alterar o enfoque de atendimento de Manutenção Corretiva, para Manutenção Preventiva. Em 1989 foi adquirido equipamento, concluída a instalação física, e está em andamento o desenvolvimento do “Software” e a formação de um processo inicial de cultura em Informática.

— Programa de Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal — SURBAM

Relativamente a este Programa, foram desenvolvidos pela Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administrativo Municipal (SURBAM), as seguintes ações: prestação de assessoria a 22 municípios na elaboração de Planos Diretores; prestação de assessoria a 28 municípios na elaboração de Projetos Paisagísticos; prestação de assessoria a 06 municípios na elaboração de Projetos de Preservação; realização de levantamentos topográficos em 18 municípios; expedição de Alvarás para Barragens de 31 municípios; prestação de assistência técnica em Legislação Urbana para 130 municípios; elaboração de Planos Viários para 02 municípios; elaboração de Projetos e Programas na área de infra-estrutura urbana para 12 municípios; consultas técnicas, pronto atendimento, para 90 municípios.

— Programa de Apoio à Instalação de Novos Municípios — SURBAM

Com o objetivo de apoiar a instalação de novos municípios criados no Estado, foram promovidos os Encontros Regionais nas cidades-pólo de: Estrela, Santo Ângelo, Canela, Veranópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo, Erechim e Frederico Westphalen

Foram ainda realizados, em Porto Alegre o “Encontro para Prefeitos” e o “Encontro de Vereadores”.

— Planejamento Municipal — SURBAM

Com relação ao planejamento municipal foram promovidos pela SURBAM, encontros regionalizados nos municípios de Erechim, Santo Ângelo, Caxias do Sul, Porto Alegre, e Santa Maria. Foi, ainda, promovido o “Encontro de Secretários Municipais de Obras e Planejamento Urbano”, em Canela, reunindo cerca de 250 Secretários.

— Programa de Poços — SDO/CORSAN

Este Programa, coordenado pela SDO e executado pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), envolveu a perfuração de poços artesianos em 239 localidades, abrangendo 74 municípios, perfazendo uma metragem perfurada de 26.304,80 metros, uma vazão total de 1.352,70m³/hora e beneficiando uma população de 36.447 habitantes.

— Comitês de Gerenciamento

Com a finalidade de monitorar os níveis de poluição e coordenar as ações que visam à recuperação das bacias, foi incentivada a criação dos Comitês do Rio dos Sinos, e do Rio Gravataí.

— Programa Recuperação de Prédios Culturais

Neste Programa foram realizadas obras de recuperação em prédios culturais num investimento total de NCz\$ 3,3 milhões, envolvendo:

— Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) — obras realizadas de dezembro de 1987 a julho de 1989 corresponderam a um investimento de NCz\$ 1,29 milhão; estão em anda-

mento as obras de restauração interna do torreão 3, perfazendo 110m², com um investimento equivalente a NCz\$ 249,27 mil;

- Museu Farroupilha (Piratini) — obras realizadas de janeiro a maio/89, corresponderam a um investimento da ordem de NCz\$ 287,41 mil;
- Museu Hipólito José da Costa — estão em andamento obras de restauração em cerca de 300m², pluviais, cobertura, perfazendo um investimento de NCz\$ 439,01 mil;
- Museu Júlio de Castilhos — está em andamento obra no pátio interno com um investimento estimado da ordem de NCz\$ 111,19 mil;
- Biblioteca Pública — estão em desenvolvimento obras na cobertura, e obras de recuperação interna, correspondendo a um investimento de NCz\$ 1,95 milhão;
- Palácio Piratini — recuperação das pinturas murais de Aldo Locatelli, num montante de NCz\$ 107,32 mil.
- Projeto de Reforma do Prédio da Casa de Cultura Mário Quintana — obra contratada, com investimento previsto da ordem de NCz\$ 9 milhões, correspondente à reforma geral do prédio.

— “Projeto Vida” — a primeira etapa do Projeto já foi realizada, compreendendo demolição, limpeza, remoção dos entulhos, e terraplenagem; a segunda etapa está em andamento, compreendendo: execução do prédio da Administração, recuperação dos pavilhões, execução da praça de esportes.

O investimento total previsto é de cerca de NCz\$ 9 milhões.

Dentre as atividades da SDO salientam-se, ainda, como principais contratos relativos a obras diversas, os seguintes, com seus respectivos investimentos: Centro de Referência Humanística — Projeto Vida (NCz\$ 70 milhões); Biblioteca Pública do Estado (NCz\$ 3 milhões); Casa de Cultura Mário Quintana (NCz\$ 25 milhões); Penitenciária de Alta Segurança — Charqueadas (NCz\$ 45 milhões); Hospital Psiquiátrico São Pedro (NCz\$ 2,5 milhões); Hospital Sanatório Partenon (NCz\$ 2 milhões); Centros de Saúde (NCz\$ 4 milhões); Laboratório Farmacêutico do Estado (NCz\$ 1,5 milhão); Posto Fiscal do ICM (NCz\$ 3,4 milhões).

Nestas obras, foi já realizado um investimento correspondente a NCz\$ 450 milhões, está em execução um investimento que perfaz NCz\$ 2,2 bilhões e está previsto investimento da ordem de NCz\$ 300 milhões.

2.15.2 — CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS)

O CONRHIRGS, durante o ano de 1989, desenvolveu uma série de ações vinculadas ao Projeto Prioritário do Governo do Estado — Implantação do Programa Estadual de Irrigação —, que tem por meta a construção de 250 barragens-ponte em 36 municípios (com a participação das Prefeituras), de 6 barragens grandes e 1.500 microaçudes, com um investimento da ordem de NCz\$ 43 milhões, dos quais NCz\$ 27 milhões são provenientes do Estado, e NCz\$ 16 milhões, do Programa Nacional de Irrigação (PRONI).

Destacam-se entre as ações desenvolvidas em 1989, as seguintes:

- Construção de Barragens-Ponte
- Reuniões com prefeitos da região entre os rios Ijuí e Passo Fundo, tendo como participantes os municípios de Alpestre, Boa Vista do Buricá, Braga, Caiçara, Chiapeta, Coronel

Bicaco, Crissiumal, Erval Seco, Frederico Westphalen, Humaitá, Independência, Iraí, Liberato Salzano, Nonoai, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinhal, Planalto, Porto Lucena, Redentora, Rodeio Bonito, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Cristo, São Martinho, Sarandi, Seberi, Tapejara, Taquaruçu do Sul, Tenente Portela, Três Passos, Tuparendi, Vicente Dutra e Vista Alegre;

- Inclusão de outros municípios interessados;
- Localização de pontos potenciais de barragens-ponte, tendo 864 pontos na região entre Ijuí e Passo Fundo;
- Abertura das inscrições de municípios, tendo se alistado os seguintes: Alpestre, Barros Cassal, Braga, Campina das Missões, Constantina, Crissiumal, Erval Seco, Espumoso, Frederico Westphalen, Humaitá, Independência, Iraí, Liberato Salzano, Palmitinho, Planalto, Pinhal, Porto Lucena, Redentora, Rodeio Bonito, Santo Augusto, Santo Cristo, Soledade, Tapejara, Taquaruçu do Sul, Terra de Areia, Três Passos, Vacaria, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Jaboticaba, Mata, Caiçara, Três Cachoeiras, Seberi, Ipê, Dr. Maurício Cardoso, Ibirapuitã e Tunas;
- Elaboração do Projeto Executivo Modular para facilitar construção e controle;
- Solicitação, por parte das Prefeituras, da construção de 261 barragens-ponte, com a seguinte quantificação de pontos aprovados, por município: Alpestre (16 pontos), Barros Cassal (05), Braga (05), Campina das Missões (02), Constantina (10), Crissiumal (05), Erval Seco (04), Espumoso (05), Frederico Westphalen (09), Humaitá (07), Independência (05), Iraí (18), Liberato Salzano (10), Palmitinho (14), Planalto (20), Pinhal (03), Porto Lucena (03), Redentora (05), Rodeio Bonito (04), Santo Augusto (05), Santo Cristo (05), Soledade (05), Tapejara (12), Taquaruçu do Sul (06), Terra de Areia (05), Três Passos (12), Vacaria (10), Vista Alegre (10), Vista Gaúcha (04), Jaboticaba (01), Mata (05), Caiçara (03), Três Cachoeiras (03), Seberi (10), Ipê (03), Dr. Maurício Cardoso (05), Ibirapuitã (05), Tunas (02);
- Previsão da construção de seis barragens-ponte do Arroio Quilombo, bacia do Pardo/Pardinho;
- Elaboração de bases cartográficas de 58 municípios, para lançar os seguintes itens: pontos solicitados, pontos indicados pelo CRH/RS, e pontos aprovados;
- Realização de vistorias em 161 pontos, num total de 26 municípios;
- Construção de quatro barragens-ponte no Município de Iraí;
- Planejamento do sistema de construção em série, com formas padronizadas e seqüência de processo construtivo detalhado;
- Sistematização e organização, pelo CONRHIRGS, de instrução de construção, acompanhamento, vistoria e aprovação;
- Início do processo licitatório (tomada de preços) para a construção de 86 barragens-ponte em 20 municípios, a saber: Alpestre, Iraí, Planalto, Taquaruçu do Sul, Vista Alegre, Braga, Caiçara, Humaitá, Três Passos, Vista Gaúcha, Constantina, Frederico Westphalen, Pinhal, Rodeio Bonito, Seberi, Palmitinho, Liberato Salzano, Jaboticaba, Campina das Missões, Santo Augusto.

Serão, ainda, firmados convênios com as prefeituras de Viadutos, Herval Grande, Erval Seco, Redentora, Tapejara, Terra de Areia, Vacaria, Mata, Três Cachoeiras, Iraí e Barão de Cotegipe para a construção de mais 36 barragens-ponte.

— Obras Multifamiliares

- Conclusão dos estudos básicos;
- Realização de reuniões com os "alagados" e beneficiários, havendo manifestação de desejo de doação das áreas dos eixos das barragens, no Arroio das Canas, Rio Vacacaí e Arroio Florentina;
- Manifestação da Prefeitura de Santana do Livramento, no sentido de doar 130 hectares a fim de facilitar a execução das obras, via reassentamento de "alagados";
- Conclusão do Projeto Executivo de detalhe e dos termos de declaração de utilidade pública da área;
- Licitação para construção de obras em São Gabriel (Arroio das Canas e Rio Vacacaí) e Santana do Livramento (Arroio Florentina);
- Reavaliação dos projetos no Rio Vacacaí, Arroio Florentina, Arroio Lajeado e Rio São Sepé (este em conclusão), para reduzir custos;
- Assinatura, pelo Governador do Estado, de Decretos de Utilidade Pública, para fins de desapropriação das áreas no Município de São Gabriel, onde serão construídas as barragens no Arroio das Canas 6 A, Arroio das Canas 7 A, e Rio Vacacaí VAC 4; início do processo licitatório para a construção.

— Microaçudes

- Contrato feito com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS), para identificar 500 locais para construção de microaçudes nos municípios da Grande Porto Alegre, Vinicultora de Caxias do Sul, Litoral Norte e São Francisco de Paula;
- Acordo de cooperação técnica com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, com a interveniência do Departamento de Comandos Mecanizados (DCM), para a construção de 498 microaçudes nas regiões Sul, Sudoeste e Centro, nos municípios polarizados por Pelotas, Bagé e Santa Maria, respectivamente;
- Início do processo licitatório, com a emissão de 40 cartas-convite para a construção de 1.050 microaçudes.

— Outras Obras

- Elaboração dos Projetos de Engenharia da construção dos canais de irrigação do Arroio Sañchouri, no Município de Uruguaiana, e dos Arroios Bretanhas e Grande, no Município de Arroio Grande.

Com relação a outras atividades desenvolvidas pelo CONRHIRGS em 1989, podem ser destacadas:

- Conclusão dos inventários hidrológicos dos rios Icamaquã/Butuí, Itá, Soturno, Vacacaí-Mirim e Ibicuí, referentes ao Convênio 078, de 1988;
- Conclusão dos projetos básicos das bacias dos rios Vacacaí, Comandá, Piratini, Santa Rosa, Santo Cristo, São Sepé e Arroio Cidreira, para beneficiar minifúndios — referentes ao Convênio 078/88;

- Aquisição de imagens do satélite Landsat, do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), para programar as ações construtivas de barragens-ponte e barragens multifamiliares, considerando o planejamento do uso dos solos irrigáveis, o impacto no meio ambiente, e também objetivando zonear as melhores áreas para poços artesianos (Convênio 078/88);
- Plano Diretor dos rios Pardo e Santa Maria;
- Apresentação ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de proposta de financiamento do Plano de Desenvolvimento dos Vales do Rio Pardo/Pardinho, Santa Maria/Vacacaí, bem como para investimentos complementares no Projeto Litoral Sul de Eletrificação de Santa Vitória do Palmar, com repercussões sobre outros projetos agroindustriais, como o de celulose;
- Solicitação de contato com a Fundação Japão-Brasil para Intercâmbio, Cultura e Ciência (FIBC), buscando recursos a fundo perdido, e de financiamento;
- Compra de equipamento tipo multipreparador de solo 3 em 1, e contrato com a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) relativo ao Cadastro de Fornecedores e Equipamentos para Irrigação (seguindo a programação do Convênio 078/88);
- Programação de 53 cursos de irrigação por aspersão e sulcos para técnicos de nível superior, médio, e produtores distribuídos em 45 municípios;
- Eletrificação rural: executados 6 km de rede no Município de Palmitinho; em execução 26 km de rede dos Municípios de São Pedro do Sul e Feliz; em projeto, 11 km de rede no Município de São Francisco de Paula; alocados NCz\$ 5 milhões para construção de rede no Município de Santa Vitória do Palmar;
- Assinatura de convênios com o Programa Nacional de Irrigação (PRONI), para execução do Plano Operativo Anual (POA-89), com contrapartida estadual, nos valores seguintes: levantamento e estudos de recursos naturais e meio ambiente — NCz\$ 2,5 milhões; acompanhamento, vistoria, avaliação e monitoria sistemática dos projetos contratados — NCz\$ 114,7 mil; desenvolvimento de recursos humanos para agricultura irrigada — NCz\$ 147,2 mil; projetos de captação e adução de águas superficiais — NCz\$ 34,3 milhões.
- Em elaboração: inventário hidrológico e Plano Diretor para irrigação do Rio Quaraí e Arroio Ibirocaí-Touro Passo; Plano Diretor do Rio Vacacaí; Plano Diretor dos Afluentes da Margem Direita do Jacuí entre Arrojos Pedro-Paulo e Irapuã.

2.15.3 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A atuação da METROPLAN, desde sua criação em 1974, centrou-se nas áreas do Desenvolvimento Urbano, Transportes, Preservação do Meio Ambiente, Uso do Solo e Habitação.

O conhecimento adquirido ao longo do tempo permitiu identificar uma série de problemas específicos da região que agregados aos problemas estruturais, formam um quadro de dificuldades a serem enfrentadas e corrigidas.

Minimizar esse quadro, impedir seus efeitos e sustar seu crescimento, tem sido a linha de ação da METROPLAN, através da implementação de políticas, diretrizes, programas e projetos voltados ao desenvolvimento metropolitano.

No decorrer do ano de 1989 a estratégia de atuação da METROPLAN considerou como premissas básicas as condições problemáticas nos diferentes setores da realidade metropolitana

e as diretrizes governamentais propostas pela administração estadual, que valorizaram as ações de maior impacto social. Quanto ao sistema de administração metropolitana, busca-se maior integração e participação dos municípios e da coletividade em geral nos processos de gestão da Região. A partir da reformulação da METROPLAN, foram incorporadas novas atribuições, principalmente a fiscalização de serviços considerados estratégicos para as diretrizes governamentais.

Com relação aos Projetos identificados como Prioritários pelo Governo do Estado destacam-se, em 1989:

— Projeto Ação nas Vilas

O Projeto tem por proposta proporcionar à comunidade a construção de equipamentos comunitários e de infra-estrutura. Através do mesmo, a comunidade elege a prioridade a ser atendida e participa de sua implantação, cabendo à METROPLAN as tarefas de assessoramento técnico, elaboração de termos de referência, acompanhamento e vistoria das obras. Os recursos utilizados são exclusivos do Governo do Estado.

No ano de 1989 foram implementadas 99 intervenções, atingindo-se cerca de 550 mil pessoas, representando aproximadamente 32% da população da RMPA. As principais ações abrangem saneamento básico, obras de eletrificação, construção de centros comunitários, creches, postos de saúde, áreas de lazer e outras. O Projeto investiu um total de NCz\$ 6,76 milhões no ano.

— Programa EBTU/BIRD IV

O Programa contempla todas as Regiões Metropolitanas do País. O enfoque é mais no sentido de atendimento de transporte público, visando aos aspectos operacionais e institucionais, e dando ênfase à manutenção do sistema viário principal.

Na RMPA, as intervenções que são em nível da Capital, têm uma contrapartida da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, enquanto que para os demais municípios a contrapartida é responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul. A Coordenação Geral do Programa é, por solicitação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), executada pela METROPLAN.

No ano de 1989 foi iniciada a pavimentação de 7 trechos em 5 municípios da Região, numa extensão de 13,66 km, tendo sido investidos recursos da ordem de NCz\$ 8,58 milhões, sendo NCz\$ 7,56 milhões provenientes do Estado e NCz\$ 1,02 milhão da EBTU/BIRD (base abril/89).

Além das ações vinculadas aos Projetos Prioritários de Governo, merecem destaque as ações descritas a seguir, também de suma importância para o desenvolvimento das prioridades da METROPLAN.

— Programa de Mutirões Habitacionais

Foram concluídas 75% das obras de 7.095 unidades habitacionais que estão sendo construídas em 11 municípios, num investimento de NCz\$ 10,6 milhões provenientes da Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC).

— Controle Operacional

Visa à redução dos dispêndios com transportes para a comunidade usuária. O Projeto objetiva o real controle sobre todos os elementos do sistema de transportes, especialmente aqueles que compõem a planilha do cálculo tarifário, o que oferece a confiabilidade do emprego de dados, para a busca da tarifa otimizada e reduzida, bem como a racionalização da oferta de transporte em relação à demanda. Com a implantação deste Projeto, será beneficiada uma população de 11 milhões de passageiros/mês.

— **Sistema de Informações Geográficas Automatizadas** — foi firmado convênio com o Ministério da Aeronáutica, objetivando a prestação de serviços técnicos de aerolevanteamento fotográfico da Região, abrangendo uma área de aproximadamente 10.000km².

— **Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica de Sistemas Alternativos de Massa para a RMPA** — visa à concepção e seleção de sistemas alternativos de transporte coletivo para o Corredor Nordeste, analisando e apresentando propostas a curto, médio e longo prazos (ano 2020).

— **Leis Orgânicas** — envolve a prestação de assessoramento às Câmaras de Vereadores, nas diversas áreas da Administração Municipal.

— **Expansão Urbana** — compreende a formulação de diretrizes que indiquem as áreas que poderão ser ocupadas na RMPA.

— **Comitês** — a METROPLAN participa ativamente nos Comitês da Bacia dos Sinos e Bacia do Gravataí, que objetivam maximizar a proteção dos recursos hídricos e a melhoria da qualidade de vida da população, desenvolvendo ações juntamente com outros órgãos públicos e a sociedade civil.

— **Anuência Prévia no Parcelamento do Solo** — envolve a aprovação prévia dos projetos elaborados pelos Municípios com relação ao parcelamento do solo.

— **Convênios** — a METROPLAN firmou vários convênios com outros órgãos públicos, para assessoria técnica, tais como Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Secretaria da Educação, Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI) e Serviço Social da Indústria (SESI).

— **Novos Municípios** — foi oferecida pela METROPLAN, assistência total de planejamento aos novos municípios da RMPA.

Foram utilizados pela METROPLAN, em 1989, recursos num montante de NCz\$ 60,53 milhões. Desse total NCz\$ 16,22 milhões destinaram-se a Pessoal e Encargos, e Custeio, e NCz\$ 44,31 milhões a Investimentos, assim distribuídos: Ação nas Vilas — NCz\$ 8,00 milhões; Mutirões Habitacionais — NCz\$ 10,14 milhões; EBTU/BIRD IV — NCz\$ 26,00 milhões; Levantamento Aerofotogramétrico — NCz\$ 0,17 milhão.

2.16 – GABINETE DO GOVERNADOR

2.16.1 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

Órgão integrante do Gabinete do Governador, a Casa Civil tem como atribuições principais: prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil, coordenar, e promover a divulgação de atos e atividades governamentais.

No que concerne à Representação Civil foram programadas e realizadas pela Casa Civil, em 1989, audiências regulares, num total de 1.881, concedidas a autoridades administrativas, lideranças comunitárias e público em geral, possibilitando o contato direto do povo com o Governo.

Foram concedidas, no Palácio Piratini, 459 audiências a lideranças municipais do Rio Grande do Sul.

Nas viagens realizadas ao Interior do Estado foram visitados 30 municípios e realizadas 7 interiorizações do Executivo.

Com referência ao assessoramento jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 289 Projetos de Lei e 33 vetos; redigidos 310 decretos e editadas 17 ordens de serviço; realizados 731 convênios; elaboradas 03 Emendas constitucionais; atendidos 89 pedidos de informações e examinados 3208 processos. Foi prestado assessoramento a municípios para elaboração de Regimentos Internos das Leis Orgânicas, em número de 03 e assessoramentos legislativos para revisão do anteprojeto da Lei Orgânica, em número de 04. No transcorrer de 1989, foram desarquivados 33 projetos de Lei de anos anteriores.

No que diz respeito ao assessoramento administrativo, destacam-se a revisão de processos e o exame de atos oriundos dos diversos Órgãos da administração estadual dos quais 2.416 foram submetidos à consideração do Governador e 4.512 à consideração do Secretário Extraordinário. No decorrer desse período foram elaborados 1.647 ofícios. Ainda no âmbito da Subchefia para Assuntos Administrativos foi implantada uma Assessoria Parlamentar, que tem por finalidade o recebimento dos mais diversos pleitos, advindos das mais variadas entidades, englobando solicitações de municípios, de lideranças partidárias ou de pessoas físicas que encaminham reivindicações ao Governo do Estado, através do Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil. No decorrer do ano foram interpostos 1.268 pleitos.

Através de Portaria, publicada no Diário Oficial de 13 de julho de 1989, foi criado o Sistema de Processamento Integrado e instalados oito terminais, com a finalidade de proporcionar maior agilização aos processos que tramitam na Casa.

Na execução do Plano de Subvenções e Auxílios foram distribuídos recursos financeiros a entidades de natureza assistencial, desportiva, cultural e classista, a municípios e, ainda, a estudantes e pessoas carentes.

O Cerimonial não restringiu suas atividades ao Palácio Piratini. Participou das solenidades efetuadas no âmbito dos órgãos governamentais, e marcou sua presença em 571 eventos.

2.16.2 —CASA MILITAR

A Casa Militar, por força do Decreto nº 31.139, de 20 de abril de 1987, executa suas tarefas baseada em três Subchefias que são: a de Defesa Civil, a de Operações e a Administrativa.

A Defesa Civil, através do Decreto nº 32.498, de 16 de fevereiro de 1987, funciona como Secretaria Executiva da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC).

A Subchefia de Operações executa as tarefas atinentes à segurança do Governador, familiares, e dos Palácios Piratini e das Hortênsias, e residência do Governador, além de coordenar o uso das aeronaves do Estado.

A Subchefia Administrativa tem a incumbência dos serviços residenciais do Governador, recepções e homenagens a autoridades e convidados, e os serviços de transportes do Gabinete do Governador.

No ano de 1989, na área de Defesa Civil, foram tomadas providências no sentido de amenizar os problemas resultantes da estiagem acentuada nas regiões da Campanha e da Serra do Sudeste, envolvendo um total de 27 municípios. Outro problema que provocou medidas imediatas foi a ocorrência de fortes ventos com granizo nas regiões do Alto Uruguai, Planalto, Missões, Vale do Rio Taquari, resultando em enchentes, alagamentos e destruição de moradias, prédios públicos e rede viária, atingindo um total de 90 municípios.

Tendo em vista a estiagem, foi montado um relatório pormenorizado dos prejuízos ao Ministério do Interior, resultando na celebração do Protocolo de Intenções nº 02/89, carreando recursos através da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas (SDO) que, sob a gerência da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, mobilizou um atendimento da ordem de NCz\$ 2 milhões para a aquisição de equipamentos destinados à perfuração de poços artesianos, captação de água potável, construção de açudes e bebedouros.

Especificamente para o Município de Bagé foram adquiridas duas lonas atóxicas para o transporte de água potável, facilitando o abastecimento à população, com recursos do Protocolo de Intenções.

Para amenizar os prejuízos registrados pelas enchentes e vendavais ocorridos nos meses de setembro e outubro, outro pedido de auxílio foi gestionado ao Ministério do Interior, o que permitiu a celebração do Convênio nº 808/GM/89, no valor de NCz\$ 1,5 milhão, através do qual foram beneficiados 54 municípios atingidos.

Por interveniência do Ministério do Interior, foram distribuídas cerca de 20,5 toneladas de alimentos através da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) para 14 municípios alagados. Pelo Estado, foram distribuídos 3.800 litros de leite tipo C para 12 municípios do Vale do Rio Taquari, juntamente com 650 agasalhos diversos e 780 quilos de alimentos, por intermédio da Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC) e Conselho de Apoio a Ações Comunitárias (CAAC).

Tendo por objetivo tornar mais eficientes as comunicações do Palácio Piratini, foram adquiridos, com recurso do Governo do Estado, materiais de comunicações fixos, veiculares e portáteis no valor de NCz\$ 2,58 milhões. Estes materiais permitirão uma maior integração de todo o Estado com o Palácio do Governo, principalmente em ocasiões que exijam a participação da Defesa Civil.

A Defesa Civil teve também participação no Seminário Nacional de Defesa Civil, em Brasília, promovido pela Secretaria Especial de Defesa Civil do Ministério do Interior; na II Conferência Estadual do Meio Ambiente em Porto Alegre, organizada pela Secretaria da Saúde

e do Meio Ambiente; no Curso Intensivo de Treinamento para Policiamento Rodoviário, em Florianópolis; e no 1.º Seminário de Telemetria Aplicada à Administração dos Recursos Hídricos, em Florianópolis.

Realizou ainda o Seminário Estadual de Defesa Civil, em Porto Alegre, promovido pela CEDEC/RS, com o objetivo de levar a conscientização da Defesa Civil a todos os segmentos da sociedade gaúcha, através dos Prefeitos Municipais e seus representantes, bombeiros militares e policiais militares de todas as localidades do Estado.

Por ocasião do encerramento do Seminário Estadual de Defesa Civil (SEDECIL), foram distribuídas 45 medalhas — duas de 1.ª Classe e 43 de 3.ª Classe —, conferindo relevantes atuações em prol da Defesa Civil.

Durante o ano de 1989, a Defesa Civil manteve-se alerta para os trabalhos apresentados e conduzidos pela Assembléia Constituinte, tendo apresentado propostas ao texto constitucional no sentido de manter programas de preservação e socorro nos casos de calamidades.

Na Área de Operações, destaca-se a instalação do Governo nos Municípios de Lagoa Vermelha, Uruguaiana (com a presença dos Presidentes do Brasil, Uruguai e Argentina), Rio Grande, Cachoeira do Sul, São Gabriel e Santa Rosa. Para o bom desempenho do Governo, foram instalados nesses municípios central de radiocomunicações própria, aparelhos de telex, fax e telefone, e serviço de secretaria, facilitando, assim, as ações governamentais.

Na Área Administrativa foram tomadas providências no atendimento material para as recepções e homenagens às autoridades e convidados especiais do Governo do Estado.

2.16.3 — CONSELHO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (CAAC)

O Conselho de Apoio às Ações Comunitárias (CAAC) foi criado pelo Decreto n.º 32.540, de 07 de abril de 1987 e alterado pelo Decreto n.º 32.619, de 16 de setembro de 1987. Diretamente vinculado ao Gabinete do Governador do Estado, tem o objetivo de complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Poder Público, com vistas à obtenção do harmônico desenvolvimento dessa área, através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos de caráter público e/ou privado voltados ao Menor, ao Idoso, e à Comunidade Carente, e com especial atenção, no exercício de 1989, ao Adolescente, com a implantação de um centro específico a problemas dessa faixa etária.

O ano de 1989 destacou-se pela Implantação do Centro do Adolescente, Projeto Prioritário do Governo do Estado coordenado pelo CAAC, de ação integrada com as Secretarias da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente, do Trabalho, Ação Social e Comunitária, da Justiça, e CODEC. Em continuidade ao trabalho desenvolvido no "Ano Estadual do Adolescente", em 1988, este centro visa a integrar diferentes ações imediatas e mediatas, comprometidas com o adolescente de modo a facilitar o atendimento de suas necessidades, a fim de buscar e/ou criar novas formas de ação integrada global, onde a participação do jovem concorra para a melhoria da qualidade de vida.

Inaugurado oficialmente em 29/08/89, conta com assessoria especializada nos ramos da medicina, psicologia, assistência social, biblioteconomia, educação, entre outros, sendo a sua população-alvo um Centro de Referência, Informação e Orientação.

Foram prestados, até esta data, em torno de 1100 atendimentos individuais aos quais foi dispensada a orientação, e/ou o devido encaminhamento aos órgãos oficiais ou conveniados.

Proporcionou-se, também, atendimentos em grupo, com familiares, palestras e debates do interesse da faixa etária.

Por convênio celebrado com a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) foi ministrado curso de digitação para jovens carentes, visando à sua preparação e aproveitamento no mercado de trabalho.

Na política de prevenção ao uso de drogas, foi assinado com a Cruz Vermelha Brasileira um convênio, com a finalidade de realizar trabalho de prevenção ao uso abusivo de drogas e ampliar o atendimento social aos dependentes químicos.

Dentre as ações desenvolvidas pelo CAAC, é ainda de destacar a continuidade dos seguintes programas:

— **Programa de Suplementação Alimentar (PROGRASA)** — Pela receptividade do trabalho desenvolvido pelo CAAC junto à comunidade carente, algumas empresas se cadastraram como doadoras de alimentos, possibilitando o desenvolvimento do Programa de Suplementação Alimentar, que objetiva a distribuição de gêneros alimentícios a entidades e/ou, em caráter emergencial, a pessoas necessitadas.

São doadores do PROGRASA, entre outras, as seguintes empresas: Coroa S.A.; — Indústrias Alimentares; Moinhos Guarany S.A.; S.A. Moinhos Santista; SAMRIG — Sociedade Anônima Moinhos Riograndense; Oliveira Industrial S.A.; Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos (CORLAC); Prátika — Indústria de Produtos Alimentícios Instantâneos Ltda.

No exercício em questão, houve ainda a doação esporádica por parte dos arrozeiros e das seguintes empresas: Ernesto Neugebauer S.A. e Produtos Alimentícios Corsetti S.A.

Ao todo foram distribuídas a 746 entidades assistenciais, em torno de 82 toneladas de gêneros.

— **Programa de Alimentação (PROA)** — O PROA foi instituído através do Protocolo de Intenções firmado entre o CAAC e a Secretaria da Educação — enquanto representante no Estado da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), com o propósito de apoiar entidades assistenciais do Rio Grande do Sul que atendam crianças carentes com idade até 14 anos.

O PROA, em Porto Alegre, é gerenciado pelo CAAC. Distribuiu, no exercício de 1989, a 96 entidades assistenciais, aproximadamente 49 toneladas de alimentos, beneficiando uma população em torno de 6.000 crianças.

— **Outras Fontes de Alimentos** — O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM), através do Programa Suplementar de Alimentação (PSA) da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, repassou aproximadamente 12 toneladas de alimentos a 96 entidades assistenciais voltadas ao menor carente.

Através do Protocolo de Intenções ASCAR/SÊ/CAAC, que objetiva o aproveitamento de amostras de grãos coletados para fins assistenciais, foram distribuídas por volta de 15 toneladas de grãos, beneficiando Prefeituras Municipais, Núcleos de Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Centros Sociais da LBA, Entidades Assistenciais, num total de 40 instituições.

— **Programa de Assistência Social** — No plantão voltado ao atendimento direto ao público, foram assistidos 1.123 casos individuais, com remédios, passagens, cadeiras de rodas, alimentos/agasalhos e inclusive com recursos financeiros a título de auxílio de emergência. Deste total, 324 casos foram encaminhados a órgãos diversos, de acordo com a necessidade de cada caso.

Ainda dentro dessa área, foram efetuadas, a título de supervisão, visitas de apoio e/ou orientação a 251 entidades.

O CAAC conta, também, com o apoio do Núcleo de Voluntárias, grupo de senhoras da comunidade gaúcha que colabora com o Conselho, organizando eventos sociais, tais como: almoços beneficentes e espetáculos teatrais, entre outros. O Núcleo participou da Campanha do Agasalho, ARCA, Grande Prêmio PRONAV e Semana do Idoso, entre outros eventos. A renda auferida nos eventos proporcionou a realização das atividades beneficentes do Conselho tais como a Páscoa, a Festa da Semana da Criança, a festa de Natal, e a doação de equipamentos a entidades assistenciais de Porto Alegre e Interior do Estado.

O Conselho participou, em atividades ao nível nacional, da Feira do Candango, Feira das Nações e Feira dos Estados.

No Estado, a arrecadação da Campanha do Agasalho foi de aproximadamente 590 t e foram distribuídas 24.101 unidades de cobertores. Em Porto Alegre foram distribuídas 57 toneladas de agasalhos.

O CAAC, para bem desenvolver suas atividades, contou com recursos financeiros oriundos do Tesouro do Estado, de convênios com LBA e Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES), e de eventos sociais e doações, que beneficiaram Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, creches, asilos, clubes de mães de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Interior do Estado.

2.16.4 — SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS (SEAI)

A Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI), no cumprimento da atribuição de coordenar as atividades do Estado com a área Internacional, e enquadrando-se na diretriz governamental de capacitar e expandir suas relações no que tange a estas questões, vem desenvolvendo através de suas três coordenadorias técnicas (Coordenadoria de Integração com a América Latina, de Cooperação Internacional, e de Apoio a Investimentos Privados), programas que foram de grande relevância para o avanço nas relações internacionais no ano de 1989.

Dentre estes programas pode-se destacar o de Captação de Investimentos no Exterior para Empresas Gaúchas, através da identificação de interesses, com ênfase na transferência de tecnologia. Este programa permite que um empresário gaúcho possa localizar, em um país desenvolvido industrialmente, os equipamentos e/ou capital de que precisa, podendo realizar "joint-ventures" ou outro tipo de associação que julgar conveniente.

Na área de Integração com a América Latina destaca-se o Encontro dos Presidentes do Brasil e Argentina, em agosto, na cidade de Uruguaiana, quando foram instalados os Comitês de Fronteira Uruguaiana-Paso de Los Libres e Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu, e a instalação, em caráter permanente, da Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF).

Nesta mesma oportunidade, já em Brasília, os dois Presidentes assinaram vários acordos além dos já existentes, tendo ratificado o Tratado de Integração entre os dois Países, o qual havia sido aprovado unanimemente por ambos os Congressos.

Cabe salientar, também, todas as ações empreendidas, em consonância com outros órgãos do Governo Estadual, no sentido da obtenção de resultados promissores no que se refere à construção da Ponte São Borja-Santo Tomé, do Gasoduto que trará ao Estado o gás natural argentino através de Uruguaiana, além dos Corredores de Exportação.

Destaca-se, também, a assinatura de uma Carta de Intenções para criação do Instituto Binacional Brasil-Uruguai pelo Reitor da Universidad de La República (Uruguai) e Reitor da Universidade de Santa Maria, tendo sido também assinada e referendada pelo Governo do Estado.

Consciente do papel fundamental de todos os segmentos da sociedade no processo de integração, a SEAI promoveu e apoiou diversos eventos de esclarecimento da opinião pública sobre estas questões, tais como seminários, debates, participação em grupos de trabalho, etc., durante o ano de 1989. Por último, é de salientar a reativação da Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas de Fronteira entre Brasil e Uruguai, por ocasião da reunião realizada em Brasília onde foi decidida a criação de três comitês de fronteira — Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco e Sant'Ana do Livramento-Rivera.

Uma área nova de atuação do Governo através da Secretaria de Assuntos Internacionais é a de Cooperação Internacional. Criada recentemente, sua função básica é a de ampliar o relacionamento internacional do Estado do Rio Grande do Sul no âmbito da cooperação técnica, científico-tecnológica e financeira, buscando-se sistematizar e coordenar as ações externas dos agentes públicos e privados gaúchos. Neste sentido, os objetivos da Coordenadoria para Cooperação Internacional, traçados para 1989, foram os de:

- Explorar os Convênios que o Estado do Rio Grande do Sul dispõe com outros países, sobretudo Convênios do tipo Estados Irmãos, ampliando-os nas áreas de cooperação técnica e científico-tecnológica;
- Estreitar, institucionalmente, os laços com o Ministério de Relações Exteriores, em especial com a Divisão de Ciência e Tecnologia e a Agência Brasileira de Cooperação, para facilitar o incremento das ações de cooperação técnica e científico-tecnológica de caráter internacional do Estado;
- Aproximar, através do estabelecimento de convênios de cooperação técnica, os órgãos dos setores públicos rio-grandense, argentino e uruguaio, priorizando a Cooperação Sul-Sul, isto é, a Cooperação entre Países em Desenvolvimento.

Considerando suas áreas de atuação, a SEAI promoveu, em 1989, as seguintes atividades:

- **Ampliação do convênio de Fraternidade entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Província de Shiga/Japão**, em função da comemoração dos dez anos da assinatura do convênio, com a ocorrência dos seguintes eventos:
 - ampliação do intercâmbio na área agrícola, com a vinda de dois técnicos da Secretaria da Agricultura da Província de Shiga, ocorrida em agosto do corrente, com o intuito de averiguarem as possibilidades de intercâmbio nesta área;
 - intercâmbio na área industrial — Estudo de possibilidades de intercâmbio entre CIENTEC/RS e Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa em Máquinas Agrícolas/Shiga. O presidente da CIENTEC foi convidado a visitar a Fundação para verificar o assunto;
 - Expointer 90: a Província de Shiga foi convidada pelo Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul para expor seus produtos na área agrícola. O espaço para tal foi cedido pelo Governo do Estado;
 - intercâmbio de Biotecnologia: ficou acertada troca de correspondências entre o Instituto de Biotecnologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Instituto de Biotecnologia/Shiga para verificar possibilidades de intercâmbio neste campo;
 - dez anos do Convênio: Secretário de Indústria e Comércio de Shiga convida o Rio Grande do Sul a participar com grupo folclórico, em 1990, em função das comemorações do decênio do convênio;
 - vinda de Missão de jornalistas da Província de Shiga para elaborar um filme sobre o Rio Grande do Sul, para divulgar o Estado na Província Irmã.

- **Programas de Cooperação Técnica Recebida** através da JIGA/Japão, com vinda de peritos, com áreas de atuação no Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).
- **Projeto de Transformação do Município de Nova Petrópolis em Município Modelo Ecológico** — Este projeto, de responsabilidade da Coordenadoria para Cooperação Internacional, pretende transformar o Município de Nova Petrópolis em Município Modelo do ponto de vista ecológico. Para isso, está realizando Convênio de Cooperação através do Estado de Baden Wurttemberg/Alemanha que também é Estado Irmão do Rio Grande do Sul.
- **Programa de Cooperação Técnica entre Países do Terceiro Mundo (TANZÂNIA)** — vinda de técnico do Ministério da Indústria da Tanzânia em busca de cooperação técnica para implementação de programas na área de leite e derivados naquele país. Este programa de cooperação conta com recursos do PNUD. Foi indicado para participar com projeto, em Seminário a ser realizado naquele país, técnico do Instituto Desidério Finamor. O objetivo é inserir o Rio Grande do Sul na Cooperação entre Países em Desenvolvimento.
- **Programa de Cooperação Técnica entre Países do Terceiro Mundo (ARGENTINA)**, envolvendo as seguintes ações:
 - através de ação montada pela SEAI foi enviada uma missão técnica da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) à Argentina para estabelecer programa de cooperação com a Companhia de Obras e Saneamento daquele país. O programa acordado prevê atividades tais como pesquisa conjunta de novas técnicas, troca de técnicos e realização conjunta de seminários;
 - além deste, estão sendo implementados os seguintes programas com a Agência Brasileira de Cooperação, como oferta de cooperação técnica: petroquímica, energia eólica e pequenas quedas; programa entre pequenas e médias empresas para "joint ventures" — *Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (CEBRAE)*, *Centro de Apoio à Pequena e Média Empresas no Rio Grande do Sul (CEAG)* e *Secretaria Especial para Assuntos Internacionais*; transportes urbanos e planejamento — *Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)/Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN)*.
- **Programa de Treinamento através de Cooperação Técnica (FRANÇA)** — a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Joseph Fourier de Grenoble, e a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais estão montando um programa para 1990 de treinamento de estagiários franceses e brasileiros em empresas gaúchas e francesas nas áreas de: informática industrial e de instrumentação; novos materiais; hidrogeologia; mecânica de solos e rochas; higiene e segurança na indústria.
- **Programa de Cooperação Técnica Recebida do Exterior (FRANÇA)** — em conjunto com o Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), está sendo estudada a possibilidade de implementação, através de convênio com a "Fondation pour l'Education 'a l'Environnement en Europe", de um programa similar ao Programa Bandeira Azul da Europa, executado pela Fundação, na Europa. O programa tem como signatários barcos, praias e portos que se comprometem a adaptar-se e seguir os regulamentos específicos para despoluição e preservação do meio ambiente marinho tais como: não lançar produtos tóxicos no mar, preservar e proteger a fauna e a flora marinha, manter a qualidade das águas para banho e das águas potáveis, respeitar os locais protegidos, controlar taxas de poluição sonora e visual, etc. Uma vez preenchidos os requisitos, recebe-se a Bandeira Azul, o que atesta aos portadores, sejam balneários ou embarcações, o respeito e cuidado pelo meio ambiente.

- **Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (URUGUAI)** — através da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), o Estado tem ofertado à "Municipalidad de Montevideo" um programa de cooperação na área de transporte e planejamento urbano. As negociações, iniciadas em maio de 1989, deverão ser retomadas após a posse do novo Presidente do Uruguai.
- **Estudo de formas possíveis de cooperação técnica entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Paraguai**, em andamento através da Coordenadoria para Cooperação Internacional, da SEAI, juntamente com a Embaixada Paraguaia, nas áreas de planejamento urbano e assistência agropecuária.
- **Encaminhamento de projetos para cooperação técnica e financeira com a Espanha** através de contatos estabelecidos com o Governo espanhol, envolvendo:
 - a) Em termos de cooperação técnica:
 - Elaboração de Grandes Cenários para o Rio Grande do Sul;
 - Estudo sobre a Produção de Alimentos no Rio Grande do Sul, sua Distribuição e o Abastecimento da População Urbana;
 - Prevenção Escolar ao Uso Indevido de Drogas na Região Metropolitana.
 - b) Em termos de cooperação financeira:
 - Museu das Missões;
 - Restauração e Modernização da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul;
 - Teatro da Casa de Cultura Mário Quintana;
 - Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares;
 - Otimização do Ensino Técnico nas Escolas Estaduais do Rio Grande do Sul;
 - Ampliação, Recuperação e Aquisição de Equipamentos para a Escola Técnica Parobé;
 - Programa de Alfabetização de Adultos;
 - Reativação do Serviço de Odontologia Escolar do Rio Grande do Sul;
 - Estudo da Influência de Defensivos Agrícolas.
- **Estudos sobre as formas de Implementação do Programa de Visitantes Voluntários aos Estados Unidos**, através do Consulado Americano e da Coordenadoria para Cooperação Internacional, envolvendo a montagem de agenda para visitas a órgãos e instituições americanas, com as despesas de transporte e hospedagem dentro do território americano pagas pelo Governo dos Estados Unidos. O Programa visa a atender técnicos e funcionários do Governo do Estado em visita aos Estados Unidos, em qualquer área de atuação.
- **Integração com a América Latina** — envolvendo as seguintes ações:
 - Reativação e reestruturação da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF), em caráter permanente;

- Participação no Grupo Executivo que desenvolve estudos e coordena ações para implantação do Gasoduto;
- Participação no Grupo Executivo que desenvolve estudos e coordena ações para a construção da Ponte Internacional São Borja — Santo Tomé;
- Participação do Grupo Executivo que desenvolve estudos e ações a serem realizadas para implementação do Projeto de Formação de Corredores de Exportação;
- Participação na Programação do I e II Seminários para Formação de Corredores de Exportação das Províncias do NEA Argentino, respectivamente em São Borja (19 e 20 de maio) e em Santa Maria (5 e 6 de outubro);
- Acompanhamento, junto com a Secretaria da Educação, do Projeto para o estabelecimento do pluralismo do ensino de idiomas nas escolas públicas estaduais;
- Participação no Grupo que elaborou o Projeto de viabilidade para a criação de um Instituto Binacional de Ensino Médio e Superior em Sant'Ana do Livramento;
- Preparação e acompanhamento de visitas de Missões estrangeiras oficiais ao Estado;
- Organização de Banco de Informações sobre oportunidades acadêmicas para brasileiros no Exterior;
- Participação na Programação do 1.º Seminário de Integração Sul — Americana, em Porto Alegre — 29, 30 e 31 de maio;
- Coordenação dos eventos promovidos pelo Governo do Estado, relativos ao Protocolo n.º 23, no Encontro de Integração, em Uruguaiana, em 21 e 22 de agosto;
- Promoção, em conjunto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do 1.º Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, em Porto Alegre — 25, 26 e 27 de setembro;
- Realização de estudos e acompanhamento dos Protocolos Brasil-Argentina e sua divulgação através de entrevistas e palestras em eventos, tais como o 1.º Encontro Brasileiro do Leite, ocorrido na FENALEITE; o III Congresso Estadual de Profissionais da Área Tecnológica, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), em Santa Maria; o Seminário sobre os Acordos Econômicos Brasil-Argentina-Uruguaí, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Seminário para apresentação de propostas visando à elaboração do Plano Nacional de Vitivinicultura, em Bento Gonçalves;
- Participação, como representante do Governo do Estado, no Grupo de Trabalho Permanente, no âmbito da Comissão de Execução do Programa de Integração e Cooperação Econômica com a Argentina;
- Elaboração de material de divulgação para o Rio Grande do Sul — publicação realizada em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social, e roteiro para dois vídeos;
- Participação, como representante do Governo do Estado, na II Exposição Argentino-Brasileira (ABRA-89) em Buenos Aires, de 6 a 12 de novembro;
- Representação do Governo do Estado na III reunião da Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças (Brasil-Uruguaí) em Brasília — 12, 13 e 14 de dezembro.

- **Concepção do Programa para Atração de Investimentos e Tecnologia do Exterior, envolvendo:**
 - Fluxograma e metodologia das atividades e procedimentos;
 - Desenvolvimento parcial do "Software" para o Sistema de Informações do Programa;
 - Seleção das pequenas e médias empresas gaúchas participantes do Programa;
 - Geração de banco de dados de empresas gaúchas, composto por 2.259 indústrias;
 - Desenvolvimento da documentação integrante do Programa e aquisição dos impressos;
 - Campanha preparatória de divulgação do Programa através de palestras em entidades de classe empresariais;
 - Assinatura de convênios e cooperação para identificação de empresas estrangeiras interessadas em parcerias de negócios com empresas gaúchas, com as seguintes entidades: CEAQ/IDERGS; Câmaras de Comércio Franco-Brasileira, Holando-Brasileira, Brasil-Espanha, Brasil-Alemanha, Brasil-Itália e Brasil-Argentina; Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores;
 - Atendimento a empresários, tanto do Estado como do Exterior, que procuraram a SEAI para identificar parceiros para formação de "joint ventures" no Rio Grande do Sul;
 - Elaboração de ofício do Governo do Estado ao Embaixador da Comissão das Comunidades Européias no Brasil (abril/89), em Brasília, solicitando a destinação de um terminal de computador da rede de cooperação de negócios entre pequenas e médias empresas européias (BC-NET), para a SEAI, visando a qualificar o intercâmbio de informações;
 - Expedição de mala direta às 2.237 pequenas e médias empresas gaúchas selecionadas, durante a segunda metade do mês de agosto e início de setembro/89, consultando sobre o interesse em participar do Programa; e recebimento (até 30/11/89) de 361 respostas, das quais 124 positivas, e 120 condicionadas a aguardar oportunidade;
 - Início da remessa, às entidades conveniadas, dos formulários de Manifestação de Interesse em Investimento por parte das empresas do Rio Grande do Sul, sendo enviados, até 30/11/89, sete cadastros positivos à Divisão de Informação Comercial do Itamaraty, dois à Câmara Alemã, doze à Câmara Espanhola, e doze à Câmara Italiana;
 - Classificação de cadastramento de cerca de 200 manifestações de empresas estrangeiras de interesse em investir no Brasil, em parceria com empresas nacionais, recebidos do Itamaraty em decorrência do convênio existente, com a formação do banco de dados informatizados.

2.16.5 — SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO (SEG)

A Secretaria Especial de Governo durante o ano de 1989, desenvolveu as seguintes ações.

- Implantação do Sistema de Acompanhamento dos Projetos Prioritários de Governo, envolvendo:

- Reuniões Setoriais, a nível do Gabinete do Governador, para identificação, especificação e avaliação dos Projetos Prioritários do Governo;
- Implantação do Sistema Automatizado de Apoio, com relatórios de informações sobre meta, descrição, cronograma, grau de execução e situação do andamento dos Projetos Prioritários do Governo;
- Visitas de avaliação às obras prioritárias;
- Articulação entre os diversos órgãos do Governo, com o objetivo de acelerar o processo da implantação dos Projetos Prioritários.
- Elaboração do Relatório de Atividades da Gestão 1987/91, envolvendo informações setoriais, como:
 - Obras e Realizações concluídas;
 - Obras e Realizações em execução;
 - Obras e Realizações futuras;
 - Análise da Evolução dos Serviços públicos do Governo Estadual;
 - Breve diagnóstico do setor.
- Implantação do Sistema de Localização das Obras e Ações dos Projetos Prioritários, que se compõem atualmente de mais de 5.000 obras, distribuídas por todos os municípios do Estado — tal sistema permite dimensionar a ação governamental a nível regional e municipal, envolvendo dezenas de indicadores, por obra, projeto, função, microrregião homogênea, regiões da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), etc.
- Elaboração de relatórios de realizações regionais, quando da interiorização do Governo.
- Coordenação da implantação do Projeto Vida (Centro humanístico de 120.000m², localizado na área da ex-Cerâmica Cordeiro, onde se desenvolverão ações de Saúde, Educação, Cultura, Trabalho, Esporte e Lazer).
- Coordenação da Informática do Gabinete do Governador.

2.16.6 — REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM BRASÍLIA

A Representação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em Brasília desenvolveu suas atividades buscando aprimorar as diretrizes fixadas para sua atuação, bem como ampliar os serviços que a Representação oferece às autoridades gaúchas e ao público em geral que recorrem ao Escritório.

Para propiciar uma visão mais geral do que foi produzido ao longo de 1989, subdividiram-se as ações desenvolvidas entre as quatro coordenadorias que são: Coordenadoria de Pleitos, de Assuntos Internacionais, de Assuntos Culturais e de Administração Financeira.

No que se refere à Coordenadoria de Pleitos, destaca-se não só o elevado número de demandas efetuadas, como também, a elaboração de novos cadastros de autoridades municipais

gaúchas, e principalmente a prospecção de novas oportunidades de investimento no Estado e elaboração de convênios com entidades federais.

Paralelamente foi realizado o acompanhamento dos pleitos de interesse dos Governos Estadual e Municipal, e de outras entidades.

Com relação ao assessoramento às Prefeituras Municipais, 101 Prefeituras utilizaram os serviços desta Representação.

Quanto à Coordenadoria de Assuntos Internacionais, deve-se ressaltar os inúmeros contatos mantidos com organismos internacionais e Embaixadas de países com quem o Brasil mantém Relações Diplomáticas, visando a incrementar os níveis de comércio bilateral e o intercâmbio técnico e cultural entre o Rio Grande do Sul e esses países.

Para tanto foram desenvolvidas ações no sentido de: realização do Acordo Brasil-Itália, com três pleitos na área de investimentos públicos e mais quatro projetos de caráter social; obtenção de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para construção e melhoria de rodovias; cooperação técnica com a Finlândia, na área de pesquisa e tecnologia para o aproveitamento da turfa; cooperação técnica com a República Democrática Alemã para a formação e treinamento de jovens agricultores; revitalização do território das Missões, no âmbito do Programa de Comemoração do Quinto Centenário do Descobrimento da América; estabelecimento de relações comerciais com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), principalmente nas áreas de energia elétrica e termoeletrica, portuária e construção do gasoduto; cooperação com organizações iugoslavas no setor agrícola; desenvolvimento de cooperação técnica com Portugal, no campo da vitivinicultura; estabelecimento de acordo de amizade com a República Socialista Soviética da Geórgia; estímulo ao incremento das relações com o Reino Unido dos Países Baixos; aproveitamento de energia eólica; projeto de irrigação de plantações de arroz, catalogação das instituições doadoras não-governamentais estrangeiras e suas respectivas áreas de atuação, como fonte externa de recursos para pequenos projetos; doação de equipamentos para o Centro de Pesquisas do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA); plano de ação conjunta para a reativação agropecuária dos países do Cone Sul.

Foi também realizado o acompanhamento de programas, projetos, convênios, acordos, etc., bem como elaborados alguns projetos de interesse do Estado, além da divulgação de eventos, promoção e organização de visitas oficiais e outras atividades.

Para uma maior divulgação das artes, da cultura e das tradições gaúchas, foi criada a Coordenadoria de Assuntos Culturais que com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Cultural (CODEC), organizou uma série de eventos na Capital Federal visando a estes objetivos.

Além de estabelecer o cronograma dos espetáculos, festas e leilões, foi também elaborado um orçamento para obter o apoio financeiro junto ao empresariado gaúcho e de Brasília para a realização dos eventos.

Foram mantidos ainda, contatos junto às empresas TNT-KWSSAIR, Empresa de Turismo Diplomata, VOETUR — Turismo, Eron Hotel, Torre Palace Hotel e VARIG.

Igualmente, foram contatados os Departamentos de Marketing do Banco Meridional do Brasil S.A, do Grupo Ioschpe, SAMRIG, Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) a Representação da SULTEPA e MPM Publicidade, apresentando projeto cultural.

Da programação proposta, 90% foi realizada, atingindo um público-alvo aproximado de 100.000 pessoas, incluindo neste número, os visitantes à Barraca do Rio Grande do Sul na 28ª Festa dos Estados. Desta forma os objetivos iniciais de divulgar o Estado do Rio Grande do Sul em Brasília foram plenamente alcançados. A receita financeira dos eventos foi destinada

integralmente ao Conselho de Apoio às Ações Comunitárias para a Campanha do Agasalho no Rio Grande do Sul.

Como principais eventos promovidos pela Coordenadoria de Assuntos Culturais podem ser citados: Jantar Noite Gaúcha; I Leilão de Artes; Festa dos Estados; Ballet Ulisses — Núcleo de Dança de Porto Alegre; Noite dos Escritores; I Mostra de Cinema Gaúcho; e II Leilão de Artes.

A Coordenadoria Administrativa e Financeira, para melhor atender à demanda de serviços atribuídos a esta Representação, procedeu a inúmeras atividades e alterações administrativas, objetivando uma perfeita adequação dos recursos orçados em 1989.

Entre outras, foi realizada a substituição de equipamento "fac-símile" que, além da melhora no desempenho das comunicações com o Estado, representou economia de custos telefônicos. Foi também comprada a maioria de material de expediente através de licitação (carta-convite) acarretando, assim, um menor preço de aquisição. Para melhor desempenho, economia de tempo e adequação, foi adquirido um computador COBRA através de licitação via Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS), cuja utilização representou significativa melhoria quantitativa nos serviços prestados.

É de destacar, inclusive, que foi preocupação constante desta Coordenadoria a redução de gastos sem contudo, não perder-se a eficiência e qualidade na prestação dos serviços efetuados por esta Representação.

2.17 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.17.1 —SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (SAA)

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento tem desenvolvido esforços com o intuito de melhorar o desenvolvimento técnico, social e econômico do produtor, promovendo sua fixação no meio rural.

Na área de Organização Agrária, foco de tensão social preocupante, a Secretaria da Agricultura deu seguimento ao programa de aquisição de terras para assentamento dos colonos sem terra acampados nas Fazendas Anoni e Rincão do Ivaí. Sua maior ação se deu em 1989, quando em outubro já havia concluído a compra de 16.101,09 ha através do FUNTERRA/RS, que importou em NCz\$ 16,83 milhões em valores históricos. Ressalta-se que esta área é de competência da esfera Federal e que o Estado tem assumido com o intuito de minimizar os conflitos existentes.

A meta atingida, entretanto, não conclui o programado, que deverá atingir 20.000 ha em 1990 e determinar o assentamento total de 1.356 famílias em seu término, das quais 1.016 encontram-se assentadas. O FUNTERRA/RS já dispõe de NCz\$ 25,0 milhões, liberados para aquisição de mais 5.000 ha para 1990.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento durante este período assumiu o transporte das famílias deslocadas para as áreas adquiridas e distribuiu alimentação, durante seis meses, até o assentamento se concluir. Saliente-se a implantação do Projeto de Bacia Leiteira com a participação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

Cita-se ainda na área de Organização Agrária o setor de Terras Públicas, com expedição de 46 títulos de propriedade, fornecimento de 36 certidões de títulos de terras registradas desde 1850, 15 concessões outorgadas a ocupantes de terras devolutas do Estado, informações em 96 processos de Usucapião ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre terras de faixa de fronteira, 1.058 informações de processos de Usucapião para a Procuradoria-Geral do Estado, além de 35 subdivisões de lotes ocupados por agricultores, 331 pesquisas em mapotecas e cadastro de localização de terras do Estado e 316 informações cadastrais de terras públicas.

Na área de Geografia e Cartografia foram concluídos em 1989 os trabalhos de revisão de limites de 36 novos municípios criados, com análise dos textos de sua criação. Para 1990, está programada a revisão dos limites de mais 64 municípios criados, revisão planimétrica para cálculo das áreas dos novos municípios para a confecção do novo mapa político do Rio Grande do Sul, além da demarcação das áreas adquiridas para assentamento dos colonos sem terra.

Com o objetivo de aprimorar a tecnologia gaúcha na área de Enologia, principalmente através do controle, classificação de vinhos e derivados, a SAA atuou na fiscalização de vinhos, derivados e outras bebidas alcoólicas (realizadas por delegação do Governo Federal — Ministério da Agricultura) onde foram atendidos 500 estabelecimentos vinícolas com uma produção média de 270 milhões de litros anuais, envolvendo 16.000 famílias de viticultores; 13.350 análises laboratoriais; 249.296.516 litros de produção desembaraçada à comercialização; e 90.754 Guias de Livre Trânsito expedidas.

Na *Defesa Sanitária Vegetal*, com o objetivo de fiscalização do uso de agrotóxicos, controle ao "Serrador" e vigilância sobre ocorrências do câncer cítrico, foram cadastrados 2.170.500 pés de acácia negra e realizadas 233 inspeções de matas em 22 municípios; emitidas 1.119 receitas agrônômicas, realizados 37 treinamentos de técnicos em agrotóxicos e inspecionados 478 ha sobre a ocorrência de câncer cítrico.

Visando a promover a melhoria de qualidade das sementes e mudas produzidas no Rio Grande do Sul, a SAA atua no setor de certificação de sementes e mudas assim como na inspeção da produção de sementes de olerícolas e cereais, onde citam-se como relevantes, a emancipação do Rio Grande do Sul da importação de batata-semente através das cultivares *Baronesa*, *Santo Amor* e *Trapeira*; eliminação do arroz vermelho de variedades de sementes certificadas de arroz; implantação de pomares de Plantas Matrizes de citrus, rosáceas e outras mudas brancas com controle de qualidade, cujo embasamento é indispensável ao desenvolvimento do potencial frutícola do Estado. Promoveu-se a inspeção em 15.891 ha em certificação de sementes e 465 ha em fiscalização de sementes; 261 inspeções de unidades de beneficiamento e armazenamento de sementes; 879 plantas matrizes distribuídas de citrus, rosáceas e outras; 11.691 inspeções de plantas matrizes; inspeção em 660 ha de batata-semente, básica, registrada e certificada; 7.284 toneladas de sementes certificadas de arroz, soja, triticale e cevada; 42 toneladas de bulbo-semente registrada de cebola; 250 toneladas de sementes fiscalizadas de olerícolas, além das inspeções de viveiros visando ao acompanhamento de mudas cítricas com vistas ao Programa Estadual de Desenvolvimento à Citricultura.

No que se refere ao Fomento à Produção Vegetal, atividade básica de apoio ao aumento da produção, ressalta-se a recuperação do Centro de Treinamento e Mecanização da Lavoura em Capela de Sant'Ana, com a priorização de projetos com a produção de ovos (1.200 dúzias), venda de 23.000 pintos, colheita de 8.000 kg de mel. Ressalta-se ainda a colocação do Centro à disposição dos agricultores do Município, dois dias por semana para: receituário agrônômico, amostras de solo, recomendações de adubação, calagem e conservação do solo, inseminação artificial, orientação técnica em manutenção e operação de máquinas agrícolas, cursos de apicultura, manejo de aves de postura, além da realização de cursos de conservação de máquinas agrícolas (para escolas e agricultores).

Na estação experimental de Farroupilha foram executados trabalhos relativos à difusão de tecnologias em fruticultura de clima temperado, distribuídas 2.000 mudas aos produtores. No Moinho de Calcário de Carazinho foram produzidas 921,90 toneladas de comercializadas, 47,73 toneladas do Fuller e 2.711,78 toneladas de calcário.

Na área de Pesquisa Aplicada, a programação da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento em 1989, constou de 336 projetos pertencentes a 21 Programas Nacionais de Pesquisa, dos quais 74 tiveram a participação financeira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), executados através de 21 Estações Experimentais e dois subcentros com um quadro de 289 pesquisadores.

As principais contribuições para o desenvolvimento da agropecuária no Estado foram: lançamento, em conjunto com a EMBRAPA de duas cultivares de feijão preto (BR-IPAGRO 1-Macanudi e BR-IPAGRO 2-Pamps); lançamento de duas cultivares de soja (RS-Guassupi e RS 7-Jacuf) com "folders" ilustrativos por cultivar; manejo e conservação do solo; desenvolvimento do Programa Integrado da Microbacia Piloto com o objetivo do monitoramento e avaliação da aplicação integrada de tecnologias geradas em termos de recursos naturais renováveis e aspectos sócio-econômicos; Programa de Teste de Avaliação de gado de corte/leite com a inclusão das raças *Hetford*, *Santa Gertrudis* e *Devon*.

Na área de pesquisas em saúde animal foi instalada a tecnologia de vacina liofilizada contra a brucelose e realizada a produção de vacinas antígenos em fermentadores; instaladas técnicas para detecção em rações animais, instaladas as técnicas de imunofluorescência e ELISA para detecção de babesiose, além de ter ocorrido o isolamento e atenuação de "*Babesia Bovis*" e

“B. Bigemina”; introduzida a utilização da “Anaplasma Centrale” como imunogênio do “A. Marginale”; finalizados os estudos sobre ecologia e controle do carrapato “Boophilus Microplus”, desenvolvida a vacina contra o “Foot-rot” (podridão dos cascos) e identificados os agentes causadores de mastite bovina no Estado. Foi estudada a ação dos agentes antimicrobianos e desinfetantes sobre agentes isolados; introduzidas técnicas de coloração histoquímica para detecção da intoxicação crônica pelo cobre em ovinos; realizados estudos sobre patologia óssea em frangos de corte; estabelecida a tecnologia de produção de vacina anti-aftosa com adjuvante oleoso e distribuição de cerca de 10 milhões de doses de vacinas trivalentes e 2 milhões de doses de vacinas monovalentes para uso estratégico em focos; estabelecida tecnologia de estudo de partícula vírica como massa antigênica e integridade viral e tecnologia de ELISA para estudo das características antigênicas e imunogênicas.

Na pesquisa em recursos naturais renováveis, desenvolveu-se tecnologia de preservação da madeira por substituição de seiva a nível de produtores rurais, com baixo custo e baixa toxidez; metodologia de análise de avaliação de qualidade de sementes de espécies florestais; condições de armazenamento de sementes florestais; determinação dos índices de erodibilidade dos solos das principais regiões do Estado; avaliação de perdas provocadas por erosão hídrica em diferentes sistemas de produção agrícola.

Quanto à Difusão de Tecnologia, cita-se a edição de dois números da Revista Agronomia Sul-Riograndense; um número da Revista IPAGRO, e a edição do Atlas Agroclimático do Estado do Rio Grande do Sul, composto por três volumes. Além das publicações, foram realizadas reuniões técnicas sobre as culturas de feijão, milho, soja, trigo, girassol e sorgo; dias de campo sobre as culturas de banana, abacaxi, maracujá e trigo; treinamento e reuniões com extensionistas da EMATER visando à implantação do controle integrado de pragas em frutíferas rosáceas, que resultou numa redução de 60% às aplicações de inseticidas e acaricidas em relação a anos anteriores; Curso Internacional de Treinamento na área de Microbiologia do Solo; palestra para produtores na EXPOINTER; publicação de Boletim Técnico sobre sementes e viveiros florestais e sobre o controle do capim anoni; reunião entre técnicos e produtores na área de saúde animal e zootécnica; cursos sobre genética aplicada à área animal e realização da publicação do 1º volume do Anuário Técnico do Instituto de Pesquisas Zootécnicas Francisco Osório.

As ações executadas em 1989 na área do Desenvolvimento da Pesca visaram a promover o aproveitamento dos recursos hídricos, fornecendo novas alternativas alimentares e econômicas ao produtor rural através da produção de 144.594 alevinos e 5.500 girinos para distribuição e aumento do plantel de reprodutores. Implantou-se um sistema de distribuição a Prefeituras Municipais, produtores rurais, além da orientação técnica aos interessados.

A orientação da política pesqueira para o Estado é efetivada pela SAA através do Conselho Estadual da Pesca, presidido pelo Secretário da Pasta e que atualmente congrega 20 entidades representativas do setor.

Destaca-se em 1989 o aumento da produção de alevinos e o retorno à produção de girinos, introdução de nova espécie de carpa visando à diversificação do plantel de reprodutores e à manutenção do acordo de Cooperação Técnica com o Japão (Província de Shiga) com o envio de técnicos da SAA para estágio naquele país. A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento dispõe de equipe técnica para atendimento aos interessados em criação de peixes e rãs, além de proferir palestras e cursos para entidades interessadas (Prefeituras, associações, etc.) Foi elaborado também um projeto de reestruturação das instalações da Estação Experimental da Lagoa de Quadros e Centro de Aquacultura de Viamão, o qual já possui aprovação orçamentária para 1990 no valor de NCz\$ 723,20 mil. A realização deste projeto vincula-se ao desenvolvimento das atividades de aquacultura no Estado, uma vez que a demanda é cada vez maior, e visa ao produtor de baixa renda.

O esgotamento e a erosão dos solos agrícolas, pelo desuso de práticas conservacionistas, e a agressão ao meio ambiente, estão ocasionando o desequilíbrio ambiental, comprometendo

as safras e provocando a redução do nível de vida das populações rurais e urbanas do Estado, principalmente quanto à reserva hídrica para a dessedentação humana e animal. Em vista do exposto, a SAA direcionou atividades para os projetos de Microbacias Hidrográficas e Irrigação com a construção de barragens, açudes, abertura de vias de acesso, subsolagem, terraceamentos, terraplenagem, beneficiando 45 municípios, totalizando 15.745 horas/trator. Em irrigação, foi firmado Termo de Acordo com o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS), em setembro, para a construção de 460 microaçudes, beneficiando agricultores de 29 municípios das regiões Sul, Centro e Sudoeste do Estado, dos quais 30 concluídos, executadas 16 obras de perfuração de 82 poços tubulares profundos (concluídos) e 14 em vias de conclusão. Tendo como base uma utilização racional e não predatória dos Recursos Naturais Renováveis, pois constituem-se patrimônio econômico do Estado, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento promoveu durante o ano de 1989 o treinamento de 2.327 professores em Educação Ambiental, organizando cursos em 27 municípios do Estado. Foram feitas 3.259 visitas técnicas a produtores, comunidades e a Prefeituras; 358 palestras e divulgações em rádios, 180 em jornais e 24 em televisão.

Na área de Fomento à Produção Florestal, a SAA tem a seu cargo a execução do Programa Florestal Estadual (PROFLOR), que é prioridade de Governo e origina-se de acordo entre Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — (SUDESUL)/Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, assim como a responsabilidade da execução do Projeto Recuperação e Manejo de Áreas Degradadas em Processo de Desertificação na Fronteira Sudoeste do Estado.

No âmbito do PROFLOR foram distribuídas 2.319.373 mudas florestais nativas e exóticas, de várias espécies; já o Projeto Fronteira Sudoeste propiciou a distribuição de 310.000 mudas em sua área específica de abrangência. A produção de mudas atingiu a 8.616.475 mudas, as quais estão prontas para distribuição já em maio de 1990.

No ano de 1989 foram coletados 9.145.000 g de sementes de árvores nativas, sendo 1.125.000 g incorporados ao estoque da Bolsa de Sementes florestais e 1.298.000 g para distribuição. O restante (8.020.000 g) constitui-se de sementes de Pinheiro Brasileiro, coletadas nos Parques Florestais e distribuídas aos agricultores da região. Atualmente encontram-se em distribuição, 640.000 g de sementes de "Pinus sp." e de "Eucalyptus sp.," adquiridas com recursos oriundos do PROFLOR. Além das sementes, foram distribuídas aos municípios 11.346 embalagens plásticas, 186 rolos de sombrite e 48 bobinas de lona plástica transparente. Para viabilização dessa atividade foram assinados Termos de Ajuste entre a SAA e 174 municípios, 10 cooperativas, uma universidade e uma escola agrícola.

Ainda na área de Fomento à Produção Florestal cita-se o plantio de 3.500 mudas para arborização de estradas e a fixação de dunas numa área total de 13,5 ha.

Na área de Conservação do Solo e Água, foram atingidos 146.608 ha, efetuou-se a locação de 1.577 km de terraços, 139 km de estradas internas e 111 canais escoadouros, foram controladas 207 voçorocas e orientados 4.996 ha em melhoramento de pastagens.

Nas atividades de Preservação e Controle dos Recursos Naturais Renováveis foi atendida a conservação de 473 km de estradas tropeiras e realizadas 783 patrulhas.

No âmbito do Projeto Fronteira Sudoeste foram escolhidas 15 áreas para instalação de unidades demonstrativas, implementados 6 viveiros florestais e conduzidas 7 reuniões com produtores.

A Coordenação Estadual do Programa de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS/RS) está atualmente integrada no Plano Estadual de Irrigação, cuja atribuição está sendo a de fiscalização do aproveitamento das águas das barragens e açudes. Estima-se que serão beneficiados mais de 5.000 produtores rurais com o projeto de planejamento integrado do uso de água nas barragens-ponte.

A Coordenação do PROVÁRZEAS/RS também supervisiona diversos agentes técnicos, com destaque à EMATER, Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), Empresas de Planejamento Agrícola e Cooperativas.

Destaca-se que este Programa está integrado ao Programa Nacional de Irrigação (PRONI), que se encontra a cargo da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas, cabendo ao PROVÁRZEAS/RS adequar a utilização de obras agrícolas executadas pelo PRONI.

Encontra-se também sob responsabilidade do PROVÁRZEAS/RS o controle econômico-financeiro do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Sua equipe controla todo o processo, reportando-se à Secretaria da Fazenda ao PRONI e ao Banco Mundial.

Na Área Animal, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento desenvolve suas ações visando à promoção e desenvolvimento da produção, como também sua defesa sanitária e melhoramento do padrão zootécnico dos rebanhos.

Em relação à promoção da produção animal, foram realizadas 73 Exposições Agropecuárias, 252 Feiras Agropecuárias, efetuadas 30.254 visitas de orientação, realizados acompanhamento e inspeção zootécnica aos produtores de bovinos de corte, 12.528 aos de bovinos de leite, 53.382 aos de ovinos, 255 aos de caprinos, 23.821 aos de suínos, 2.403 aos de aves, 594 aos de coelhos, 10.411 aos de eqüinos.

Na área de defesa sanitária animal, visando à sanidade dos rebanhos gaúchos, salientam-se as vacinações contra a Febre Aftosa, a Peste Suína Clássica, Brucelose, Tuberculose, Raiva Bovina e Raiva Canina.

No Parque Estadual de Exposições "Assis Brasil", em Esteio, realizou-se de 26 de agosto a 03 de setembro a 12.ª Exposição Internacional de Animais (EXPOINTER), 6.ª Exposição Nacional de Animais, 11.ª Exposição de Máquinas e Implementos Agrícolas, 6.ª Feira Estadual de Artesanato.

2.17.2 — ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

As principais atribuições da EMATER/RS são: organizar, administrar e mobilizar recursos financeiros, humanos, técnicos e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades de assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio Grande do Sul.

A EMATER/RS representa o principal órgão executor da política oficial de assistência técnica e extensão rural, por delegação dos governos Federal, Estadual e Municipais, mediante a utilização de processos educativos que estimulem o desenvolvimento do meio rural.

As principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS no ano de 1989, tendo em vista a execução dos Projetos Prioritários do Governo do Estado para o setor agropecuário, podem ser assim resumidas:

— **Programa de Microbacias Hidrográficas** — as ações desenvolvidas no período visaram a promover e recuperar as propriedades rurais, através do manejo adequado dos recursos naturais renováveis (solo, água e flora) e da concentração de recursos humanos, financeiros e materiais dos agricultores, da comunidade e do poder municipal, estadual e federal sendo que a assistência prestada às famílias rurais através do Programa envolveram:

— Nº de microbacias trabalhadas	138
— Área das microbacias (ha)	220.000
— Famílias nas microbacias	11.040
— Municípios com microbacias trabalhadas	89

— **Projetos de Irrigação e Drenagem** — as ações desenvolvidas pela EMATER/RS visaram ao melhor aproveitamento das várzeas e áreas irrigáveis, ao aumento da produtividade das culturas e à maior segurança na produção, especialmente das pequenas propriedades rurais, sendo que a assistência prestada aos agricultores por meio da elaboração e implantação dos projetos envolveu:

— Projetos Elaborados	364
— Áreas dos Projetos Elaborados (ha)	4.077
— Projetos Implantados	346
— Área dos Projetos Implantados (ha)	3.891

— **Construção de Paíóis e Armazéns Comunitários** — as principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS, com a colaboração da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG) visaram a criar uma infra-estrutura, a nível de propriedade ou de comunidade, que possibilite a adequada conservação dos produtos, tanto os mantidos nos estabelecimentos para autoconsumo, como os que são levados à rede de armazenagem para beneficiamento e comercialização. Nesse sentido, foi prestada assistência ao pequeno produtor de milho, através da implantação de paíóis ao nível de propriedade individual e de armazéns comunitários, com a utilização de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), envolvendo:

— Paíóis individuais:	
— Projetos Elaborados	2.116
— Projetos Implantados	1.714
— Armazéns Comunitários:	
— Projetos Elaborados	23
— Projetos Implantados	13

— **Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER)** — as atividades desenvolvidas pela EMATER/RS objetivaram proporcionar às pequenas propriedades rurais condições de acesso ao crédito, através de uma sistemática de pagamento em produto, ou em equivalente ao produto, e dar cobertura à propriedade e suas necessidades. A assistência prestada aos agricultores através da elaboração e implantação de projetos com recursos do Fundo envolveram: 4.691 projetos elaborados; 3.876 projetos implantados.

— **Programa Nacional de Reforma Agrária** — as ações desenvolvidas pela EMATER/RS visaram à assessoria técnica e a estimular a organização dos pequenos agricultores e suas famílias, nos projetos de assentamento governamentais. A assistência prestada em Projetos de Reforma Agrária envolveu:

— Assentamentos	41
— Famílias assentadas	1.837
— Áreas dos Assentamentos	35.860
— Municípios com Assentamento	21

As principais ações desenvolvidas pela EMATER/RS no ano de 1989, tendo em vista o atendimento de outras prioridades que não as dos Projetos Prioritário do Governo foram relacionadas com os seguintes programas: Produção e Abastecimento, Proteção ao Meio Ambiente, Apoio à Produção e Promoção Social.

Os recursos financeiros utilizados pela EMATER/RS para o desenvolvimento de seus Programas atingiram, no exercício de 1989, a soma total de NCz\$ 105 milhões.

No Programa de Aumento da Produção e Produtividade das Lavouras foram alcançadas em 1989, as seguintes metas:

— Assistência a produtores de arroz, feijão, milho, mandioca, soja, sorgo e trigo, visando ao aumento da produção e da produtividade:

— Produtores Assistidos	95.720
— Área Assistida	545.199ha
— Produção Assistida	1.401.918t

— Assistência a produtores de hortaliças como alho, batata, cebola, tomate, aspargo e olericultura geral:

— Produtores Assistidos	6.021
— Área Assistida	8.904ha

— Assistência a produtores de frutas de clima tropical e temperado, como melancia, abacaxi, banana, citros, maçã, morango, pêssego, uva e outros:

— Produtores Assistidos	7.964
— Área Assistida	21.370ha
— Produção Assistida	262.224t

— Organização e Assistência a Feiras do Produtor, com o objetivo de proporcionar novas alternativas de renda para as famílias dos pequenos agricultores e ofertar produtos hortigranjeiros a preços acessíveis aos consumidores:

— Feiras Assistidas	137
— Feirantes Assistidos	1.935
— Feiras do Litoral	14
— Volume Comercializado nas Feiras do Litoral	5.792t

— Assistência a produtores de hortaliças na implantação de estufas e túneis plásticos, visando à produção de hortaliças na entressafra:

— Estufas instaladas	264
— Área das estufas	120.583m ²
— Áreas dos túneis	64.856m ²
— Produção das estufas	1.177t
— Produção dos túneis	1.500t

No Programa de Produção e Produtividade das Atividades de Criação Animal foi dada assistência a criadores de bovinos de corte, ovinos, bovinos de leite e suínos, visando a diversificar a atividade agropecuária na pequena propriedade, e a difundir práticas de baixo custo e a integração lavoura-pecuária. Foram assistidos 43.132 produtores e 1.338.376 cabeças do rebanho.

O Programa de Proteção ao Meio Ambiente desenvolveu as seguintes ações:

— Assistência aos agricultores no Programa de Recursos Naturais: Solos e Reflorestamento, visando à racionalização do uso dos recursos naturais, através da conscientização das famílias rurais, sobre a necessidade de serem adotadas ações preservacionistas em suas propriedades e nas comunidades onde vivem. Foram assistidos 78.764 agricultores, numa área de 506.283ha;

- Assistência aos agricultores e suas famílias no Programa de Defesa Sanitária Vegetal, no sentido de educá-los para a compreensão da necessidade e da importância da utilização de práticas menos prejudiciais à saúde humana e menos poluentes do meio ambiente. Foram assistidos 20.029 agricultores, numa área de 264.136ha;
- Assistência aos agricultores no Programa de Controle Biológico da lagarta da soja (Baculovírus). Foram assistidos 23.871 agricultores, numa área tratada de 417.463ha.

No Programa de Apoio à Produção foram prestados os seguintes tipos de assistência:

- Assistência às famílias rurais em Administração Rural, de forma integrada às demais atividades, visando a levar conhecimento e habilidades, a fim de melhor administrar sua propriedade através do uso racional dos fatores de produção, tendo sido assistidas 1.321 famílias;
- Assistência a produtores, visando a desenvolver ações, em equipamentos de tração animal e utilização coletiva de máquinas e equipamentos, através de grupos informais ou organizados, e envolvendo:
 - Associações de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (APSAT's) assistidas 68
 - Associados das APSATs 2.108
- Assistência a agroindústrias já instaladas e elaboração de projetos para implantação, ampliação ou reforma de agroindústria, abrangendo a área de laticínios, carnes, frutas, armazenamento frigorificado, vinho, fábrica de ração e outras, compreendendo:
 - Agroindústrias conveniadas assistidas 13
 - Projetos Elaborados 24
 - Projetos em andamento (dezembro/89) 8
- Assistência ao agricultor no Programa de Classificação dos Produtos Vegetais, visando a ampará-lo quando da comercialização de seus produtos dando-lhe condições para competir no mercado, compreendendo:
 - Produção de Grãos Classificada 4.961.467t
 - Certificados emitidos 292.142

No Programa de Promoção Social foram dirigidas ações no sentido de:

- Assistência às famílias rurais, visando a promover a melhoria das condições de saúde, nutrição e habitação, compreendendo:
 - Famílias beneficiárias 110.668
 - Produção de alimentos para subsistência 41.380 fam.
 - Industrialização e armazenamento de alimentos 36.831 fam.
 - Melhoria do abastecimento d'água 23.108 fam.
 - Saneamento ambiental 14.742 fam.
 - Melhoria da habitação 12.607 fam.
- Assistência a Jovens Rurais, visando ao desenvolvimento integral do jovem, tendo em vista as suas potencialidades como futuros agricultores, compreendendo:
 - Jovens assistidos 27.957
 - Projetos econômicos assistidos 17.010
 - Projetos de bem-estar social assistidos 9.996
 - Projetos em Solos e Reflorestamento assistidos 7.279

- Assistência às famílias rurais através do Programa de Organização Rural, visando à criação e ao fortalecimento de suas instituições compreendendo:
 - Grupos e Clubes de Agricultores, Mulheres e Jovens assistidos 5.144/102.113 participantes
 - Clubes de Integração e Troca de Experiência (CITEs) assistidos 60/947 participantes
 - Cooperativas com trabalho integrado EMATER 93/58.021 participantes
 - Sindicatos com trabalho integrado EMATER 121/102.010 participantes
 - APSAT's assistidas 68/2.108 associações.

2.17.3 —COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA), empresa de economia mista do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, no exercício de 1989, completou 37 anos executando a política oficial do Governo do Estado na prestação de serviços de Armazenagem, isto é, na guarda e preservação de grãos e produtos altamente perecíveis.

A atividade-fim da CESA é desenvolvida nas 28 Unidades Armazenadoras da Companhia, localizadas no Interior do Estado, as quais respondem, em conjunto, pelo desempenho técnico-operacional da Empresa. São ao todo 735.300t de capacidade para grãos e 66.000 m³ para produtos frigorificáveis.

A Companhia, que se caracteriza por atuar exclusivamente na prestação de serviços, teve, no decorrer de 1989, assegurada sua condição de Armazém Geral, o que foi efetivado através do registro de suas Unidades Armazenadoras na Junta Comercial do Estado.

A CESA orientou seus objetivos no sentido de propiciar um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de armazenagem. Deste modo, além de proporcionar a perfeita regularização dos canais de comercialização, participou incontestavelmente no fortalecimento do Setor Primário do Estado.

Embora a CESA detenha menos de 10% da capacidade efetiva de armazenagem do Rio Grande do Sul, a importância de sua participação no Setor Armazenador destaca-se pela qualificação técnica das suas Unidades. Movimentando significativo volume de produtos, a Companhia executa, indistintamente, e com caráter de simultaneidade, as funções de Armazenagem Coletora, Intermediária, Terminal e Estratégica, atendendo assim, complementarmente, a agricultores, à indústria — ou aos estoques governamentais, entre os principais.

Na Rede de 26 Silos e Armazéns ingressaram os produtos que contribuíram para o bom desempenho da Companhia, destacando-se entre eles, o trigo, o milho, a soja, a cevada e o arroz. Nas duas Unidades Frigoríficas, ingressaram inúmeros produtos passíveis de frigoconservação, entre os quais, as frutas "in natura", as carnes diversas e os produtos industrializados em geral. A movimentação física ocorrida em 1989 reprisou o bom desempenho do exercício anterior, pois os serviços prestados demonstram um nível de atividade compatível à dimensão e à capacidade estática da Companhia, a saber: recebimento de grãos para armazenagem a meio-ambiente em 25 municípios — 1.158.584 t; estocagem de grãos a meio-ambiente, em 25 municípios do Estado — 10.593.025 t; expedição de grãos estocados — 1.201.087 t; armazenagem de produtos resfriados em ambiente controlado (Caxias do Sul e Capão do Leão) — 26.334 paletes; armazenagem de produtos congelados em ambiente controlado (Caxias do Sul e Capão do Leão) — 7.818 paletes.

Historicamente, a CESA tem comprovado sua condição de auto-suficiência: a receita operacional proveniente da prestação de serviços cobre as despesas de custeio da Empresa. Para

investimentos de maior expressão a Companhia sempre contou com o aporte de recursos externos, via acionista majoritário que é o Governo do Estado.

O exercício de 1989 foi um período bastante difícil para a CESA dado que, embora o bom desempenho a nível operacional já referido, a Companhia foi penalizada por uma política tarifária imposta pelo Governo Federal, que a levou a uma condição de extrema intranquilidade, mormente no segundo semestre, quando ficou comprometida sua saúde financeira e quando necessitou de recursos externos para honrar compromissos com as despesas de custeio, uma vez que a defasagem tarifária atingiu, no final do exercício, mais de 100%.

Destaque-se que a Companhia, apesar da escassez de recursos, ocasionada pela redução da Receita Operacional, não deixou de executar investimentos em obras de conservação, melhorias, adequações técnicas bem como reaparelhamento administrativo-operacional de suas Unidades Armazenadoras e aquisição de outras Unidades (estas com aporte parcial de recursos do Estado). Tais investimentos totalizaram, a preços correntes, mais de NCz\$ 2,5 milhões, envolvendo: formação de hortos florestais — NCz\$ 11,2 milhões; reaparelhamento administrativo operacional — NCz\$ 96,8 milhões; conservação e melhoria de Unidades Armazenadoras — NCz\$ 919,9 milhões; aquisição de equipamento da Unidade "COMAIG" — São Gabriel — NCz\$ 140,2 milhões; aquisição da Unidade Armazenadora "José Berta" — Camaquã — NCz\$ 1.380,2 milhões.

A CESA, além de operar sua própria rede de Silos, Armazéns e Frigoríficos, participou significativamente no Programa do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), mais especialmente na Implantação de Armazéns Comunitários a nível de propriedade, um dos Programas Prioritários do Governo do Estado. Neste Programa, a CESA participa intensamente, desde a orientação aos agricultores, à elaboração do projeto de engenharia, assessoria de contratação, fiscalização das obras, e treinamento do pessoal que irá operar as instalações.

2.17.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul é uma Instituição que tem por objetivo primordial o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada sobre a flora e fauna silvestres do Estado do Rio Grande do Sul. Mantém, para esse efeito, três órgãos executivos, o Parque Zoológico, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais, além da Administração Central. Socializa a informação obtida, através de publicações e atividades científicas, culturais e educativas.

Suas atribuições fundamentais são únicas dentro do contexto governamental estadual e suas atividades servem de apoio ao trabalho dos mais variados órgãos da esfera pública e privada, inclusive a nível nacional e internacional.

O Parque Zoológico mantém e expõe animais vivos da fauna silvestre brasileira e de outras regiões da Terra, atividade que se sustenta graças a um apoio técnico e científico diário e dinâmico. Cada espécie exposta apresenta peculiaridades próprias e demanda constante pesquisa. Ademais, na administração de sua área total, cerca de 850 ha, inserem-se atividades educativas, conservacionistas, culturais e recreativas.

A seguir destacam-se as principais ações desenvolvidas no Parque Zoológico:

- Construção de duas ilhas-recinto para primatas, cada ilha com aproximadamente 330m², com 100 metros lineares de perímetro; o lago à volta das ilhas mede por volta de 300 metros lineares de perímetro;
- Construção de um sanitário com área de 55,69m²;

- Construção de um abrigo para os elefantes, com 32,15m² de área, incluindo um solário de 73,91m² de área;
- Construção de um recinto para avestruzes, com 520m² de cercas de tela e 385 metros lineares de drenos de tijolos;
- Reforma do lago principal do Parque Zoológico;
- Construção de duas escadas de acesso ao Parque Infantil, ambas com 14,64m de comprimento e 4m de largura;
- Aquisição de material para o Hospital Veterinário, sendo: um aparelho de oxigênio; uma centrífuga comum; uma centrífuga hematológica; um condicionador de ar para sala de cirurgia e uma lupa estereoscópica;
- Desenvolvimento de um projeto educativo experimental para crianças em Pré-Escola, acompanhadas pessoalmente por funcionários da Entidade;
- Registro, atualmente, de um total de 2.192 animais no inventário do parque;
- Nascimento de um total de 166 animais, destacando-se: um canguru-vermelho; dois sagüis-de-mão-dourada; duas antas; dois guanacos; duas lhamas; uma alpaca; um hipopótamo; uma girafa; doze avestruzes; dezesseis cisnes-negros; cinco cisnes-brancos; sete cisnes-de-pescoço-preto; dois urubus-rei; e um mutum-pitima;
- Recebimento de cinco sagüis-de-cara-suja, três micos-de-cheiro-de-cara-preta e três paranacus.

O Jardim Botânico, localizado dentro da Capital do Estado, congrega um importante acervo florístico que busca representar a vegetação característica do Rio Grande do Sul, sem desconsiderar a representatividade da flora nacional e estrangeira. É um verdadeiro "banco genético", calcado na pesquisa básica e dirigida, necessária ao seu desenvolvimento.

A seguir são destacadas as principais ações desenvolvidas pelo Jardim Botânico:

- Publicação do "Index Seminum VI", pelo qual foram atendidas 38 Instituições nacionais e internacionais, com o envio de 695 amostras de sementes de 163 espécies;
- Ampliação das atividades de pesquisa da coleção de plantas vivas em 135 exemplares representantes, principalmente, da flora gaúcha;
- Produção de 54.230 mudas destinadas à coleção e ao ajardinamento do parque florístico;
- Oferta à comunidade, através da comercialização, de 25.269 mudas;
- Recebimento de visitação de 97.447 pessoas;
- Resposta a 2.262 consultas técnicas;
- Promoção de cursos para professores de 1º e 2º Graus;
- Desenvolvimento de projetos especiais, tais como: "Reconhecendo a Primavera", "Aprendendo a Plantar" e "Conheça o Jardim Botânico", com a presença total de 3.500 escolares, que propiciaram atividades práticas visando a despertar o respeito à natureza;
- Prestação de assessoria técnica ao Município de Feliz, à Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), à Fundação Piratini e à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA);

- Realização de curso de treinamento de jardineiros, com a participação de 7 Prefeituras do Estado;
- Implementação de 1.391m de rede de irrigação; 1.348,5m de cercas periféricas; 3.000 m² de estacionamento; um módulo sanitário público; e início dos serviços de urbanização de 16.800 m² de área com vistas à ampliação do acervo.

O Museu de Ciências Naturais (MCN), tradicional entidade voltada à pesquisa científica da flora e fauna gaúchas, por solicitações diversas, tem expandido sua atividade a nível nacional e internacional. Possui, entre suas atribuições, a de inventariar, determinar, catalogar e armazenar de forma adequada, coleções científicas representativas do patrimônio florístico e faunístico do Rio Grande do Sul.

A seguir destacam-se as principais ações desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais:

- Assinatura de convênio entre a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS) e a Prefeitura de Cachoeira do Sul, visando a prestar assessoramento técnico na implantação de um Museu de Ciências naquele Município;
- Prestação de assessoramento semelhante à Prefeitura de Cristal;
- Anexação ao Herbário, do acervo do Herbário do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis "Ataliba Paz" da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (IPRNR "AP"/SAA), acrescentando ao Herbário do MCN/FZB 50 mil excicatas;
- Reinstalação das coleções científicas do MCN com a conclusão de adaptação de 182m² de área, para abrigar o primeiro módulo das coleções em líquido;
- Reinstalação do Herbário em uma área adaptada com 382m²;
- Continuidade dos convênios com o Ministério da Marinha — Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com o Ministério da Saúde — Secretaria de Ações Básicas da Saúde (SNABS), com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Conclusão de 120 trabalhos técnicos dentro do Programa de Pesquisa Científica;
- Recebimento na Exposição Pública do MCN, de 23.387 visitantes do Estado, País e Exterior;
- Promoção de exposições rotativas sobre: Fauna Urbana, Fauna e Flora na Filatelia, Fauna de Peixes Nativos do Rio Grande do Sul, e de Cobras Peçonhentas do Rio Grande do Sul;
- Promoção do 1º Curso de Curadoria de Coleções Científicas de Ciências Naturais;
- Promoção, por solicitação da Universidade de Caxias do Sul, do curso "Metodologia e Técnicas para Organização de Material Biológico";
- Inserção, através do Banco de Dados do Ambiente Natural (BDA), de 14.510 registros;
- Incremento, nas coleções científicas, de 59.450 lotes, perfazendo no presente um acervo total de 209.982 peças.

A seguir são destacadas as principais ações desenvolvidas pela Administração Central:

- Estruturação do Setor de Transportes;
- Implantação dos Setores de Manutenção, Serviços Gerais e Obras e Reformas;

- Coordenação e realização de concursos públicos para ingresso de funcionários no Parque Zoológico, Jardim Botânico e Gerência Contábil-Financeira;
- Cumprimento da cláusula de dissídio coletivo que estabelecia a realização de provas seletivas para correção de desvios de função e enquadramento funcional;
- Implantação do empenho prévio;
- Adoção de controles internos que permitiram assegurar a proteção do patrimônio da Fundação;
- Implantação do módulo Contabilidade do Sistema — Administração Financeira Estadual (AFE), pela Secretaria da Fazenda.

A Fundação Zoobotânica contou, em 1989, com recursos financeiros da ordem de NCz\$ 14,88 milhões, sendo NCz\$ 11,81 milhões, do Estado, e NCz\$ 3,07 milhões, de Recursos Próprios. Deste montante, NCz\$ 6,74 milhões destinaram-se ao Pessoal, NCz\$ 1,72 milhão, a Custeio, e NCz\$ 3,35 milhões, a Investimentos.

2.17.5 — INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

O Instituto Riograndense do Arroz, criado e oficializado pelo Decreto-Lei n.º 20, de 20 de junho de 1940, e institucionalizado pela Lei n.º 533, de 31 de dezembro de 1948 — tem por finalidade incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, da indústria e do comércio do arroz produzido no Estado.

Atualmente o Rio Grande do Sul possui cerca de 8.100 produtores de arroz irrigado, 829 indústrias arrozeiras (beneficiamento do produto, como secagem, descasque, etc.) e alguns milhares de comerciantes e atacadistas do produto.

A maior parte do arroz gaúcho — cerca de 70% — é comercializada fora do Estado, principalmente nos centros consumidores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A produção de arroz abrange 80 municípios, que recebem atendimento desse Instituto através de 38 zonas de extensão orizícola.

Conta o IRGA com quatro engenhos de arroz, localizados em Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Areal (Camaquã) e Palmares do Sul, e com seis depósitos de arroz, inclusive silos, com capacidade para armazenar 2.615.000 sacos de 60 kg, assim distribuídos: Porto Alegre — 833.000 sacos; Pelotas — 700.000 sacos; Cachoeira do Sul — 500.000 sacos; Uruguaiana — 250.000 sacos; Camaquã (Areal) — 166.000 sacos, e Palmares do Sul — 166.000 sacos.

No ano de 1989, o IRGA comercializou 214.317 toneladas de arroz e prestou serviços de armazenagem que montaram em NCz\$ 347 mil, quase não atuando junto ao Governo Federal. Comercializou, ainda, 36.711 toneladas da sua propriedade.

A Lei Institucional da Autarquia determina que o IRGA deve “criar, manter ou auxiliar estações experimentais, campos de multiplicação de sementes e ensaios de fertilizantes, granjas-modelos e escolas técnicas de orizicultura e mecânica agrícola”.

Dando cumprimento a essa Lei, na área de produção de sementes — genética — foram colhidas panículas para produção de sementes, para o período de 1989-90, de onze cultivares (BR-IRGA 409; BR-IRGA 410, BR-IRGA 412; BR-IRGA 413; BR-IRGA 414; BLUEBELLE; IRGA 408; EEA 404; EEA 406; BICO TORTO; COLOMBIANO) e de quatorze linhagens promissoras.

No que se refere a pesquisa, foram realizadas as seguintes:

- Causas, distribuição e importância das manchas das glumas em arroz irrigado no Rio Grande do Sul;
- Teste industrial em semente para separação de arroz vermelho e preto dos agulhinhas; teste industrial em agroindústria para separação do arroz vermelho e preto dos agulhinhas;
- Confecção de protótipo de silo secador com ar quente e ar natural; confecção de protótipo de secador de amostra de arroz; confecção de pré-limpeza para amostra de arroz; confecção de protótipo de plantadeira de milho, soja e sorgo entre sulcos para solos hidromórficos; confecção de sistema de rosca agogada para circular o arroz do silo secador;
- Teste de secagem com energia solar natural nas condições climáticas do Rio Grande do Sul;
- Confecção de protótipo de plantadeira de milho-soja em sistema de camalhões para solos hidromórficos. Os protótipos de semeadura de cultivar alternativas em várzeas semearam milho CADOP em Cachoeirinha e em Palmares do Sul, Viamão e em granjas particulares.

Em relação às análises realizadas em laboratório, foram feitas análises de solos, de semente e de qualidade. Em análise de solos foram realizadas 2.970 análises e 20.930 determinações. Em análise de sementes foram realizadas 3.099 amostras e emitidos 2.041 resultados. Em laboratório de qualidade foram realizadas 4.389 análises de centro branco, 1.846 análises de temperatura de gelatinização, e 750 análises de conteúdo de amilose.

No que tange a sementes foram semeadas em outubro 120 panículas de cada uma das cultivares BR-IRGA 409, BR-IRGA 410 e BR-IRGA 412, visando à produção de semente genética. Para produção de semente pré-básica foram semeadas as cultivares BR-IRGA 409, BR-IRGA 410, BR-IRGA 412, BR-IRGA 415 e linhagens IRGA 172 — F4 — 119 — 3 CS, sendo 5 mil m² de cada uma. Da linhagem L 386 foram semeadas 960 linhas de 4m de comprimento, e da cultivar Formosa, 1.440 linhas. Iniciou-se a semeadura dos progenitores que vão participar dos 107 cruzamentos programados, e a mesma está sendo realizada em vaso e a campo. Em sementeira de isopor foram semeadas 2.800 sementes F1, individualmente, para depois serem transplantadas para o campo. No campo experimental já foram semeadas 3.500 de material segregante (F4; F5; F6) e 341 parcelas de observação, sendo seis linhas de cada genótipo, totalizando 10.230 linhas. Em Guaíba (em lavoura particular) foi instalado o ensaio "Testes de adubos organo-mineral".

No tocante à orientação e assistência técnica prestada aos orizicultores, através das zonas de assistência, destacam-se: nivelamento de 1.279.343 metros de canais; nivelamento de 162.359 metros de esgotos e drenos; visitas a 3.179 propriedades; 7.883 consultas recebidas nos escritórios regionais; 45 reuniões com 1.335 participantes; 295 projetos de instalação de recalques abrangendo uma área de 36.261 ha; 342 anteprojetos de açudes abrangendo uma área de 365.845 ha; 227 reformas de açudes abrangendo uma área de 19.681 ha; 509 explorações de açudes; 257 açudes novos abrangendo uma área de 13.843 ha; 5.403 análises de sementes; dias de campo envolvendo quatro reuniões e 89 participantes.

Para ampliar os estudos de arroz, que são considerados como parte da infra-estrutura da orizicultura, foi criado o novo Centro da Pesquisa de Arroz Irrigado (CPAI). Em 1989 o projeto foi posto em execução, tendo já sido realizadas algumas etapas, como: marcação dos prédios e da área geral do Centro; lançamento da rede geral de água e esgoto do Centro (aproximadamente 2.000 metros); instalação de um canteiro de obras, incluindo galpão com 150m²; instalação provisória da rede elétrica para alimentação da obra; pavimentação de algumas vias de acesso aos prédios; fundação (estacas pré-moldadas) dos prédios nºs 02, 18, 17, 16, 15 e 14.

O Centro de Treinamento de Mão-de-Obra Rural (CIMOR), visando a capacitar mão-de-obra através de treinamento rápido, para os postos de trabalhos inerentes à agroindústria orizí-

cola, realizou os seguintes cursos: 21 Cursos de Conservação de Tratores e Regulagem de Arados e Grades, para 316 treinandos; 09 cursos de Mecânica de Motores Diesel, para 140 treinandos; 20 cursos de Aplicador de Defensivos Agrícolas, para 312 treinandos; 14 cursos de Conservação e Regulagem de Semeadeiras — Adubadeiras, para 201 treinandos; 19 cursos de Nivelador de Taipas, para 299 treinandos; 11 cursos de Classificador de Arroz, para 150 treinandos.

Apesar de terem sido programados 104 cursos e realizados 94, o número de participantes foi de 1.418, superando em 66 o número estimado de treinandos.

A Unidade de Produção Agrícola (UPA), localizada em Palmares do Sul, arrenda parte de sua área para orizicultores que não possuem terra ou que fracassaram em suas lavouras. Em 1989, o IRGA teve, em regime de parceria agrícola, 2.134 lavouras de terceiros; beneficiou 56.568 sacos de arroz; reconstruiu 20 pontes de madeira. Não plantou nesse ano, portanto não teve lavoura própria, pois a área destinada ao plantio foi arrendada para produtores sem terra.

Na Barragem do Capané, além da reforma e construção de prédios para funcionários, foram construídas três estações de recalque d'água, 11 km de estradas internas, e uma pista para aviação agrícola, com 650 metros.

No Programa de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS), o Instituto, através de estudos e projetos, vem procurando dar utilização racional para os recursos renováveis.

Com este objetivo, treinou seis técnicos em irrigação e drenagem; realizou dois projetos de irrigação e drenagem, que abrangem 356,68 hectares; elaborou cinco projetos de barragens, com capacidade para irrigarem 1.211,15 hectares; realizou dezoito visitas técnicas; implantou duas áreas demonstrativas irrigadas, estando parcialmente implantadas outras quatro áreas, abrangendo, cada uma, um hectare em média.

Foi elaborado, ainda, um Plano de Metas cujo objetivo é o de adequar a Autarquia ao momento atual, priorizando as atividades-fim, utilizando recursos próprios e buscando a auto-sustentação financeira com base exclusiva em receitas rotineiras.

De forma sintética, o direcionamento dado ao Plano de Metas, pode assim ser resumido:

- Modernizar e simplificar a estrutura administrativa;
- Adequar e dar melhor aproveitamento ao imobilizado;
- Recuperar a posição de auto-sustentação financeira, eliminando dependência de terceiros;
- Melhorar os serviços prestados, tanto em termos qualitativos como quantitativos;
- Revitalizar a Instituição como um todo, buscando maior integração e afinidade entre seus diversos órgãos.

Para melhor atender ao produtor de arroz e melhorar a qualidade dos serviços prestados, o IRGA está construindo novas sedes em quatro municípios: Rosário do Sul, com laboratório de análise de sementes; Restinga Seca, São Vicente do Sul e Cacequi.

Na área Administrativa, visando a agilizar, bem como a racionalizar os serviços, foi iniciada, em 1989, a implantação do serviço de Informática. Está sendo dada prioridade ao serviço de contabilidade geral, controle orçamentário, folha de pagamentos, controle de pessoal e controle patrimonial.

2.17.6 — INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)

O Instituto Sul-Riograndense de Carnes, criado pelo Decreto nº 5.648 de 13 de julho de 1934, é uma entidade pública autônoma e tem por finalidades essenciais: defender as indústrias agropecuárias do Estado; melhorar as suas condições e organizar a industrialização; estabelecer a colaboração entre o Estado e os produtores pela forma prevista no Decreto acima mencionado.

O Instituto, em atendimento ao que preceitua a sua Lei de Criação, embora as inúmeras dificuldades encontradas neste exercício, desenvolveu diversas atividades, podendo citar-se, entre outras:

- Assessoramento aos poderes Executivo e Legislativo do Estado, prestando informações e pareceres, participando de reuniões de assuntos ligados à produção, industrialização e comercialização de carne;
- Relacionamento permanente com as entidades representativas dos produtores, indústrias e comerciantes de carne;
- Participação em inúmeras reuniões, seminários e congressos, inclusive internacionais, representando o setor de carnes do Estado, enfatizando-se o Encontro de Cooperativismo do Cone Sul, realizado em Santana do Livramento, que contou com a participação de representantes do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e que visou ao estreitamento das relações comerciais e tecnológicas de diversos produtos produzidos por esses países, destacando-se a carne, de cuja comissão de estudos o Instituto foi relator.

Durante o ano de 1989, foi também dispensado um permanente apoio à suinocultura do Estado, em função de ter sido o setor a ela relacionado, o que maiores dificuldades enfrentou em consequência dos fortes desequilíbrios verificados entre os custos de produção e o preço praticado pelo suíno vivo, causados por saturação de mercado em consequência do ingresso de grande volume de carnes oriundas de importações. Este apoio traduziu-se, especialmente, na arregimentação e organização dos produtores com a realização de inúmeras reuniões nas mais diversas regiões de produção onde, também, houve a orientação no sentido de uma melhor qualificação do rebanho.

Com relação ao abastecimento de insumos para rações, necessárias ao suprimento da avicultura e suinocultura, foi desenvolvido um intenso trabalho, especialmente com relação ao milho.

Através de convênio mantido com o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), foi desenvolvido um significativo trabalho de aprimoramento tecnológico das indústrias frigoríficas.

Como atividade prioritária do Órgão, destaca-se a inspeção sanitária dos abates, cujo objetivo é o de melhorar, substancialmente, a inspeção nos abatedouros municipais e estaduais, que hoje é realizado de forma precária, facilitando o abate clandestino que chega à níveis de 40% da carne consumida. Esta atividade é realizada mediante convênio entre o Instituto e o Ministério da Agricultura.

Deve ser salientado também, que a inspeção auxiliar nos abatedouros exportadores, realizada por fiscais contratados pelas próprias empresas, está causando dificuldades às exportações de carne, tendo em vista tal tipo de inspeção não estar sendo aceita pelos importadores, que estão exigindo a fiscalização por um Órgão Oficial. Na impossibilidade deste trabalho ser realizado pelo Ministério da Agricultura, as indústrias estão solicitando ao Instituto que passe à executá-lo.

Em relação ao estoque regulador, o objetivo é o de coordenar, em conjunto com as indústrias frigoríficas, a execução de um estoque regulador de carnes no Estado, com apoio financeiro dos Bancos Oficiais, visando a garantir um eficiente desfrute do rebanho no período de safra, especialmente do bovino, bem como, garantir um normal abastecimento no período de entressafra, a preços normais.

Justifica-se tal objetivo em função de o Governo Federal, já há alguns anos, não mais executar tal estoque, causando sérios prejuízos à pecuária gaúcha, que possui um significativo excedente, e aos consumidores, em virtude da falta e a conseqüente elevação dos preços.

O Instituto Sul-Riograndense de Carnes publicou ainda, o Boletim Informativo Mensal, que traz dados atualizados e completos sobre abate, produção, abastecimento, industrialização, importação, exportação e preços de carnes bovinas, suínas, eqüinas, ovinas, coelhos, pescado e aves. A publicação em apreço tem circulação nacional e até em alguns países do Cone Sul, com uma tiragem superior a 500 exemplares mensais, sendo distribuída preferencialmente, aos setores técnicos e financeiros das entidades. Diversas entidades utilizam o Boletim para o Setor de Planejamento, mercê da confiabilidade dos dados publicados, pois os mesmos são recolhidos diretamente dos estabelecimentos frigoríficos, em sistema próprio de coleta.

2.17.7 —COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

A CORLAC, ao final do ano de 1989, voltou a apresentar resultados e desempenhos satisfatórios, que demonstram a plena recuperação econômica e financeira da Empresa.

Nesse sentido, com todas as dificuldades verificadas ao longo do ano na área econômica nacional, repercutindo direta e principalmente no ramo de atividade da Companhia — produtos alimentares —, especialmente as decorrentes do Plano Verão e alta espiral inflacionária, pode-se afirmar que o faturamento líquido estimado foi alcançado, na ordem de NCz\$ 173 milhões, com uma margem bruta de 29,14%, porém, uma lucratividade final não superior a 1,70%. Tal faturamento é composto, fundamentalmente, da comercialização de leite pasteurizado, que deixa pequena margem de lucro, daí a razão da reduzida lucratividade final.

A maioria das metas propostas foi atingida, sendo importante destacar, entre outras realizações, a inauguração do Centro de Treinamento Leiteiro de Montenegro, onde serão desenvolvidos projetos que beneficiarão a bovinocultura rio-grandense e o pequeno produtor rural.

A transferência da vinculação governamental da CORLAC para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi evento positivo, pelo inter-relacionamento das áreas de atuação, o que propiciou, de certa forma, a celebração de um convênio com a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)/Associação Sulina de Crédito (ASCAR), objetivando a transferência do fomento à produção para estas últimas.

Na área de captação de leite "in natura", foi consumada a transferência da Usina de São Gabriel para a Cooperativa de Produtores local, assim como a de Osório, com a finalidade principal de revigorar as respectivas bacias leiteiras pela participação de suas comunidades. Também foram implantadas e ativadas novas bacias leiteiras, como as de Nova Palma e Erval Seco, com o que se pensa elevar a produção média diária/ano de leite, até alcançar uma meta de captação de matéria-prima equilibrada, em torno de 350 mil litros.

Em associação com a indústria rio-grandense na área da soja, Olvebra Industrial S/A, foi possível produzir um leite alternativo, da marca "HOBBA", que se destina a suprir o mercado consumidor no período de entressafra da produção primária.

Novos programas de treinamento de pessoal e, especialmente, dos gerentes, foram desenvolvidos, com a participação da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

(FDRH), a par de se ter conseguido, mais uma vez, redução no contingente de recursos humanos, pela desativação de unidades improdutivas.

Para o exercício de 1990, a CORLAC continuará perseguindo as metas de otimização de sua linha de produtos, de forma a incrementar a produção daqueles mais rentáveis, como, também, de expandir sua área de captação, com a construção e entrada em funcionamento de novos Postos de Coleta e Resfriamento de Leite, como em Miraguaf, Três Passos, Erval Grande e Viadutos.

O Plano de início da descentralização e transferência da Usina de Porto Alegre será implantado com a edificação de um Posto de Coleta e Resfriamento de Leite em Alvorada, destinado a receber toda a produção leiteira da Região Metropolitana.

A perspectiva é de que a CORLAC, em 1990, atinja suas principais finalidades sociais de fomentadora da produção primária e assistência ao pequeno produtor, bem como reguladora e abastecedora do mercado consumidor rio-grandense.

2.18 – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.18.1 —SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

Desenvolver projetos e atrair investimentos ao Rio Grande do Sul, que permitam explorar seu grande potencial econômico e aproveitem melhor sua capacidade humana, tem sido a preocupação principal do atual Governo. É com este espírito, pois, que a Secretaria da Indústria e Comércio tem orientado a sua atuação política e promocional, nas áreas de indústria e comércio, funcionando como uma Secretaria-meio, de mobilização e articulação. Para tanto, utiliza-se dos meios institucionais e instrumentos de apoio criados para incentivar investimentos novos ou a expansão dos já existentes, detectar oportunidades e desenvolvê-las em nível de Rio Grande do Sul.

Com a integração de órgãos da iniciativa privada e pública em um só sistema, procura evitar a duplicidade de esforços dos mecanismos de atuação governamental, possibilitando, conseqüentemente, a racionalização e o ordenamento das atividades voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Tendo como linhas prioritárias ações concentradas na implantação e expansão de indústrias, interiorização, comércio exterior e novos mercados, promoção da indústria petroquímica nas suas três gerações, e Turismo, a Secretaria da Indústria e Comércio investe com grande confiança nos setores Secundário e Terciário da economia rio-grandense.

São os seguintes os projetos prioritários desta Secretaria: FUNDOPEM; Implantação de Berçário para Microempresas Industriais; Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica; Identificação de Vazios Industriais; SIC-Porta Aberta ao Empresário e Cadastro Ativo da Produção Gaúcha. Destacam-se, ainda, as ações desenvolvidas no Programa Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND); Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC); Programa de Interiorização e Desenvolvimento Econômico, e Programa de Recuperação de Empresas.

— Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS)

O Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM-RS) tem como objetivo o apoio mediante incentivo financeiro, à implantação e à expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande portes, visando ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Ao completar seu primeiro ano e meio de funcionamento, o FUNDOPEM-RS possibilitou novos investimentos produtivos no Rio Grande do Sul da ordem de US\$ 200 milhões e permitiu a criação de 7.900 novos empregos diretos. Estes dados representam o resultado analítico apurado para os 28 primeiros projetos aprovados, sendo 10 relacionados à implantação de novas empresas e 18 à expansão industrial de empresas já instaladas.

Cabe ressaltar que estes 28 projetos, aprovados até o final de 1989, motivaram um incremento adicional de ICMS para o Estado da ordem de US\$ 152 milhões, cujo retorno às empresas, na forma de ICMS incentivado, será de US\$ 40 milhões para os próximos 03/05 anos.

Entretanto, cabe destacar que estão em fase final de análise junto à Central do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), cartas-consultas

que geram investimentos novos superiores a US\$ 1 bilhão e, se contabilizados os projetos de investimentos na área petroquímica de consolidação do Pólo e também a nova fábrica de celulose, estes investimentos atingirão a meta de US\$ 4,5 bilhões até o final do Governo.

Até o momento foram cadastrados na Central do SEADAP 124 projetos de investimentos privados, sendo 45 do setor metal-mecânico, 21 do setor de produtos alimentares e bebidas, 20 do setor químico e petroquímico, 19 do setor de material elétrico e de telecomunicações, 10 do setor têxtil e do vestuário e os demais nos ramos mobiliário, gráfico, minerais não metálicos e de transporte.

— Pólo Petroquímico

O Pólo Petroquímico visa a promover a consolidação do setor Petroquímico no Estado incentivando a implantação e/ou expansão das indústrias de primeira, segunda e terceira gerações.

Dentre as ações desenvolvidas neste sentido, durante o ano de 1989, podem ser destacadas as seguintes:

- Integração à ação do Governo Estadual, através da articulação com os demais órgãos/entidades, com vistas a obter da Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (SDI/MIC) a concretização do desgargamento da Companhia Petroquímica do Sul (COPELUL):
- Gestões para implantação de empresas Oxiteno do Nordeste S.A. (planta de US\$ 39 milhões), Oxiquímica S.A. (US\$ 52 milhões), Estireno do Sul S.A. (US\$ 110 milhões), Capuava Carbonos Industriais (US\$ 52 milhões) no Estado do Rio Grande do Sul;
- Ação efetiva junto ao Governo Federal no intuito de obter a implantação das plantas de cumeno-fenol acetona (com investimento de US\$ 180 milhões) e a planta de MVC/PVC soda cloro (no valor de US\$ 410 milhões);
- Articulação com demais órgãos/entidades do Governo Estadual objetivando a efetiva ampliação da Unidade de Destilação Atmosférica da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP);
- Contato permanente com a REFAP, COPELUL e empresas de segunda geração instaladas no Pólo com troca de informações;
- Interação com o Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Farmácia da UFRGS, Fundação de Ciência e Tecnologia (CIEN-TEC), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Sindicato da Indústria Química da Borracha e dos Plásticos, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), Associação de Jovens Empresários, Associação dos Engenheiros do Pólo, etc;
- Atendimento a diversas empresas de segunda e terceira gerações desejosas de investirem no Rio Grande, tais como: Grupo Sulfabrás de São Paulo, Grupo Oxipar, também de São Paulo, GVD representante de Grupo Coreano, BASF, etc;
- Participação do encontro de empresários da Indústria de Química Fina, realizado na ABI-FINA — São Paulo;
- Acompanhamento a um Grupo de empresários italianos em visita prospectiva ao Estado;
- Realização conjunta com a Unidade de Elaboração de Projetos do BADELUL para a contratação de trabalho de consultoria sobre a árvore de Fenol-Acetona, bem como recepção dos técnicos do PIDCOP — Bahia Blanca Argentina, que o realizou;

- Realização conjunta com a UEP — BADESUL, para a vinda e recepção de consultores da UNIDO, com vista a auxiliar no desenvolvimento da petroquímica no Estado, principalmente a da terceira geração;
- Participação na elaboração de estudos de incentivos ao desenvolvimento da terceira geração;
- Desenvolvimento de estudos para incremento da plasticultura no Estado;
- Desenvolvimento de estudos para a criação de um Pólo (ou Distrito Industrial) de Química Fina junto ao Pólo Petroquímico;
- Gestões junto à SDI/MIC para aprovação de plantas de segunda geração para o Rio Grande do Sul.

— Berçários Industriais

O Programa Berçários Industriais tem por objetivo a construção de pavilhões (berçários) de aproximadamente 800 m², divididos em módulos de 40 m² e dotados de infra-estrutura básica, estimulando a criação de microempresas, através da redução dos custos administrativos que são rateados condominialmente.

O investimento previsto para os Berçários Industriais é da ordem de R\$ 9,3 milhões (a preços de dezembro/89) salientando-se entre as realizações desenvolvidas:

- Contrato firmado entre SIC e Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) para a construção de seis prédios destinados aos berçários dos municípios de Tramandaí, Torres, Rio Grande, São Gabriel, São Sebastião do Caí e Santa Maria;
- Licitação para as obras civis dos berçários de Tramandaí, e Torres, tendo a abertura das propostas ocorrido no dia 30/12/89.

— Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica

O Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica busca estimular o desenvolvimento de empresas vocacionadas para o setor aeronáutico, através da absorção de novas tecnologias e fabricação de produtos com maior valor agregado, utilizando a cláusula de compensação (OFFSET).

Destacam-se entre as ações realizadas em 1989, nesse sentido:

- Assinatura, em 07/06/89, de Protocolo de Intenções com o Departamento de Aviação Civil (DAC), do Ministério da Aeronáutica;
- Formação do Grupo de Coordenação e de cinco subgrupos;
- Reuniões de implementação e de trabalho;
- Levantamento das indústrias gaúchas fabricantes de equipamentos e acessórios para o setor aeronáutico;
- Visitas a laboratórios para a elaboração de manual de apoio ao setor;
- Aprovação de parcelamento da alíquota de ICMS sobre importações efetuadas pelo setor;
- Em estudo a criação de outros instrumentos para incentivar o setor (TECNOPEM, FUNGAPEM, FUNDOPEM);
- Inclusão do Rio Grande do Sul na Câmara Setorial do SDI/MIC que estuda estímulos e a política de desenvolvimento nacional do complexo industrial aeronáutico e aeroespacial.

— Vazios Industriais

Os Vazios Industriais procuram detectar oportunidades de investimentos que se configurem como vazios da matriz industrial do Estado; promover tais oportunidades, através da criação de estímulos, divulgação e contatos diretos com grupos industriais. O Programa prevê: levantamento e análise das importações estaduais realizadas por empresas industriais do Rio Grande do Sul; avaliação conceitual dessas oportunidades e respectiva promoção junto aos grupos empresariais.

Para tanto, em 1989 foi realizada sondagem empresarial (pesquisa direta) em 100 indústrias do Estado.

— SIC - Porta Aberta ao Empresário

— Balcão de Atendimento e Acompanhamento

O Balcão Central, com início de atividades em setembro/87, e os 58 Balcões localizados no Interior do Estado, implantados a partir de dezembro/88, correspondem a uma interiorização da SIC, servindo de elo de ligação entre os municípios e a Secretaria.

Através deles, os empresários terão acesso a todo tipo de informações e orientação necessárias ao desempenho de suas atividades, destacando-se informações sobre financiamentos do sistema financeiro estadual, documentação exigida pela Junta Comercial, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), programas da SIC, dados sócio-econômicos, informações sobre oportunidades de investimentos, incentivos (FUNDOPEM), etc.

Como principais ações desenvolvidas destacam-se:

- Interiorização do Balcão: programação e realização de três cursos de treinamento para a implantação do Balcão de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário em 39 municípios, a saber: Agudo, Alvorada, Cacequi, Canela, Capão da Canoa, Carazinho, Casca, Chiapeta, Condor, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Giruá, Gramado, Gravataí, Guaíba, Ijuí, Ivoti, Jaguarão, Montenegro, Muçum, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pedro Osório, Rio Pardo, Santa Rosa, Santiago, Santo Antonio da Patrulha, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Torres, Tramandaí, Triunfo e Venâncio Aires;
- Atendimento, através dos 59 balcões implantados, a cerca de 3.000 consultas;
- Elaboração de informativo periódico, para circulação junto aos Balcões.
- Cadastro Ativo da Produção Gaúcha

O Cadastro Ativo da Produção Gaúcha tem como objetivos: dotar a classe empresarial e as entidades públicas de informações atualizadas e ordenadas sobre o universo de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do Rio Grande do Sul; subsidiar a elaboração de estudos setoriais, perfis e estudos sócio-econômicos, viabilidade de investimentos e outras atividades desta Pasta; possibilitar a formulação de uma política econômica baseada na realidade da estrutura produtiva do Estado.

Para tanto, foi realizado o detalhamento do cadastro, o qual é composto de três sistemas distintos a saber:

- Sistema SIC/RAIM é composto do cadastro de estabelecimentos industriais por municípios, número de empregados, CAE (produto) e endereço no Estado, com listagens geradas pelo CPD da SIC, com dados da Secretaria da Fazenda;

- Sistema SF/SAT, ligado à Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) "ON LINE", contém informações de todos os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, por município, no Estado, com informações sobre os três CAE (produto), razão social, endereço e identificação da empresa por nome;
- Sistema SF/AIM, também ligado à PROCERGS "ON LINE", conta com informações sobre as entradas e as saídas do Estado por CAE (produto) e município, indicando também os declarantes e os empregados em cada código.

— Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND)

O Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul (PROIND) é um programa de união de esforços entre Governo e iniciativa privada, constituindo-se num instrumento de mobilização empresarial que visa a promover o Rio Grande do Sul como opção para atração de novos investidores e empreendimentos, tendo como setores prioritários para investimentos: química (incluindo segunda e terceira geração de petroquímica); segmentos de alta tecnologia (informática e automação industrial, mecânica de precisão, química fina, farmacêutica, biotecnologia, microeletrônica, eletrônica embarcada e novos materiais); siderurgia e fundição; mecânica e material de transporte (com destaque à indústria automotiva); bens de consumo essenciais (eletrodomésticos, produtos alimentares, etc.)

São participantes do PROIND o Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), que se compõe de 23 Organismos da Administração Estadual Direta e Indireta; "SIC-Porta Aberta ao Empresário" — Balcão de Atendimento e Acompanhamento; Entidades Empresariais — Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB); Empresários do Estado, e de outros Estados; Conselho de Desenvolvimento Econômico dos Municípios (CONDEM); Grupo Técnico de Apoio e Agentes promotores, de nível, na busca de investidores.

O PROIND tem como estratégia de ação a coleta e sistematização das informações sobre os setores industriais prioritários, a identificação dos investidores potenciais e visitas pessoais aos grupos empresariais.

No decorrer de 1989, este Programa alcançou as seguintes metas:

- Atualização do Manual do Empresário e respectivas Separatas, a saber: Separata 001 — Legislação do FUNDOPEM-RS; Separata 003 — RS — Uma Ótima Opção para Investimentos, constituindo-se, estas publicações, em material de apoio ao empresário que busca informações básicas no encaminhamento de suas questões ou problemas;
- Atualização do Manual do Operador (volume I e II), que é o principal material de suporte do Balcão, contendo as principais informações e procedimentos a serem adotados em resposta aos atendimentos (incentivos, constituição e organização de empresas, impostos, linhas creditícias, como exportar, etc.);
- Elaboração do trabalho "RS — Uma Ótima Opção para Investimentos" (versão em português e inglês), com o objetivo de divulgar o Estado;
- Programação e acompanhamento de missões estrangeiras no Rio Grande do Sul: duas procedentes do Japão e uma da Itália;
- Atendimento de empresários nacionais e estrangeiros no encaminhamento de questões relativas a novos investimentos no Estado (japoneses, italianos, dinamarqueses, argentinos, alemães, holandeses, etc);

— Elaboração de painéis expositivos de produtos das principais indústrias do Rio Grande do Sul.

— **Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC)**

O Programa Gaúcho de Informações Comerciais (PROGIC) visa a criar um sistema permanente de informações confiáveis, organizadas e sistematizadas sobre os produtos que compõem a pauta.

Para a consecução destes objetivos desenvolveram-se as seguintes ações:

— Cadastro de Produção Gaúcha;

— Atualização dos dados de exportação e importação do Rio Grande do Sul e prestação de informações a diversas entidades públicas e privadas;

— Tratativas junto à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL) com vistas à consecução dos convênios firmados para a identificação de fornecedores locais;

— Elaboração do cronograma anual de trabalho, prevendo datas de reuniões, bem como o manual de procedimentos do PROSUL, contendo um roteiro básico para avaliação de empresas e sugestões de trabalhos para o ano de 1989;

— Análise e avaliação das empresas de fundição (com relatório consolidado), de calderaria e usinagem;

— Proposta de criação de uma associação constituída por representantes das empresas pertencentes ao PROSUL;

— Elaboração de Estatutos e Critérios para a Associação;

— Encerramento das atividades do PROSUL, considerando a atual conjuntura da Petrobrás, que não permite dar continuidade às atividades do programa, conforme a proposta de associação.

— **Programa de Interiorização do Desenvolvimento Econômico**

O Programa de Interiorização do Desenvolvimento Econômico prevê a adoção de ações e medidas que venham a facilitar e estimular o desenvolvimento econômico integrado no Interior do Rio Grande do Sul. Compreende três projetos básicos:

— Extensão ao Interior do Estado do Balcão Central de Atendimento e Acompanhamento ao Empresário;

— Estímulo e orientação à criação de Conselhos de Desenvolvimento Econômico Municipais (CONDEM's);

— Orientação para que os municípios elaborem seus Perfis Sócio-Econômicos com vistas a bem informar potenciais investidores de fora da região e do Estado.

Para o alcance de suas metas foram realizados contatos, através dos Balcões, objetivando motivar as comunidades para a implantação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, como também o assessoramento a 30 Prefeituras Municipais, objetivando a realização dos levantamentos sócio-econômicos.

— Programa de Recuperação de Empresas

O Programa de Recuperação de Empresas, que tem como objetivo estudar e ajudar na reativação de complexos industriais semi ou totalmente paralisados, desenvolveu contatos e reuniões na busca de soluções políticas e econômicas, visando a encontrar saídas para os problemas enfrentados pelas empresas (formação de cooperativas de funcionários, associação, "joint-ventures"), bem como realizou estudos sobre as empresas Ladrilhos Ipiranga, Cerâmica Cordeiro, Kepler Weber, Frigorífico Renner, Indústria de Máquinas Enko e Calçados Flame, buscando a reativação dos respectivos complexos industriais.

— Programa Comércio Exterior

O Programa Comércio Exterior, visando a incrementar e diversificar a pauta de exportações do Rio Grande do Sul, buscou a consolidação de mercados tradicionais e a expansão de novos mercados, através das realizações a seguir:

- Apoio efetivo do Governo Estadual em Missões Empresariais à Costa Oeste dos Estados Unidos, ao Japão, à Itália e à Taiwan, objetivando o incremento do produto gaúcho nestes mercados e detectando oportunidades de investimentos oriundos destes países no Rio Grande do Sul;
- Participação em missão empresarial a Cuba, na II Exposição de Intercâmbio Bilateral Brasil—Argentina (IBBA) e "Brasil, uma Visão do ano 90" — Milão/Itália, tendo nestes dois últimos coordenado o "stand" do Rio Grande do Sul;
- Participação nos diversos eventos ocorridos com vistas a promover a integração dos países do Cone Sul;
- Elaboração do "Guia de Exportação do Rio Grande do Sul", instrumento de divulgação do setor exportador no País e no Exterior, que visa a aprimorar a eficiência do setor através da divulgação da oferta exportável por produto, identificando o exportador registrado na CACEX;
- Orientação e assistência ao empresário quanto a conceitos e técnicas de comércio internacional, política de apoio e procedimentos administrativos, financiamentos disponíveis e participação em feiras;
- Divulgação de oportunidades comerciais de eventos promocionais (feiras, exposições) internacionais;
- Acompanhamento e divulgação de informações estatísticas do comércio internacional.

Além dos programas anteriormente mencionados, a SIC desenvolveu ações voltadas à promoção de "joint-ventures", bem como participou de feiras, seminários e simpósios.

Com relação a "joint-ventures" foram efetivadas as seguintes ações:

- Contatos com diversas Câmaras de Comércio de países como a Itália, França, Alemanha, Japão, etc, com vistas a localizar empresas estrangeiras que tenham interesse em associação com empresas do Estado para capital e tecnologia;
- Realização de pesquisa para identificação de empresas gaúchas interessadas em associação com empresas estrangeiras;
- Participação no Programa da Comunidade Econômica Européia, objetivando a promoção de "joint-ventures" entre empresas brasileiras e européias;

- Integração ao novo sistema de promoção de exportações do Itamaraty, que visa a reforçar e qualificar o produto brasileiro através do estímulo a investimentos associados na formação de "joint-ventures" entre empresas brasileiras e estrangeiras. Para tanto, houve articulação e reuniões de diversos órgãos do Estado com o Itamaraty, o que permitiu o engajamento do Rio Grande do Sul neste Sistema, havendo sido escolhido como "ponto focal" (o agente) a CEDIC.

Cabe, ainda, mencionar a participação da SIC em eventos tanto na Capital como no Interior do Estado, que destacam a importância da produção gaúcha, salientando-se a sua presença, com "stand" e pessoal técnico, nos seguintes: XII Expointer; XXV FENAC; XI FIMEC; FEBRAMEC; X Multifeira; Feira de Pronta Entrega; Feira/Seminário de Negócios de Oportunidades.

2.18.2 —AÇÚCAR GAÚCHO S.A. (AGASA)

A Açúcar Gaúcho S/A (AGASA) teve, no ano de 1989, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado, Projeto de Lei do Poder Executivo, autorizando a sua privatização, com prioridade de transferência do seu patrimônio, no prazo de 180 dias, a uma sociedade cooperativa de canavieiros da região e de funcionários da Empresa.

Na impossibilidade da viabilização do projeto da Cooperativa no prazo fixado, fica o Poder Executivo autorizado a implementar a privatização da AGASA, mediante licitação.

2.18.3 —COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A CEDIC foi fundada em 12 de janeiro de 1973 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Sua forma de atuação é como órgão de apoio e executor da política traçada pela Secretaria da Indústria e Comércio (SIC).

Para atingir suas metas, a CEDIC faz uso de diversos instrumentos de promoção industrial, dentre eles a implementação de Distritos Industriais implantados pelo Estado, o apoio técnico e assessoramento às Prefeituras Municipais e aos empresários, os Perfis de Oportunidades de Investimentos e o Programa de Implantação de Berçários para Microempresas.

Durante 1989, os técnicos da CEDIC deram continuidade aos trabalhos que estavam sendo realizados nos seis Distritos Industriais administrados pela Companhia e que são: Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC); Distrito Industrial de Gravataí (DIG); Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG); Distrito Industrial de Santa Maria (DISM); Distrito Industrial de Bagé (DIB) e Distrito Industrial de Alvorada-Viamão (DIAV), além de darem início aos trabalhos do Distrito Industrial de Canoas-Guajuviras (DIC — G).

Em 1989, a CEDIC firmou Escritura com 26 empresas que adquiriram lotes nos Distritos Industriais, a preço beneficiado, como forma de incentivo financeiro do Governo do Estado para suas implantações.

Foi também expressivo o número de interessados em lotes industriais, sendo que destes, 16 assinaram Contrato Preliminar de Reserva de Área. Tão logo estas empresas entreguem a documentação necessária, serão enviadas para análise do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP), passando após para a fase de escrituração, concretizando-se a venda do lote.

Como os Distritos Industriais de Cachoeirinha e Gravataí estão em fase final de ocupação, a CEDIC está canalizando esforços no sentido de implantar o DIAV, que constitui-se num dos

Projetos Prioritários do Governo do Estado. Tão logo esteja regularizado o projeto de loteamento que atende à Lei Federal nº 6.766 e suas implicações, estarão à disposição dos empresários interessados os 56 lotes que compõem a 1.ª etapa, os quais estão sendo dotados de infraestrutura básica. Para tanto, a CEDIC está aguardando a aprovação do projeto junto ao Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (DMA/SSMA).

Visando a dotar a Região Metropolitana de mais uma opção de localização industrial, a CEDIC vem gerenciando, junto aos órgãos públicos competentes, a regularização da área destinada ao DIC — G.

Para o DIRG foram canalizados esforços no intuito de divulgar o Distrito e suas vantagens, atraindo, assim, novos empreendimentos para o Estado. Este Distrito possui um objetivo mais amplo que os demais, uma vez que se destina também a abrigar a atividade retroportuária do Superporto de Rio Grande.

Numa visão global, têm-se 55 empresas em negociações para a aquisição dos lotes nos Distritos Industriais, as quais deverão gerar, quando implantadas, cerca de 6.000 empregos diretos.

Considerando todas as empresas em implantação ou em projeto nos DIs, a projeção é de que gerem, até 1990, 8.000 empregos diretos, atingindo, aproximadamente, 20.000 empregos nos 5 Distritos já implantados.

Atualmente, as empresas em funcionamento nos DIs, empregam 12.000 pessoas, o que representa um acréscimo de 26% sobre o número do final de 1988.

Em relação ao ano anterior, a CEDIC duplicou o resultado obtido com a venda de lotes nos Distritos, superando o 1,6 milhão de BTN's em 1989.

Sendo a CEDIC um organismo voltado ao fomento do desenvolvimento industrial do Estado, acredita-se que os resultados alcançados justificam plenamente a prática dos Distritos Industriais como instrumento para a realização das metas desejadas.

Outro veículo de promoção industrial do qual a CEDIC faz uso é o apoio técnico às Prefeituras Municipais para a concretização de suas próprias áreas industriais. Para tanto, são desenvolvidas atividades que vão desde a escolha de locais para a implantação das áreas industriais, até o desenvolvimento dos planos de ocupação das referidas áreas. Além disto, presta consultoria técnica às lideranças municipais no que diz respeito ao desenvolvimento industrial.

Outro instrumento de promoção industrial consiste na elaboração de Perfis de Oportunidades de Investimentos (POIs), onde se estuda, a partir de um produto determinado, sua viabilidade em relação à execução, mercado, local, insumos, etc.

Em agosto de 1989, foi criado o Programa de Implantação de Berçários para Microempresas, que conta com a participação do Estado, através da SIC e da CEDIC, e do município escolhido, com o objetivo de apoiar os microempresários industriais.

A seguir, destacam-se as ações realizadas pela CEDIC em 1989 com relação aos Projetos Prioritários de Governo.

— Distrito Industrial de Alvorada — Viamão (DIAV)

- O projeto tem como objetivo implantar a infra-estrutura necessária para efetivação do DIAV. Dentre as obras previstas neste sentido, foram executadas pavimentação asfáltica e drenagem profunda de 2.940 metros e parte da terraplenagem e drenagem superficial de 340 metros da Estrada Passo dos Negros (Via Principal), equivalentes a 35% da pavimentação asfáltica, e a 80% da drenagem programadas, e a aplicação de recursos da ordem de NCz\$ 250,4 mil (Tesouro do Estado).

- **Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos do Distrito Industrial de Cachoeirinha**
- Refere-se à construção de obras civis e montagem dos equipamentos necessários para a implantação do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL) no DIC, a serem executados, com um volume previsto de recursos da ordem de NCz\$ 2,2 milhões (BNDES).

Além das ações específicas referentes aos Projetos Prioritários, são de destacar as seguintes realizações relacionadas com os Distritos Industriais:

— **Obras e Realizações**

Foram executadas, no exercício de 1989, diversas obras visando à manutenção e complementação da infra-estrutura existente nos Distritos já implantados, e a suprir de infra-estrutura básica aqueles em implantação, conforme segue:

- Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC) — terraplenagem, revestimento com paralelepípedos e serviços complementares, numa extensão de 208 metros (Rua 5) e drenagem superficial da Rua 5;
- Distrito Industrial de Gravataí (DIG) — execução, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da rede de energia elétrica no Eixo Secundário B; pavimentação, drenagem e obras complementares, e rede de esgoto pluvial na Rua de Acesso 1;
- Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) — aprovação, pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, do projeto de loteamento destinado às microempresas, no setor 7; encaminhamento do projeto de engenharia da infra-estrutura básica para o referido loteamento, à Prefeitura Municipal e ao Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), para aprovação; implantação da rede de energia elétrica de alta tensão na Via 1 e execução do projeto da rede de água junto à Rua A, para abastecer o loteamento do Setor 4; elaboração do desmembramento de área, visando à ampliação do terminal Retroportuário Alfandegado (TRA); realização de estudos de viabilidade para implantação de uma Área de Tancagem no Setor 7;
- Distrito Industrial de Santa Maria (DISM) — conclusão das obras de terraplenagem, revestimento primário e drenagem dos Eixos Secundários 1 e 3; execução de parte da terraplenagem e do bueiro no Eixo Secundário 5;
- Distrito Industrial de Alvorada — Viamão (DIAV) — elaboração de documentação referente aos impactos ambientais do DIAV, por solicitação do DMA/SSMA, visando à aprovação do projeto de loteamento, que atende à Lei Federal nº 6.766, e suas implicações, para colocar à disposição dos empresários interessados os 56 lotes industriais que compõem a primeira etapa de implantação do Distrito; início da execução das obras de terraplenagem e pavimentação da Via Principal (Estrada Passo dos Negros), numa extensão de 2.940 metros; início da elaboração dos projetos de engenharia para o sistema viário secundário;
- Distrito Industrial de Canoas — Guajuviras (DIC-G) — tratativas junto aos órgãos públicos competentes, visando à regularização da área destinada ao Distrito Industrial; análise e aprovação do levantamento topográfico realizado para a área em questão, que habilitaria a CEDIC a iniciar os projetos necessários à concretização do DIC-G.

— **Escrituras**

Foram firmadas escrituras com empresas que adquiriram lotes industriais a preço beneficiado, como forma de incentivo financeiro do Governo do Estado para suas implantações, assim discriminadas, por Distrito:

- Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC): COLINDI — Antenas e Equipamentos Ltda; RUDICK Óleodinâmica Ltda; JIMO — Química Industrial Ltda; MAXWELL — Metalúrgica e Equipamentos Científicos Ltda; MAGNUM — Metalúrgica Ltda.; DIRESUL — Equipamentos Industriais e Comerciais Ltda.; ISOLTEC — Máquinas e Equipamentos para Atmosfera Controlada Ltda.; QT — Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda.; Metal ECOPLAN Ltda.; BD — Eletroindustrial Ltda.; MAGSUL Indústria Comércio Imp. Exp. Ltda.; CIMPEL — Ind. Tintas e Solventes Ltda.; Ind. Com. de Suportes Eletro Ltda. - ICSEL;
- Distrito Industrial de Gravataí (DIG): DRENOVÁRZAE — Drenagem, Irrigação e Recuperação de Solos Ltda.; Fábrica de Radiadores ZAGO Ltda.; Plásticos Harpla Ltda.; FERCOPI — Ind. Com. de Borracha Ltda.; NOVOTEX — Têxteis e Coberturas Plásticas S.A.; IMAP — Metalúrgica S.A.; TRAMONTINA — Materiais de Pesca S.A.;
- Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) — Assessoria de Comércio Exterior Ltda.; Transportadora Pórtico Ltda. (já operando no TRA); INCOBRASA — Industrial e Comercial Brasileira S.A.; OTTMAR B. SCHULTZ S.A. — Expresso Cruzados;
- Distrito Industrial de Santa Maria (DISM): Therminc Eletrônica Ltda.;
- Distrito Industrial de Bagé (DIB): Curtume CICADE S.A.
- **Contratos Preliminares**

Foram assinados contratos preliminares com as seguintes empresas em negociação para a aquisição do lote industrial:

- Distrito Industrial de Cachoeirinha (DIC): Metalúrgica FALLGATER Ltda.; CLIMATEX — Ind. Madeira Mineralizada Ltda.; CROWN CORK do Brasil; Gráfica LITOCROMART Ltda.; TORNEP — Torneadas de Precisão Ltda.; TISSOT S.A. — Ind. e Comércio;
- Distrito Industrial de Gravataí (DIG): QUIMITÉCNICA S.A.; VITREA — Produtos para Cerâmica Ltda.; CEV — Componentes Eletrônicos Ltda.; Metalúrgica FIMAC Ltda.;
- Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG): GKF — Engenharia e Comércio Ltda.; BIANCHINI S.A. — Comércio e Agricultura; OLEOPLAN S.A. — Óleos Vegetais Planalto; MARCOPOLO S.A. — Carrocerias e Ônibus;
- Distrito Industrial de Santa Maria (DISM) — TCS — Máquinas e Equipamentos Ltda.

— Contrato de Comodato

Foi firmado, com a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) Contrato de Comodato, destinando uma área de 953,02m² no Distrito Industrial de Gravataí, para a implantação de uma Central Telefônica Digital.

— Perfis de Oportunidades de Investimento

Destacam-se, nesse aspecto, em 1989, conclusão dos estudos relativos a Rolamentos e Calçados de Segurança, bem como a elaboração do Estudo de Mercado de Caminhões, em complementação ao Perfil de Oportunidade de Investimentos (POI) sobre Indústria Automobilística.

— Apoio Técnico às Prefeituras

Outro veículo de promoção industrial de que a CEDIC faz uso constitui-se em prestar apoio técnico às Prefeituras Municipais para a concretização de suas próprias áreas industriais. Neste sentido, merecem destaque as seguintes ações:

- **Análise Técnica Locacional de Glebas**, objetivando a implantação de áreas municipais em Santana do Livramento, Pantano Grande, São Leopoldo, Triunfo, Cachoeira do Sul, Tapes, Cristal, Santiago e Panambi;
- **Plano Diretor e Normas de Uso do Solo** para as áreas Industriais de Venâncio Aires, Santiago e Agudo;
- **Consultoria Técnica às lideranças municipais** de Panambi, Lagoa Vermelha, Vacaria, Torres, Paraíso do Sul, Pedro Osório, Santo Augusto, Santo Ângelo, Alegrete, São Lourenço do Sul, Cristal, Frederico Westphalen e Encruzilhada do Sul.
- **Programa de Implantação de Berçários para Microempresas**
 No que se refere a este Programa, merecem referência:
 - **Elaboração dos projetos Arquitetônico, Hidrossanitário e Elétrico**, bem como os quantitativos do Projeto Padrão do Galpão Industrial dos Berçários para Microempresas;
 - **Licitação, na forma de Tomada de Preços**, para a execução das obras de implantação dos pavilhões para os Berçários nas cidades de Torres e Tramandaí, com a entrega das propostas pelos concorrentes em 30/12/89;
 - **Visita técnica aos municípios** de Torres, São Gabriel, Tramandaí e São Sebastião do Caí, para apresentação do Programa de Berçários.

2.18.4 —CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A. (VINOSUL)

A Central Vitivinícola do Sul, estabelecida na Rua Dr. Montaury, 951 — sobreloja, em Caxias do Sul, é uma sociedade anônima de economia mista e capital autorizado, criada pela Lei nº 6.441 de 11 de novembro de 1972, no Estado do Rio Grande do Sul, e constituída em 22 de fevereiro de 1973, conforme ata de constituição arquivada na M.M. Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob nº 338.139, em 13 de março de 1973.

A VINOSUL tem como objetivos exercer atividades reguladoras e orientadoras no setor vitivinícola e da fruticultura em geral, através de pesquisa, experimentação, promoção de outras atividades, e serviços relacionados direta ou indiretamente com suas finalidades, delas decorrentes ou cuja execução interesse ao desenvolvimento do setor. Exerce também atividades de concentração de mosto de uva e outras frutas. Pode ainda, adquirir excedentes de uva, vinhos e outros derivados de uva, atendendo ao objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento de preços. Atua também como órgão auxiliar do Estado, na formulação e execução da política estadual de vitivinicultura.

Com relação à privatização da Empresa, encontra-se em desenvolvimento na Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) um projeto de privatização da mesma. Diversos contatos foram mantidos com a área empresarial ligada ao setor e com os sindicatos rurais da região. Atualmente existe uma comissão composta por elementos da SIC e da Secretaria da Fazenda procedendo ao levantamento atualizado de seu patrimônio para formalizar uma proposta para os grupos interessados.

A VINOSUL, em 1989, procedeu à dessulfitação e concentração de 8.210.000 litros de mosto de uva, para o setor vitivinícola da região, bem como realizou a armazenagem de 2.514.000 litros de vinho para a Companhia de Financiamento de Produção (CFP), referente às safras de 1986 e 1988. Também foram armazenados 630.000 kg de borra (resíduo de vinho) para a empresa Veronese e Cia. Ltda.

2.18.5 – PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA)

A Produtos Gaúchos S/A (PROGASA), encontra-se com suas atividades operacionais paralisadas desde maio de 1985.

Em 1989, o Poder Executivo encaminhou Projeto de Lei à Assembléia Legislativa, visando a obter a autorização para a sua privatização, tendo em vista que, de acordo com a Lei nº 8.538, de 21 de janeiro de 1988, foi aprovada a cooperativização da Entidade e a mesma não se concretizou até o final do exercício de 1989.

2.18.6 – FESTA NACIONAL DA UVA, TURISMO E EMPREENDIMENTOS S.A. (FENUVA)

Em 1989, a maior realização da FENUVA foi a edição da XVIII Festa Nacional da Uva e XII Feira Agroindustrial, acontecida em fevereiro/março, onde 186 viticultores participaram de concurso para premiar os melhores produtores de uvas, e 182 empresas mostraram seus produtos numa área locada de 24.000m².

Durante todo o evento, visitaram a feira cerca de 500.000 pessoas. Foi também, feito um “buffet” de uvas onde foram consumidas ou adquiridas para viagem cerca de 110.000 kg deste produto. Nos dois restaurantes construídos pela FENUVA foram servidas 24.000 refeições.

No ano de 1989, realizaram-se, ainda, diversos outros eventos, entre os quais destacam-se: Rodeio Campo dos Bugres (março), Febramec (maio), Semana do Carreteiro (julho), Vino Festa (agosto), Fenamalha (outubro), Rodeio Nacional de Caxias do Sul (dezembro) e outros menores.

No programa para ocupação sistemática do parque foram criadas, a partir de outubro, Feiras Dominicais onde destacam-se: Feira da Malha, Feira do Artesanato, Feira da Gastronomia e o Projeto Aeróbica no Parque.

Foram realizados contatos com a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e com a Câmara de Indústria e Comércio, para a realização, em abril de 1990, de uma feira comemorativa ao centenário da emancipação política do Município. Foram, ainda, mantidos contatos com a FIERGS e as Secretarias da Saúde e do Meio Ambiente, da Indústria e Comércio, de Coordenação e Planejamento, de Ciência e Tecnologia e da Agricultura e do Abastecimento, além do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, Prefeitura Municipal e empresários italianos, para a realização, em novembro, do I Salão Mundial do Lixo.

2.19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.19.1 —SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEACT)

A Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia (SEACT) tem como principais atribuições a coordenação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e a definição de diretrizes e prioridades para uma política regional de desenvolvimento científico e tecnológico.

Para tanto, a SEACT tem norteado seu trabalho por dois eixos básicos, ou seja: consolidação do Sistema de Ciência e Tecnologia no Estado, e desenvolvimento tecnológico.

A consolidação do Sistema de C&T vem sendo feita através de quatro Programas: o primeiro prevê a alavancagem do processo de formulação de diretrizes para Ciência e Tecnologia (C&T) no Estado; o segundo visa a formar recursos humanos especializados em gestão em C&T; o terceiro pretende viabilizar a consolidação de espaços para a produção científica através da recuperação dos Centros de Pesquisa vinculados à Administração Estadual, imprescindíveis para seu desenvolvimento econômico e tecnológico; o quarto Programa viabiliza e incentiva a divulgação dos avanços científicos e tecnológicos no Estado em diferentes áreas do conhecimento, visando, ainda, a iniciar o processo de popularização do conhecimento científico.

O segundo grande êxito de ações da SEACT está direcionado para o desenvolvimento tecnológico e compõe-se de dois Programas: o primeiro pretende contribuir para o aprimoramento das condições de competitividade das indústrias ditas tradicionais do Estado, e o segundo refere-se à instalação de um conjunto de ações na área da promoção tecnológica, visando a integrar produtores e usuários de tecnologia no Rio Grande do Sul.

Além dos Programas citados, a SEACT desenvolveu durante o ano de 1989 um intenso processo descentralizado de debate com as Instituições de Pesquisa (Universidade, Centros de Pesquisa), comunidade científica, setor produtivo e sociedade civil, objetivando colher subsídios para a elaboração de novas diretrizes para a área e, ao mesmo tempo, integrando as diferentes Instituições e abrindo para a sociedade, em suas diversas instâncias, a discussão sobre o tema.

A nível nacional, destaca-se o intercâmbio de experiências com as demais Secretarias Estaduais de C&T, além do diálogo com a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, bem como com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visando a atuar nos pontos de estrangulamento na área de C&T, criando condições de recuperação.

A nível de Estado atuou, ainda, no sentido de dar continuidade e ampliação a programas já existentes como Biotecnologia e Sensoriamento Remoto, disciplinando o processo de Informatização Estadual, através da Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul (CEIRGS), acompanhando e supervisionando o projeto do Centro de Informática, entre outros.

A seguir, destacam-se as principais ações desenvolvidas:

- Elaboração do documento “Diretrizes, Programas e Projetos”, buscando estabelecer um plano para os anos de 1989-90 para a SEACT e obter recursos junto à FINEP.

— Realização do Seminário “Política Científica e Tecnológica para o Rio Grande do Sul”.

A nova Constituição do Estado institucionalizou a atuação do governo na área de Ciência e Tecnologia e destinou recursos para o fomento à pesquisa. Tal processo resultou em demandas concretas por parte da comunidade científica e do setor produtivo, demandas estas que a SEACT procurou canalizar, buscando estabelecer diretrizes para formulação de uma política científica e tecnológica consoante com a nova realidade e com os problemas e necessidades de desenvolvimento do Estado. Utilizou-se um processo descentralizado de reunião dos diversos segmentos envolvidos com a área: comunidade científica, setor produtivo, sindicatos de trabalhadores, entidades civis e representantes da área política. Foram executados, sob a coordenação geral da SEACT, dez Seminários Microrregionais, baseados nas cidades com universidades, e um Seminário Estadual de culminância de todo o processo, resultando em um relatório que aponta as principais necessidades do Setor, formas de encaminhamento, demandas e peculiaridades regionais. Formou-se, ainda, um Grupo Executivo composto de representantes das microrregiões envolvidas, da SEACT, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Institutos de Pesquisas do Estado, com a finalidade de apresentar propostas para o Sistema Estadual de C&T.

Deste processo resultou, por outro lado, a identificação de potencialidades regionais e projetos para implantação de Pólos e Berçários Tecnológicos em algumas regiões do Estado.

Os municípios-sede dos Seminários foram: Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santo Ângelo, Santa Maria, São Leopoldo e Uruguaiana.

— Definição/Direcionamento dos Pólos de Alta Tecnologia e Pólo Tecnológico, a serem constituídos na Zona Sul do Estado, e em Ijuí, respectivamente.

— Centro de Informática.

Em setembro de 1989 foi assinado convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para edificação das dependências onde será instalado o Centro de Integração de Pesquisas de Desenvolvimento em Informática no Estado, junto ao Instituto de Informática/UFRGS. Tal construção do Centro conta com recursos do Governo do Estado e da FINEP, bem como de empresas da área, e constitui-se em iniciativa modelar no sentido da integração entre atividades de desenvolvimento tecnológico realizadas em Universidades e Institutos de Pesquisa e o setor produtivo instalado no Estado.

— Execução de Diagnóstico e Avaliação de Capacidade Operacional dos Institutos de Pesquisa Vinculados à Administração Estadual, com o objetivo de detectar pontos de estrangulamento, e principais problemas enfrentados por estes centros (potencialmente importantes para a produção de conhecimento e técnicas para o desenvolvimento do Estado) buscando viabilizar recursos e condições suficientes para ação emergencial no sentido de recuperar sua capacidade técnica.

— Divulgação Científica

Durante o ano de 1989 a Secretaria manteve e incrementou a divulgação das ações do Governo Estadual no que se refere à Ciência e Tecnologia, com a continuidade do Boletim “Ciência e Tecnologia”, editado pela SEACT e a elaboração de um Plano de Informações e Divulgação em Ciência e Tecnologia que prevê a execução de um calendário de eventos na área, vídeos e publicações. Tal projeto encontra-se em apreciação na FINEP.

— Protocolo de Cooperação Técnica entre o Estado do Rio Grande do Sul, a UFRGS e a Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN), visando à conjugação de esforços para elaboração e execução de projetos de planejamento e pesquisas em Sensoriamento Re-

moto desenvolvidas para a área da Região Metropolitana de Porto Alegre, assinado em 27/03/89.

- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e a UFRGS, para apoiar e promover o desenvolvimento da pesquisa, a difusão de conhecimentos, a formação e treinamento de pessoal no Centro de Biotecnologia do Estado (recursos de NCz\$ 222 mil — assinado em 29/06/89).
- Revisão do Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre a FAPERGS e o Conselho Britânico — assinado em 15/06/89.
- Assinatura de Protocolo de Intenções com todos os Secretários de C&T do País, visando a estabelecer mecanismos de ação conjunta entre os Estados, para implantar, aprimorar e compatibilizar sistemas de informação voltados para o planejamento e gestão de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, a nível institucional, estadual e federal — assinado em 02/06/89.
- Termo Aditivo ao Convênio UFRGS, FAPERGS, referente à edificação das dependências do Centro de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS.
- Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul, UFRGS e Comissão Especial do Centro e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, para implantação do Centro de Integração de Pesquisas e Desenvolvimento em Informática do Estado — assinado em 29/06/89.
- Copilação da Legislação sobre institucionalização de C&T.
- Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Comissão Especial de Informática do CIERGS e FIERGS, para implementação de um Sistema de Testes e Ensaios Tecnológicos — assinado em 29/06/89.
- Convênio celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a UFRGS para edificação das dependências onde será instalado o Centro de Integração de Pesquisa e Desenvolvimento em Informática do Estado do Rio Grande do Sul, junto ao Instituto de Informática da UFRGS. (Recursos de NCz\$ 650 mil) — assinado em 13/09/89.
- Protocolo de Intenções entre a SEACT, FIDENE (UNIJUÍ), Prefeitura Municipal de Panambi, Associação Comercial e Industrial de Panambi, visando a realizar estudos e envidar esforços para constituir Universidade Regional, Multicampi e Pólo Regional de Tecnologia, com criação de Núcleo Científico e Tecnológico — assinado em 28/08/89.
- Protocolo de Intenções entre: o Estado do Rio Grande do Sul; Associação dos Municípios da Região Cealira; Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, Municípios de Ijuí, Santa Rosa, Santo Augusto, Três de Maio, Três Passos, Panambi, Santo Cristo, Criciúmal, Horizontina; Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado; Fundação Pró-Desenvolvimento do Alto-Uruguai; Instituto Educacional Dom Bosco, Sociedade Educacional Três de Maio, Associação Comercial e Industrial de Ijuí, de Panambi, de Santa Rosa, de Três de Maio, de Santo Cristo e Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santa Rosa, visando à implementação de uma Universidade Regional, Multicampi e de um Pólo Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — assinado em 09/11/89.
- Protocolo de Intenções entre o Estado do Rio Grande do Sul/SEACT, Municípios de Pelotas e Rio Grande, Universidade Federal e Católica de Pelotas, Fundação Universidade de Rio Grande, Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras de Clima Temperado, Centro de Pesquisa Agropecuário de Terras Baixas e Clima Temperado, Escola Técnica Federal de

Pelotas, Centro das Indústrias de Pelotas, IRDES, CEPAI, Associação Comercial de Pelotas e Câmara de Comércio de Rio Grande, visando à conjugação de esforços para implementação do Pólo Tecnológico da Zona Sul — assinado em 27/09/89.

- Termo Aditivo ao Convênio entre Estado do Rio Grande do Sul/SEACT e UFRGS para formação e treinamento de pessoal no Centro de Biotecnologia do Estado, com vistas ao repasse de recursos suplementares de NCz\$ 80 mil, estando ainda em negociação junto à Secretaria da Fazenda a liberação — assinado em novembro de 1989.
- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul/SEACT e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/RS), visando à conjugação de esforços para utilização do Sistema de Informações Técnicas do Conselho pelos órgãos da Administração Estadual, Direta e Indireta — assinado em 11/12/89.
- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul/SEACT e Universidade de Caxias do Sul, visando à restauração das antigas instalações da Estação Experimental de Caxias do Sul, bem como edificação das dependências para transferência do Instituto de Biotecnologia da Universidade (recursos e convênio em negociação).
- Protocolo de Intenções entre SEACT e ANPROTEC, visando à implementação de Parque Tecnológico (em negociação).
- Convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul/SEACT, Estado de São Paulo/IMESC e UFRGS, para implantação de laboratório com capacidade de empregar Técnicas de Análise de DNA aplicadas à Medicina Forense e Criminologia (em negociação pelo Centro de Biotecnologia).
- Protocolo de Intenções entre Estado do Rio Grande do Sul/SEACT, Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), CEAG/IDERGS e Associação das Indústrias de Móveis para execução de Projeto-Piloto no Setor Moveleiro do Estado (em negociação).

2.19.2 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

A Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), foi instituída com vistas ao estudo e à aplicação de métodos científicos e tecnológicos na solução de problemas peculiares de entidades privadas e governamentais para estimular o crescimento econômico do Rio Grande do Sul e do País.

Três grandes tendências mundiais dificultam a retomada do desenvolvimento econômico de países recém-industrializados, como é o caso brasileiro: a automação reduz, com intensidade crescente, os efeitos competitivos da mão-de-obra barata; a engenharia de materiais e a otimização dos sistemas podem reduzir a procura de matérias-primas tradicionais; finalmente, tornando-se a tecnologia um fator de produção fundamental, é cada vez mais cara e de acesso mais restrito.

Para contribuir na construção de uma base científica e tecnológica nacional, capaz de garantir a competitividade e, portanto, a sobrevivência e a autonomia do sistema produtivo regional e nacional, a CIENTEC, junto com a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia, definiram como ações prioritárias para o biênio 1989/90, que pertencem também ao elenco de Projetos Prioritários do Governo Estadual, as seguintes:

- **Construção do Centro de Química Fina**, visando à consolidação de infra-estrutura física para P&D de processos químicos, através da instalação, em sua primeira fase, de uma planta-piloto multipropósito, no Campus da CIENTEC, em Cachoeirinha;

- **Construção do Centro de Testes e Ensaio em Equipamentos Eletrônicos**, com a instalação, primeiramente, de um laboratório de interferência eletromagnética para atendimento de demandas de setores tais como eletrônica embarcada, telecomunicações, automação industrial etc.;
- **Instalação de uma Planta Protótipo para a Geração de Gás de Médio Poder Calorífico**, a partir de carvão mineral com reator a leito fluidizado.

Entendendo indispensável a modernização tecnológica de setores de alto conteúdo social, com a finalidade de estender para a grande parcela da população até aqui marginalizada os benefícios do progresso científico e tecnológico, foram mantidas ao longo de 1989, atividades nas áreas de meio ambiente, alimentação e habitação.

No plano organizacional, a CIENTEC ofereceu treinamento gerencial às chefias, com vistas a aumentar a eficiência e eficácia nas atividades de análise, testes e ensaios, e da pesquisa e desenvolvimento, através da introdução de técnicas modernas de planejamento, gerenciamento, controle e avaliação de projetos.

A seguir são detalhadas as principais atividades desenvolvidas pela CIENTEC no exercício de 1989.

— Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e Consultoria

As atividades de P&D e de Consultoria, no exercício de 1989, agruparam-se nos seguintes Programas: Energia, Agroindústria, Tecnologia Ambiental, Construção Civil e Química Industrial (que inclui Química Fina) e mantido como emergente o Programa Biotecnologia.

A seguir são apresentados, para cada um dos Programas, os Projetos de P&D e Consultoria que foram concluídos no exercício de 1989, os que deverão ter continuidade no exercício de 1990, e os que estão em negociação.

— Programa Energia

a) Projetos concluídos em 1989:

- **Projeto PILAR** — Estabelecimento de critérios para dimensionamento de pilares em minas subterrâneas:
 - Data da contratação: anterior a 1987;
 - Valor: 21.332 OTNs;
 - Conclusão: novembro de 1989;
 - Fonte de financiamento: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- **Projeto PLF/SIX** — Pirólise de finos de xisto:
 - Data da contratação: agosto de 1987 (reprogramação em negociação);
 - Valor: Cz\$ 982,0 mil (reajustado pelos índices da Conjuntura Econômica);
 - Conclusão: julho de 1989;
 - Fonte de financiamento: PETROBRÁS — Superintendência do Xisto.

b) Projetos em andamento:

- **Projeto MULTICAMADAS** — Lavra subterrânea de camadas múltiplas de carvão — estudo Geomecânico:
 - Data de contratação: março de 1989;
 - Valor: NCz\$ 99,61 mil (reajuste pela BTN);
 - Previsão de término: fevereiro de 1991;
 - Fonte de financiamento: FINEP.

- **Projeto COPELMI** — Utilização prática de técnicas desenvolvidas durante a execução do Projeto PILAR:
 - Data da contratação: junho de 1988;
 - Valor: 1.400 OTNs;
 - Previsão de término: junho de 1990;
 - Fonte de financiamento: Companhia de Pesquisas de Lavras Minerais (COPELMD).
- **Projeto CIGÁS** — Desenvolvimento de processo de geração de gás de médio poder calorífico a partir da gaseificação fluidizada de carvão mineral em reator pressurizado:
 - Data da contratação: novembro de 1987;
 - Valor: 107.832 OTNs;
 - Previsão de término: junho de 1990;
 - Fonte de financiamento: FINEP.
- **Projeto PROMOVE** — Assessoria à comercialização e posta-em-marcha de fornalhas em leito fluidizado, objeto de transferência de tecnologia:
 - Data da contratação: anterior a 1987;
 - Valor: por apropriação de custos;
 - Prazo: indeterminado;
 - Fonte de financiamento: PROMOVE — Comércio Exterior Ltda.
- **Projeto VILERI** — Assessoria à comercialização e posta-em-marcha de fornalhas em leito fluidizado, objeto de transferência de tecnologia:
 - Data da contratação: maio de 1988;
 - Valor: inicial Cz\$ 800 mil e por apropriação de custos;
 - Prazo: indeterminado;
 - Fonte de financiamento: Vileri Engenharia Industrial Ltda.
- **Projeto CONVENTOS** — Assessoria à comercialização e posta-em-marcha de fornalhas em leito fluidizado, objeto de transferência de tecnologia:
 - Data da contratação: anterior a 1987;
 - Valor: por apropriação de custos;
 - Prazo: indeterminado;
 - Fonte de financiamento: Industrial Conventos S.A.
- **Projeto DESSULFURAÇÃO** — Dessulfuração de gás de carvão:
 - Data de início: anterior a 1987;
 - Valor: Cz\$ 800 mil;
 - Previsão de término: abril de 1990;
 - Fonte de financiamento: recursos próprios.
- c) *Projetos em negociação:*
 - **CEEE** — Estudo para instalação da Planta Protótipo do Processo CIGÁS — processo de gaseificação de carvão em leito fluidizado.
 - **ELETROBRÁS** — Projeto de unidade de desenvolvimento em escala piloto de caldeira para fins termoelétricos com combustão de carvão em leito fluidizado circulante.
 - **CHESF** — Centrais Hidroelétricas do São Francisco — Estudo para projeto de gaseificação industrial de leito fluidizado para biomassa florestais visando à geração de energia elétrica com ciclo combinado.
 - **VILERI** — Testes de combustão em leito fluidizado de borra de café.
 - **INDUSTRIAL CONVENTOS** — Testes de gaseificação em leito fluidizado de óleo combustível.

- **METAL JAN** — Transferência de tecnologia em fornalhas em leite fluidizado.
- **Programa Agroindústria**
- a) **Projetos concluídos em 1989:**
 - **Projeto FAE** — Monitoramento da qualidade da merenda escolar:
 - Data da contratação: janeiro de 1989;
 - Valor: — NCz\$ 100 mil;
 - suplementação de NCz\$ 100 mil;
 - Concluído em dezembro de 1989;
 - Fonte de financiamento: Fundação de Assistência ao Educando (FAE).
- b) **Projetos em andamento:**
 - **Projeto INTERLAB** — Análises químicas interlaboratoriais em alimentos diversos, objetivando aferir a precisão de equipamentos e métodos:
 - Data da contratação: janeiro de 1989;
 - Valor: NCz\$ 16,47 milhões;
 - Previsão de término: junho de 1990;
 - Fonte de financiamento: recursos próprios.
 - **Projeto DIAGNÓSTICO ARROZ** — Diagnóstico da indústria de parboilização de arroz no Brasil;
 - Data da contratação: junho de 1988;
 - Valor: NCz\$ 6,49 milhões (Betenizado);
 - Previsão de término: fevereiro de 1990;
 - Fonte de financiamento: SDL/Ministério da Indústria e Comércio.
- c) **Projeto em negociação;**
 - **FAE** — Controle de qualidade da merenda escolar.
 - **Programa Tecnologia Ambiental**
- a) **Projetos concluídos em 1989:**
 - **Projeto RIMA** — Relatório de impacto ambiental da Termoelétrica Presidente Médici II, em Candiota (RS);
 - Data da contratação: julho de 1987;
 - Valor: 75.188 OTNs;
 - Conclusão: outubro de 1989;
 - Fonte de financiamento: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).
 - **Projeto CRNRIMA** — Estudo e relatório do impacto ambiental para a Unidade de Minerais São Vicente Norte, em Butiá (RS).
 - Data da contratação: agosto de 1988;
 - Valor: 24.960 OTNs;
 - Conclusão: novembro de 1989;
 - Fonte de financiamento: Companhia Riograndense de Mineração (CRM).
- b) **Projeto em andamento**
 - **Projeto PETRORIMA** — Estudo e relatório do impacto ambiental da ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Canoas (RS);
 - Data da contratação: agosto de 1988;
 - Valor: NCz\$ 37,27 milhões (reajustado pela Fundação Getúlio Vargas);

- **Previsão de término:** março de 1990;
 - **Fonte de financiamento:** Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS).
- c) **Projetos em negociação:**
- **CEEE** — Monitoramento ambiental em região do Sítio Termoelétrica de Candiota.
 - **METROPLAN** — EIA — RIMA da Barragem na cabeceira do rio Gravataí.
 - **Programa Construção Civil**
- a) **Projetos concluídos em 1989:**
- **Projeto AGLOTEC** — Desenvolvimento para produção de aglomerante hidráulico.
 - **Data da contratação:** anterior a 1987;
 - **Valor:** Cz\$ 933 mil;
 - **Conclusão:** junho de 1989;
 - **Fonte de financiamento:** Caixa Econômica Federal.
 - **Projeto CINZACAR** — Estudo de utilização de cinzas de carvão;
 - **Data de início:** outubro de 1987;
 - **Valor:** 1.950 OTNs;
 - **Conclusão:** outubro de 1989;
 - **Fonte de financiamento:** recursos próprios.
 - **Projeto ESCOLA** — Projeto de uma escola modular com o emprego de elementos pré-moldados de argamassa armada;
 - **Data de início:** abril de 1988;
 - **Valor:** 2.820 OTNs;
 - **Conclusão:** dezembro de 1989;
 - **Fonte de financiamento:** recursos próprios.
- b) **Projetos em andamento:**
- **METROPLAN** — Construção de duas residências com cal AGLOTEC — fornecimento da cal AGLOTEC obtida na Planta-Piloto da CIENTEC;
 - **Fonte de financiamento:** recursos próprios.
 - **SDO** — **SEC** — **SEACT** — Projeto Escola em argamassa armada — protótipo com duas salas de aula — fornecimento dos painéis e projetos por parte da CIENTEC;
 - **Fonte de financiamento:** recursos próprios.
- c) **Projetos em negociação:**
- **METROPLAN** — Sanitário em argamassa armada.
 - **Transferência de Tecnologia e Caracterização da Cal AGLOTEC** — processo e produto desenvolvidos na CIENTEC.
 - **METROPLAN** — Unidade habitacional evolutiva em argamassa armada.
 - **COPEL** — Estudo de alternativas de uso das cinzas pesadas geradas pela combustão de carvão em suas caldeiras.
 - **Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália** — Aquisição de dados de radiação solar em Porto Alegre.
 - **Programa Química Industrial**
- a) **Projetos concluídos em 1989:**

- Projeto **LABORATÓRIO DE REATORES** — Projeto, construção e montagem de laboratório de reatores de bancada no Departamento de Engenharia de Processos:
 - Data da contratação: setembro de 1987;
 - Valor: 19.470 OTNs;
 - Conclusão: dezembro de 1989;
 - Fonte de financiamento: recursos próprios.
- Projeto **DIAQUIM** — Diagnóstico para adequação de recursos humanos e recursos materiais da CIENTEC na área de Química, com vistas ao desenvolvimento da indústria química no Rio Grande do Sul:
 - Data de contratação: abril de 1989;
 - Fonte de financiamento: recursos próprios.
- Projeto **ACETILENO II** — Desenvolvimento de processo para produção de Negro de Acetileno:
 - Data da contratação: junho de 1988;
 - Valor: 91.978 OTNs;
 - Fonte de financiamento: Companhia Petroquímica do Sul (COPELUL).
- Projeto **DCPD** — Estudo de Dimerização de Ciclopentadieno e de Codimerização do Ciclopentadieno com Isopreno:
 - Data da contratação: janeiro de 1989;
 - Valor: NCz\$ 9.340 mil;
 - Conclusão: abril de 1989;
 - Fonte de financiamento: Companhia Petroquímica do Sul (COPELUL).

b) Projetos em andamento:

- Projeto **PLANTA MULTIPROPÓSITO** — Centro de Química Fina — Projeto, construção e montagem de planta-piloto multipropósito para desenvolvimento de produtos e processos químicos, com ênfase em Química Fina:
 - Data da contratação: setembro de 1988;
 - Valor: linha de crédito de 49.000 OTNs;
 - Previsão de término: dezembro de 1990;
 - Fonte de financiamento: FINEP.
- Projeto **DIFENILA** — Desenvolvimento de processo de Difenila a partir de uma corrente petroquímica em planta-piloto:
 - Data da contratação: abril de 1989;
 - Valor: NCz\$ 24 mil (reajuste pelo IPC);
 - Previsão de término: março de 1990;
 - Fonte de financiamento: Quimitecnica.
- Projeto **CASCA DE ARROZ NA QUÍMICA FINA** — Estudo de alternativas de desenvolvimento de processos para obtenção de produtos de química fina (tais como defensivos agrícolas, silicône e tetracloreto de silício), a partir da casca de arroz:
 - Fonte de financiamento: recursos próprios.

c) Projetos em negociação:

- **FINEP** — Laboratórios de desenvolvimento — Centro de Química Fina.
- **OXTENO** — Estudo das reações de absorção e hidrólise ácida para obtenção de álcoois a partir de alcenos — projeto secbutanol.

- **DEFENSA** — Desenvolvimento de processo de fabricação por catálise heterogênea com zeólitos, para obtenção do p-clorotolueno — Projeto PCT.

Os projetos que não apresentam vinculação aos programas estabelecidos, são apresentados a seguir.

a) **Projetos concluídos em 1989:**

- Projeto **RECUPER** — Recuperação da capacidade laboratorial instalada nos Departamentos de Química e de Biotecnologia:
- Data de contratação: outubro de 1988;
- Valor: 7.054 OTNs;
- Conclusão: novembro de 1989;
- Fonte de financiamento: Fundação Banco do Brasil.

b) **Projetos em andamento:**

- Projeto **ZIRCÔNIA** — Aproveitamento de pequenos jazimentos minerais do Rio Grande do Sul;
- Data da contratação: dezembro de 1986;
- Previsão de término: setembro de 1990;
- Fonte de financiamento: FINEP.
- Projeto **NSI/MA II** — Difusão sistemática e organizada da informação tecnológica aos usuários do setor de Maquinaria Agrícola:
- Data da contratação: outubro de 1987;
- Valor: 286.583 BTNs;
- Previsão de término: setembro de 1990;
- Fonte de financiamento: SDI/Ministério da Indústria e Comércio.
- Projeto **INFRAGEO** — Consolidação da infra-estrutura em Geociência através de aparelhamento do Departamento de Engenharia Mineral:
- Data da contratação: maio de 1988;
- Valor: US\$ 40.200;
- Previsão de término: julho de 1990;
- Fonte de financiamento: FINEP.
- Projeto **RAIO X** — Manutenção de Espectrômetro de Raio X;
- Data de contratação: junho de 1988;
- Valor: 1.200 OTNs;
- Previsão de término: maio de 1990;
- Fonte de financiamento: FINEP.
- Projeto **GESTÃO** — Estudo de casos — formulação de política de Ciência e Tecnologia;
- Data da contratação: abril de 1989;
- Valor: NCz\$ 11.106,00;
- Previsão de término: junho de 1990;
- Fonte de financiamento: FINEP.
- Projeto **OCTACEL** — Desenvolvimento de célula de Carga Octagonal Estendida, visando à aplicação em máquinas e equipamentos agrícolas;
- Data da contratação: abril de 1989;
- Valor: NCz\$ 25.000,00;
- Previsão de término: março de 1990;
- Fonte de financiamento: recursos próprios.
- **FINEP** — Laboratório de testes e ensaios de interferência eletromagnética (em negociação).

Verificou-se uma significativa redução no volume de recursos destinados ao reaparelhamento dos laboratórios da área técnica, ou seja, de um total de 77.206 OTNs em 1988, para cerca de 41.466 OTNs, em 1989.

Tal redução tornou-se obrigatória considerando-se:

- diminuição da arrecadação proveniente da execução de serviços tecnológicos;
- estabelecimento de provisão de recursos para contrapartida da CIENTEC no desenvolvimento de projetos de pesquisa com financiamento parcial de órgãos federais, tendo em vista a irregularidade na liberação das parcelas contratadas;
- estabelecimento de provisão de recursos para contrapartida da CIENTEC no desenvolvimento de projetos prioritários (Centro de Química Fina e Laboratório de Eletrônica Embarcada);
- a não-efetivação da aquisição de diversos equipamentos importados, de custo elevado, pela excessiva morosidade dos procedimentos administrativos estabelecidos para a importação de tais equipamentos.

Apesar da diminuição do volume de investimentos, deu-se continuidade à política de concentração dos recursos em alguns dos laboratórios, de forma a obter, no curto e médio prazos, maior automatização na execução das análises (tendo em vista a dificuldade de pessoal), maior precisão nos resultados e retorno mais rápido dos investimentos realizados.

Assim sendo, os recursos foram destinados, basicamente, à conclusão do reequipamento dos laboratórios de microbiologia, microscopia e análise orgânica, considerando sua importância na área de controle de qualidade de alimentos, e nos laboratórios de cinética dos reatores e catálise, por tratarem-se de laboratórios básicos para o estabelecimento da infra-estrutura necessária à implantação do Centro de Química Fina.

Com relação a recursos humanos, os candidatos aprovados no concurso realizado em 1988 foram admitidos somente durante o ano de 1989, sendo que das 65 vagas autorizadas (18 de nível superior e 47 de auxiliares), somente 35 foram preenchidas (10 de nível superior e 25 de auxiliares). Além disso, ocorreu, no período em referência, um recrudescimento do processo de evasão de pessoal, estancado em 1987 após a implantação do plano de cargos e salários, de tal modo que o número de funcionários, apesar das admissões citadas, aumentou de 391 para somente 394.

Tendo em vista, porém, a formação profissional do pessoal de nível superior admitido, foi possível reativar atividades de alguns dos laboratórios desativados em 1987 por falta de pessoal técnico especializado, de significativa importância para o atendimento das demandas internas (projetos de pesquisa e desenvolvimento) e das provenientes de segmentos industriais relevantes, quais sejam os laboratórios de Espectrometria de Raios-X e o de Via Úmida Inorgânica.

Em decorrência dos fatos acima mencionados, e considerando, também, a situação da economia nacional, afetando as atividades industriais, constatou-se uma diminuição no número de laudos emitidos (de 7.191 em 1988 para 6.587 em 1989) e por consequência uma redução na receita de serviços de análises, testes e ensaios. Paralelamente, ocorreu alteração no número de clientes atendidos, ou seja, passou-se de um total de 883 atendimentos (50 a empresas públicas, 722 a empresas privadas e 111 a pessoas físicas) em 1988, para 823 atendimentos (72 a empresas públicas, 634 a empresas privadas e 117 a pessoas físicas) em 1989.

Ainda tendo em vista o constante aprimoramento e atualização do corpo funcional da CIENTEC, e também o atendimento a uma expressiva demanda externa, deram entrada no acervo bibliográfico da Fundação, em 1989, 200 livros e foram assinados 150 títulos de periódicos, sendo que 30 são novas assinaturas.

Neste particular, cabe ressaltar que em 1989 foram realizados 20.497 atendimentos, 870 consultas telefônicas, 904 empréstimos, entre livros, periódicos, folhetos, relatórios e normas técnicas, e fornecidas 89.845 cópias xerox para usuários internos e externos.

O acervo bibliográfico da CIENTEC compõe-se de 1.143 títulos de periódicos, 13.746 livros, 5.218 folhetos e normas técnicas, dos quais destacam-se as da ABNT, ASTM, DIN, GIS, ISO, SAE, ANSI, APNOR e ASME.

No que se refere a Transportes, destaca-se que a frota da CIENTEC foi praticamente recomposta durante os anos de 1988 e 1989, tanto nos aspectos de reforma geral, como de substituição por veículos novos, atingindo em 1989 um total de 17 veículos (11 camionetas e automóveis, 04 veículos de carga média, um caminhão e um ônibus).

Como decorrência de suas atividades técnicas, a CIENTEC fez-se representar e participou ativamente nos seguintes órgãos: Comitê Assessor do Núcleo Setorial de Informações em Maquinaria Agrícola (NSI/MA), da Secretaria Especial de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (SDI/MIC); Fundo de Desenvolvimento de Comunidades do Banco do Brasil; Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído; Conselho Estadual de Mineração da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC-RS); Comissão Estadual do Alcool da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC-RS); Comitês de Mecânica Fina e Metal-Mecânica da SIC-RS; Instituto Brasileiro do Petróleo; Comissão Estadual de Energia/SEMC-RS; Comitê de Máquinas Agrícolas do COAGRI/Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nos Comitês CB1, CB2, CB9, CB10 e CB18; Conselho Consultivo do Comitê Brasileiro da Construção Civil — ABNT (COBRACON); Instituto Brasileiro do Concreto (IBRACON); Comissão do Meio Ambiente da ABIQUIN/Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS); Comissão de Agroindústria da FIERGS/CIERGS; Gerência Estadual de Movimentação de Safras (GEMS); Conselho Deliberativo do Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins; ABIPTI; Comitês SINOS e GRAVATAÍ — Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN); Comissão Estadual de Informática do Rio Grande do Sul; Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia; FUNDOPEM/Secretaria da Indústria e Comércio; CB₁₂/ABNT, com a instalação do Comitê nas dependências da CIENTEC; Equipe Técnica de Planejamento da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

A atuação da CIENTEC em diversos órgãos de representação demonstram sua crescente inserção nas definições de políticas setoriais, bem como seu reconhecimento como instituição executora de atividades de P & D.

No que se refere ao desempenho operacional da CIENTEC assinala-se, tomando 1987 como base, um crescimento real da receita em 1988, de 13,37%, e em 1989, de 51,84%. No último exercício em relação ao anterior, o crescimento real foi de 33,93%.

Enquanto a participação relativa da receita de serviços diminuiu devido à conjuntura econômica, que afeta fortemente as indústrias, que são nossas principais clientes, a capitalização da CIENTEC, conseguida ao longo dos anos de 1987 e 1988, possibilitou um aumento real em 1989 de 135,34% da receita patrimonial em comparação com a do ano anterior.

Da mesma forma, é importante o registro do significativo decréscimo de participação dos recursos transferidos pelo Tesouro do Estado que, em 1987, representaram 71,49% do total da receita, em 1988, 45,69% e no exercício de 1989, 43,95%. Cabe salientar que isto não se deu pela diminuição dos investimentos do Estado. As transferências correntes aumentaram em 28,83% reais comparando o ano de 1989 com o de 1988. O Estado, pelo segundo ano consecutivo, contribuiu com investimentos em obras e instalações da CIENTEC.

Cabe ressaltar, ao analisar o índice da despesa/receita, que em 1987 é de 0,9759, 1988 de 0,8280 e em 1989, de 0,7172, o equilíbrio demonstrado na condução das atividades da Fundação, confirmado nos excelentes resultados apresentados nos últimos balanços.

2.19.3 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

Dois fatos ocorridos no atual Governo marcaram decisivamente o processo de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado. O primeiro foi a criação da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciências e Tecnologia (SEACT) acompanhado, por outro lado, de verbas bem mais consistentes que foram repassadas à FAPERGS, possibilitando à mesma passar da situação de uma Fundação sem recursos e atuação marginal no sistema, para a de uma instituição consolidada definitivamente como o órgão de apoio à pesquisa científica realizada no Rio Grande do Sul. Estes atos, sem dúvida, materializaram a prioridade política para Ciências e Tecnologia do Governo do Estado.

O outro fato significativo foi a mobilização da comunidade científica que culminou, na Constituinte Estadual, com a destinação de 1,5% da Receita Líquida de impostos para a FAPERGS, a ser aplicado no fomento ao ensino e pesquisa científica e tecnológica.

Assim, o Estado deixa de ser um coadjuvante importante para transformar-se em fator decisivo, junto com a iniciativa privada. Pois, embora os financiamentos ocasionais obtidos de convênios com entidades nacionais ou mesmo internacionais tenham grande importância, é o financiamento regular e contínuo pelo Estado que permite formular uma política de desenvolvimento de forma sistêmica.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul constitui-se órgão-chave para a consecução das atividades da Secretaria no tocante ao fomento à Ciência e Tecnologia, situação esta que a direcionou numa profunda reformulação de sua forma de atuação e que a levará, ainda, durante muito tempo, a definir novas atividades que melhor permitam a concretização de seu papel como principal agência.

Tendo presente este dinâmico ambiente de reformulação e definição de novas atividades, a FAPERGS, para 1989 apresentou quatro objetivos fundamentais: criar mecanismos facilitadores para transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor produtivo; defender projetos e programas de interesse da pesquisa científica do Estado; preservar e ampliar a capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico; apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas definidas como prioritárias.

Para a consecução de sua missão — fomentar e apoiar a pesquisa científica no Rio Grande do Sul —, o Conselho Superior da FAPERGS decidiu utilizar os recursos provenientes do Orçamento do Estado exclusivamente para a concretização do objetivo de preservar e ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico. Os demais objetivos deveriam ser atendidos com recursos financeiros captados em outras fontes.

Esta estratégia permitiu que a FAPERGS atendesse grande parte da demanda ocorrida, bem como possibilitou o apoio a projetos de elevada importância para a sociedade gaúcha.

Com a política de buscar recursos de outras fontes, principalmente federais, acrescentando-os aos do Orçamento do Estado com o fim de atender os seus objetivos, a FAPERGS firmou os seguintes convênios nacionais, no exercício de 1989:

— Convênio FAPERGS/FINEP

Beneficiário: Laboratório de Engenharia Genética e Mutagênese; Departamento de Genética/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

Objetivo: Produção de Anticorpos Monoclonais para Diagnóstico e Classificação das Leucemias;

Valor: NCz\$ 172,11 mil.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Departamento de Biotecnologia/UFRGS; Centro de Biotecnologia;

Objetivo: Programa de Biologia aplicável à Biotecnologia;

Valor: NCz\$ 35 mil.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Prof. Darcy Closs;

Objetivo: Estudo de uma política visando à modernização dos equipamentos de Laboratórios Universitários;

Valor: NCz\$ 77 mil.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS;

Objetivo: Sindicalismo e Automação;

Valor: NCz\$ 94,39 mil.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Instituto de Biociências — Departamento de Biofísica/UFRGS;

Objetivo: Análise da atividade mutagênica em células Procarionóticas e Eucarióticas como resposta à ação de Agentes Ambientais;

Valor: Cz\$ 80,60 milhões.

— **Convênio FAPERGS/FINEP**

Beneficiário: Instituto de Biociências — Centro de Ecologia/UFRGS;

Objetivo: — Consolidação de Centro de Ecologia na UFRGS;
— Bioindicação Ambiental;

Valor: Cz\$ 199,88 milhões.

— **Convênio CIBA-GEIGY QUÍMICA S.A.**

Beneficiário: Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor";

Objetivo: Avaliação da eficácia biológica do Produto CGA 157419 contra o carrapato bovino "B. microplus";

Valor: 4.400 BTN's.

— **Convênio FAPERGS/SALSBURY LABORATÓRIOS LTDA.**

Beneficiário: Instituto de Pesquisas Veterinárias "Desidério Finamor";

Objetivo: Estudo das diferentes cepas de vírus de bronquite infecciosa prevalentes no território brasileiro;

Valor: NCz\$ 4,01 mil.

— **Convênio FAPERGS/NITRAL**

Beneficiário: Faculdade de Agronomia;

Objetivo: Desenvolvimento de tecnologias para produção de leguminosas;

Valor: NCz\$ 10 mil.

— **Convênio FAPERGS/PENA BRANCA DE ALIMENTOS DO SUL S.A.**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS; Centro de Ecologia;

Objetivo: Controle e monitoramento de Organoclorados em frangos e outros produtos;

Valor: NCz\$ 21,68 mil, até 14/12/89.

— **Convênio FAPERGS/SUVALAN**

Beneficiário: Departamento de Fitotecnia da Faculdade de Agronomia/UFRGS;

Objetivo: Realização de experimentos com frutas tropicais e subtropicais no Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 3,83 mil.

— **Convênio FAPERGS/COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS**

Beneficiário: Centro de Ecologia/UFRGS;

Objetivo: Controle e monitoramento de Organoclorados em gorduras de aves e outros produtos;

Valor: NCz\$ 34,42 mil até 14/12/89.

— **Convênio FAPERGS/BADESUL**

Beneficiário: Faculdade de Agronomia/UFRGS;

Objetivo: Desenvolvimento de ações conjuntas nas áreas de Tecnologia de Ponta;

Valor: NCz\$ 200,82 mil.

— **Convênio FAPERGS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**

Beneficiário: Departamento de Genética/UFRGS;

Objetivo: Cultura de tecidos e transferência de DNA em plantas;

Valor: NCz\$ 155,37 mil.

— **Convênio FAPERGS/UFRGS**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS;

Objetivo: Edificação, pela UFRGS, das dependências do Centro de Ecologia do Instituto de Biociências da UFRGS;

Valor: NCz\$ 250,65 mil.

— **Convênio FAPERGS/BADESUL**

Beneficiário: Centro de Biotecnologia;

Objetivo: Desenvolvimento nas áreas de Tecnologia de Ponta;

Valor: NCz\$ 300 mil.

— **Convênio FAPERGS/FRANGOSUL S.A. AGRO. AVIC. IND.**

Beneficiário: Instituto de Biociências/UFRGS — Centro de Ecologia;

Objetivo: Controle e monitoramento de Organoclorados em frangos e outros produtos;

Valor: NCz\$ 26,99 mil até 14/12/89.

— **Convênio ESTADO/UFRGS/FAPERGS**

Beneficiário: UFRGS;

Objetivo: Edificação, pela Universidade, das dependências do Centro de Integração de Pesquisa e Desenvolvimento em Informática do Estado do Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 650 mil.

— **Convênio ESTADO/UFRGS/FAPERGS**

Beneficiário: Centro de Biotecnologia/UFRGS;

Objetivo: Conjugação de esforços para apoiar e promover o desenvolvimento da pesquisa na área de Biotecnologia, a difusão de conhecimento, a formação e o treinamento de pessoal no Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul;

Valor: NCz\$ 222,12 mil.

Foram ainda assinados convênios internacionais, em 1989, conforme segue:

— **Convênio FAPERGS/CONSELHO BRITÂNICO**

Beneficiário: FAPERGS/CB;

Objetivo: Treinamento de recursos humanos e o desenvolvimento conjunto de Projetos de Pesquisa;

Valor: Conforme acordo estabelecido no Convênio.

— **Convênio FAPERGS/DAAD;**

Beneficiário: FAPERGS/DAAD;

Objetivo: Programa de intercâmbio que deverá, principalmente, servir à colaboração de cientistas brasileiros e alemães altamente qualificados no campo da pesquisa científica;

Valor: Conforme acordo estabelecido no Convênio.

O Presidente da FAPERGS participou, neste exercício, da missão oficial técnico-científica do Estado do Rio Grande do Sul para o Japão, a qual visou a identificar as oportunidades de cooperação com centros de pesquisa e instituições governamentais nas áreas de Meio Ambiente, Biotecnologia, Novos Materiais, e Tecnologia Industrial. Os contratos feitos permitiram identificar, claramente, possibilidades de cooperação nas áreas em questão, sendo que, em médio prazo, deverão ser assinados convênios.

É atribuição estatutária da FAPERGS promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Rio Grande do Sul e no Brasil, bem como manter cadastros das pesquisas sob seu amparo e das demais no Estado, que deverá ser divulgado periodicamente.

Para tanto a Fundação tem um departamento denominado Departamento de Informática, que vem desenvolvendo este trabalho.

O Desenvolvimento do Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica, feito através do Departamento de Informática, se processou usando equipamento COBRA, coletando informações sobre o desenvolvimento da pesquisa científica e as colocando disponíveis ao pesquisador, onde efetivamente são necessárias.

Como produto destas informações foram extraídos os dados referentes à área de Química, constituindo o Cadastro de Química, ora no prelo, dando continuidade à série da FAPERGS — "Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul".

A FAPERGS se fez representar no Encontro Técnico sobre Sistemas de Informação em C&T, realizado em Brasília, no dia 03 de outubro de 1989, onde proferiu palestra sobre "Mecanismos Operacionais dos Sistemas Estaduais de Informação em C&T".

A FAPERGS, órgão coordenador no Estado da Rede Nacional de Pesquisa, caracterizou-se durante o ano como agente de execução de suas funções de fomento, planejamento, articulação e coordenação da RNP. Para tanto, promoveu duas reuniões com as diversas Instituições de Ensino e Pesquisa com a finalidade de conhecer o desenvolvimento das atividades de cada uma e suas respectivas necessidades físicas e humanas.

Com relação à integração da FAPERGS com outras esferas de Poder é de destacar que o trabalho desenvolvido pela Fundação está intimamente ligado às Instituições de Ensino e Pesquisa, como as Universidades e Instituições de Pesquisa do Estado. Neste aspecto foi desenvolvido em 1989, a exemplo do que já ocorrera em 1988, um relacionamento bastante competente alcançando, inclusive, a própria integração entre as diversas instituições, o que antes acontecia de forma esporádica e fragmentada.

Ainda, como consequência deste trabalho local, foi desenvolvido intenso relacionamento com os órgãos do Governo Federal, como a Secretaria do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), como os próprios convênios assinados e já apresentados demonstram.

Com relação aos Programas desenvolvidos pela FAPERGS, destaca-se como o principal o Programa "Fomento Convencional", que visa a preservar e ampliar a capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico.

O Programa contempla, basicamente, auxílios voltados para: realização de projetos de pesquisa; organização e realização de reuniões científicas, simpósios, conferências, cursos; custeio de contratação de especialista e pesquisador visitantes; comparecimento em congresso, simpósio, reunião ou curso; publicação e divulgação de trabalho.

No exercício de 1989, foram atendidas solicitações recebidas no período final de 1988 e que não puderam ser concedidas no próprio ano por falta de verbas, e os protocolados no ano de 1989.

A FAPERGS, que mantinha uma média histórica de demanda de 180 processos até 1987, passou para 1.042 em 1988, e 978 no exercício de 1989.

Com relação a Projetos Especiais desenvolvidos pela FAPERGS em 1989, destacam-se:

— **Bolsas de Iniciação Científica**

Este Projeto tem por objetivo criar condições para vincular de modo sistemático jovens estudantes das Universidades e Institutos de Pesquisa do Estado, a relevantes projetos de investigação nas mais diferentes áreas do conhecimento, sob orientação de pesquisadores de reconhecida capacidade. Os jovens pesquisadores receberão mensalmente algo em torno de 20% a mais do salário mínimo durante 11 meses. Os recursos financeiros para o Projeto foram concedidos pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) sendo que, para o exercício de 1990, já foram assegurados 990 mil BTN's para dar prosseguimento ao mesmo.

Em 1989 foram solicitadas 1.059 Bolsas de Iniciação Científica (BIC), e foram concedidas 521, abrangendo várias instituições e diversas áreas de conhecimento.

— **Ação Programada em Biotecnologia**

Foi dada continuidade, em 1989, ao trabalho desenvolvido pela Ação Programada em Biotecnologia, abrangendo as áreas de Engenharia Genética, Biotecnologia Vegetal, Biotecnologia Animal, e Fermentação.

A Comissão Técnico-Científica, formada por pesquisadores altamente qualificados, que coordenou o desenvolvimento desta ação, junto com a FAPERGS, se reuniu durante o exercício 16 vezes.

Como resultado desta mobilização de esforços, foram aprovados pela FINEP, os seguintes projetos:

- Cultura "in Vitro" de Arroz Irrigado, visando ao Melhoramento Genético — Universidade Federal de Pelotas;
- Aceleração do Processo de Criação de Cultivares no Trigo através da Cultura de Anteras "in Vitro" e Obtenção de Plantas Haplodiplóides — Centro Nacional de Pesquisa de Trigo — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA);
- Obtenção de Variabilidade de Genética em Aveja (*Avena* sp) através da Cultura de Tecidos "in Vitro";
- Projeto Integrado de Biotecnologia Vegetal.

O Projeto "Cultura de Tecidos e Transferência de DNA em Plantas", apresentado pelo Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi aprovado pela Fundação Banco do Brasil, tendo sido destinados ao mesmo NCz\$ 155,37 mil.

2.20 – TURISMO

2.20.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CRTur)

O Governo do Estado, com o objetivo de fortalecer e dinamizar a economia do Rio Grande do Sul, busca no setor Turismo uma alternativa para o desenvolvimento estadual, ciente dos benefícios gerados pelo mesmo ao nível cultural e sócio-econômico.

O Estado do Rio Grande do Sul é, sem dúvida, um dos mais privilegiados em potencial turístico por sua condição atrativa de ordem natural e cultural, por sua localização e condição eficiente de infra-estrutura, e por possuir uma efetiva demanda turística.

A dinâmica do fenômeno turístico necessita cada vez mais da adoção de medidas adequadas à evolução da conjuntura de uma forma ágil e rápida. A CRTUR é o órgão adequado para acompanhar a velocidade da repercussão das atividades turísticas e novos processos de administração no que tange ao aproveitamento de recursos humanos, técnicos e de investimentos para o desenvolvimento do turismo como fonte das receitas adicionais significativas.

A CRTUR desenvolve suas finalidades principais mediante a prestação de serviços especializados e realização de atividades de promoção, expansão e captação de correntes turísticas, de adequação e regulamentação normativa do funcionamento das empresas turísticas, de estímulos e facilidades ao desenvolvimento da oferta turística, realizando estudos, programas e projetos que visam à concretização de medidas de ordem técnica e administrativa tendentes ao fomento do turismo estadual e às atividades correlatas no território do Estado, incrementando o intercâmbio permanente com outros Estados e com o Exterior, em especial com os Países do Prata, visando ao aumento do fluxo turístico, bem como à elevação da média de permanência do turista no Rio Grande do Sul.

Dentro dessa linha de atuação, destacam-se como Projetos Prioritários de Governo desenvolvidos pela CRTUR:

- **Projeto Parque da Guarita**, em Torres, cujo objetivo é o de realizar melhorias nas instalações existentes e a criação de uma infra-estrutura adequada ao fluxo turístico;
- **Projeto Missões**, que busca a recuperação do *Espetáculo Som e Luz*, visando a uma maior divulgação da Região das Missões e de sua história, bem como a comercialização de pacotes turísticos para a Região.

Salientam-se também, como projetos de importância desenvolvidos pela CRTUR, os seguintes:

- **Feiras, Congressos e Eventos Turísticos**, com o objetivo de divulgar e promover a comercialização, ao nível nacional e internacional, do Rio Grande do Sul como produto turístico, divulgando as potencialidades do Estado, e visando à ampliação do volume de negócios neste setor da economia;
- **Capitalização da FENUVA** — repasse do Estado à Festa Nacional da Uva — Turismo e Empreendimentos S.A. (FENUVA), no valor de NCz\$ 50 mil, visando à amortização

de dívidas contraídas, e para a execução de obras de melhorias e manutenção dos pavilhões e infra-estrutura da FENUVA;

- **Manutenção de Camping** — manutenção dos campings de Chuf, Itapeva e Vindima, visando a uma melhor divulgação do Estado, e adequação e ampliação do fluxo turístico nos municípios considerados Pontos de Entrada do Rio Grande do Sul;
- **XVII Congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagens** — a CRTUR participou do XVII Congresso da ABAV, em Fortaleza, objetivando a fixação da imagem do Estado do Rio Grande do Sul e a captação do "trade" turístico para a Capital gaúcha em 1990, visto que Porto Alegre sediará a próxima edição do Congresso. Foi fundamental a participação do Estado com as suas 10 Regiões turisticamente definidas para a comercialização e divulgação do produto turístico gaúcho a nível nacional e internacional;
- **Folhetaria Nacional e Internacional** — elaboração, confecção e lançamento da folheteria referente à Campanha "RS — Terra que não se Esquece", em português, inglês e espanhol, com vistas a possibilitar ao Estado competir em condições mais adequadas na busca de mercados internacionais;
- **Protocolo nº 23 — Regional-Fronteiriço** — representação da CRTUR no Comitê Binacional de Ação Turística Integrada Brasil/Argentina, visando à integração da Região do Cone Sul no desenvolvimento de ações conjuntas. Esta integração está sendo desenvolvida com os Estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e Províncias Argentinas (Misiones, Chaco, Formosa, Santa Fé, Corrientes e Entre-Rios).

Das ações realizadas pela CRTUR em 1989, podem ainda ser destacadas:

- Realização de eventos regionais, integrando os diversos segmentos da área, com o objetivo de melhor explorar o potencial turístico como um todo, tais como: "Encontro Mensal"; "Conversando sobre Turismo"; "Abraço no Litoral"; Seminário "Turismo em Primeira Página", entrega do Certificado "Gaúcho de Coração";
- Elaboração e distribuição de 20 mil Calendários de Eventos Turísticos do Estado do Rio Grande do Sul, com a divulgação de 270 eventos, a nível regional, nacional e internacional, com o objetivo de promover o potencial cultural, econômico, social e turístico dos municípios;
- Confecção de Mandrak — painel fotográfico que divulga as dez regiões turísticas do Estado;
- Elaboração de folhetos informativos das Regiões Turísticas do Estado, com o objetivo de orientar e bem informar o turista (Litoral Gaúcho, Serra Gaúcha e Zona Sul);
- Confecção e distribuição de 20 mil exemplares do Mapa Turístico do Cone Sul;
- Participação no mapa rodoviário do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), com informações turísticas no verso do mapa;
- Lançamento do Prêmio Aquisição Fotografia Turística;
- Realização do Concurso de Redação dirigido aos estudantes de 1.ª a 4.ª séries do 1.º Grau, abordando o tema "Como você vê a Natureza";
- Realização de comemoração alusiva ao Dia Mundial do Turismo, com recepção "vip" no Aeroporto Internacional Salgado Filho aos turistas que chegaram ao Estado;

- Desenvolvimento do Projeto “Bem-Vindo ao Rio Grande”, com instalação de Centro de Informações Turísticas na BR-290, entrada de Porto Alegre e na Av. Borges de Medeiros, para atender à alta temporada;
- Assessoramento técnico a 25 municípios para a implantação de sistema de acompanhamento de fluxo turístico;
- Promoção conjunta com a CVC Turismo para divulgar a Serra Gaúcha;
- Aplicação do Decreto nº 32.037/85, que dispõe sobre a Classificação de Municípios de Interesse Turístico, em 80 cidades;
- *Classificação de 22 meios de hospedagem, 89 agências de viagens e turismo, 68 transportadoras de turismo e 08 empresas organizadoras de eventos, através do Convênio Técnico CRTUR/Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), tendo sido realizadas vistorias em 450 agências de turismo, e controle de qualidade em 206 meios de hospedagem, bem como orientação a 3.141 agentes de viagens e empresários da indústria hoteleira;*
- Atendimento a 83.934 turistas brasileiros e 115.000 turistas estrangeiros, bem como distribuição de material informativo/promocional na ordem de 100.000 exemplares, na área de Informações e Recepção Turística;
- Implantação do Projeto “Turismo em Sala de Aula”;
- Incentivo ao Projeto “Clube da Melhor Idade”, com a coordenação do Evento “Noite de Prata” e “Encontro da Primavera, Estação Melhor Idade”;
- Cobertura jornalística e fotográfica dos municípios de Flores da Cunha, Carazinho, Rio Grande, São Lourenço, Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Caçapava do Sul e Torres, visando à divulgação em nível nacional;
- Administração, manutenção e conservação dos Complexos Turísticos de Torres, Flores da Cunha, Canela e Missões (Parque da Guarita, Camping da Vindima, Parque Estadual do Caracol e Espetáculo Som e Luz);
- Encontro comercial em Montevideo, objetivando a divulgação do produto turístico rio-grandense e a captação da demanda para o Estado, em conjunto com a iniciativa privada, dirigido a agentes, operadores e jornalistas de Turismo;
- Participação em eventos a nível nacional e internacional, entre os quais destacam-se: Congresso AAVYT — Argentina; Salão Profissional de Turismo — São Paulo; FIPTUR — Florianópolis; representação na Feira Gastronômica de Dijon — França; Festa da Uva — Caxias do Sul; Festival do Cinema Brasileiro — Gramado; EXPOSUL — Rio de Janeiro; EXPOTCHÊ — Rio de Janeiro e Brasília; MULTIFEIRA — Esteio/RS; EXPOINTER — Esteio/RS, entre outros;
- Trabalho integrado com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), com a finalidade de traçar o Plano de Desenvolvimento Turístico de Porto Alegre;
- *Planejamento da Campanha Publicitária Guia de Verão 1989-90, em conjunto com a Rede Brasil-Sul de Comunicações (RBS);*
- Participação e coordenação do I Seminário de Desenvolvimento Turístico, no Município de Marcelino Ramos;
- Participação nos Encontros dos Organismos Oficiais e Privados do Turismo Missioneiro;

- Avaliação e manutenção do Projeto Táxi-Turismo;
- Participação na Central de Informações, implantada no Município de Tramandaí e coordenada pela Assessoria de Comunicação do Palácio Piratini, com atendimento à imprensa e ao público;
- Participação em duas edições do Guia de Verão dos jornais “Zero Hora” e “Correio do Povo” e inserção de 20 anúncios durante os meses de dezembro/89, janeiro e fevereiro/90, visando à divulgação das potencialidades turísticas do Estado;
- Transferência do Complexo Turístico do Caracol para a Prefeitura Municipal de Canela, objetivando maior desenvolvimento turístico para a região da Serra.

2.21 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.21.1 —BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)

Sintonizado com as iniciativas de integração das economias do Cone Sul e tendo presente que o Estado situa-se entre os dois maiores pólos econômicos da América Latina, representados, por São Paulo e Buenos Aires, o BANRISUL desempenhará papel fundamental para a consecução das obras que serão erguidas, quer na área de investimentos bilaterais, quer no momento de intercâmbio comercial e cultural.

É com esta visão de futuro que o BANRISUL, através de sua Administração, tem planejado suas atividades, desde a abertura de sua representação nos países envolvidos à nova configuração de suas agências para os anos noventa.

Para servir de estabelecimento de crédito emulador do desenvolvimento sócio-econômico, contribuindo para a integração e o crescimento de nosso Estado, está em fase adiantada a negociação para instalar um escritório do BANRISUL em Buenos Aires.

Objetivando a modernização da Instituição, o BANRISUL já está atuando na filosofia de Banco Múltiplo e instruindo o processo para obter autorização para operar nas Carteiras Comercial, Crédito Imobiliário e Crédito, Financiamento e Investimento.

Vale destacar, também, a autorização para atuar em Arrendamento Mercantil, obtida no final do exercício, que constituir-se-á em instrumento adicional para fomentar o desenvolvimento da economia gaúcha.

Atento às necessidades de sua clientela, a Administração do BANRISUL está empenhada em melhorar a qualidade de seus serviços. Para tanto inaugurou neste exercício uma agência especial de atendimento de usuários localizada em ponto estratégico da Capital.

No exercício de 1989 foram investidos Us\$ 7 milhões para ampliar a disponibilidade de meios computacionais e de transmissão de dados, beneficiando a capacidade de processamento — velocidade e armazenagem — e acesso dos clientes pela expansão da rede de terminais de clientes; ampliação da capacidade do serviço de resposta audível; ampliação da capacidade da central de acesso via telex; conclusão da implantação do processo de impressão eletrônica de todos os talões de cheques.

Tendo presente as significativas mudanças que deverão ocorrer nos próximos anos, o Banco concebeu o Projeto BANRISUL 2000, para ser implementado a partir de 1990, que envolve avançado nível de automação, transmissão de dados via satélite, qualificação dos recursos humanos e reestruturação organizacional, tendo por objetivo criar um padrão BANRISUL de atendimento, diferenciado pela ênfase na qualidade dos serviços prestados.

Investimentos significativos também têm sido realizados na capacitação profissional dos empregados do Banco.

Destaque cabe ao Curso ASBACE de Administração Bancária (CAAB), patrocinado pelo Banco e coordenado pela Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE),

que objetiva a formação de especialistas nas seguintes áreas estratégicas: Gestão Financeira, Câmbio e Comércio Exterior, Crédito Geral e Crédito Rural. Somente neste curso foram consumidas 43.200 homens/horas de treinamento.

Para atingir todo o quadro funcional do Banco, a partir de 1989, foi decidida a regionalização do treinamento. Desta forma, além da ocupação intensiva da infra-estrutura do Centro de Treinamento, todas as sedes de Regiões Operativas do Banco estão sendo dotadas de salas de aula equipadas e preparados aproximadamente 500 monitores com o que estão previstos, para o próximo exercício, a realização de aproximadamente 2.000 cursos para cerca de 30.000 participantes.

A grande dificuldade de avaliação do risco conjuntural com o qual a economia brasileira conviveu durante o exercício de 1989 trouxe arrefecimento na demanda por crédito.

Nesse ambiente as Operações de Crédito do BANRISUL tiveram comportamento semelhante ao apresentar no final do ano um saldo de NCz\$ 6,9 bilhões, equivalente a uma queda real de 8,4% em relação ao exercício anterior.

No decorrer de 1989 foi implementado um novo Programa, destinado aos pequenos e mi-niprodutores. Trata-se do Fundo Especial de Assistência ao Pequeno Empresário Rural, uma linha de crédito para pequenos investimentos e cuja aceitação foi muito grande. Foram contratadas mais de 3.700 operações com prazo de até cinco anos. Através deste Programa o produtor vincula o crédito a valores equivalentes em quantidade de produto.

Os Créditos em Liquidação situaram-se em 0,8% do total das Operações de Crédito, em 31/12/89, índice que reflete a política sadia de crédito adotada pela Administração do Banco.

O Patrimônio Líquido do Banco atingiu, ao final do exercício, a NCz\$ 1.990 milhões, apresentando um crescimento real de 32,4%, em relação ao final do exercício anterior.

No exercício de 1989 o Banco apresentou um Lucro Líquido de NCz\$ 628,8 milhões. Esse resultado significa um lucro de NCz\$ 195,40, por lote de mil ações e uma rentabilidade líquida de 31,6%.

2.21.2 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEERGS)

A Caixa Econômica Estadual tem como características principais o atendimento à pequena economia privada, e o estímulo aos hábitos de poupança.

Atua diretamente em 135 municípios distribuídos nas diversas regiões do Estado, captando e aplicando recursos, identificando-se, desse modo, perfeitamente com os anseios e as realizações do povo rio-grandense.

A confiança depositada pela população gaúcha fez da Caixa poderoso instrumento de crédito e serviços, para a poupança e aplicação de seus recursos, representada pelas 2.051.717 contas ativas existentes em 31/12/89.

As 165 filiais, distribuídas em agências, postos de atendimento bancário e lojas de poupança, obtiveram um crescimento nos depósitos, durante o período, da ordem de 1.711%, atingindo um total de NCz\$ 6,1 bilhões, em dezembro de 1989.

As ações que mais se destacaram durante o ano de 1989, foram aquelas estabelecidas no "Projeto Caixa", o qual incluiu a Carteira Habitacional, Marketing, Recursos Humanos, Automação Bancária, Revisão da Estrutura Organizacional, Loteria do Estado, Mesa própria do "Overnight", bem como operações financeiras relacionadas com entidades ligadas à Administração Direta e Indireta dos Governos Estadual e Federal.

A Carteira Habitacional da Autarquia, face às taxas de financiamentos vigentes para o Sistema Financeiro da Habitação que variaram de zero a 10,5% ao ano e ao decréscimo acentuado dos depósitos de cadernetas de poupança, dirigiu os seus esforços à administração dos 30.045 contratos existentes, principalmente, na recuperação dos créditos em atraso, na redução de processos em execução judicial e de contratos lançados em Créditos de Liquidação Duvidosa.

Os mutuários considerados inadimplentes, assim entendidos aqueles com atraso superior a 90 dias, equivaleram, em 31/12/89 a 3,7% do total dos contratos existentes.

Destaca-se que do total das aplicações existentes em 31/12/89, equivalente a NCz\$ 2,6 bilhões, NCz\$ 2,04 bilhões correspondem à aquisição e construção da casa própria.

Cabe ressaltar as gestões efetuadas junto à Caixa Econômica Federal no sentido de regularizar a situação de grande número de mutuários do contrato conveniado com a Cooperativa Habitacional dos Estivadores do Rio Grande (ESTICOOP). Foram autorizadas, excepcionalmente, substituições de mutuários inadimplentes por novos devedores, atendendo à legislação, e às características do convênio em vigor.

Com relação à área de Marketing, foi estabelecido um conjunto de ações visando a satisfazer às necessidades dos novos clientes, através da criação de equipes para estimular a captação e desenvolver a ação mercadológica objetivando incrementar, a curto prazo, a canalização dos produtos mais rentáveis através de fatores de estímulos motivadores do corpo funcional. Foram, ainda, revisadas as normas e procedimentos internos que inibiam e limitavam a autonomia gerencial.

O Quadro de Pessoal, no período de dezembro/88 a dezembro/89, sofreu uma diminuição de 198 servidores, entre aposentadorias e desligamentos por outros motivos, restando em atividade 4.404 funcionários, incluídos neste número os cedidos a outros órgãos nos termos da legislação em vigor.

Dentre as ações desenvolvidas para atender às prioridades, reputa-se, como das mais significativas para o desenvolvimento da Caixa, a implementação do projeto de Concurso Público, através do qual apurou-se a necessidade de 782 vagas, para ingresso de servidores nas diversas filiais da Instituição.

No que tange a treinamento de pessoal, o Serviço de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal (SETAP), realizou 46 eventos, com uma carga horária de 1.428 horas de aprendizado, do qual participaram 1.452 funcionários.

Ainda, em fins de dezembro, foi concluído o Projeto do Novo Quadro de Carreira encaminhado ao Conselho Estadual de Política Salarial (CEPS), com vistas à posterior aprovação pela Assembléia Legislativa.

O referido projeto reorganiza as carreiras, os cargos e salários, e cria requisitos para designação em Funções Gratificadas.

No que se refere à Automação Bancária, em 1989 foi elaborado e aprovado pelo Conselho Administrativo da Autarquia o "Projeto de Automação das Agências", visando à interligação do processamento de dados e propiciando aos usuários transformarem-se em clientes da rede de agências, ao invés de serem de uma só filial. Diante disso, o cliente poderá movimentar suas contas e obter instantaneamente qualquer informação sobre as mesmas em qualquer unidade da Caixa localizada nas mais diversas regiões do Estado.

Cabe ainda destacar que a automação é uma solução moderna para os usuários da Caixa, facilitando, de outra parte, o compartilhamento de equipamentos com a Companhia de Proces-

samento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), permitindo maior agilização na computação das informações.

A expansão do referido projeto prevê atingir 46% das unidades da Instituição, o que corresponde a 76% do número de contas-correntes ativas e 85% do valor dos depósitos totais.

Cabe ainda salientar a reafirmação do sucesso da participação da Caixa na associação "Banco 24 horas" cuja movimentação, no Estado, equivaleu a 46%, em 1989, dos bancos integrantes daquele sistema, que permite ao cliente movimentar a sua conta corrente dentro e fora dos limites geográficos do Rio Grande do Sul a qualquer hora do dia.

Outro sistema que apresentou excelente desempenho foi o "Telecaixa", informações dadas aos clientes por telefone, quanto a depósitos e aplicações financeiras, gerando, no ano de 1989, 280.000 atendimentos.

Foram, ainda, instalados durante os meses de janeiro e fevereiro nos municípios de Torres, Capão da Canoa e Cidreira, terminais de extratos instantâneos para atender à demanda dos clientes no Litoral naquele período.

No exercício de 1989 foi realizada uma ampla revisão na estrutura organizacional da Autarquia, extinguindo-se as Superintendências e criando-se Departamentos, ampliando a delegação de competência aos setores reestruturados, visando à maior agilização nas decisões.

Nessa formulação, ficaram vinculados ao Conselho Administrativo a Secretaria Geral e a Assessoria do Conselho.

À Presidência ficaram vinculados a Inspeção, a Consultoria Jurídica, a Assessoria de Imprensa, o Departamento de Marketing e as Agências e Postos de Atendimento Bancário.

Já a Diretoria Técnico-Financeira passou a denominar-se Diretoria de Operações, ficando a ela vinculadas a Consultoria Técnica e os Departamentos de Captação, de Crédito, Financeiro e de Loteria.

À Diretoria Administrativa ficou subordinada a Assessoria de Organização e Métodos, os Departamentos de Recursos Humanos, de Recursos Materiais e de Informática.

A Loteria do Estado, atualmente, representa um Departamento na nova estrutura organizacional da Autarquia. Conta com 165 Agentes Lotéricos, sendo 39 na Capital e 126 no Interior do Estado, os quais, a partir do mês de agosto, passaram a ter um atendimento modernizado devido à automação nas suas contas-correntes.

Ocorreram 51 extrações durante o ano de 1989, sendo que em 46 oportunidades os sorteios foram realizados pela Unidade Móvel da Loteria, no Interior do Estado e na Capital, o que deu um incremento nas vendas da ordem de 60% em cada município onde ocorreu o evento.

Adotou-se a alteração bimestral nos planos lotéricos, procurando oferecer ao comprador um primeiro prêmio mais atrativo, aproximando-o dos prêmios de outras loterias. No período, a Loteria gerou uma receita estimada de NCz\$ 7,9 milhões com a venda de bilhetes, e verificou-se um pequeno superávit.

No que tange à Loteria Instantânea e à Loto Estadual, no decorrer deste ano, foram feitos estudos sobre as modalidades dos jogos mencionados, colhendo subsídios nos Estados onde já estão implantados.

No que respeita à Mesa de "Overnight", a Caixa captou aplicações de seus clientes no "Over" através da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Rio Grande do Sul (DIVERGS).

A preferência pela aplicação no "Over", face às altas taxas oferecidas em função da realidade econômico-financeira nacional, além de evitar uma evasão significativa do volume de depósitos à vista, confirmou-se como excelente fonte de receita para a Instituição. O volume de aplicação neste setor do mercado financeiro atingiu a posição de NCz\$ 993,6 milhões em dezembro de 1989, contribuindo decisivamente na rolagem da dívida pública estadual.

No final do exercício de 1989, a Autarquia foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar com a sua própria Mesa de "Overnight".

Cabe ainda destacar a confirmação do sucesso obtido com a implantação, em exercícios anteriores, da "Conta Remunerada", ou seja, os depósitos à vista dos clientes que são remunerados com taxas diárias que vão até 98% das do "overnight", cujo saldo atingiu a cifra NCz\$ 695,1 milhões em dezembro de 1989.

A Caixa Econômica Estadual apresentou um saldo com depósitos na ordem de NCz\$ 6,1 bilhões.

No exercício de 1989 a CEERGS alcançou um lucro líquido de NCz\$ 969 milhões e um lucro operacional de NCz\$ 904 milhões.

2.21.3 — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (DIVERGS)

A DIVERGS integra o Sistema Financeiro Estadual, tendo como funções específicas: intermediar o financiamento dos papéis da dívida pública estadual no mercado financeiro; participar ativamente dos leilões patrocinados pelo Tesouro Estadual; operar junto ao mercado nas diversas modalidades existentes; operacionalizar a captação de recursos feitos através da Caixa Econômica Estadual; conduzir as operações junto ao mercado financeiro, de maneira a reduzir o custo de carregamento e garantir a liquidez e a segurança necessárias para a manutenção da boa imagem e aceitação dos títulos estaduais do Rio Grande do Sul; administrar os recursos do Fundo de Garantia para Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado.

No aspecto operacional a participação da DIVERGS nos leilões patrocinados pelo Tesouro Estadual, propondo taxas adequadas à realidade do mercado e dentro de oferta compatível para a boa administração dos custos de carregamento dessas emissões permite-lhe, com os títulos estrategicamente retidos em seu ativo, vender diariamente seus papéis através das modalidades de recompra ou P.U. em aberto e, assim manter controle efetivo da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

As diretrizes traçadas, de desconcentração das fontes de captação, e de operar em prazos maiores (média de 180 dias), preferentemente com grandes grupos financeiros ou empresariais e sempre após análise criteriosa de cada caso, garantem uma liquidez maior à posição carregada pela DIVERGS, além da diminuição gradativa do "spread" e da maior participação de suas mesas de operações (Matriz, São Paulo e Rio de Janeiro) no mercado SPOT, inclusive através da captação de recursos ("over" e conta remunerada) pela Caixa Econômica Estadual. Tais medidas têm correspondido integralmente, também porque vêm sendo constantemente ajustadas à realidade econômico-financeira conjuntural do País.

Um fator relevante a considerar refere-se à conversão de OTERs existentes em 31/12/88, determinada pelo Plano Verão e que, em janeiro/89, representavam 114,9 milhões de OTERs no valor de NCz\$ 738,3 milhões, as quais foram substituídas pela emissão de 709,2 milhões de LFTRs no valor de NCz\$ 850,3 milhões, já corrigidos pela variação financeira desses papéis até 27/01/89. Outra conquista havida diz respeito à batalhada ação junto aos Órgãos Federais, visando à emissão de 8,2 milhões de LFTRs para atender à parcela de financiamento de 1/8 dos créditos de precatórios judiciais. Isto tudo deveu-se à eficácia da atuação exercida pela equipe da Secretaria da Fazenda que obteve, dentro do pequeno espaço de tempo que lhe assegurava a legislação, a emissão pretendida. Ressalta-se, ainda, que a operação anteriormente

citada de conversão de OTERs em LFTRs, ocorrida em consonância com os critérios adotados para títulos federais (OTNs por LFTRs), se desenrolou sem prejuízos aos cofres estaduais e sem ferir a credibilidade do mercado financeiro, permanecendo, assim, a confiança, segurança e liquidez necessárias à administração da Dívida Mobiliária Estadual.

Cabe evidenciar ainda que, do ponto de vista de recuperação de créditos relativos ao capital de giro próprio da Empresa, somente em impostos, através da agilização de processos em andamento junto à Secretaria da Receita Federal, a DIVERGS conseguiu converter em reserva NCz\$ 22,6 milhões relativos aos exercícios de 1986/87 e 1988, o que também influenciou na positiva evolução de seu Patrimônio Líquido.

Dentre as complexas atividades exercidas pelo Governo Estadual, através de seus órgãos competentes, destacaram-se, relevantes, as ações desfechadas para a preservação do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), empreendendo ele inúmeras tentativas junto ao Governo Federal na busca de alternativas que resolvessem o problema. Entretanto, neste particular, foram baldados todos os esforços, vindo a ser decretada a liquidação do mesmo em 06 de março de 1989.

A DIVERGS, na sua condição de administradora da Dívida Pública Estadual, teve importante participação na tentativa de solucionar a grave crise que atravessava o BRDE, iniciada no mês de novembro de 1988. Esta Distribuidora carregava então em sua carteira CDBs desse banco num valor aproximado de 18 mil OTNs que, posteriormente, no vencimento dos mesmos, passaram a ser captados na forma de CDIs, inclusive participando ela com recursos de seu próprio capital de giro, oferecendo liquidez a esses títulos, ao mercado financeiro, via Fundo de Liquidez. Na mesma linha, a DIVERGS intermediou as negociações junto a instituições financeiras e órgãos do Governo Federal, responsabilizando-se até pela captação de recursos para os Estados de Santa Catarina e Paraná.

Quando da liquidação do BRDE, decretada pelo Governo Federal, a DIVERGS possuía o montante de NCz\$ 73,3 milhões, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), NCz\$ 14,8 milhões, e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), NCz\$ 1,5 milhão em CDIs desse Banco, todos resgatados após incessantes negociações pela equipe do Governo Estadual, sem nenhum prejuízo para as Instituições envolvidas.

Procurando dotar a DIVERGS de uma estrutura organizacional moderna e racional, foram implementadas as seguintes modificações:

- Implantação de um sistema de computação moderno, abrangendo as filiais e a Matriz, onde 95% das atividades operacionais da Empresa já se encontram automatizadas;
- Desmembramento e posterior extinção do Departamento Administrativo, criando-se os Departamentos de Patrimônio e de Recursos Humanos, fato que determinou uma melhor especialização dessas áreas pela efetiva função exercida;
- Extinção do Departamento de Controle Operacional e criação do Departamento de Controle Interno, este com atribuições mais amplas abrangendo a totalidade da Empresa;
- Desenvolvimento dos projetos arquitetônicos para a adequação das instalações às atuais necessidades da DIVERGS e de plano de cargos e salários, a serem executados efetivamente em 1990.

2.21.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

O BADESUL é uma instituição financeira de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital autorizado, com sua área de atuação no Estado do Rio Grande do Sul.

O BADESUL tem por missão prestar suporte financeiro e institucional a projetos e atividades destinados a apoiar e induzir o fortalecimento e o desenvolvimento econômico e social no Rio Grande do Sul, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado.

A Instituição apóia desde microempresas até as grandes organizações privadas, públicas ou de economia mista, assim como suas atividades operacionais e de planejamento beneficiam os setores Primário, Secundário e Terciário do Rio Grande do Sul.

A atuação operacional e de planejamento do BADESUL é norteada a partir do conjunto de políticas estratégicas de apoio a pequenas e médias empresas, de apoio ao desenvolvimento tecnológico e industrial, de interiorização, de desenvolvimento rural e social urbano.

A partir de suas políticas de atuação, o BADESUL opera através do financiamento de projetos e da prestação de garantias e de serviços financeiros, bem como realiza estudos e programas vinculados ao crédito para o desenvolvimento.

No que se refere ao financiamento de projetos, estes abrangem os seguintes objetivos: pré-investimentos (estudos e projetos); investimentos em máquinas e equipamentos nacionais; investimentos em obras civis e instalações industriais; capital de giro associado a investimentos fixos; capital de giro puro; saneamento financeiro; investimentos no setor rural; desenvolvimento tecnológico; infra-estrutura urbana; turismo; e desenvolvimento social.

A prestação de garantias processa-se sob a forma de aval e fiança, sendo concedida nas seguintes modalidades: garantia de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira; garantia em licitações; co-obrigação na emissão de debêntures; e garantia de subscrição de ações.

A prestação de serviço financeiros traduz-se na administração, controle de liberações, atualização monetária e cobrança de recursos financeiros destinados a projetos não inscritos nos ativos operacionais do Banco, mas em cuja execução o BADESUL atua como interveniente, como é o caso dos Programas EBTU/BIRD/TRENSURB (Implantação do Trem Metropolitano de Porto Alegre) e RS/BIRD/PIMES (Programa Integrado de Melhoria Social).

Dentro de suas linhas de atuação o BADESUL contratou, em 1988, Cz\$ 13,8 bilhões, equivalentes a US\$ 73,6 milhões, distribuídos entre 2.178 operações.

Este valor significou um crescimento real de 4,0%, em relação ao valor dos projetos contratados em 1987.

No período de janeiro a dezembro de 1989, o Banco contratou 3.768 operações equivalentes a cerca de US\$ 100 milhões, o que significa um acréscimo real de 44% em relação ao valor registrado em igual período de 1988.

As principais fontes de recursos são os repasses provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), observando-se que a soma das linhas de crédito provenientes destas fontes significa atualmente cerca de 99% do valor total dos financiamentos contratados pela Instituição.

O Setor Secundário é o principal segmento econômico apoiado pelo BADESUL, observando-se que o Setor Primário vem aumentando a sua participação absoluta, enquanto o Setor Terciário, com a interrupção do financiamento ao Setor Público, perdeu expressão.

O Setor Privado representa hoje praticamente 100% do valor anual das operações de crédito contratadas pelo BADESUL, tendo em vista a retração de fontes de financiamento de projetos do Setor Público.

O BADESUL caracteriza-se por duas amplas formas de atuação operacional. A primeira consiste no apoio à demanda, espontânea ou identificada pelo Banco, de empresas com projetos de investimento. A segunda forma consiste na indução sistematizada de novos investimentos, através de atividades-programas.

No ano de 1989, os programas operados pelo Banco foram os seguintes:

— **Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA)**

O PROCERA apóia a execução de projetos de aproveitamento econômico das áreas de assentamento agrário no Rio Grande do Sul. Em 1987, quando foi iniciado, foram beneficiados 13 assentamentos, no valor de 226.772 OTNs, ou o equivalente a 1,8 milhão de BTNs. Em 1988, foram apoiados 25 assentamentos, no valor de 561.133 OTNs, ou o equivalente a 4,5 milhões de BTNs. Em 1989, foram assentadas mais 1.248 famílias, mediante projetos de assentamento que receberam cerca de 3,3 milhões de BTNs. No período 1987/89, foram beneficiadas 2.418 famílias através do PROCERA.

— **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**

Em 1988 foram contratadas 954 operações com pequenos produtores rurais, no valor total de 314 mil BTNs, ou o equivalente a 2,5 milhões de BTNs, créditos estes concedidos de forma articulada com cooperativas ou associações de produtores, com o objetivo de melhoria da propriedade e de sua produtividade. Da mesma forma, em 1989 foram efetuadas outras 281 operações, no valor de 603,7 mil BTNs. No período 1988/89, foram beneficiadas 1.117 famílias através deste Programa, perfazendo liberação de crédito na ordem de 3,0 milhões de BTNs.

— **Programa de Armazenagem de Milho**

Este Programa foi aprovado pelo BNDES em 1988 e teve a sua operacionalização iniciada pelo BADESUL no início de 1989. A sua primeira etapa prevê a construção de 2.000 paióis, 30 armazéns comunitários e 10 secadores comunitários, visando à redução da atual perda de safra de milho no Estado ocasionada por falta de adequada armazenagem do produto, a nível de propriedade.

De janeiro a dezembro de 1989 foram contratadas 1.738 operações através deste Programa, no valor total de 2,9 milhões de BTNs, destinadas à construção de paióis (capacidade de estocagem até 300 sacas) e de armazéns (capacidade de estocagem de até 700 sacas).

— **Programa de Condomínios Suinícolas**

Este Programa objetiva a produção de suínos em condomínio, baseado na união de produtores para, em conjunto, executarem a etapa crítica da produção, que envolve a gestação, parição e criação dos leitões, até os 70 dias de vida. Iniciado em 1988, já beneficiou, até dezembro de 1989, 101 produtores, no valor de 324,5 mil BTNs, ou NCz\$ 2,3 milhões, a preços de dezembro/89.

— **Programa de Eletrificação Rural Simplificada de Pequenas Propriedades (PROLUZ)**

A ser executado a partir de fevereiro de 1990, este Programa consiste na implantação de redes de eletrificação monofilar simplificada, visando a beneficiar pequenas propriedades rurais de baixa renda. Nesta sua primeira etapa, o PROLUZ energizará cerca de 4.800 pequenas propriedades, sendo 4.000 com recursos do BNDES/FINSOCIAL e 800 propriedades com recursos em contrapartida do Governo do Estado. Os municípios a serem beneficiados nesta primeira etapa situam-se nas regiões celeiro, Grande Santa Rosa, Alto Uruguai e alguns municípios do Litoral e do Sul do Estado.

— Programa de Apoio ao Turismo

Este Programa tem por objetivo ampliar e modernizar a rede hoteleira do Rio Grande do Sul, dotando o Estado com a infra-estrutura de hospedagem necessária para o desenvolvimento de atividades, não apenas turísticas, mas econômicas em geral. No período 1987/88, foram apoiados 21 projetos, no montante de 8,7 milhões de BTN's. No exercício de 1989, foram apoiados 3 projetos, no montante de 330 mil BTN's.

— Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES)

A ser implementado a partir de 1990, o PIMES consiste no financiamento de obras e de serviços de ampliação e melhoria da infra-estrutura urbana e social de cidades de pequeno e médio porte no Rio Grande do Sul, com investimentos estimados em cerca de US\$ 220 milhões dos quais US\$ 100 milhões de dólares serão objeto de financiamento do Banco Mundial (BIRD), cabendo a contrapartida ao Governo do Estado e às Prefeituras com projetos enquadrados no Programa.

No exercício de 1989 o BADESUL implementou também os estudos relacionados a pedras preciosas, indústria coureiro-calçadista e a complexos industriais no Rio Grande do Sul, os quais refletem a preocupação do Banco em aprofundar o seu conhecimento técnico sobre a economia do Estado e identificar formas de apoio ao seu desenvolvimento.

O BADESUL encerrou o exercício de 1989 com um saldo de operações ativas de NCz\$ 2,7 bilhões ou o equivalente a 373 milhões de BTN's, ou ainda 41,0 milhões de OTN's (estimadas), valor este que representa um crescimento real de 16%, em relação ao saldo de operações registrado ao final do exercício anterior.

Em 31/12/89, o Patrimônio Líquido do Banco alcançou NCz\$ 406 milhões, ou seja, o equivalente a 52 milhões de BTN's, ou ainda 6,1 milhões de OTN's (estimadas), valor este que representa um crescimento real de 165,0% em relação ao valor do Patrimônio Líquido registrado ao final de 1988, fruto de sucessivos aumentos de capital do Banco pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao longo deste exercício.

2.22 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

2.22.1 —SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

Os principais indicadores econômicos — já conhecidos ou em fase conclusiva de cálculo — estão sinalizando que, em 1989, a economia brasileira obterá, em seu conjunto, um desempenho superior ao alcançado em 1988.

De fato, mesmo sofrendo os perversos efeitos do substancial aumento da taxa de inflação — que atingiu no exercício o histórico “record” de 1764% —, e de um pequeno declínio na “performance” do segmento exportador, o Produto Interno Bruto deverá ter um crescimento situado por volta de 3%, ou seja, 15 vezes maior do que o do ano passado.

O setor industrial, por sua vez, crescerá 2,9%, cabendo à indústria de transformação um crescimento ainda maior, de 3,2%, a nível nacional. Da mesma forma, o setor agrícola deverá atingir, no conjunto de suas atividades, um crescimento real da ordem de 4%.

Considerado em sua amplitude, o setor de serviços acusa um crescimento estimado em 2,6%, especialmente porque o desempenho a ser alcançado pelas empresas que operam no mercado financeiro compensará, com vantagens, o declínio previsto para as atividades comerciais. Aliás, a queda nas atividades deste segmento reflete de forma transparente as dificuldades que as populações de média e baixa rendas estão encontrando para satisfazer suas necessidades em decorrência, principalmente, da alta desenfreada dos preços — que corroi o poder aquisitivo dos salários em espaços de tempo cada vez menores —, e das severas limitações impostas à utilização do crédito.

Apesar das iniquidades dessas variáveis, algumas das benesses que normalmente derivam do incremento das atividades produtivas propagaram seus efeitos sobre o Rio Grande do Sul com maior intensidade do que sobre o resto do País, posicionando a expectativa de crescimento da economia regional, em patamares bem acima da média nacional.

Em consequência, o Produto Interno Bruto do Estado deverá crescer 5,2% em 1989, cabendo relevar a ponderável parcela de contribuição que a atividade agropecuária emprestou à elevação desse positivo indicador. Com efeito, mesmo ocorrendo sensível redução nas áreas de plantio, a alta produtividade alcançada pelas principais lavouras do Estado permite antever que o crescimento desse setor aproximar-se-á de 16%, ao passo que os setores industrial e de serviços deverão ter um crescimento próximo aos 3% e 4%, respectivamente.

Esses resultados, além de significativos na comparação com o resto do País, constituem forte indício de que a economia privada sul-rio-grandense está dando largos passos no sentido de reencontrar o caminho do desenvolvimento, revertendo a tendência estagnacionista dos últimos anos.

Integrado a esse contexto, como uma de suas partes mais importantes, o Grupo Econômico Estatal vem participando ativamente deste processo reversivo desde o início do atual Governo do Estado, quando a estratégia política para sanear as finanças do Estado — calcada na busca permanente do equilíbrio orçamentário, na modificação do perfil da dívida pública estadual, na retomada da capacidade de investimento do setor público e no controle e recuperação das

empresas estatais — foi externada em documento norteador das ações governamentais no campo financeiro, denominado "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul".

Assim, a partir de 15 de março de 1987, apesar das inúmeras dificuldades desde então arrostadas, o Governo do Estado transformou em ação concreta o declarado propósito de não gastar nenhum centavo além do que é capaz de arrecadar, buscou novas fontes de receita, eliminou gastos supérfluos e, essencialmente, não agravou a posição da dívida pública de curto prazo com a contratação de empréstimos para antecipar receita, pois os excessivos encargos que essa operação envolve vinham se constituindo, em passado recente, na causa maior das dificuldades financeiras do Tesouro do Estado.

A correção dessa política tornou-se evidente já em 1987 e 1988, quando os déficits do orçamento corrente, previstos para esses exercícios em Cz\$ 16,6 bilhões e em NCz\$ 83,5 bilhões, caíram para Cz\$ 4,2 bilhões e NCz\$ 29,6, respectivamente, alcançando os menores valores reais dos últimos anos. Além disso, tanto em 1987 como em 1988 o resultado operacional da execução orçamentária foi positivo, fato que não ocorria nas contas da Administração Centralizada desde o início da década de 70.

As previsões para 1989 estão apontando para a repetição desse cenário, com o orçamento operacional apresentando um superávit de NCz\$ 528 milhões e com orçamento corrente consignando um "déficit" cujo valor certamente será ainda menor que os alcançados nos dois primeiros exercícios do atual Governo.

A receita realizada no exercício aproximar-se-á dos NCz\$ 9,08 bilhões, apresentando um crescimento real de 7,7% em relação a 1988, percentual esse obtido com base na média do Índice Geral de Preços, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Essa marca teve origem no comportamento das taxas reais de crescimento dos principais tributos do Estado, especialmente do ICMS, cuja base tributável foi ampliada com as modificações introduzidas pelo novo texto constitucional, passando a incidir sobre minerais, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica, transporte e comunicações.

Em função disso, pode-se prever que este imposto terá um crescimento real superior a 26%, enquanto o conjunto de tributos estaduais deverá crescer cerca de 25% em relação ao exercício anterior, resultados que muito contribuirão para manter o equilíbrio da execução orçamentária.

Além disso, a Secretaria da Fazenda deu seguimento ao elenco de atividades passíveis de manejo a nível interno, posto em execução desde o início desta quadra governamental, destinado a aumentar suas receitas próprias, especialmente a tributária, destacando-se nele a agilização da cobrança de Dívida Ativa, a revisão dos benefícios fiscais relativos ao ICMS com vistas à sua gradativa revogação, a readequação dos prazos de pagamento deste tributo e, de modo singular, a intensificação do combate à sonegação — implementada na forma de "Programas Especiais de Fiscalização", idealizados pela Superintendência da Administração Tributária, em regime de co-participação com a Procuradoria-Geral do Estado e com o Ministério Público, representado pela Coordenadoria das Promotorias Criminais.

A atuação conjunta e rigorosa desses órgãos, além de incrementar o ingresso de receita, também responde a uma das prioridades fixadas pelo Governo: a promoção da justiça social. De fato, ao induzir a que todos cumpram as leis fiscais — acionando os mecanismos preventivos ou repressivos de que dispõe para essa finalidade —, o Poder Público estabelece a equidade entre os contribuintes, eliminando a possibilidade de que o mau pagador seja premiado pela omissão da Administração em detrimento dos que cumprem honestamente as suas obrigações tributárias.

O êxito desse trabalho coordenado materializou-se no realçado desempenho da Fiscalização de Tributos Estaduais, que lavrou, nas 10.944 auditorias concluídas em 1989, em estabelecimentos industriais, comerciais e produtores, 13.289 Autos de Lançamento de imposto sonegado, em atraso e multas, totalizando NCz\$ 789,8 milhões, valor que corresponde a 13,5% da receita total do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.

Paralelamente aos cuidados que teve com a receita, com a dívida pública e com os repasses à Administração Indireta, o Governo do Estado dedicou especial atenção à política do gasto público. Mantendo compromisso assumido e consignado na "Proposta de Saneamento Financeiro e de Desenvolvimento do Estado", a despesa realizada em 1989 obedeceu aos princípios da racionalidade, da austeridade, da rigidez e, principalmente, da qualidade do gasto.

Em função dessa política, desde a assunção do atual Governo, não houve contratação de funcionários, o número de cargos de confiança foi sensivelmente reduzido, as licitações passaram a ser severamente controladas e muitas revogadas, gastos supérfluos foram sumariamente cortados e uma rigorosa fiscalização foi exercida sobre o repasse de recursos às entidades da

Administração Indireta.

Dessa forma, gastando exclusivamente o essencial para a manutenção da Administração Pública, a Secretaria da Fazenda conseguiu reduzir, já no primeiro ano de Governo, o prazo médio de pagamento dos fornecedores de bens e serviços ao Estado de 120 para 30 dias, contados a partir da fase da liquidação da despesa. No exercício de 1989, a programação da conta Fornecedores foi quinzenal, isto é, as despesas empenhadas e liquidadas numa quinzena foram pagas na quinzena seguinte.

Com isso, a credibilidade do Governo do Estado junto ao meio empresarial foi readquirida e consolidada, tornando possível reorientar a política de compras, via comparação dos preços das licitações com os vigorantes no mercado, diretriz que provocou, em 1987 e 1988, a revogação de centenas de licitações, representando significativa economia para os cofres do Tesouro Estadual.

Ainda no campo da despesa, importa relevar outra prioridade alcançada nesta gestão: a normalização das transferências compulsórias aos municípios. Com efeito, ao assumir o Governo do Estado a atual Administração deparou-se com atrasos de até 6 meses nos repasses dos resíduos do ICM e das parcelas do ITBI e do IPVA pertencentes aos municípios. Apesar da asfixia financeira então vivenciada, a Secretaria da Fazenda desenvolveu enormes esforços para regularizar a situação, atingindo esse objetivo ainda em 1987.

No ano de 1989, rigorosamente em dia, foram transferidos para os municípios os seguintes valores: ICM/ICMS — NCz\$ 1,250 bilhão; ITBI — NCz\$ 0,007 bilhão; IPVA — NCz\$ 0,030 bilhão.

Além dessa atenção com Prefeituras e Fornecedores, o Governo do Estado cumpriu outra de suas prioridades fundamentais: manteve o poder de compra de cada um e de todos os funcionários públicos do Estado, concedendo reajustes superiores à inflação ocorrida entre 15/03/1987 e 31/12/1989 a todas as categorias funcionais.

Essa política remuneratória foi institucionalizada a partir de janeiro de 1989, com a edição das Leis n.ºs 8.809 e 8.815, quando foi concedido um aumento de 120% para o funcionalismo e de 108% para o magistério, ao mesmo tempo em que se instituiu a bimestralidade, posteriormente adotada por várias unidades da Federação, e a unificação da data do reajuste salarial.

Outro incontestável benefício aspirado e auferido pelo funcionalismo público estadual, em 1989, consistiu no pagamento antecipado de parte dos proventos, efetuado no início das segun-

das quinzenas de cada mês, forma encontrada pelo Governo do Estado para atenuar a perda de poder de compra dos salários em relação à inflação ascendente ocorrida nos últimos meses do ano.

É de conhecimento público que inúmeras medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de zerar o déficit público excluíram os Estados e Municípios das linhas setoriais de financiamento de longo prazo e custos suportáveis, destinados à habitação e ao saneamento básico, inviabilizando, também, o financiamento dos investimentos de infra-estrutura.

Presente tais dificuldades, adquiria caráter estratégico o contingenciamento de um mínimo de poupança orçamentária, suficiente para realizar investimentos inadiáveis, passíveis de execução com recursos próprios.

Alcançado esse objetivo, foi possível iniciar, em 1987, a realização de investimentos em infra-estrutura, concentrando-se a maior soma em inversões financeiras, via aumento de capital, para o saneamento de empresas e/ou pagamento de fornecedores de equipamentos, obras e serviços, então pendentes de regularização.

O processo de investimentos foi intensificado em 1988, destinando-se, a preços de então, NCz\$ 64 bilhões para obras rodoviárias, energia elétrica, telecomunicações, mineração e, fundamentalmente, para a recuperação da rede escolar, hospitais, presídios e obras de saneamento básico.

Em 1989, o volume de recursos próprios investidos elevou-se, em valores correntes, a NCz\$ 1,582 bilhão, equivalente a 22,3% da receita própria líquida realizada no exercício e correspondente a 25 vezes mais do que o valor investido no ano anterior, assim distribuído: Estradas — NCz\$ 536,6 milhões; Energia, Minas e Comunicações — NCz\$ 380,4 milhões; Educação e Cultura — NCz\$ 248,5 milhões; Indústria e Comércio — NCz\$ 128,2 milhões; Judiciário — NCz\$ 90,6 milhões; Saúde e Saneamento — NCz\$ 57,2 milhões; Habitação e Urbanismo — NCz\$ 51,4 milhões; Segurança Pública — NCz\$ 38,6 milhões; Assistência e Previdência — NCz\$ 21,6 milhões; Outros — NCz\$ 29,8 milhões.

Para explicar o nível de investimentos com recursos próprios alcançado neste exercício, torna-se necessária uma breve incursão aos primeiros dias de governo, lembrando a situação então vigente no plano da dívida pública estadual: o passivo do Grupo Econômico Estatal era, naquela ocasião, de Cz\$ 110 bilhões, com 55% desse valor já vencido ou por vencer no próprio exercício de 1987.

A situação generalizada de inadimplência inviabilizava qualquer pretensão do Estado na busca de linhas de crédito junto do BNDES, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal.

Como primeira iniciativa para solucionar o problema, foi realizada a renegociação dos compromissos vencidos e vincendos a curto prazo, com a alteração do perfil da dívida estadual de curto para médio e longo prazos.

Por outro lado, os créditos do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) junto ao erário estadual foram repassados para o Banco do Brasil S/A, todas as operações de antecipação de receita herdadas da administração anterior foram salgadas, ao mesmo tempo em que eram suspensas novas contratações de empréstimos de curto prazo.

Além disso, obteve-se autorização do Congresso Nacional para a rolagem dos títulos a vencer em 1987, via nova emissão de OTEs. Nessa rolagem da dívida global, envolvendo não só a renegociação com bancos oficiais, como também com instituições financeiras privadas, foram alcançados os primeiros resultados positivos, que deram margem, inclusive, a substancial redução das taxas médias de juros. Assim, através de ampla renegociação, a dívida pública do Estado vem sendo paulatinamente rolada, com prazos alongados e custos reduzidos.

Com a adoção dessa estratégia para administrar a dívida pública, tornou-se possível obter muitas vantagens, salientando-se dentre elas a eliminação da pressão sobre o erário, resultante do endividamento a curto prazo, a redução dos encargos que nela incidiam e, especialmente, o desafogo do Sistema Financeiro Estadual.

De fato, com o saneamento das finanças, o BANRISUL deixou de ser mero instrumento creditício do Tesouro do Estado, passando a gozar de plena autonomia financeira como banco comercial e podendo assumir uma política capaz de torná-lo efetivo indutor do desenvolvimento regional.

Outra alternativa utilizada intensivamente pelo Governo do Estado nesta gestão, que reduziu significativamente o custo de carregamento da Dívida Pública, foi a de concentrar seus recursos no Fundo de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública, uma conta da Secretaria da Fazenda operada pela Distribuidora de Títulos e Valores do Estado do Rio Grande do Sul. Para esse Fundo foram drenadas todas as disponibilidades do Tesouro do Estado e das Empresas Estatais.

Essa prática garantiu a proteção dos recursos arrecadados, até sua destinação final, dos perniciosos efeitos da corrosão inflacionária, que chegou a alcançar mais de 2% ao dia em certos meses do ano de 1989. Assim, o Fundo de Liquidez passou a ser o receptor de eventuais sobras diárias de arrecadação e financiador das necessidades de caixa do Governo do Estado, racionalizando o fluxo e regulando as diferentes curvas relativas a períodos de ingressos e períodos de desembolsos mensais.

As ações desenvolvidas pelo Governo, entretanto, não se fixaram exclusivamente na Administração Direta e no saneamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. Pelo contrário, agindo com a convicção de que é possível integrar todas as entidades da Administração Indireta numa mesma filosofia e numa só política econômico-financeira, coordenando suas atividades com o objetivo de romper a desarticulação, o descontrole e as postulações corporativas, a atual Administração alcançou importante êxito nesta área.

Deve ser referido, por fim, o esforço do Governo no sentido de implementar a reestruturação de algumas Empresas, objetivando imprimir maior racionalidade à Administração Indireta e limitar o número de entidades às que forem absolutamente essenciais e prioritárias. Nesse sentido várias medidas foram tomadas, tais como:

- a CLAVESUL foi absorvida pela EMATER/RS sendo o primeiro órgão a ser extinto;
- a PROGASA, de São José do Norte, se autorizada pela Assembléia Legislativa do Estado, será privatizada ou transferida para uma cooperativa de produtores de cebola da região;
- a AGASA, igualmente, será privatizada se, para tanto, houver autorização da Assembléia Legislativa;
- a FENUVA, em princípio, terá seu controle acionário alienado para o município de Caxias do Sul;
- a VINOSUL está sendo objeto de transferência, passando seu controle acionário às prefeituras da região vitivinícola do Estado;
- a AGEUSA será liquidada pelo Poder Executivo, se assim aprover à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado;
- a CORLAC reassumiu sua identidade histórica, exercendo a função precípua de fomentar a produção leiteira e regular o abastecimento de leite e derivados. Para melhor alcançar esse objetivo, as subsidiárias de Erechim, Santa Maria, Vacaria e São Gabriel foram transformadas em filiais. Além disso, foram desativadas as usinas de Bento Gonçalves e Taquara e efetuada as fusões dos postos de Tapes e Camaquã;
- a PROCESSUL está sendo incorporada ao Baurisul S/A;
- a BAGERGS encontra-se em fase de incorporação à CESA — Companhia Estadual de Silos e Armazéns.

3 — TABELAS

- Tabela 1 — Secretaria da Educação — Estabelecimentos de Ensino de 1.º Grau, por Dependência Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88.
- Tabela 2 — Secretaria da Educação — Estabelecimentos de Ensino de 2.º Grau, por Dependência Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88.
- Tabela 3 — Secretaria da Educação — Titulação dos Professores de 1.º Grau, por Dependência Administrativa, do Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul — 1988.
- Tabela 4 — Secretaria da Educação — Titulação dos Professores de 2.º Grau, por Dependência Administrativa, do Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul — 1988;
- Tabela 5 — Secretaria da Educação — Matrícula Final e Taxa de Reprovação no 1.º Grau, por Dependência Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-80.
- Tabela 6 — Secretaria da Educação — Matrícula Final e Taxa de Reprovação no 2.º Grau, por Dependência Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88.
- Tabela 7 — Secretaria da Educação — Quadro Demonstrativo da Relação Aluno/Professor nas Escolas Estaduais — 1987-89.
- Tabela 8 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha — Matrícula Inicial, Evasão e Alunos Formados pela FETLSVC — 1989.
- Tabela 9 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha — Número de Matrícula, Aproveitamento Escolar e Evasão — 1989.
- Tabela 10 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre — Quadro-Resumo de Eventos — 1979-89.
- Tabela 11 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Cobertura Vacinal de Crianças com Menos de Um Ano de Idade, Vacinadas com Três Doses de Vacina Anti-Pólio, Três Doses de Vacina Tríplice (DPT) e uma Dose de Vacina Anti-Sarampo, por Ano, no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 12 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Atividades Executadas pelo Programa de Saneamento Comunitário — PROSAN no Rio Grande do Sul — 1979-89.
- Tabela 13 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Produção e Aprovação da Vacina Contra a Raiva-Usó Humano, Produzida no IPB no Rio Grande do Sul — 1983-89.
- Tabela 14 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Ação de Controle da Poliomelite no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 15 — Companhia Riograndense de Saneamento — Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 16 — Fundação Gaúcha do Trabalho — Evolução das Atividades Desenvolvidas — 1980-89.
- Tabela 17 — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências Atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 18 — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Judiciária Realizadas no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 19 — Secretaria da Segurança Pública — Atividades da Polícia Administrativa no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 20 — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências Atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 21 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Consumo de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1981-89.
- Tabela 22 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de Consumidores de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1981-89.
- Tabela 23 — Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores Físicos da CRT — 1979-89.
- Tabela 24 — Companhia Riograndense de Mineração — Produção de Carvão Mineral e Valor Comercializado pela CRM no Rio Grande do Sul — 1979-89.
- Tabela 25 — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Principais Serviços Executados no Estado do Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 26 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Produção por Atividade-Fim no Decênio — 1980-89.

- Tabela 27 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimentação Geral de Mercadorias — 1980—89.
- Tabela 28 — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Volume Físico da Produção — 1980-89.
- Tabela 29 — Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas — Obras Realizadas, em Andamento e Previstas — 1989.
- Tabela 30 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Atividades de Inspeção, Defesa e Fiscalização da Produção Vegetal, no Rio Grande do Sul — 1983-89.
- Tabela 31 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Prestação de Serviços de Pesquisa no Rio Grande do Sul — 1983-89.
- Tabela 32 — Secretaria da Agricultura e do Abastecimento — Prestação de Serviços de Infra-Estrutura no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 33 — Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Evolução do Trabalho Realizado Junto às Famílias do Meio Rural, na Área de Bem-Estar Social no Rio Grande do Sul — 1979-89.
- Tabela 34 — Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Comparativo entre Produtividade dos Produtores Assistidos pela EMATER/RS e Total do Estado — 1980-89.
- Tabela 35 — Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de Trabalho, Público Beneficiário e Indicadores de Custo/Benefício da Assistência Técnica e Extensão Rural no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 36 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Evolução dos Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA em Relação à sua Capacidade Instalada no Estado, e Índice de Rotação no Período — 1980-89.
- Tabela 37 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Ingresso na Rede de Armazenagem da CESA, segundo as Principais Espécies de Produtos, no Período 1980-89.
- Tabela 38 — Companhia Estadual de Silos e Armazéns — Movimentação Física por Serviço nas Unidades da CESA no Rio Grande do Sul — 1980-89.
- Tabela 39 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Jardim Botânico, no Rio Grande do Sul — 1984-89.
- Tabela 40 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Museu de Ciências Naturais, no Rio Grande do Sul — 1984-89.
- Tabela 41 — Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul — Principais Atividades Desenvolvidas pelo Parque Zoológico, no Rio Grande do Sul — 1984-89.
- Tabela 42 — Instituto Riograndense do Arroz — Assistência Técnica ao Arrozeiro — 1978-89.
- Tabela 43 — Instituto Riograndense do Arroz — Preços do Arroz e Custos de Produção — 1978-89.
- Tabela 44 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Produção de Leite e Derivados pela CORLAC no Rio Grande do Sul — 1987-89.
- Tabela 45 — Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos — Resumo Comparativo do Resultado no Rio Grande do Sul — 1987-89.
- Tabela 46 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Bolsas de Iniciação Científica — Solicitações e Concessões por Instituição — 1989.
- Tabela 47 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Bolsas de Iniciação Científica — Solicitações e Concessões por Área de Conhecimento — 1989.
- Tabela 48 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Apoio por Área de Conhecimento — Número e Valor dos Recursos Concedidos — 1989.
- Tabela 49 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul — Apoio por Instituição — Número e Valor dos Recursos Concedidos — 1989.
- Tabela 50 — Companhia Riograndense de Turismo — Número de Turistas Estrangeiros que entraram no Rio Grande do Sul — Classificação por Portão de Entrada e Percentual de Turistas Estrangeiros que entraram no Brasil através do Rio Grande do Sul, durante o período 1979-88.
- Tabela 51 — Companhia Riograndense de Turismo — Informações Turísticas da CRTur durante o Período 1979-89.
- Tabela 52 — Companhia Riograndense de Turismo — Número de Turistas Argentinos e Uruguaios que entraram no Brasil pelo Rio Grande do Sul e Participação Percentual em Relação ao Total de Turistas Argentinos e Uruguaios que entraram no Brasil durante o Período 1979-88.
- Tabela 53 — Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — Demonstrativo dos Resultados dos Balanços do BANRISUL — 1980-89.
- Tabela 54 — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução Patrimonial, em NCz\$ — 1986-89.

- Tabela 55 — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução Patrimonial, em OTNs — 1986-89.
- Tabela 56 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução Anual do Capital Social — 1975-89.
- Tabela 57 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução do Patrimônio Líquido, do Número de Funcionários do BADESUL da Relação Patrimônio Líquido/Número de Funcionários — 1975-89.
- Tabela 58 — Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Evolução do Saldo de Aplicações, do Número de Funcionários do BADESUL da Relação do Saldo de Aplicações/Número de Funcionários — 1976-89.

Tabela 1

Secretaria da Educação
Estabelecimentos de Ensino de 1º Grau por Dependência
Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1979	14.842	7	3043	11.113	679
1980	14.630	9	2933	11.018	670
1981	14.439	8	2944	10.873	659
1982	14.436	10	2897	10.894	635
1983	14.465	10	2972	10.845	638
1984	14.400	10	3026	10.738	626
1985	14.375	10	3040	10.699	626
1986	14.431	10	3036	10.758	627
1987	14.401	10	3037	10.734	620
1988	14.515	13	3055	10.833	614

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 2

Secretaria da Educação
Estabelecimentos de Ensino de 2º Grau por Dependência
Administrativa no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88

ANO	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1979	558	10	245	7	296
1980	570	12	261	7	290
1981	580	12	280	5	283
1982	592	12	280	5	283
1983	601	12	310	7	272
1984	620	12	327	6	275
1985	640	12	343	7	278
1986	659	12	361	7	279
1987	664	12	366	8	278
1988	705	12	403	12	278

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 3

Secretaria da Educação
Titulação dos Professores de 1º Grau, por Dependência Administrativa
do Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul — 1988

TITULAÇÃO	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Licen. plena.....	50.750	42,44	70	64,22	38.666	55,95	6.396	17,06	5.618	43,72
Bach. c/Form. pedagógica.....	819	0,68	—	—	673	0,97	82	0,22	64	0,49
Licenc. de 1º Grau.....	15.567	13,02	2	1,83	10.890	15,76	3.136	8,36	1.539	11,98
Estudos Adicionais.....	2.896	2,42	—	—	1.643	2,38	993	2,65	260	2,02
Magistério II Ciclo.....	35.924	30,04	14	12,84	14.278	20,65	17.401	46,40	4.231	32,93
II Grau c/ form. pedagógica.....	277	0,23	1	0,91	148	0,21	103	0,27	25	0,19
Normal 1º Grau.....	702	0,58	—	—	312	0,45	354	0,94	36	0,28
Bach. s/form. pedagógica.....	790	0,66	5	4,59	545	0,79	86	0,23	154	1,20
II Grau s/ form. pedagógica.....	5.062	4,23	4	3,67	1.529	2,21	2.786	7,43	743	5,78
I Grau.....	4.292	3,59	10	9,17	186	0,27	3.986	10,63	110	0,86
Ginásio.....	351	0,29	1	0,91	37	0,05	302	0,80	11	0,08
Primário.....	1.980	1,65	2	1,83	77	0,11	1.871	4,99	30	0,23
TOTAL	119.571	100,00	109	100,00	69.114	100,00	37.499	100,00	12.849	100,00

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 4

Secretaria da Educação
Titulação dos Professores de 2º Grau, por Dependência Administrativa
do Sistema de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul — 1988

TITULAÇÃO	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Licen. plena.....	18.202	71,07	518	69,72	13.159	74,59	265	69,37	4.260	62,23
Bach. c/Form. pedagógica.....	916	3,58	53	7,13	704	3,99	16	4,19	143	2,08
Licenc. de 1º Grau.....	2.062	8,05	19	2,56	1.423	8,07	26	6,81	594	8,68
Estudos Adicionais.....	91	0,35	—	—	63	0,35	—	—	28	0,41
Magistério II Ciclo.....	1.163	4,54	13	1,75	693	3,93	21	5,50	436	6,37
II Grau c/ form. pedagógica.....	119	0,46	1	0,13	65	0,37	6	1,57	47	0,69
Normal 1º Grau.....	35	0,14	1	0,13	28	0,16	—	—	6	0,09
Bach. s/form. pedagógica.....	1.487	5,80	72	9,69	719	4,07	25	6,54	671	9,80
II Grau s/ form. pedagógica.....	1.356	5,29	43	5,79	676	3,83	19	4,97	618	9,03
I Grau.....	34	0,13	5	0,67	11	0,06	—	—	18	0,26
Ginásio.....	23	0,09	5	0,67	12	0,07	1	0,26	5	0,07
Primário.....	28	0,11	12	1,61	12	0,07	1	0,26	3	0,04
Suficiência.....	96	0,35	1	0,13	76	0,43	2	0,52	17	0,25
TOTAL	25.612	100,00	743	100,00	17.641	100,00	382	100,00	6.846	100,00

FONTE: Informática SE/RS

Tabela 5

Secretaria da Educação
Matrícula Final e Taxa de Reprovação no 1º Grau, por Dependência
Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-80

ANO	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Matr. Final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.
1979	1.258.486	26,27	327	42,51	647.982	25,85	419.715	20,56	191.462	18,30
1980	1.237.234	26,30	386	20,32	639.479	26,67	408.756	29,57	198.113	17,56
1981	1.225.970	26,46	931	20,75	636.483	27,67	401.738	29,03	184.818	26,71
1982	1.227.504	25,35	1.098	21,22	637.008	26,02	408.955	28,34	180.443	16,08
1983	1.240.525	24,50	1.093	15,35	645.857	25,51	405.104	25,22	186.451	15,14
1984	1.243.032	23,30	1.075	21,49	656.074	24,30	396.526	25,82	187.337	24,45
1985	1.242.716	22,05	1.088	20,12	646.089	22,70	399.190	24,94	196.309	14,05
1986	1.275.066	22,80	992	13,30	656.769	24,07	408.915	25,16	208.390	14,19
1987	1.256.817	19,61	898	15,70	632.525	19,24	415.857	23,83	217.537	22,64
1988	1.322.812	21,64	1.121	23,99	661.678	23,51	448.858	23,74	211.175	15,32

FONTE: Informática SE-RS

Tabela 6

Secretaria da Educação
Matrícula Final e Taxa de Reprovação no 2º Grau, por Dependência
Administrativa, no Estado do Rio Grande do Sul — 1979-88

ANO	TOTAL		FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. final	Tx. Repr.	Matr. Repr.	Tx. Repr.
1979	193.065	22,64	5.990	21,97	106.017	28,02	2.966	26,70	78.092	15,24
1980	190.005	22,66	6.661	24,04	106.402	27,29	2.964	32,56	73.978	15,47
1981	189.245	24,15	7.076	26,99	108.465	29,61	2.817	32,55	70.887	15,19
1982	184.330	22,34	6.666	26,09	106.660	27,73	2.720	28,13	67.284	13,65
1983	177.262	22,92	5.932	24,11	105.813	28,02	2.988	25,74	62.529	14,04
1984	173.357	22,42	5.843	23,58	104.886	27,00	2.567	30,85	60.061	13,95
1985	168.182	19,46	6.029	24,74	99.586	22,02	2.865	35,53	59.702	13,88
1986	167.045	21,55	6.178	25,05	99.838	25,46	2.365	38,64	58.664	13,83
1987	161.234	15,62	6.512	19,28	92.653	16,36	2.386	33,90	59.683	13,33
1988	174.982	20,49	7.635	22,46	104.980	24,12	2.704	33,46	59.663	13,26

FONTE: Informática SE-RS

Tabela 7

Secretaria da Educação
Quadro Demonstrativo da Relação Aluno/Professor
nas Escolas Estaduais — 1987-89

ANO	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROFESSORES	RELAÇÃO DE ALUNOS POR PROFESSOR
1987	897.879	90.398	9,93
1988	937.119	84.458	11,09
1989	1.031.485	91.867	11,22

FONTE: DEs.

Tabela 8

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
Matrícula Inicial, Evasão e Alunos Formados pela
FETLSVC-1989

CURSO	MATRÍCULA INICIAL	EVASÃO	ALUNOS FORMADOS
Química	53	12	42
Eletrotécnica	21	2	19
Mecânica	29	2	27
Eletrônica	57	12	45
Total	160	28	133

FONTE: FETLSVC

Tabela 9

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
Número de Matrículas, Aproveitamento Escolar e Evasão — 1989

Especificação	Matrícula Inicial	Alunos Aprovados	%	Alunos Reprovados	%	Alunos Evadidos	%
1 ^{as} Séries.....	475	284	59,8	144	30,3	47	9,9
Química.....	311	247	79,4	48	15,4	16	5,2
Eletrotécnica.....	114	86	75,5	16	14,0	12	10,5
Mecânica.....	164	145	88,4	13	7,9	6	3,7
Eletrônica.....	178	137	77,0	25	14,0	16	9,0
Total.....	1.242	899	72,4	246	19,8	97	7,8

FONTE: FETLSVC

NOTA: O ano letivo do curso de Complementação Profissional Noturno encerra-se em julho/90. Os dados referentes ao mesmo são do 1^o semestre.

Tabela 10

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
Quadro-Resumo de Eventos — 1979-89

Anos Discrim.	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Total Eventos	99	86	90	95	101	110	111	96	90	55	62
Público	60.809	83.000	90.038	76.252	83.906	92.891	93.200	62.618	69.944	55.000	76.000
Média de Público p/Evento	614,2	965,1	1.000	802,6	830,7	844,5	839	652	777	1.000	1.225

FONTE: FOSPA.

Tabela 11

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Cobertura Vacinal de Crianças com Menos de um Ano de Idade,
Vacinadas com Três Doses de Vacina Antípólio, Três Doses de Vacina Tríplice (DPT)
e uma Dose de Vacina Anti-Sarampo, por ano, no Rio Grande do Sul — 1980 — 89

Ano	População Alvo Menores um Ano (1)	3.ª. Doses Antípólio		3.ªs Doses DPT		Dose Única A-Sarampo	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1980	186.113	177.000	95,1	148.466	79,8	157.141	84,4
1981	188.175	139.312	74,0	150.746	80,1	164.195	87,3
1982	190.225	168.616	88,6	171.639	90,2	186.108	97,8
1983	192.283	170.217	88,5	170.456	88,6	136.283	70,9
1984	194.345	160.292	82,5	161.609	83,2	166.291	85,6
1985	196.407	161.814	82,4	162.162	82,6	160.843	81,9
1986	198.465	169.860	85,6	169.938	85,6	169.776	85,5
1987	200.519	159.098	79,3	159.091	79,3	155.395	77,5
1988	202.593	165.306	81,6	163.863	80,9	160.636	79,3
1989(2)	204.682	121.441	64,7	121.763	64,9	123.092	65,6

Fonte: Serviço de Doenças Transmissíveis Agudas/Divisão de Controle Epidemiológico/SSMA/RS.

(1) Estimativa populacional fornecida pela Equipe de Informática.

(2) Até novembro/89.

Tabela 12

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Atividades Executadas pelo Programa de Saneamento Comunitário —
PROSAN, no Rio Grande do Sul — 1979-89

Atividades	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO:										
Melhorias em Abastecimento de água.	59	23	04	11	53	102	121	94	146	136
Melhorias em destino dos dejetos.....	03	08	02	00	151(1)	1159(1)	240(1)	109(1)	19(1)	21
Melhorias em destino do lixo.....	29	43	15	28	17	—	—	—	—	—
EQUIPAMENTOS DE USO DOMICILIAR:										
Melhorias em Abastecimento de água.	924	611	538	723	3582	12695	4032	3427	4235	2800
Melhorias em destino dos dejetos.....	1371	2112	3016	4250	6587	19058	5982	4651	2649	2400
Melhorias em destino do lixo.....	684	243	71	256	167	553	225	118	20	—
BENEFICIADOS:										
Domicílios beneficiados.....	1992	2495	3000	5966	67639	17138	6153	3525	7504	7776
Pessoas beneficiadas.....	9836	12011	14852	29476	24125	79143	30064	16298	34590	37279
Escolas beneficiadas.....	118	71	21	65	137	464	162	119	111	67
Alunos beneficiados.....	3729	2549	478	2311	4674	17305	5431	4079	5019	3465

Fonte: PROSAN — SSMA/RS

(1) Estão incluídos equipamentos implantados em escolas rurais (sanitários coletivos).

Tabela 13

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Produção e Aprovação da Vacina Contra a Raiva — Uso Humano, Produzida no IPB
no Rio Grande do Sul — 1983-89

ANO	DOSES PRODUZIDAS	DOSES APROVADAS
1983	961.688	778.436
1984	829.907	180.115
1985	479.072	259.479
1986	645.520	472.432
1987(1)	398.942	337.674
1988	813.633	735.873
1989	616.000	336.000(2)

FONTE: SSMA/RS

(1) Início da produção anual em setembro.

(2) As doses correspondem a 26 partidas liberadas pelo INCOS/FIOCRUZ

Tabela 14

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Ação de Controle da Poliomelite
no Rio Grande do Sul — 1980-89

Ano	Vacinação 0-4 anos				Fora da Faixa Etária		Total de Doses	
	1º Dia		2º Dia		1º Dia	2º Dia	1º Dia	2º Dia
	Número	%	Número	%	Número		Número	
1980	871.895	81,6	939.177	87,9	64.520	79.163	936.415	1.018.340
1981	947.980	95,1	935.767	93,8	84.026	70.337	1.032.006	1.006.104
1982	920.549	90,1	955.190	93,5	58.845	49.422	972.349	1.004.612
1983	959.671	99,4	975.394	100,0	51.662	48.457	1.011.333	1.023.851
1984	929.456	94,9	926.334	94,5	40.389	43.628	969.845	969.962
1985	937.782	95,7	936.081	95,5	36.682	34.320	974.474	970.401
1986	961.322	98,1	947.281	96,6	116.781	121.122	1.078.103	1.068.403
1987	932.856	97,5	937.547	93,0	154.325	139.485	1.137.181	1.077.032
1988	975.178	98,9	980.650	99,5	155.073	162.365	1.130.251	1.143.015
1989	998.817	99,8	1.000.934	100,0	163.419	168.141	1.162.236	1.169.075

FONTE: Serviço de Doenças Transmissíveis Agudas/Divisão de Controle Epidemiológico/SSMA/RS.

Tabela 15

Companhia Riograndense de Saneamento
Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos no Rio Grande do Sul — 1980-89

VARIÁVEIS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
População Atendida — Água (hab).....	2.984.372	3.165.741	3.236.632	3.461.104	3.565.668	3.729.214	3.876.068	4.024.526	4.175.009	4.328.894
População Atendida — Esgoto (hab).....	220.982	253.750	255.355	272.827	278.761	283.489	304.950	308.085	304.557	407.372
Localidades Atendidas — Água (unid).....	236	240	241	252	253	261	267	271	273	273
Localidades Atendidas — Esgoto (unid).....	18	18	18	18	18	18	19	20	20	20
Economias Atendidas — Água (unid).....	751.785	821.751	899.088	969.497	1.007.251	1.062.454	1.120.829	1.176.762	1.224.343	1.273.204
Economias Atendidas — Esgoto (unid).....	57.398	65.909	70.932	76.422	78.746	80.766	91.025	113.475	115.706	119.933
Rede Cadastrada — Água (km).....	9.123	10.421	11.028	11.627	12.098	12.429	13.347	13.851	14.342	15.270
Rede Cadastrada — Esgoto (km).....	377	413	432	455	516	566	600	839	917	931
Capacidade de reservação (m ³).....	239.046	251.725	266.378	276.166	281.976	284.646	285.455	288.955	290.955	294.555
Produção de Água (1000m ³).....	198.766	213.108	225.881	245.899	267.539	284.358	284.588	309.300	328.070	335.100
Hidrômetros instalados (unid).....	478.169	574.449	597.718	681.906	624.955	665.990	657.601	658.622	633.700	648.000

FONTE: CORSAN

NOTA: A partir de 1982 foi corrigida a população atendida, em função de nova relação hab/econ. definida pelo Censo/80.

Os valores relativos a 1989 são reais até outubro, e estimados para novembro e dezembro.

Tabela 16

Fundação Gaúcha do Trabalho – FGT
Evolução das Atividades Desenvolvidas – 1980-89

Atividade	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	TOTAL	
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	
Cursos de Qualificação e Formação Profissional	1417	111	1778	1990	67	607	235	160	3065	33	2058	1008	7795
Relações do Trabalho	1058	69	28	740	11	488	1	215	583	36	458	203	5896
Grupos de Trabalho e Núcleos - Membros	4880	627	434	7655	236	1882	190	1438	10082	252	3467	214	4062
Desenvolvimento do Atendimento	73	8	2	305	9	306	7	408	160	7	335	48	259
TOTAL	8278	916	1993	10658	326	1468	326	1434	17065	322	4822	234	16231

Fonte: Núcleo de Doc. e Estatísticas DT - FGT

Nota: Os dados do ANE não são comparáveis neste quadro.

A = Atividade

C = Clientela

Tabela 17

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências Atendidas pela Brigada Militar no Rio Grande do Sul — 1980-89

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
POLÍCIA MILITAR										
Eventos Críticos:										
No trânsito.....	82.900	71.282	210.479	351.806	356.806	467.836	470.163	260.654	430.230	438.811
Contra os costumes.....	81.239	85.173	52.897	78.135	87.367	93.756	105.339	70.079	61.862	66.999
Contra o patrimônio.....	10.993	13.636	14.850	18.627	22.780	29.020	31.152	27.372	25.947	32.708
Contra a pessoa.....	35.432	33.347	23.745	39.607	43.036	47.481	50.421	40.129	40.787	48.797
Contra a vida.....	12.768	7.900	26.556	—	—	—	—	—	—	—
Serviços prestados.....	179.778	182.931	275.111	498.980	552.241	532.324	480.156	348.964	316.692	344.032
Providências.....	452.922	335.401	503.174	835.239	858.701	928.593	934.968	569.838	723.515	753.975
BOMBEIROS MILITARES										
Infrações.....	3.943	5.176	5.738	5.277	6.995	9.761	8.116	6.919	9.049	7.368
Serviços prestados.....	4.238	4.861	5.127	11.321	16.925	25.610	17.829	17.197	8.802	15.393
Providências.....	105	150	194	179	170	100	20	36	00	00

FONTE: 3ª Seção (PM-3) do Estado Maior da Brigada Militar

(1) Em 1989, com dados estimados para novembro e dezembro.

Tabela 18

Secretaria da Segurança Pública
Atividades da Polícia Judiciária Realizadas no
Rio Grande do Sul — 1980-89

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Inquéritos e processos instaurados.....	50.869	54.135	55.741	49.384	68.582	71.863	71.213	64.706	67.124	79.604
Inquéritos e processos remetidos a juízo.....	48.543	48.050	47.496	50.204	70.083	72.791	67.060	59.951	60.498	68.488
Inquéritos e processos em andamento.....	42.372	45.495	47.392	45.132	37.843	32.516	29.090	30.111	36.096	55.378
Flagrantes elaborados.....	2.363	3.294	2.997	3.523	4.071	4.482	5.332	4.543	4.867	6.524
Veículos recuperados.....	6.206	5.824	6.129	6.919	5.063	4.882	5.113	6.780	6.546	8.911
Prisões preventivas solicitadas.....	1.146	1.476	1.359	1.564	1.927	3.036	1.330	1.429	1.468	2.476
Prisões preventivas decretadas.....	853	997	1.019	1.329	1.831	1.033	844	927	967	1.812
Cartas precatórias recebidas.....	—	—	—	—	—	4.639	4.788	4.195	4.018	5.358
Cartas precatórias atendidas.....	—	—	—	—	—	4.507	4.322	3.999	3.956	5.121
Cartas precatórias em andamento.....	—	—	—	—	—	724	825	1.894	1.023	2.013
Armas apreendidas.....	16.560	15.145	12.891	12.815	11.410	10.210	12.152	9.972	9.652	11.756

FONTE: Serviço de Estatística/DINP/PC

(1) Em 1989, com dados estimados para novembro e dezembro.

Tabela 19

Secretaria da Segurança Pública
Atividades de Polícia Administrativa no Rio Grande do Sul — 1980 — 89

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Registro de veículos.....	247.341	257.546	303.546	467.593	448.909	402.284	373.449	317.668	284.369	313.627
Carteira nacional de habilitação — 1ª										
2ª via e revalid.....	309.691	304.452	345.573	356.571	403.050	345.570	168.479	171.993	207.193	295.333
Armas registradas.....	8.645	7.877	8.851	30.903	31.401	34.651	39.928	29.965	24.123	62.313
Portes de armas.....	18.229	19.976	23.049	21.684	21.532	23.328	21.990	20.983	20.433	31.906
Atestados.....	481.777	353.886	452.149	213.735	107.128	103.324	128.417	93.391	80.799	144.745
Cédulas de identidade.....	700.002	797.916	833.244	419.676	431.809	456.682	581.834	275.114	569.362	746.835

Fonte: Serviço de Estatística / DINP / PC

(1) Em 1989, com dados estimados para novembro e dezembro.

Tabela 20

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências Atendidas pela Polícia Civil no Rio Grande do Sul — 1980 — 89

Especificação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Homicídios.....	876	1.025	1.053	1.044	1.051	1.132	1.325	1.853	1.772	2.444
Lesões corporais.....	14.472	15.156	15.227	16.719	19.599	42.066	47.874	48.841	46.196	44.168
Furtos e roubos (2).....	11.919	14.374	13.935	17.051	14.703	160.284	141.688	152.986	159.316	142.876
Acidentes de trânsito com morte.....	1.242	1.235	1.213	1.234	1.456	1.495	1.669	1.606	1.532	1.882
Acidentes de trânsito com lesões corporais.....	9.699	10.232	11.932	12.264	18.920	22.712	25.586	22.623	20.003	21.316
Acidentes de trânsito com danos materiais.....	36.575	39.242	43.296	41.486	47.496	52.379	59.786	55.335	50.940	59.191
Furto de veículos.....	6.927	7.082	7.483	9.364	7.085	7.286	8.118	10.465	9.776	13.539
Uso de tóxicos.....	606	409	814	1.312	1.732	1.592	-2.075	1.379	1.954	1.131
Outras ocorrências.....	268.481	284.664	281.133	305.277	301.880	171.337	245.356	195.877	132.353	249.927

Fonte: Serviço de Estatísticas / DINP / PC

(1) Em 1989, com dados estimados para novembro e dezembro

(2) Até 1984, inclusive, computados apenas roubos; a partir de 1985, furtos e roubos.

Tabela 21

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Consumo de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1981-89

(em GWh)

Classes	Anos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(2)
Residencial.....		1.502	1.673	1.858	2.036	2.190	2.259	2.491	2.653	2.183
Comercial.....		936	1.013	1.074	1.157	1.219	1.183	1.294	1.308	1.001
Industrial.....		2.622	2.836	3.125	3.568	3.886	3.987	4.211	4.196	3.345
Rural.....		425	480	629	737	896	874	1.038	1.078	839
Outros (1).....		621	669	719	767	836	847	921	956	737
Total.....		6.106	6.671	7.405	8.265	9.027	9.150	9.955	10.191	8.105

FORNTE: CEEE

(1) Outros, inclui: Iluminação Pública, Poderes Públicos, Serviços Públicos e Próprio.

(2) Dados até setembro/89.

Tabela 22

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Número de Consumidores de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul — 1981-89

Classes	Anos	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(2)
Residencial.....		1.167	1.256	1.334	1.404	1.468	1.549	1.614	1.695	1.753
Comercial.....		129	136	141	145	150	160	164	168	170
Industrial.....		22	23	23	24	25	29	31	32	33
Rural.....		101	114	127	141	155	167	178	186	193
Outros (1).....		13	14	14	15	16	16	17	18	19
Total.....		1.432	1.543	1.639	1.729	1.814	1.921	2.004	2.099	2.168

FORNTE: CEEE

(1) Outros, inclui: Iluminação Pública, Poderes Públicos, Serviços Públicos e Próprio.

(2) Dados até setembro/89.

Tabela 23

Companhia Riograndense de Telecomunicações
Indicadores Físicos da CRT 1979-89

Especificações	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Terminais Instalados.....	205.798	227.156	278.505	365.236	384.356	393.830	402.874	447.260	459.732	471.821	506.813
Terminais em Serviço.....	182.625	201.721	235.227	286.558	335.034	361.680	377.543	414.898	436.330	448.439	474.349
Telefones Instalados.....	314.126	365.499	408.685	496.528	585.664	635.980	661.485	701.775	712.054	713.018	743.660
Chamadas IV (DD + MAN) 10 ³	36.304	45.165	50.876	60.575	72.193	82.207	96.260	117.308	127.527	137.928	158.067
Municípios com DD/DDI.....	62	67	77	114	122	130	142	151	157	165	200
Empregados.....	6.949	7.435	7.346	7.491	7.203	7.077	7.042	6.911	6.653	6.431	6.243
Postos de Telef. Rural Social....	-	-	-	-	-	13	155	338	427	461	470
Telefones Públicas.....	2.054	2.605	3.305	4.098	4.781	5.036	5.542	6.237	6.451	6.683	7.096
Terminais Videotexto.....	-	-	-	-	-	-	56	162	207	139	169
Ramais CTC Instalados.....	-	-	-	-	-	-	-	1.277	1.386	2.317	2.420

FONTE: CRT

NOTAS: (1) O número de terminais corresponde à planta automática e manual.

(2) Os dados relativos a 1989 contém projeções para o mês de dezembro.

Tabela 24

Companhia Riograndense de Mineração
Produção de Carvão Mineral e Valor Comercializado
pela CRM no Rio Grande do Sul — 1979-89

Anos	Produção de Carvão	Receita Operacional ⁽¹⁾	
	(1.000 t ROM)	Cz\$ 1.000	1.000 OTN's
1979	1.030,0	305,2	651,1
1980	1.084,5	662,7	937,7
1981	1.264,2	1.559,2	1.128,2
1982	1.291,2	2.549,0	932,6
1983	1.274,6	7.587,8	1.082,0
1984	1.468,6	25.809,6	1.167,3
1985	1.167,1	64.110,6	1.400,9
1986	1.197,3	145.355,3	1.410,8
1987	1.106,8	464.700,7	1.367,8
1988	1.164,8	3.922.604,0	1.943,8
1989(2)	1.687,1	62.840.074,0(3)	2.336,8

FONTE: CRM

(1) A partir de 1982, a receita operacional não inclui o IUM.

(2) Dados estimados de dezembro/89.

(3) Em 1989 NCz\$.

Tabela 25

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Principais Serviços Executados no Estado do Rio Grande do Sul — 1980-89

Serviço	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Conservação de toda a extensão da rede (km).....	10.642	10.642	10.540	10.524	10.260	11.075	9.116	9.116	9.116	9.189,11
Patrolagem (m ²) (x10 ³).....	1.060.043	1.060.043	978.358	904.555	1.024.226	922.474	853.620	788.210	517.871	1.064.059
Rapade manual e mecânica (m ²) (x10 ³).....	35.000	40.560	36.382	35.577	3.055	34.433	30.882	25.390	15.030	27.310
Revestimento primário (m ³).....	1.036.000	1.147.591	1.306.008	1.344.550	1.260.748	1.422.753	1.042.000	1.022.000	249.486	1.052.526
Capa selante (m ²).....	1.300.000	1.287.222	990.724	466.745	625.622	577.320	538.000	172.418	243.315	462.828
Implantação de rod. (km).....	197	364	315	284	295	508	322	50	146	312
Vol. de terrapl. p emp. (m ³).....	2.776.900	5.748.080	5.067.072	6.621.562	7.802.176	37.178.928	5.027.055	780.898	3.128.807	7.814.246
Vol de Terrapl. prdem. direta (m ³).....	1.833.300	2.044.234	3.497.936	2.807.300	3.814.578	3.084.274	1.471.200	1.072.000	1.796.397	1.374.149
Construção de obras de arte especiais (m).....	950	545	417	659	1.077	610	619	766	296	522
Arborização de rod. (arb).....	88.218	92.000	173.779	84.400	39.293	77.024	35.155	7.738	15.246	14.050
Pavimentação de rod. (km).....	104	208	250	88	254	239	269	43	232	751
Projetos de obras de arte especiais (un).....	596	540	906	1.004	1.326	1.998	774	817	404	393
Projetos de acessos e trevos (un).....	26	24	22	47	44	24	14	18	43	23
Levantamento cadastral (km).....	—	—	—	—	9.957	4.904	3.603	350	3.920	1.184
Projetos de fiscalização (km).....	—	—	—	—	—	—	—	—	230	383
Levantam. aerofotogram. (un).....	—	—	—	—	—	—	—	—	05	05
Mapas rodoviários man. (un).....	—	—	—	—	—	—	—	—	18	15
Levantamentos rodov. man. (km).....	—	—	—	—	—	—	—	—	6.945	5.450
Projetos geométricos rod. (km).....	—	—	—	—	—	—	—	—	459	254

Fonte: DAER

(1) Na rede conservada não estão incluídas as rodovias federais e as rodovias em obra por empreitada.

Tabela 26

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Produção por Atividade-Fim no Decênio 1980-89

Atividades	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Total
Construção de Estradas (km)	607	463	534	429	342	376	302	181	159	46	3.484
Reconstrução de Estradas (km).....	2.008	3.109	1.332	1.474	1.561	1.566	1.325	1.439	1.448	1.347	16.609
Aterros e Terrapl. Diversas (m ³).....	640.533	904.996	902.428	983.690	630.481	842.155	925.997	442.515	602.450	175.920	7.051.165
Constr. de Obras de Arte Esp. (m).....	361	2.034	2.232	2.298	2.426	2.866	2.410	376	275	165	15.413
Constr. Pontes Pré-Moldadas (m).....	—	—	—	—	—	—	—	—	67	712	779

FONTE: Relatórios Anuais da Administração CINTEA.

Tabela 27

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
Movimentação Geral de Mercadorias — 1980-89

Ano	Movimentação (1)			Total
	Rio Grande	Porto Alegre (2)	Pelotas	
1980	11.291.277	8.527.131	307.560	20.125.962
1981	10.861.481	7.299.698	286.371	18.447.550
1982	10.834.772	7.578.165	386.371	18.799.308
1983	10.682.135	8.616.188	331.389	19.629.712
1984	11.015.365	8.987.552	323.671	20.326.588
1985	11.225.399	9.102.284	422.241	20.749.924
1986	10.563.727	9.266.849	298.213	20.128.789
1987	11.951.405	9.982.519	602.864	22.536.788
1988	11.569.909	10.378.960	456.966	22.405.835
1989	12.390.000(1)	12.240.000(1)	450.000(1)	25.080.000(1)

FONTE: DEPRC

(1) Estimado

(2) Inclui TEDUD, em Tramandai.

Tabela 28

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
Volume Físico da Produção — 1980-89

Especificações	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Diário Oficial do Estado	1.908.800	2.119.530	2.203.342	2.168.000	2.204.630	2.352.020	2.307.515	2.152.455	2.000.315	2.316.566
Diário do Assembléia Legislativa ...	70.000	545.000	245.449	277.500	255.950	166.500	126.050	57.750	56.000	75.500
Jornais Particulares	3.483.000	3.018.870	1.486.591	1.536.000	3.904.440	7.275.878	1.216.798	393.690	3.144.114	1.475.840
Separatas Deputadas ..	325.000	309.523	476.579	331.000	418.705	659.286	680.886	163.599	1.273.114	265.898
Revistas	277.000	358.500	400.886	342.200	208.800	149.796	181.658	159.850	89.700	108.530
Livros	70.000	27.600	122.737	200.500	148.324	262.835	191.361	715.565	73.895	17.400
Cadernos Escolares	—	—	—	—	100.000	801.658	500.000	—	—	1.177.930
Impressos em Geral	13.170.000	20.484.630	55.841.252	41.964.000	66.812.403	96.354.611	44.611.869	32.319.978	50.432.991	56.803.453
C.M.C.O.L. Publicados	3.558.381	3.561.840	3.458.456	4.010.904	3.439.428	3.748.882	4.292.318	3.901.395	4.639.045	5.912.632

FONTE: CORAG

(1) Dados de dezembro/89 projetados.

Tabela 29

Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas
Obras realizadas, em Andamento e Previstas — 1989

Especificações	Realizadas		Em andamento		Previstas		Total	
	Unid.	M2	Unid.	M2	Unid.	M2		
Rede Escolar	277	81.692	461	286.482	179	54.393	917	422.567
Prédios Culturais	2	670	5	18.753	3	11.833	10	31.256
Polícia Civil	11	3.997	42	18.539	9	5.395	62	27.931
Brigada Militar	31	16.903	38	21.872	—	—	69	38.775
Penitenciárias	12	18.682	44	281.107	2	5.677	58	305.466
Rede Hospitalar	10	—	17	—	6	—	33	—
Total							1.149	825.995

FONTE: SDO.

Tabela 30

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
Atividades de Inspeção, Defesa e Fiscalização da Produção Vegetal,
no Rio Grande do Sul — 1983-89

Especificações	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Sementes e Mudas							
Certificação de sementes (t).....	9.211	7.040	7.081	7.557	7.434	6.566	7.284
Inspeção Sementes fiscalizadas Olerícolas (hat).....	470	500	580	650	741	396	465
Inspeção de mudas frutíferas e matrizes (planta).....	—	—	—	—	3.980	7.790	19.940
Defesa Fitossanitária							
Inspeção caneto crítico (planta).....	80.000	315.004	1.469.378	92.004	—	—	—
Cadastramentos pés de acácia negra (planta).....	178.29.750	7.532	7.112.590	3.903.500	3.448.500	3.448.500	11.397.500
Inspeção de matas de acácia (loca).....	1.299	2.396	657	550	967	923	2.210
Fomento à produção vegetal							
Treinamentos produtores e operários rurais (n.º).....	26	26	29	66	12	206	10
Produção de calcário (t).....	6.277	6.277	3.477	1.555	2.410	2.332	2.759
Enologia							
Inspeção de municípios produtores (n.º).....	163	163	163	163	163	163	70
Liberação de guias de trânsito (n.º).....	96.016	95.388	100.129	81.021	79.830	74.083	90.754
Análises quantitativas (n.º).....	14.951	12.904	20.251	14.680	12.340	14.196	13.580
Produção liberada (litros).....	208.289.792	294.121.606	304.822.642	292.024.464	347.115.427	323.922.452	249.296.516

FONTE: SAA

Tabela 31

Secretaria da Agricultura do Abastecimento
Prestação de Serviços de Pesquisa no Rio Grande do Sul
1983-89

Especificações	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Produção de Vacinas e Antígenos							
— Vacina contra brucelose (doses).....	874.130	870.568	849.774	806.902	478.454	531.062	402.640
— Antígeno de Huddleson (doses).....	25.800	31.500	34.160	29.100	78.750	25.000	57.266
— Antígeno Card-Test (ml).....	113.300	130.000	140.600	430.000	113.000	132.000	411.332
— Vacina Anti-Aftosa Okema (doses).....	70.000	1.631.420	2.506.785	2.271.500	2.677.040	1.398.490	1.213.130
Análises Laboratoriais							
— Amostra de solo (amostra).....	3.612	5.226	4.976	5.614	2.820	3.380	3.083
— Determinações químicas de solos (n.º).....	42.938	33.356	33.356	35.635	17.651	21.649	19.971
— Amostras de adubos e calcário (amostra).....	1.094	1.036	1.412	1.063	491	594	457
— Amostras de sementes (amostra).....	4.880	5.967	5.386	3.841	4.131	4.330	2.483
— Determinações químicas de adubos e calcário (n.º).....	2.950	1.468	1.702	1.587	1.817	1.846	1.455
— Análise de inoculantes (n.º).....	16	12	14	15	18	22	58

FONTE: SAA

Tabela 32

**Secretaria da Agricultura do Abastecimento
Prestação de Serviços de Infra-Estrutura
no Rio Grande do Sul — 1980-89**

PROGRAMAS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Açude (obra).....	70	108	199	891	1.705	1.395	1.501	724	1.020	789
Barragem (obra).....	7	12	18	22	18	9	12	6	4	2
Canal de Irrigação (obra).....	—	1	1	26	10	15	11	3	2	12
Terraplanagem (obra).....	1	3	36	38	28	56	64	9	19	81
Vias de Acesso (obra).....	91	180	176	226	64	114	153	57	90	67
Sistematização de Lavuras (horas).....	—	—	—	78	—	144	254	696	162	—
Subsolagem (horas).....	1.416	1.350	1.183	1.518	2.286	3.457	2.748	1.208	915	341
Terraceamento de Microbacias (horas).....	—	—	—	—	—	—	—	167	942	3.465
poços Tubulares (obra).....	319	278	267	247	264	230	334	167	131	102

FONTE: SAA

Tabela 33

**Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de
Assistência Técnica e Extensão Rural**

**Evolução do Trabalho Realizado junto às Famílias do Meio Rural,
na Área de Bem-Estar Social, no Rio Grande do Sul
1979-89**

PRODUTOS	Unidade Medida	Período									
		1979:80	1980:81	1981:82	1982:83	1983:84	1984:85	1985:86	1986:87	1987:88	1988:89
Organização de horta doméstica.....	família	4.553	7.013	15.696	24.485	27.316	20.771	18.477	18.917	17.592	19.221
Organização de horta escolar.....	escola	1.051	1.205	1.316	1.413	1.654	3.541	3.223	3.029	3.847	2.583
Organização de pomar doméstico.....	família	—	—	9.043	14.618	19.490	14.684	13.499	15.205	14.870	15.525
Preparo correto de alimentos.....	família	10.462	13.751	16.897	26.540	16.600	20.283	20.354	22.375	21.480	22.804
Indústria caseira de alimentos.....	família	—	2.649	3.253	14.340	21.381	21.157	20.864	21.966	20.648	22.507
Armazenamento correto de alimentos.....	família	—	—	6.514	9.574	16.224	17.851	17.075	17.866	17.687	14.324
Melhoria da merenda escolar.....	aluno	28.252	23.206	21.659	52.223	42.506	62.695	57.688	64.783	59.603	49.925
Abastecimento d'água.....	família	2.335	3.036	10.665	11.239	15.801	13.185	13.485	22.833	21.463	23.108
Saneamento ambiental.....	família	1.585	3.695	6.971	10.772	11.465	14.415	13.047	15.436	14.509	14.742
Saúde oral.....	pessoas	—	—	2.408	11.224	21.398	48.129	66.330	117.958	88.003	92.757

FONTE: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS.

Tabela 34

**Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência
Técnica e Extensão Rural**
**Comparativo entre Produtividade dos Produtores Assistidos pela EMATER/RS
e Total do Estado. — 1980-89**

PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO																	
		80-81		81-82		82-83		83-84		84-85		85-86		86-87		87-88		88-89	
		Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)	Estado (1)	Assisti- do (2)
Arroz Irrigado.....	kg/ha	4.190	4.320	4.364	4.857	3.617	4.504	4.440	4.806	4.597	4.801	4.247	4.163	4.564	4.656	4.935	5.236	5.103	5.423
Feijão.....	kg/ha	600	367	688	837	493	505	677	721	676	816	269	305	500	503	714	839	752	964
Maxixeira.....	kg/ha	11.273	21.581	12.338	20.668	12.207	20.551	12.207	17.848	11.879	17.190	12.900	15.168	12.786	16.131	12.860	17.095	14.059	16.128
Milho.....	kg/ha	2.094	3.239	1.700	2.539	1.785	2.830	1.894	2.870	1.894	2.873	1.270	2.905	1.981	2.751	1.567	2.316	2.279	3.143
Soja.....	kg/ha	1.595	1.265	1.192	1.334	1.548	1.774	1.487	1.734	1.570	1.854	1.808	1.274	1.582	1.798	1.057	1.238	1.716	1.970
Sorgo Granífero.....	kg/ha	—	—	2.095	2.520	1.047	2.655	2.072	3.000	1.891	2.520	1.692	1.800	1.988	2.700	1.596	2.900	1.650	1.500
Trigo.....	kg/ha	748	910	1.187	1.249	395	491	1.555	1.270	949	1.042	1.022	1.434	1.660	1.728	1.660	1.876	1.527	1.566
Beterrã.....	kg/ha	10.432	11.488	8.217	10.663	8.849	9.039	8.849	9.318	9.831	9.926	9.867	11.113	10.458	10.780	10.518	10.799	9.186	9.207
Cítricos.....	kg/ha	17.491	21.455	16.511	21.995	17.288	21.083	17.288	27.591	17.195	17.837	15.019	16.303	17.878	21.477	14.958	17.836	14.908	15.500
Maçã.....	kg/ha	5.539	7.770	5.439	7.968	4.821	7.794	5.031	7.744	8.333	10.234	11.000	15.578	10.396	13.357	16.272	16.770	16.268	17.188
Morango.....	kg/ha	—	—	3.250	14.585	3.622	16.438	5.077	22.435	6.032	19.159	3.220	24.833	4.130	32.833	4.287	26.582	5.061	23.905
Pêssego.....	kg/ha	3.594	7.467	5.590	7.208	3.393	5.889	3.239	6.521	3.400	4.473	3.476	4.582	3.744	5.783	3.158	7.688	3.381	5.986
Uva.....	kg/ha	10.800	14.846	11.116	15.963	8.765	10.215	10.102	13.622	12.812	20.919	9.863	12.501	8.817	11.981	13.599	18.891	11.663	14.542
Alho.....	kg/ha	2.913	3.214	2.682	3.598	2.767	2.859	2.778	3.090	2.805	3.435	2.901	2.986	3.196	3.611	3.113	3.946	2.844	4.357
Barata-Inglesa.....	kg/ha	6.938	8.512	5.376	8.468	5.664	8.433	6.636	9.953	6.559	10.739	4.497	8.149	6.962	10.395	7.443	10.820	7.615	11.311
Cebola.....	kg/ha	—	—	8.555	12.128	8.434	12.013	6.746	9.181	9.512	12.975	6.250	9.054	8.534	11.536	7.745	14.372	7.630	14.019
Tomate.....	kg/ha	12.093	32.423	13.259	29.971	13.069	40.261	13.069	41.623	18.317	44.450	17.393	31.804	23.248	48.304	21.476	44.496	20.089	46.349
Bovinos de Corte (1).....	kg-cabeça/ano	43.0	66.0	40.0	57.0	39.5	59.0	39.6	61.0	42.6	60.0	43.3	62.4	46.2	62.4	44.0	62.2	45.0	66.0
Bovinos de Leite.....	kg-vaca/ano	1.013	1.811	1.034	1.734	1.018	1.788	970	1.838	891	1.795	891	1.839	1.073	1.904	1.074	1.982	1.078	1.846
Ovinos (1).....	g/cabeça/ano	2.590	2.919	2.687	3.181	2.618	3.165	2.785	3.121	2.921	3.169	2.922	3.134	2.972	3.232	2.892	3.302	2.920	3.260
Suínos (5).....	leitões/porca/ano	8,8	12,3	9,0	13,0	9,0	13,0	9,0	13,4	9,0	14,0	9,0	14,4	9,0	14,8	9,0	14,9	9,1	15,1

FONTE:

(1) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE

(2) Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS

(3) Delegacia Federal de Agricultura/Serviço de Produção Animal/RS — dados referentes ao Estado.

(4) Federação das Cooperativas de Lã-FECOLA (lã-cooperativada) e Assistente Técnico Estadual Adair Coimbra Filho — Estimativa de Produção Estadual

(5) Departamento de Planejamento Agrícola — DEPA/RS e Assistente Técnico Estadual da EMATER/RS — estimativa leitões/porca no Estado.

Tabela 35

**Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência
Técnica e Extensão Rural**
Força de Trabalho, Público Beneficiário e Indicadores de Custo/Benefício
da Assistência Técnica e Extensão Rural
no Rio Grande do Sul — 1980-89

Período	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Nº de escritórios municipais	157	177	177	177	177	188	188	191	202	210
Total de extensionistas de campo	680	1.113	1.065	1.017	930	929	909	854	826	817
Nível Superior	294	357	370	343	314	315	304	280	275	265
Nível Médio	386	756	695	674	616	614	605	574	551	552
Total de Agricultores Beneficiários	109.288	120.497	188.928	192.532	188.335	164.681	148.949	139.868	126.062	133.272
Agricultores Assistidos	43.715	47.701	82.490	91.181	85.518	74.777	67.623	63.500	56.324	59.546
Agricultores Orientados	65.573	72.796	106.438	101.351	102.817	89.904	81.326	76.368	69.738	73.726
Pequenos	91.802	101.217	158.700	161.727	163.851	143.272	129.735	121.964	109.674	115.946
Médios	15.300	16.870	26.450	26.954	19.587	17.127	15.565	14.826	13.363	14.127
Grandes	2.186	2.410	3.778	3.851	4.897	4.282	3.649	3.078	3.025	3.199
Total de Mulheres Rurais Beneficiárias	44.360	48.785	81.407	104.633	108.322	106.493	107.248	109.152	112.701	110.668
Mulheres Rurais Assistidas	27.422	22.785	36.939	47.633	49.557	48.720	49.066	49.992	51.617	50.675
Mulheres Rurais Orientadas	16.938	26.000	44.468	57.000	58.765	57.773	58.182	59.160	61.084	59.993
Total de Jovens Assistidos	17.453	18.374	25.920	36.567	39.240	37.494	36.326	36.349	33.938	27.957
Total de Agentes Colaboradores	—	200	8.760	10.654	11.013	10.240	9.667	8.650	7.484	7.350
Líderes	—	—	8.360	8.938	9.207	8.374	7.841	7.182	6.856	6.994
Multiplicadores	—	200	400	1.716	1.806	1.866	1.826	1.468	628	356
Total de Grupos e Clubes Assistidos:										
Número	2.181	2.770	6.072	7.397	7.397	6.878	6.397	5.939	5.532	5.144
Participantes	54.972	60.025	116.596	137.558	132.684	124.019	115.296	111.616	105.634	102.113
Grupos de Agricultores										
Número	628	825	3.600	3.991	3.906	3.619	3.172	2.744	2.517	2.395
Participantes	11.304	13.832	57.411	63.549	60.394	55.683	47.290	42.070	38.580	39.694
Grupos e Clubes de Mulheres Rurais										
Número	1.046	1.256	1.621	2.293	2.391	2.280	2.343	2.358	2.292	2.202
Participantes	26.215	27.819	36.411	46.705	46.042	45.309	47.496	49.251	49.605	48.883
Grupos e Clubes de Jovens Rurais										
Número	507	689	851	1.113	1.100	979	882	837	723	547
Participantes	17.453	18.374	22.774	27.304	26.248	23.027	20.510	20.295	17.449	13.536
Integração com instituições de ensino										
Professores	3.593	3.311	4.889	7.512	7.779	8.911	8.927	8.722	8.840	8.837
Escolas	2.132	1.977	2.629	3.868	3.947	4.574	4.653	5.404	5.216	5.009
Alunos	32.077	29.655	56.984	105.243	116.017	134.047	139.753	175.462	170.023	165.078
Valor da produção/custos de ATER (1) — Cz\$	—	6,41	7,32	10,77	21,09	14,98	10,16	11,29	11,10	11,15
Valor da produção/Recursos Estaduais (1) Cz\$	—	19,88	16,86	20,41	52,61	35,80	31,71	25,08	36,41	27,13
ICM/Recursos Estaduais (1) — Cz\$	—	1,38	1,07	1,28	3,27	2,35	2,15	1,83	2,26	2,15

Fonte: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/RS
(1) Cz\$ adicionais para cada Cz\$ aplicado considerando a produtividade dos produtores assistidos e não assistidos

Tabela 36

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Evolução dos Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA
em Relação à sua Capacidade Instalada no Estado, e
Índice de Rotação, no Período 1980-89

Anos	Ingressos (1)	Capacidade Estática (t)	Índice de Rotação
1980	2.598.658	632.100	4,11
1981	2.380.195	642.500	3,70
1982	2.100.312	646.900	3,25
1983	1.821.391	646.900	2,82
1984	1.805.842	646.900	2,79
1985	1.844.078	646.900	2,85
1986	2.345.702	664.300	3,53
1987	2.014.088	664.300	3,03
1988	1.436.298	664.300	2,16
1989(1)	1.445.000	735.300(2)	1,97

FONTE: CESA

(1) Os Ingressos referentes a Dezembro/89 foram estimados.

(2) Na Capacidade Estática estão incluídas 22.500 t de Unidade em arrendamento, de terceiros.

Tabela 37

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Ingressos na Rede de Armazenagem da CESA, segundo as Principais
Espécies de Produtos, no Período 1980-89

Anos	(1)										
	Trigo	Milho	Soja Grão	Soja Faveola	Arroz	Cevada	Sorgo	Mourisco	Aveia	Outros Produtos	Total
1980	911.682	595.015	469.506	442.135	23.833	109.679	13.743	8.651	6.714	17.700	2.598.658
1981	578.273	407.891	679.194	445.646	35.749	170.684	31.068	9.053	8.628	14.009	2.380.195
1982	624.133	400.134	644.608	258.391	38.097	85.663	25.126	9.056	5.129	9.975	2.100.312
1983	686.932	230.466	417.073	279.066	33.956	137.736	11.460	4.483	11.100	9.119	1.821.391
1984	809.422	120.112	507.918	218.471	35.894	70.918	28.146	1.715	5.234	8.014	1.805.842
1985	788.657	255.497	584.277	44.309	39.887	115.423	10.554	810	3.109	1.555	1.844.078
1986	471.532	1.274.420	264.613	38.332	71.982	193.362	16.410	485	2.148	7.418	2.345.702
1987	877.345	477.489	349.051	8.487	57.870	160.770	32.558	103	3.114	47.301	2.014.088
1988	736.812	162.443	218.693	21.965	49.935	222.830	10.984	6	1.933	10.697	1.436.298
1989(1)	695.992	210.708	220.578	128.303	34.489	138.692	5.769	—	3.603	6.866	1.445.000

FONTE: CESA

(1) Os Ingressos referentes a Dezembro/89 foram estimados.

Tabela 38

Companhia Estadual de Silos e Armazéns
Movimentação Física por Serviço nas Unidades da CESA
no Rio Grande do Sul — 1980-89

Serviços	Anos	(1)									
		1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Recebimento		1.876.364	1.763.045	1.423.053	1.348.383	1.308.432	1.530.504	1.588.317	1.672.572	1.267.981	1.209.673
Estocagem		7.954.011	9.111.505	8.794.677	6.499.654	7.163.158	10.179.643	10.191.034	11.530.233	11.773.381	11.224.000
Expedição		1.980.733	1.859.204	1.433.064	1.411.242	1.205.227	1.368.168	1.493.888	1.584.207	1.263.549	1.225.730
Limpeza		536.457	636.592	472.790	570.514	567.097	724.854	653.825	619.923	537.922	509.536
Secagem		346.459	419.836	295.741	501.052	455.395	595.218	583.458	525.782	411.861	411.220
Expurgo		759.983	1.068.382	1.214.328	678.436	516.969	737.159	929.966	1.327.365	1.375.584	1.090.457
Transbordo		722.294	617.150	677.259	473.008	497.410	313.574	757.385	341.516	168.317	235.327

FONTE: CESA

(1) A movimentação referente a Dezembro/89 foi estimada.

Tabela 39

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Principais Atividades Desenvolvidas pelo Jardim Botânico, no Rio Grande do Sul
1984 - 89

ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO					
	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Visitação de público em geral.....	114.153	85.666	105.046	81.059	79.032	97.447
Produção de mudas.....	70.062	62.958	57.675	54.622	39.324	54.230
Comercialização de mudas.....	5.673	8.160	8.118	10.070	21.469	25.709
Plantio de Mudas de espécies anuais e perenes.....	21.336	19.589	12.824	31.053	23.982	8.643
Ampliação do acervo.....	112	290	101	76	172	135
Remessa de amostras científicas.....	—	23	404	309	575	795
Atendimento a consultas técnico-científicas.....	721	907	867	1.070	1.898	2.350
Index Seminum (espécies catalogadas).....	555	218	218	293	313	200
Publicações e apresentações de trabalhos técnicos-científicos.....	07	—	05	02	05	03
Participação em Congresso, Seminários, Reuniões, etc.	14	19	36	39	37	41

FONTE: FZB

Tabela 40

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Principais Atividades Desenvolvidas pelo Museu
de Ciências Naturais, no Rio Grande do Sul
1984-89

ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO					
	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Projetos de pesquisa em andamento	37	39	42	88	108	105
Trabalhos Técnicos e de Pesquisa Científica concluídos	19	05	05	38	105	120
Acervo Coleções Científicas MCN (n.º de lotes)	116.768	128.469	139.771	142.771	150.532	209.982
Dias trabalhados com diferentes equipes de pesquisadores (com ou sem acompanhamento)	266	593	214	455	305	139
Bolsas e Auxílios de Pesquisa (CNPq, CAPES, FINEP, FAPERGS e Outras)	50	27	72	91	76	64
Visitação Exposição MCN	—	—	—	2.348	22.710	23.387
Edição do Periódico Iheringia	02	02	03	01	05	03
Treinamento de Acadêmicos Estrangeiros de Iniciação Científica	14	26	44	51	24	23
Captação de Recursos, Convênios e Prestação de Serviços	—	—	—	—	—	134.693

FONTE: FZB

Tabela 41

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
Principais Atividades Desenvolvidas pelo
Parque Zoológico, no Rio Grande do Sul
1984-89

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO					
	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Visitação Pública						
— Pedestre	483.278	495.427	621.524	706.465	565.350	485.733
— Veículos	53.255	64.161	80.733	64.681	64.215	62.766

FONTE: FZB

Tabela 42

Instituto Riograndense do Arroz
Assistência Técnica ao Arrozeiro — 1978-89

Anos	Atendimento nas sedes (N.º)	Assistência Técnica a nível de Lavoura (N.º)	Total
1978	6.715	3.353	10.068
1979	7.220	3.345	10.565
1980	6.773	4.203	10.976
1981	7.897	4.080	11.977
1982	9.079	4.052	13.131
1983	10.318	3.083	13.401
1984	10.266	3.477	13.743
1985	9.991	3.622	13.613
1986	8.857	3.530	12.387
1987	7.522	2.799	10.321
1988	15.025	2.304	17.329
1989	7.883	3.179	11.062

FONTE: IRGA.

Tabela 43

Instituto Riograndense do Arroz
Preços do Arroz e Custos de
Produção — 1978-89

Safrá	Preços			Custo de Produto (IRGA) (2)
	Mínimo (CFP) (1)	De Comercialização (IRGA) (1)	Pago ao Produtor (3)	
1978/79	182,00	— (4)	295,00	279,00
1979/80	320,00	— (4)	575,16	542,42
1980/81	720,00	780,18	910,98	992,04
1981/82	1.436,00	1.651,48	2.366,18	1.607,10
1982/83	2.765,90	2.765,90	5.460,00	2.898,58
1983/84	9.350,00	9.350,00	15.749,00	12.066,46
1984/85	42.050,00	44.981,00	56.440,00	43.302,70
1985/86(5)	130,00	275,00	129,64	138,87
1986/87(5)	130,00	— (4)	—	181,25
1987/88(5)	705,00	— (4)	262,12	26.045,08
1988/89(6)	8,20	— (4)	108,46	2.582,02

FONTE: IRGA

(1) Preço para arroz em casca (scs 50 kg), classe grãos longo, tipo 2 c/rendimento de 40% grão inteiros e 28% grãos quebrados.

(2) Janeiro de cada ano. Na safra 87/88 — Maio/87

(3) Preço p/arroz em casca (saco 50 kg)

(4) IRGA não efetuou compra. Não são incluídos preços das importações

(5) Preços em Cr\$ — 50x18

(6) Preços em NC\$

Tabela 44

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
Produção de Leite e Derivados pela CORLAC, no Rio Grande do Sul — 1987-89

PRODUTOS	1987	1988	1989(1)
Leite "in natura" (1)	102.769.198	117.535.188	111.974.281
Leite pasteurizado(1)	69.414.420	79.003.875	84.358.266
Leite em pó (kg)	7.786.630	7.382.073	3.236.558
Manteiga (kg)	955.887	897.210	830.262
Creme de Leite (kg)	272.145	750.873	540.477
Iogurtes(1)	688.300	921.293	626.902
Queijos (kg)	23.688	488.666	88.541
Doce de Leite (kg)	96.744	140.531	115.015
Requeijão (kg)	91.589	104.422	138.118
Leite em pó — compra (kg)	41.000	399.984	1.437.352

FONTE: Setor de Custos da CORLAC

(1) Computados valores de janeiro a novembro

Tabela 45

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos
Resumo Comparativo do Resultado, no Rio Grande do Sul — 1987-89

Discriminação	NCz\$					
	Exercício 1987		Exercício 1988		Exercício 1989 ⁽¹⁾	
	Valores	%	Valores	%	Flash	%
Faturamento Líquido	1.233.457	100,00	13.023.253	100,00	173.294.064	100,00
Margem Bruta	282.710	22,92	3.038.424	23,33	50.497.889	29,14
Despesas de Distribuição	120.336	9,75	1.056.613	8,11	12.477.849	7,20
Despesas Administrativas	68.143	5,52	627.705	4,81	12.732.078	7,34
Despesas de Fomento	19.106	1,54	157.517	1,20	876.587	0,50
Despesas Financeiras menos Receitas Financeiras	3.739	0,30	(225.560)	(1,73)	(5.127.327)	(2,95)
Correção Monetária (Lei 6404/76)	15.119	1,22	1.430.665	10,98	26.585.085	17,32
Resultado Líquido do Exercício	100.574	8,15	4.361	0,03	2.953.617	1,70

FONTE: CORLAC

⁽¹⁾ Posição até 31/12/89 (Resultado extra-contábil)

Tabela 46

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Bolsas de Iniciação Científica — Solicitações e Concessões por Instituição — 1989

Instituições	Solic.	Cone.	% Concedido na Instit.	% Aprov. em Rel. TT. Cone.
Univ. Federal do RGS.....	404	256	63,37	49,14
Univ. Federal de Santa Maria.....	134	56	41,79	10,75
Fund. Univ. de Caxias do Sul.....	28	9	32,14	1,73
Univ. de Passo Fundo.....	109	13	11,93	2,50
Univ. Federal de Pelotas.....	9	9	100,00	1,73
UNISINOS.....	107	38	35,51	7,29
Univ. de Ijuí.....	33	23	69,70	4,41
Univ. Luterana do Bras.....	21	9	42,86	1,73
PUC-RS.....	129	57	44,19	10,94
Fund. Univ. de Rio Grande.....	26	15	57,69	2,88
Fund. Zoobotânica.....	7	7	100,00	1,34
Inst. de Cardiologia do RS.....	1	1	100,00	0,19
Inst. de Pesq. Biológicas.....	1	0	0,00	0,00
Dept. do Meio Ambiente.....	3	3	100,00	0,58
Hosp. Clínicas de PA.....	8	4	50,00	0,77
Fund. Fac. Fed. Cienc. Med. PA.....	24	11	45,83	2,11
Fac. Integ. Santa Cruz do Sul.....	4	2	50,00	0,38
Emp. Bras. Pesq. Agropecuárias.....	11	8	72,73	1,54
T O T A L.....	1.059	521	49,20	100,00

FONTE: FAPERGS

Tabela 47

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Bolsas de Iniciação Científica — Solicitações e Concessões por Área de Conhecimento — 1989

Áreas	Solic.	Conc.	% Concedido na Área	% Aprov. em Rel. TT. Conced.
Ciências Exatas e da Terra.....	203	113	55,67	21,69
Ciências Biológicas.....	136	70	51,47	13,44
Engenharias.....	86	39	45,35	7,49
Ciências da Saúde.....	170	79	46,47	15,16
Ciências Agrárias.....	93	59	63,44	11,32
Ciências Sociais e Aplicadas.....	57	26	45,61	4,99
Ciências Humanas.....	245	108	44,08	20,73
Linguística, Letras e Artes.....	69	27	39,13	5,18
TOTAL.....	1.059	521	49,20	100,00

FONTE: FAPERGS

Tabela 48

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Apoio por Área de Conhecimento — Número e Valor dos Recursos Concedidos — 1989

Cod. Área	Nº	% em Rel. TT. Conc.	Valor(NCz\$)	% em Rel. TT Conc.
Ciências Exatas e da Terra.....	118	14,41	1.351.057,86	20,10
Ciências Biológicas.....	151	18,44	1.209.879,79	10,00
Engenharias.....	118	14,41	621.105,31	9,24
Ciências da Saúde.....	97	11,84	702.903,98	10,46
Ciências Agrárias.....	75	9,16	483.819,01	7,20
Ciências Sociais e Aplicadas.....	48	5,86	928.415,63	13,81
Ciências Humanas.....	137	16,73	1.018.928,42	15,16
Linguística, Letras e Artes.....	75	9,16	405.316,50	6,03
Total Concedido.....	819	100,00	6.721.426,50	100,00

FONTE: FAPERGS

Tabela 49

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Apoio por Instituição — Número e Valor dos Recursos Concedidos — 1989.

Instituições	Quantidade	% em Rel. TT. Conc.	Valor(NCz\$)	% em Rel. TT. Conc.
Ass. Médica RS.....	4	0,49	43.688,50	0,65
BADESUL.....	2	0,24	5.906,56	0,09
Centro de Biotecnologia RS.....	23	2,81	201.130,40	2,99
CIENTEC.....	2	0,24	13.900,30	0,21
CODEC.....	2	0,24	4.009,70	0,06
DMAE.....	4	0,49	5.406,93	0,08
EMBRAPA.....	4	0,49	6.749,72	0,10
Fund. Fac. Fed. Cienc. Médicas PA..	8	0,98	14.142,85	0,21
Fac. Integradas Santa Cruz do Sul....	4	0,47	34.366,27	0,51
Fund. Univers. Cardiologia.....	2	0,24	827,73	0,01
Fund. Univers. Rio Grande.....	16	1,95	214.401,40	3,19
Fundação Zoológica RS.....	8	0,90	26.120,10	0,39
GEEMPA.....	2	0,24	7.943,91	0,12
Hospital Clínicas PA.....	12	1,47	288.464,43	4,29
Instit. Cardiologia RS.....	12	1,47	20.685,30	0,31
Instit. Pesq. Espaciais.....	2	0,24	10.873,55	0,16
Inst. Pesq. Veterin. Desiderio Finamor	2	0,24	6.134,56	0,09
Museu Antropologia RS.....	2	0,24	4.089,70	0,06
METROPLAN.....	6	0,73	26.936,64	0,40
PUCRS.....	32	3,91	153.329,90	2,28
Sec. Ciência Tecnologia.....	4	0,49	462.905,73	6,89
Soc. Bras. Biofísica.....	2	0,24	10.224,27	0,15
Sec. Agricult. Abastecim.....	10	1,22	98.674,34	1,47
Secretaria da Educação.....	2	0,24	3.241,42	0,05
Sec. Ener. Min. Comun.....	2	0,24	1.204,56	0,02
Soc. Economistas RS.....	2	0,24	76.704,45	1,14
Sec. Saud. Meio Ambiente.....	16	1,95	38.433,58	0,57
Univ. Católica Pelotas.....	6	0,73	7.431,13	0,11
Univ. Caxias do Sul.....	10	1,22	81.941,76	1,22
Univ. Fed. Pelotas.....	16	1,95	99.611,82	1,40
Univ. Passo Fundo.....	8	0,90	33.577,11	0,50
UFRGS.....	482	58,85	3.506.230,80	52,16
Univ. Fed. Santa Maria.....	67	8,10	966.591,05	14,38
UNDUL.....	34	4,15	125.602,05	1,87
UNISINOS.....	9	1,10	119.750,00	1,70
Total Concedido	819	100,00	6.721.426,50	100,00

FONTE: FAPERGS

Tabela 50

Companhia Riograndense de Turismo
Número de Turistas Estrangeiros que entraram no Rio Grande do Sul —
Classificação por Portão de Entrada e Percentual de Turistas Estrangeiros
que entraram no Brasil através do Rio Grande do Sul, durante o Período 1979-88

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Número de turistas estrangeiros no Estado	365.213	604.897	454.577	343.845	345.737	412.524	455.146	606.688	523.467	407.582
Classificação do Estado como Portão de Entrada em relação ao Brasil	2º	1º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º	2º
Participação percentual dos turistas estrangeiros que entraram no Estado em relação ao Brasil	33,76%	37,02%	33,05%	30,00%	24,03%	25,08%	26,02%	31,04%	27,13%	23,38%

FONTE: Departamento de Estatística, Informação e Recepção — CRTUR, e Anuário Estatístico EMBRATUR.

Tabela 51

Companhia Riograndense de Turismo
 Informações Turísticas CRTur durante o Período de 1979-89

CENINTURS'S	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
AEROPORTO.....	8.963	9.921	11.546	13.370	14.474	8.950	7.742	3.269	6.932	13.064	7.370
RODOVIÁRIA.....	9.224	18.845	14.933	11.987	8.251	23.635	13.635	12.508	20.032	16.662	11.128
BORGES DE MEDEIROS..	—	16.917	5.131	5.131	2.205	—	—	—	—	5	942
ACEGUÁ.....	766	1.266	1.410	1.410	900	1.181	884	1.028	277	—	—
CHUI.....	9.752	14.936	7.199	7.199	6.074	7.763	6.998	5.003	1.240	6.900	4.636
GUARITA.....	1.748	5.006	5.801	5.801	6.117	—	816	207	—	—	—
JAGUARÃO.....	656	5.800	7.451	7.451	7.573	3.909	4.661	7.129	6.418	6.475	3.271
LIVRAMENTO.....	6.062	8.468	4.150	4.150	3.264	5.087	4.983	3.744	4.615	4.703	6.511
PORTO MAUÁ.....	7.982	1.475	1.789	1.981	743	713	1.596	2.494	860	—	—
PORTO VERA CRUZ.....	—	—	2.002	4.098	4.5498	4.997	4.937	6.625	8.256	13.606	9.996
PORTO XAVIER.....	—	6.940	6.814	6.273	3.434	4.231	3.773	4.457	1.137	—	—
SÃO BORJA.....	—	2.739	9.610	12.058	8.278	17.620	17.744	18.543	14.293	4.696	4.717
SANTA ROSA.....	—	903	1.070	530	46	—	—	—	—	—	—
TORRES.....	5.055	9.567	7.002	3.100	1.807	10.832	8.059	9.327	2.115	—	5.055
URUGUAIANA.....	8.677	19.985	14.055	4.978	3.712	27.063	28.431	28.008	26.408	17.167	43.708
VACARIA.....	5.347	7.331	7.668	7.527	4.759	6.420	4.853	5.972	2.251	—	—
REHA MARINHEIROS.....	—	378	2.400	—	—	—	—	1.433	—	—	4.373
BR (GUAÍBA).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
GALERIA ARTESANATO.....	3.627	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CEEE.....	376	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CASTELO BRANCO.....	—	13.773	6.026	—	—	—	—	—	—	—	—
BAGÉ.....	—	—	—	—	—	—	834	107	2.192	2.326	2.487
TOTAL.....	68.239	148.026	131.505	97.044	78.186	122.401	109.946	114.854	96.916	85.604	104.192

Fonte: Departamento de Estatística, Informação e Recepção — CRTur

(1) Valores observados até novembro/89

Tabela 52

Companhia Riograndense de Turismo
 Número de Turistas Argentinos e Uruguaios que Entraram no Brasil
 pelo Rio Grande do Sul e Participação Percentual em relação ao Total de Turistas Argentinos e Uruguaios
 que entraram no Brasil durante o Período 1979-88

	1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986		1987		1988	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARGENTINA.....	124.285	45,89	322.594	59,53	254.567	50,06	123.213	55,92	105.318	44,73	239.305	53,63	281.454	57,17	361.756	56,80	292.579	58,67	191.834	54,06
URUGUAI.....	179.223	91,59	216.439	88,27	185.680	86,49	188.451	89,37	211.930	89,73	140.724	84,39	140.564	85,44	206.511	89,03	195.598	88,40	185.945	87,53

Fonte: Departamento de Estatística, Informação e Recepção — CRTUR e Anuário Estatístico da EMBRATUR.

Tabela 53

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Demonstrativo dos Resultados dos Balanços do Banco
do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — 1980-89

Ano	Patrimônio líquido (NCz\$ 1.000)	Índice de imobilizações (%)	Empréstimos totais (NCz\$ 1.000)	Créd. em liquidação (%)	Lucro ou prejuízo liq. no exercício (NCz\$ 1.000)
1980	5	73	53	0,40	0,4
1981	11	81	111	0,60	0,6
1982	24	83	257	1,12	0,9
1983	39	165	660	7,13	26,0
1984	189	127	2.070	1,00	34,0
1985	876	94	6.992	0,20	303,0
1986	1.859	66	15.566	0,15	311,0
1987	9.686	52	58.520	0,19	1.922,0
1988	95.592	54	402.806	0,27	12.027,0
1989	1.990.511	44	7.024.283	0,18	628.799,0

Fonte: BANRISUL

Tabela 54

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul S/A
Evolução Patrimonial, em NCz\$ — 1986-89

(Em NCz\$ 1,00 — valor nominal)

VARIÁVEIS	1986	1987	1988	1989
ATIVO				
Circulante C. L. Prazo.....	280.110,72	75.928.628,39	566.344.370,00	15.667.952.709,74
Permanente.....	32.946,80	139.376,41	1.406.295,00	21.854.194,91
PASSIVO				
Circulante C. L. Prazo.....	8.259,68	74.954.311,39	557.877.604,00	(5.531.111.568,20)
Resultado Ex. Futuro.....	62.536,51	—	—	—
Patrimônio Líquido.....	242.261,83	1.113.693,41	9.873.061,00	158.695.336,45
CONTAS DE RESULTADO				
Receitas Operac.....	1.358.217,17	55.282.766,18	512.722.443,00	13.959.623.556,18
Despesas Operac.....	(1.290.559,38)	(54.501.028,54)	(505.028.539,00)	(13.828.349.741,88)
Resultado Operac.....	67.657,79	781.737,64	7.639.904,00	131.273.814,30
Rendas Não Operac.....	20.979,79	670,58	3.564,00	12.018,12
Corr. Monet. Balanço.....	(60.625,76)	(33.479,74)	(7.467.873,00)	(125.450.213,68)

FONTE: DIVERGOS

NOTA: A partir do exercício de 1987, passou-se a registrar tanto no ATIVO CIRCULANTE como no PASSIVO CIRCULANTE, a carteira vinculada a compromissos de recompra (Resolução 1.088 do BACEN), conforme determinação do COSIF.

Tabela 55

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul
Evolução Patrimonial, em OTNs - 1986-89

VARIÁVEIS	(Em OTNs)			
	1986	1987	1988	1989
ATIVO				
Circulante C.L. PRAZO.....	2.344.218,93	145.181.797,72	118.212.768,40	206.755.776,06
Permanente.....	275.728,51	266.499,18	293.535,23	288.390,00
PASSIVO				
Circulante C.L. Prazo.....	69.120,26	143.318.823,28	116.445.504,69	204.950.007,49
Rec. Exercício Futuro.....	523.361,87	—	—	—
Patrimônio Líquido.....	2.027.465,31	2.129.473,62	2.060.798,93	2.094.158,57
CONTAS DE RESULTADO				
Receitas Operac.	11.366.785,25	105.705.206,94	107.020.291,21	184.212.504,04
Despesas Operac.	(10.800.563,89)	(104.210.460,12)	(105.414.346,60)	(182.480.202,45)
Resultado Operac.	566.221,35	2.494.746,82	1.605.944,61	1.732.301,59
Rendas Não Operac.	175.577,78	1.282,20	743,91	158,59
Corr. Monet. Balanço.....	(508.267,88)	(140.499,32)	(1.558.765,28)	(1.655.452,80)

FONTE: DIVERGS

NOTA: Em abril de 1988, foram adquiridas ações para permanecerem em tesouraria no valor correspondente a 104.795,58 OTNs.

Em dezembro de 1989, foram adquiridas ações no valor correspondente a 39.623,37 OTNs.

OTN atualizada para dezembro/89 em NCz\$ 75,78 (OTN 6,92 atualizada pelo coeficiente de 10,9518 BTNF).

Tabela 56

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Evolução Anual do Capital Social — 1975 - 89

Discriminação	Capital Inicial	Integralizações		Capital Final
		Em Moeda	Correção Monetária	
1975	0	100	0	100
1976	100	4	0	104
1977	104	56	0	160
1978	160	50	0	210
1979	210	30	10(1)	250
1980	250	112	105(2)	467
1981	467	293	197(3)	957
1982	957	192	769(3)	1.918
1983	1.918	36	1.707(3)	3.661
1984	3.661	2.491	5.727(3)	11.879
1985	11.879	7.973	21.180(3)	41.032
1986	41.032	1.499	97.914(3)	140.445
1987	140.445	1.020	87.906(3)	229.371
1988	229.371	255.269	771.550(3)	1.256.190
1989	1.256.190	105.400.000	8.345.856(3)	115.002.046

FONTE: BADESUL — Departamento de Planejamento.

(1) Incorporação ao capital de 89,8% da correção monetária do exercício 1978;

(2) Incorporação ao capital de 99,1% da correção monetária do exercício 1979;

(3) Incorporação ao capital da correção monetária de exercícios (social) anteriores.

Tabela 57

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Evolução do Patrimônio Líquido, do Número de Funcionários do BADESUL e da Relação do
Patrimônio Líquido/Número de Funcionários — 1975-89 (out)

Anos	Patrimônio		Funcionários		Relação PL/Nr. Funcionários
	Valor (OTN)	Líquido Cresc. (%)	Nr.	Cresc. (%)	
1975	781.741	—	77	—	10.152
1976	564.531	(27,8)	142	84,4	3.975
1977	725.327	28,4	155	9,1	4.679
1978	755.451	4,1	198	27,7	3.815
1979	749.901	(0,7)	199	(0,5)	3.678
1980	894.650	19,3	189	(5,0)	4.733
1981	1.291.704	44,4	179	(5,3)	7.216
1982	1.397.273	5,8	211	17,9	6.622
1983	1.414.232	1,2	210	(0,5)	6.734
1984	1.624.169	14,8	200	(4,7)	8.120
1985	1.925.552	18,5	197	(1,5)	9.774
1986	2.025.354(1)	5,2	192	(2,5)	10.549
1987	2.151.978	6,4	189	(1,6)	11.386
1988	2.465.529	14,6	188	(0,5)	13.115
1989(3)	6.115.530(2)	148,0	184	(2,1)	33.237

FONTE: BADESUL. Departamento de Planejamento

(1) OTN Fiscal

(2) OTN Simulada

(3) O valor referente a 1989 é preliminar.

Tabela 58

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Evolução do Saldo de Aplicações, do Número de Funcionários do BADESUL
e da Relação do Saldo de Aplicações/Número de Funcionários — 1976-89

Anos	Saldo Aplicações		Funcionários		Relação Saldo de Aplic. (OTN)/ Nº de Funcionários
	Valor (OTN)	Cresc. (%)	Nr.	Cresc. (%)	
1976	1.666.295	—	142	—	11.734
1977	3.930.435	135,9	155	9,1	25.357
1978	5.671.398	44,3	198	27,7	28.643
1979	7.234.751	27,6	199	(0,5)	36.355
1980	11.637.753	60,9	189	(5,0)	61.575
1981	14.787.532	27,1	179	(5,3)	82.612
1982	22.096.353	49,4	211	17,9	104.722
1983	21.121.020	(4,4)	210	0,5	100.576
1984	24.313.962	15,1	200	(4,7)	121.569
1985	27.342.099	12,5	197	(1,5)	138.792
1986	29.294.644	7,1	192	(2,5)	152.576
1987	32.447.821	10,8	189	(1,6)	171.681
1988	35.204.312	8,5	188	(0,5)	187.257
1989(2)	41.000.000(1)	16,5	184	(2,1)	222.826

FONTE: BADESUL. Departamento de Planejamento

(1) OTN Simulada

(2) O valor referente a 1989 é preliminar.